

EDITORIAL

A Revista Três Pontos aventurando-se por honrar os não curtos 12 anos de existência desse periódico que tem se apresentado como espaço ímpar aos graduandos e recém-graduados, publicando produções originadas de diversas instituições de educação superior, de todas as regiões e inúmeras cidades do país.

A edição 11.1 marca novos tempos de mudança e aprimoramento em consolidação, define novos rumos em uma nova estética, inclusive ousada. Confirma o princípio da pluralidade de ideias e converge para a discussão de temas contemporâneos e pertinentes socialmente, em especial para o entendimento e a superação de uma sociedade orientada por desigualdades, como a questão do gênero, com trabalhos permeados por debates sobre tempo/trabalho; empoderamento feminino em relação ao bolsa família; representação feminina no Congresso Nacional; mulheres no ensino superior. Destaca-se também trabalho que aborda a questão da LGBTIfobia no âmbito universitário. Além de um debate teórico acerca da relação entre a formação do Brasil e a ideia de pessimismo racial. Sobre religiões afro-brasileiras, discute-se a apresentação do sertanejo na sua relação religiosa com a umbanda; já no candomblé são apontadas notas múltiplas acerca da divindade e entidade Exu para uma compreensão no campo teórico. É possível ainda conferir trabalho acerca da cultura hacker numa apreensão que analisa o ativismo político dos hackers e a relação entre esses indivíduos e o controle/vigilância presente nas redes digitais, e por fim sob uma análise atenta e intensa apresenta-se o álbum *Animals*, da banda Pink Floyd como uma crítica marxista ao evolucionismo teleológico de Marx e ao princípio hegeliano de fim da história.

O Conselho Editorial conta agora com a Prof^a. Érica Renata de Souza, vinculada ao Departamento de Arqueologia e Antropologia da FAFICH/UFMG. Presença essa que revigora a participação docente na manutenção do periódico, marcante desde a fundação, e amplia o horizonte de (re)conhecimento pela qualidade das produções publicadas e pelo rigor das avaliações.

O espaço de renovação de um periódico que se faz pelo trabalho voluntário de graduandos, também é marcado pelas mudanças em sua composição. É fundamental agradecer o empenho, a gentileza e a postura de dedicação e carinho dos que agora traçam outros caminhos nessa história que não começou nem terminará nos três pontos, são eles - Helena Assunção e Ciro Resende - editores esses que deixam seu legado para os que se avizinham promissores nesse rumo acadêmico de divulgação científica, permeada pelo prazer da produção e reinvenção do conhecimento.

Renovação essa que demanda também aos que se aproximam aos três pontos, uma atmosfera de descobertas e mergulho no inesperado e no inusitado, caminho esse possível com os novos colaboradores que são bem vindos nessa empreitada de reinvenção e renovação, com a garra e ternura própria do fazer científico terão vários verões (ops, edições) para se apropriarem desse horizonte. Caros e caras se aconcheguem e bons frutos virão - Ana Bárbara Gomes, Paula Nuryele, Dejesus Souza e Flora de Paula.

Nesse ano de 2016, mais precisamente em julho, a Revista Três Pontos comemora 12 anos de existência, desde o seu primeiro número - a 1.0 - e o que se avizinha são algumas novidades.

A primeira novidade é o empenho do Conselho na realização de chamadas próprias para composição de dossiês temáticos, desejo antigo, que se inaugura em parceria firmada com o PET Ciências Sociais/UFMG para a produção de um Dossiê que publicará as mais bem avaliadas produções apresentadas durante a XII Jornada de Ciências Sociais da UFMG, realizada entre 20 e 22 de outubro de 2015, que teve como tema "Conexões Africanas", dossiê esse com previsão de lançamento em abril de 2016. Ano esse que já se iniciou com a chamada para o Dossiê "Estado, Governo e Políticas Públicas", como iniciativa própria do Conselho, com previsão de lançamento em julho de 2016.

A segunda novidade é o desenvolvimento de plataforma virtual no Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER), como sítio próprio para abrigo de periódicos, com infinitas possibilidades de acesso, download, e submissão integrada. Iniciativa essa da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG, coordenada por meio da Diretoria de Produção Científica compondo a Política de Periódicos da UFMG, da qual se demonstra avançada e promissora no que diz respeito ao reconhecimento dos periódicos discentes, na divulgação científica e no apoio institucional. O lançamento da plataforma da Revista Três Pontos será feita até julho de 2016 e contará com todas as edições digitalizadas para acesso e consulta livre.

É com lembranças, história, mais de uma década de existência, renovações, novos integrantes, despedidas, boas vindas, novidades, ampliação de seus espaços de divulgação, pluralidade nas produções publicadas que a Revista Três Pontos se firma no cenário da produção e divulgação científica voltada aos graduandos e recém-graduados.

Boa leitura e que essas contribuições ampliem nossa capacidade crítica de observar, entender e intervir no mundo.

A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas, ensaios e trabalhos artísticos inéditos que tenham passado pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE REDAÇÃO:

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG - Sala 4214.
Pampulha - CEP 31270-000. Belo Horizonte- MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrespontos@gmail.com
www.revistatrespontos.org

EDITORIA-EXECUTIVA:

Helena Santos Assunção (Discente – UFMG) | Ciro Resende (Discente - UFMG)

EDITORIA-ADJUNTA:

Beatriz Costa (Discente – UFMG) | Caroline Chaves (Discente – UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Ana Lúcia Modesto (DSO-UFMG)
Bruna Barradas Cordeiro (Discente – UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Eduardo Côrtes (Discente - UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (DAA-UFMG)
Profa. Érica Renata de Souza (DAA-UFMG)
Ismael Deyber Silva (Discente - UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Maurício Sousa Matos (Discente - UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (DSO-UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO:

Prof. Carlos Pereira (Universtiy of Michigan /EUA)
Prof. Cícero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Mareei de Lima Santos (UFRN)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA | PNUD)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

PROJETO GRÁFICO: Arthur Senra

DIAGRAMAÇÃO: Thomás Mota (Diverso Design)

CAPA: Ana Paula Garcia Costa

REVISÃO: Caroline Chaves

COLABORADORES: Ana Bárbara Gomes, Flora de Paula Gonçalves, Dejesus da Silva Souza e Paula Nuryele de Andrade

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca FAFICH - UFMG.

IMPRESSÃO: Imprensa Universitária

TIRAGEM: 200 exemplares.

CIRCULAÇÃO: Maio de 2016

INDEXAÇÃO: A REVISTA [...] está indexada nas seguintes bases: Latindex (mérico), Portal de Periódicos da Capes, Portal de Periódicos da UFMG e Diadorim.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciência Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos: revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
Ano 11, n. 1 (jan 2014/ jun 2014). - Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 2016.

V. ; 30,5 cm. Semestral
Editor: Centro Acadêmico de Ciências Sociais/UFMG
ISSN: 1808-169X

1. Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia
- Periódicos I.Universidade Federal de Minas Gerais. II Centro Acadêmico de Ciências
Sociais. III. Título

Sumário

5

Um olhar sobre as diferenças de gênero nas relações do uso do tempo e no trabalho

Alexandre Marini

18

O empoderamento feminino e as mulheres do programa Bolsa Família

Priscila Williams

32

A influência do patriarcado na baixa representação das mulheres no congresso nacional

Laura Gomes Barbosa

47

A participação das mulheres no ensino superior

Maíra Barbosa Santos

60

A LGBTIfobia na Universidade: algo cheira a podre no reino da Dinamarca

Mylla Maria Sousa Sampaio e Thiago G. Viana

73

A formação histórico-cultural e a ideia de pessimismo racial no Brasil

Anderson Henrique da Silva, Lucas Emanuel de Oliveira Silva e Willber da Silva Nascimento

81

Tem sertanejo na Umbanda de boiadeiro: inserção, ressignificação e adaptabilidade de novas entidades ao panteão umbandista

Fernando Guerra

98

O navegador do entre mundos: notas sobre a multiplicidade em Exu

Luisa Mesquita Damasceno

107

A informação quer ser livre: uma análise sobre o ativismo dos artífices da rede e o controle na sociedade contemporânea

Bárbara Maria Farias Mota

116

Porcos, cães e ovelhas: marxismo no álbum Animals – Pink Floyd

Gustavo Campos Roedel

Um olhar sobre as diferenças de gênero nas relações do uso do tempo e no trabalho

Alexandre Marini

Graduando em
Ciências Sociais pela
Universidade Federal de
Minas Gerais - UFMG.
alexandremarini@gmail.com

Palavras-chave:

Diferenças de gênero;
Trabalho; Uso do tempo;
Educação.

Keywords:

Gender differences;
Work; Use of time;
Education.

RESUMO: A dominação e opressão da mulher pelo homem ocorrem de diversas formas, como na própria negação da sua sexualidade, sua exploração pelo trabalho doméstico não remunerado, o controle através dos filhos, nas privações e confinamentos físicos, no uso da mulher como objeto, na restrição da criatividade feminina dada às limitações de acesso a elas impostas, seja no trabalho, na educação e à participação social, como também na privação ao conhecimento e das suas mais inimagináveis e diversas realizações.

Essa manutenção do poder masculino tem sua base na desigualdade e na idealização social de posse e propriedade, estando presente no dia a dia, sendo desenvolvida e reforçada a todo momento e tão naturalizada na sociedade que muitas vezes nem as próprias mulheres são capazes de percebê-la, exercendo controle até na consciência feminina. E se tal dominação exerce influência em diversos aspectos da vida das mulheres, não seria diferente com relação à divisão do trabalho e do tempo, seja no âmbito profissional ou no doméstico.

Este artigo versa, a partir de dados da realidade das mulheres portuguesas e brasileiras, como essa divisão se apresenta, mesmo com suas diferenças estruturais.

ABSTRACT: The domination and oppression of women by men occur in disparate forms, as the denial of women's sexuality, their exploitation by unpaid domestic work, control of women by their children, deprivations and physical constraints. By the use of women as objects, the restriction of female creativity given the limitations impose for them, whether at work, in education or social participation, as well as the deprivation of knowledge and their many and unimaginable achievements.

This morbid maintenance of male power has its basis on inequality and social idealization of possession and ownership, being constant in everyday life, being developed and reinforced the whole time. It is so naturalized in society that often women themselves are not able to realize it, exerting control even in the female consciousness. And if such dominance influences in various shades of life of women, would be no different with division of work and time, whether at the professional level as domestic.

This article seeks to analyze, from data of the reality of Portuguese and Brazilian women, how this division works, even with an their structural differences.

A diferenciação de gênero e sua reprodução

Para entender como a diferenciação de gênero e sua reprodução social ocorrem, é importante recuarmos às formas diferenciadas

que balizam a educação entre as crianças do sexo masculino e do sexo feminino. Não é difícil percebê-las, mas convém lembrar algumas delas, como a evidente divisão entre os sexos desde a escolha do nome, estabelecendo a partir daí um sistema classificatório forçado,

não natural e capaz de traçar uma linha que determinará uma série de opções pré-estabelecidas durante a vida das pessoas. O vestuário também atua como forma de rotulação de gêneros desde a mais tenra idade, diferenciando nitidamente os sexos. O que parece ser mero fato sem importância, a roupa limita a mulher das mais diversas formas impondo comportamento e restrições, como no caso do uso das saias ou, num outro exemplo interessante, nas roupas esportivas oferecidas às crianças em idade escolar, as quais, historicamente, só se mostram adequadas ao sexo masculino, retirando das meninas a possibilidade de um desenvolvimento físico do próprio corpo que será cobrado, mais futuramente, no mercado de trabalho (BOURDIEU, 1988).

No entanto, a diferenciação sexual da mulher mais relacionada com a divisão sexual do trabalho se dará, de maneira mais proeminente, na diferenciação de ferramentas educativas como brinquedos, jogos e histórias infantis. Sara Delamont, em seu livro "*Sex roles and the school*" (1980), fez uma análise dos catálogos especializados em brinquedos educativos e constatou que estes são não só notoriamente marcados pela classe social (classe operária/classe média) como também oferecem uma gama muito mais limitada de possibilidades às meninas do que a oferecida aos meninos.

Segundo conclusão da própria pesquisadora, "as funções oferecidas às meninas são essencialmente passivas, centradas no lar, não científicas, não técnicas e boazinhas". Em um dos catálogos analisados por Delamont, foram oferecidas 24 funções aos rapazes e apenas 8 às meninas. Tal estudo leva à constatação que a estrutura do mercado de trabalho se vê espelhada no desenvolvimento, fabricação, venda e catalogação dos brinquedos e jogos infantis, perpetuando um círculo vicioso que retira da mulher inúmeras possibilidades e, ao mesmo tempo, privilegia o futuro homem adulto. Cabe salientar que essa educação e diferenciação são impositivas socialmente e, conseqüentemente, também restritivas ao homem, pois são também retiradas dos meninos algumas funções notadamente

femininas, embora em escala muito menor.

Não obstante à sua importante função educativa e preparatória para a vida adulta, a escola segrega os gêneros de diversas maneiras, reproduzindo e naturalizando diferenças que não só oprimem a mulher, como a discrimina. Segundo Carol Dyhouse (1977) as disciplinas domésticas estiveram presentes na instrução primária das meninas desde há muito tempo exercendo uma força de atração sobre elas, ao mesmo tempo que as impele e exclui futuramente do mercado de trabalho remunerado, servindo como um currículo de segregação de aptidões entre os sexos.

Somado a isto, temos um mundo historicamente organizado que opera sob uma perspectiva essencialista na qual o feminino está associado à tarefa de cuidar dos outros, colocando as mulheres na subalternidade mascarada por um véu de superioridade moral, deixando a cargo dos homens o trabalho nomeadamente árduo (remunerado) e as decisões mais valorizadas dentro da sociedade, incluindo-as dentro de um arcabouço de desigualdades de direitos, deveres, expectativas e oportunidades, conseqüentes dos principais elementos definidores da sociedade contemporânea, o capitalismo e o contrato de trabalho, além do patriarcado e o contrato de casamento, os quais submetem à mulher peso desproporcional, limitando de forma extraordinária as possibilidades femininas (PERISTA, 2002).

O desfavorecimento da mulher no mercado de trabalho dá-se através de salários inferiores, empregos temporários ou que ocupem apenas tempo parcial do dia. Tais desfavorecimentos estão associados ao acúmulo da execução do trabalho pago somado ao doméstico (não pago).

Essa mão de obra barata e flexível atua de maneira estratégica, ao servir como um exército reserva de mão de obra do modelo econômico vigente. Neste sentido, a economia tem papel fundamental, segregando as mulheres e imputando-as posições inferiores no ambiente de trabalho. Numa sociedade patriarcal e capitalista, os homens acabam também por serem, majoritariamente, os empre-

gadores, que operam e se utilizam da lógica da busca do lucro através de menores salários. Para a mulher, a conseqüente diminuição salarial ajuda perpetuar uma estrutura que a mantém dependente do homem, o que nos leva à discussão da divisão do homem e da mulher quanto ao trabalho não pago.

O trabalho não remunerado é desvalorizado, inclusive socialmente, não sendo reconhecido como trabalho de fato. Quadros legais e estatísticos evidenciam isso, ao conceituarem como "trabalho" aquilo que é executado de forma remunerada, estabelecendo a condição de "inativos" ou "dependentes" às pessoas que não recebem valores monetários.

No entanto, o trabalho doméstico produz valores de uso dentro lar (como o consumo da família) e possui papel importantíssimo na reprodução da força de trabalho, ou seja, a exploração do trabalho doméstico feminino como efeito da exploração capitalista, que atribui às mulheres uma responsabilidade indireta pela mais-valia, devendo produzir e reproduzir a força de trabalho necessária para seu funcionamento, sem propiciar a elas qualquer retorno financeiro ou social.

A opressão

A dominação masculina, segundo Pierre Bourdieu (1999), estabelece tal dominação a partir das trocas simbólicas, ou seja, prática que se dá pelas representações sociais engendradas com estabelecimento do masculino como norma, em detrimento do feminino. A violência simbólica, conceito caro a Bourdieu, está presente desde a diferenciação sexual através do nome das crianças, perpetuando-se pela educação escolar, organização familiar, instrução religiosa, culminando numa discrepância de gênero no uso do abstrato (tempo) e no real (trabalho), tornando também imaterial parte deste último, através da não-remuneração econômica e não prestígio social da importância da força laboral feminina. E Bourdieu, citando Max Weber sobre a domesticação dos dominados, impinge tratar-se de um ferramental complexo, ampla e historicamente utilizado, reproduzido repetida-

mente até sua naturalização social.

Conforme salienta Heloísa Perista (2007), a opressão das mulheres é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas por elas propiciam inúmeras vantagens aos homens, fornecendo privilégios não só materiais, como culturais e simbólicos. Essa dominação ocorre individualmente e coletivamente sobre a mulher, tanto na esfera privada como na esfera pública. Tal construção está presente na pseudonatureza superior dos homens, evidenciado através do sexismo e das rígidas fronteiras entre os gêneros masculino e feminino, como também na visão heterossexual que considera como "normal" e "natural" tais relações de poder entre homens e mulheres, excluindo, inclusive, qualquer outra forma de relação com a sexualidade, em que a prática homossexual, bissexual e a transsexual são entendidas como "diferentes" (RICH, 1980).

Não obstante, foi historicamente e legalmente conferido ao homem o direito de controlar e exercer poder sobre o ser feminino. Encontramos exemplos a esse respeito na literatura grega que já à época definia o papel de submissão da mulher, na lei romana que justificava o homicídio conjugal, ou na lei do dedão na Inglaterra, que permitia ao marido açoitar sua esposa desde que o chicote não ultrapassasse a espessura de seu polegar (DIAS, 2007). A sociedade baseada em gênero que possibilita ao homem o poder sobre a mulher encontra, na violência física, sua forma poderosa de subjugação.

Trata-se, portanto, de um problema social, enraizado no conceito de família patriarcal. A mulher é oprimida desde sua infância, a partir de sua educação e, posteriormente, pelo marido e pela ordem moral que a força a permanecer no silêncio. Sendo assim, a instituição familiar atua poderosamente na perpetuação dessa dominação à medida em que exclui a mulher do convívio social. A subalternidade da mulher foi, e ainda é determinante para que sua sexualidade seja ignorada.

A centralidade da sexualidade a partir do desempenho masculino legou às mulheres para um papel proeminentemente passivo. Somente há pouco tempo, a partir do pen-

samento feminista, a sexualidade foi aventada como um construto a partir de contextos relacionais, sociais e culturais múltiplos. De acordo com Adrienne Rich (1980), os comportamentos sexuais mais intensamente exigidos das mulheres seguiram modelos quase universais: o das mães, como mito da inocência e pureza feminina, sua decência e falta de desejos, ou o das prostitutas, carregadas de desejos e com a subsequente alienação do seu corpo ao homem. Essa visão, perpetuada através de gerações, focaliza o comportamento sexual do ponto de vista da penetração ou, mais claramente, na não existência da sexualidade sem pênis. Exemplo disso encontra-se no fato de que, mesmo atualmente, as mulheres são consideradas virgens caso não tenham sido penetradas.

Há, portanto, uma clara falta de abordagem na educação sexual que inclua uma linguagem da sexualidade das mulheres e entre mulheres, como o conhecimento do próprio corpo, das relações sexuais, direitos reprodutivos, violência e abuso sexual, importantes para a abolição da "passividade feminina" e dos estereótipos de gênero.

Essa visão possui também, claramente, peso e influência na educação masculina, na ideia de que para ser um verdadeiro homem é preciso que sejam combatidos os aspectos que podem ser associados à mulher, vista e entendida como o homem invertido. Saber ser homem demanda sacrifícios que são meritocraticamente perenes de direitos no futuro. Tal educação é transmitida e assimilada por associação e repetição permanente entre gerações, numa espécie de mimetismo violento e perpétuo.

O culto à masculinidade, ligada ao medo da homossexualidade e ao temor quanto à feminilização do mito masculino, restringe, tanto para os homens como para as mulheres, mas não em igual proporção, o papel na sociedade ao seu sexo biológico. O homem constrói uma série de traços que representam sua condição masculina, na qual ser homem é não ser mulher, ao mesmo tempo em que a masculinização passa a ser mal vista quando esta ocorre entre mulheres, tanto sobre a perspectiva do

olhar social masculino, como do feminino.

É possível afirmar, segundo Elizabeth Roudinesco (2003), que o gênero passou a ditar regras e normatizar mais firmemente os papéis socioculturais a partir da recrudescência da sociedade burguesa. Mesmo que se possa dizer que o gênero nunca foi universalmente uma categoria social, seus papéis sociais se tornam hierarquicamente importantes com o surgimento da burguesia.

Posteriormente, principalmente a partir da década de 70 do século passado, o avanço dos movimentos feministas propiciou, como uma de suas consequências, a crise da masculinidade: uma sociedade burguesa que construiu boa parte de sua autoimagem na projeção do masculino vê-se tendo que lidar com a saída das mulheres do espaço privado para o público.

A crise da masculinidade se evidenciou, proeminentemente e de forma mais clara, a partir da reflexão masculina (princiada pelo movimento feminista) sobre sua própria participação no patriarcado e a identificação que a violência também atinge o homem através da educação, culminando nas condições laborais comuns aos homens. Para Ana Campos (2007), a violência do homem, portanto, dá-se não só sobre as mulheres (porém, principalmente sobre elas) mas também sobre eles mesmos: a construção do masculino lhes exige supressão de sentimentos, de desejos e necessidades sociais e individuais.

No entendimento da divisão de tempo entre os gêneros masculino e feminino é importante a concepção do tempo como uma construção social (Thompson, 2005), uma representação do modo que pensamos e nos organizamos, constituída por relações sociais. Por esse prisma, o tempo não é neutro, mas sim construído e ajustado à conveniência e domínio de uns sobre outros. Isso retorna à importância do modelo burguês de organização e ao capitalismo, os quais associaram tempo à produção, conferindo valor à este vinculando-o ao trabalho e, por conseguinte, este último à remuneração. Desta forma, a valorização social é inerente a quem disponibiliza seu tempo ao trabalho remunerado, cul-

minando em um processo de desvalorização do espaço de trabalho imposto socialmente à mulher: doméstico, não remunerado e, quando muito, temporário.

O modo de produção capitalista coexiste e aproveita e faz uso de formas não capitalistas de trabalho, ou seja, sem remuneração (PEDRO, 2005). O trabalho doméstico espaço historicamente reservado às mulheres, tem importante e fundamental papel na produção de valores de uso dentro do lar, como no consumo da família e na reprodução da força de trabalho. A mulher tornou-se importante peça produtora e reprodutora da força de trabalho com responsabilidade indireta pelo mais-valia, extremamente necessário ao sistema de capitais. Segundo o historiador Edward Palmer Thompson (2005) em sua leitura sobre as configurações da classe trabalhadora, o processo de atração e retração do trabalho, comum às atividades capitalistas devido à sua constante variação de desempenho, utiliza-se da mulher como um exército reserva de trabalhadores em momentos de expansão. Estas, quando absorvidas pelo mercado de trabalho remunerado, são mais associadas a trabalhos temporários, com menor remuneração. Socialmente, o salário da mulher é, em grande parcela, ainda compreendido como complementar ao do homem. Em momentos de retração econômica, mulheres voltam a ocupar majoritariamente o trabalho doméstico ao mesmo tempo que os homens passam a ocupar trabalhos anteriormente ocupados pelo feminino, devido à sua baixa remuneração.

Dados da realidade portuguesa e brasileira

Para confecção deste artigo utilizamos uma metodologia de comparativa entre as duas pesquisas principais sobre o uso do tempo com diferenciação de gênero masculino e feminino: o Inquérito da Ocupação do Tempo pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE, 1999) e a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2002) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Cabe ressaltar que a utilização do levantamento estatístico português foi realizado uma única vez, em 1999, sem ter havido outros inquéritos subsequentes. Tais dados são únicos e ainda usados para corroborar estudos atuais sobre o tema. Para manter justa linearidade e compatibilidade entre os dados, contrapõe-se a realidade portuguesa espelhada pelo INE à PNAD com data mais aproximada. No caso, a de 2001¹.

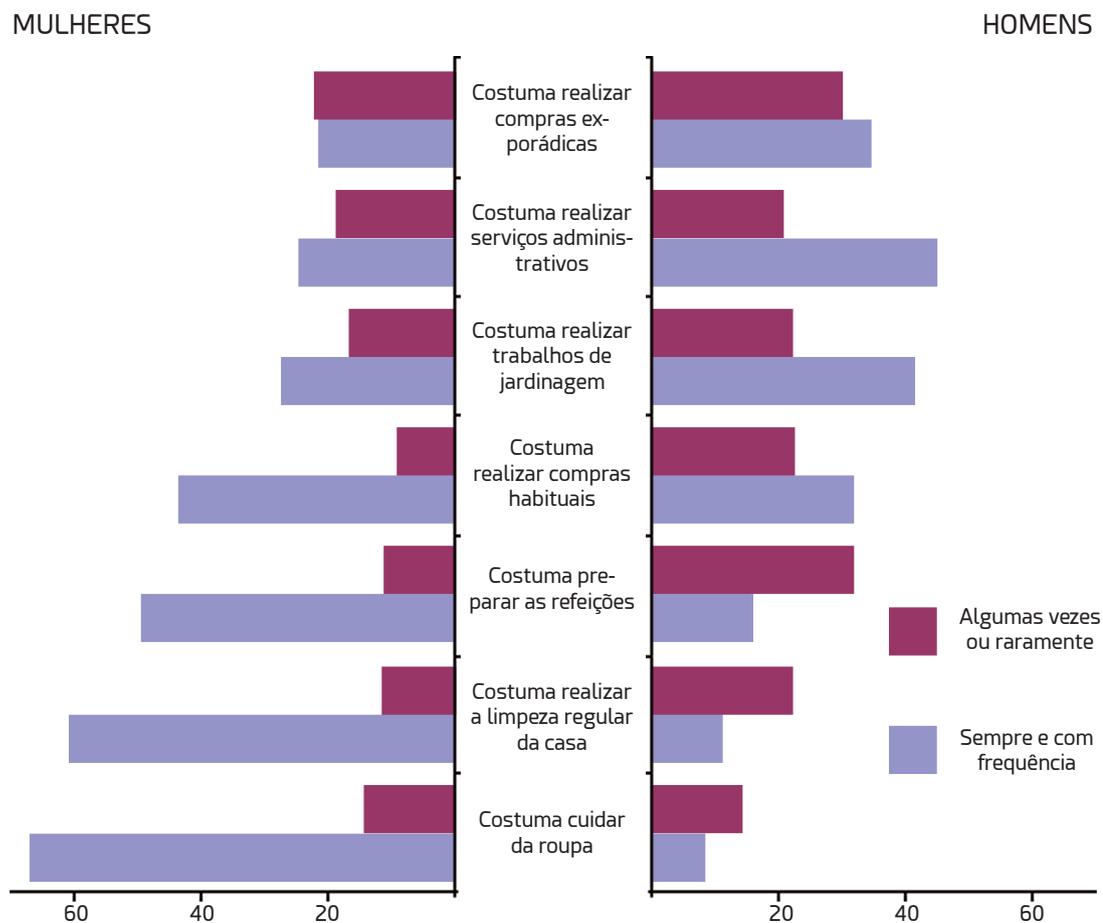
O levantamento do Inquérito da Ocupação do Tempo, executado pelo INE, foi realizado através de recolha de dados com dez mil pessoas, misto entre entrevista direta e preenchimento de um diário em que a população pesquisada registrava todas as atividades ao longo de um dia previamente definido.

Verificou-se, neste estudo, que a mulher executa uma jornada diária, entre trabalho remunerado e não remunerado, de cerca de duas horas a mais por dia em comparação ao homem. Isto significa quatro meses suplementares de trabalho ao ano, evidenciando o estabelecimento de uma relação extremamente desigual quanto às possibilidades da mulher em usufruir das mesmas condições de competição no mercado de trabalho. A conclusão diante dos dados da pesquisa é corroborada pela análise conclusiva feita pelo próprio INE:

"Regista-se uma diferença de quase 2 horas na jornada de trabalho profissional / trabalhos domésticos entre os homens e as mulheres, valor que sobe ainda mais ao domingo, fixando-se em 2 horas e 49 minutos em desfavor da população feminina. Esta diferença vai quase por inteiro para o lazer. Com efeito, e analisando no contexto da família quem faz o quê e considerando apenas a população empregada, fácil é verificar que as tarefas que suportam a rotina da família são asseguradas pelas mulheres – preparar refeições, efectuar a limpeza da casa, cuidar da roupa e mesmo das compras regulares, são tarefas desempenhadas fundamentalmente pelas mulheres." (INE, 1999, p.5)

¹ Posteriormente, em 2009, nova PNAD foi publicada abordando o uso do tempo nos mesmos moldes do INE, corroborando os levantamentos transversais sobre a configuração brasileira aqui apresentada. Disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Gráfico 1 – Frequência de realização de tarefas domésticas, pela população empregada.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

É perceptível, mesmo considerando somente a população empregada, que as tarefas administrativas da casa são executadas pelas mulheres, como realizar as compras habituais, preparação das refeições, limpeza geral e cuidados com a roupa. Não obstante, cabe ressaltar que tais afazeres são as que demandam mais tempo para sua execução, ao contrário de compras esporádicas, serviços administrativos e jardinagem, tarefas estas em que a divisão se encontra mais equânime entre os sexos.

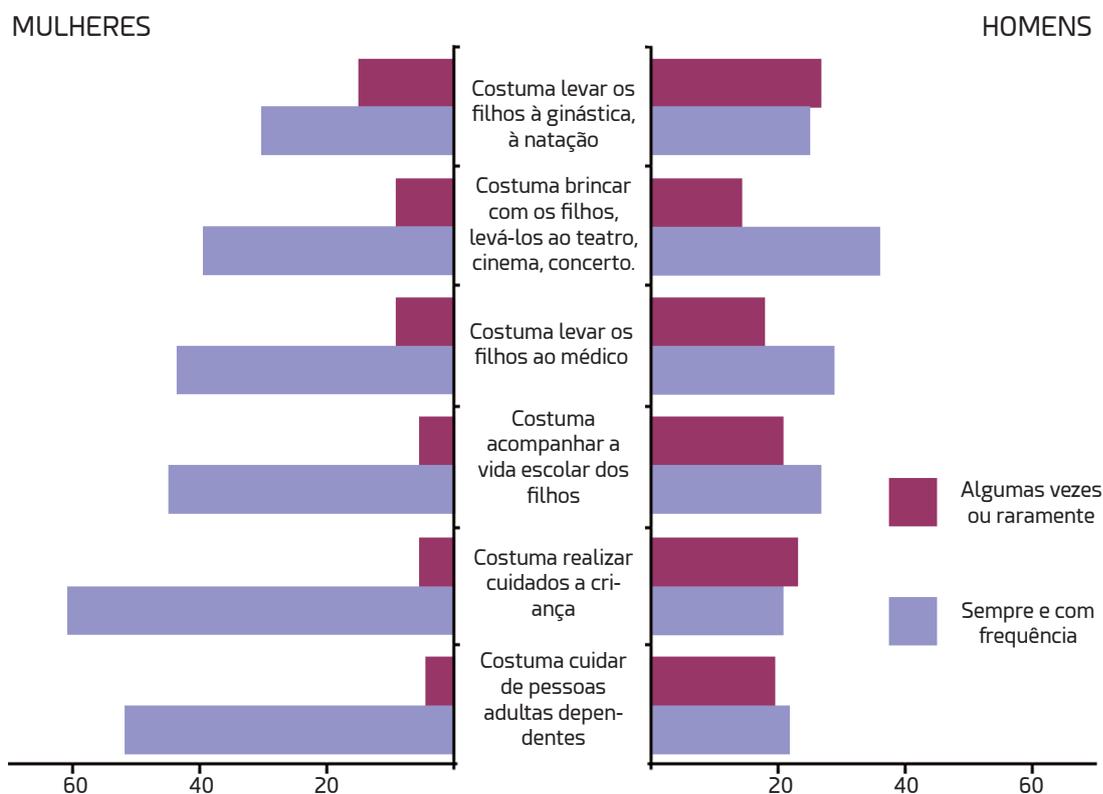
Quanto às tarefas realizadas no exterior do espaço do lar, mas relacionadas ao trabalho doméstico por tratarem-se de uma extensão laboral para a organização familiar, é notável que as atividades empenhadas pelas mulheres com a intensidade "sempre" e "com frequência" são quase três vezes superiores ao despendido pelos homens, com exceção da

atividade recreativa de brincar com os filhos ou leva-los à escola.

Outro dado interessante a ressaltar está na divisão das tarefas e no tempo despendido mesmo entre aqueles que se encontram sem emprego. A divisão sexual se torna evidente, visto que a mulher cumpre trabalhos domésticos numa proporção três vezes maior que o homem, sendo aproximadamente 6 horas/dia para mulheres e 2 horas/dia para homens. O inverso, proporcionalmente, ocorre com as horas relacionadas ao convívio social e ao lazer em benefício ao masculino.

Nesta mesma pesquisa também constatou-se a reprodução da diferenciação de gênero quanto ao envolvimento no trabalho doméstico: estudantes do sexo feminino comprometem-se quatro vezes mais seu tempo com afazeres de casa em comparação aos estudantes do sexo oposto.

Gráfico 2 – Frequência de realização de cuidados à família, pela população empregada.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

Tabela 1 – Duração média das atividades, para a população com 6 ou mais anos, por Condição perante o Trabalho e Sexo.

	Empregado		Desempregado		Estudante		Doméstico		Reformado		Outro Inactivo		Total
	M	F	M	F	M	F	F	M	F	M	F		
CUIDADOS PESSOAIS	10:57	10:45	12:39	11:45	11:50	12:02	11:39	13:05	12:41	12:40	12:36	11:32	
Sono	8:09	8:11	9:05	8:57	9:08	9:13	8:49	10:00	9:49	9:26	9:37	8:45	
Refeições	1:56	1:43	2:10	1:49	1:54	1:57	1:52	2:08	1:51	2:09	1:59	1:54	
Outros cuidados pessoais	0:50	0:50	1:22	0:57	0:47	0:51	0:57	0:57	1:00	1:05	1:00	0:53	
TRABALHO PROFISSIONAL E ESTUDO	7:33	5:53	0:15	0:28	5:09	5:24	0:34	0:36	0:13	0:36	0:10	4:38	
Trabalho profissional	6:42	5:10	0:08	0:11	0:16	0:11	0:31	0:33	0:12	0:02	0:06	3:14	
Estudo e formação	0:08	0:07	0:06	0:08	4:50	5:11	0:00	0:00	0:00	0:26	0:03	1:02	
Trajeco de e para o emprego	0:42	0:35	0:00	0:09	0:01	0:01	0:03	0:02	0:00	0:06	0:01	0:21	
TRABALHO DOMÉSTICO E CUIDADOS A FAMÍLIA	0:54	3:57	2:08	5:58	0:22	1:00	7:21	2:08	5:19	1:26	4:51	2:42	
Trabalhos domésticos	0:20	3:00	0:51	4:16	0:10	0:46	5:50	0:46	4:23	0:35	3:53	1:55	
Compras	0:09	0:17	0:12	0:37	0:06	0:08	0:20	0:18	0:16	0:12	0:24	0:14	
Cuidados às crianças e adultos	0:07	0:27	0:03	0:54	0:01	0:02	0:36	0:07	0:11	0:03	0:21	0:14	
Construção, reparação e manutenção	0:04	0:01	0:16	0:00	0:01	0:00	0:01	0:12	0:00	0:07	0:00	0:03	
Jardinagem, cultivo de hortas e quintais e cuidados a animais	0:10	0:10	0:43	0:11	0:03	0:02	0:32	0:43	0:27	0:27	0:11	0:15	

ATIVIDADES CÍVICAS E DE VOLUNTARIADO	0:09	0:13	0:20	0:49	0:13	0:10	0:33	0:22	0:36	0:08	0:38	0:17
Apoio informal a outras famílias	0:03	0:04	0:08	0:38	0:00	0:01	0:22	0:10	0:15	0:03	0:31	0:07
CONVIVIO	0:46	0:30	2:03	0:40	0:55	0:58	0:31	1:11	0:53	2:15	0:39	0:47
Convívio	0:43	0:27	1:57	0:40	0:49	0:54	0:31	1:09	0:50	2:12	0:33	0:44
Festas	0:02	0:00	0:05	0:00	0:04	0:02	0:00	0:01	0:00	0:03	0:04	0:02
Conversas ao telefone	0:00	0:01	0:00	0:00	0:01	0:00	0:00	0:00	0:01	0:00	0:01	0:00
LAZER	2:30	1:42	4:50	2:26	3:58	2:53	2:27	5:26	3:24	5:19	3:34	2:52
Saídas	0:10	0:06	0:19	0:09	0:07	0:04	0:15	0:45	0:41	0:27	0:20	0:14
Leitura	0:10	0:07	0:34	0:08	0:05	0:06	0:05	0:23	0:07	0:18	0:03	0:09
Rádio/Música	0:03	0:02	0:08	0:00	0:05	0:06	0:01	0:10	0:04	0:18	0:02	0:04
Televisão e vídeo	1:43	1:17	3:05	1:55	2:13	1:57	1:59	3:12	2:23	2:56	2:45	1:56
Desportos, passatempo e jogos	0:22	0:08	0:42	0:13	1:26	0:37	0:04	0:54	0:07	1:18	0:21	0:27
TRAJECTOS QUE NÃO OS DE E PARA O EMPREGO	1:07	0:55	1:37	1:44	1:28	1:28	0:50	1:05	0:48	1:27	0:28	1:07
ATIVIDADES MAL DEFINIDAS	0:01	0:00	0:04	0:05	0:01	0:01	0:00	0:01	0:01	0:05	0:00	0:01

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

Novamente, para não ficar distante nem da pesquisa ocorrida em Portugal, tampouco da realidade dos últimos dados coletados no Brasil, convém utilizar, para efeito de comparação, alguns dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) feita pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2001. A metodologia usada foi a permanência dos pesquisadores no campo somado às seguidas visitas aos domicílios pesquisados.

Tabela 2 – Média de horas semanais aos afazeres domésticos e pessoas que realizam estas atividades, segundo sexo e faixa de anos de estudo. Brasil – 2002.

Sexo e faixa de anos de estudo	Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos	Pessoas que cuidavam de afazeres domésticos	
		%	N ^{os} Abs.
Total geral	21,9	68,1	95551607
Homens			
Sem instrução e menos de 1 ano	12,2	38,8	3.147.143
De 1 a 4 anos	10,7	42,2	8.734.723
De 5 a 8 anos	10,6	46,4	9.011.719
De 9 a 11 anos	10,4	47,9	6.617.623
12 anos e mais	9,1	48,5	2.515.970
Não determinado e sem declaração	10,6	53,0	2.195.97
Total	10,6	44,7	30.246.775
Mulheres			
Sem instrução e menos de 1 ano	31,1	88,2	7.502.383
De 1 a 4 anos	28,9	90,7	18.766.488
De 5 a 8 anos	27,2	92,0	18.566.185
De 9 a 11 anos	25,4	90,4	14.797.835
12 anos e mais	20,0	81,3	5.250.893
Não determinado e sem declaração	27,0	93,9	4.210.48
Total	27,2	89,9	65.304.832

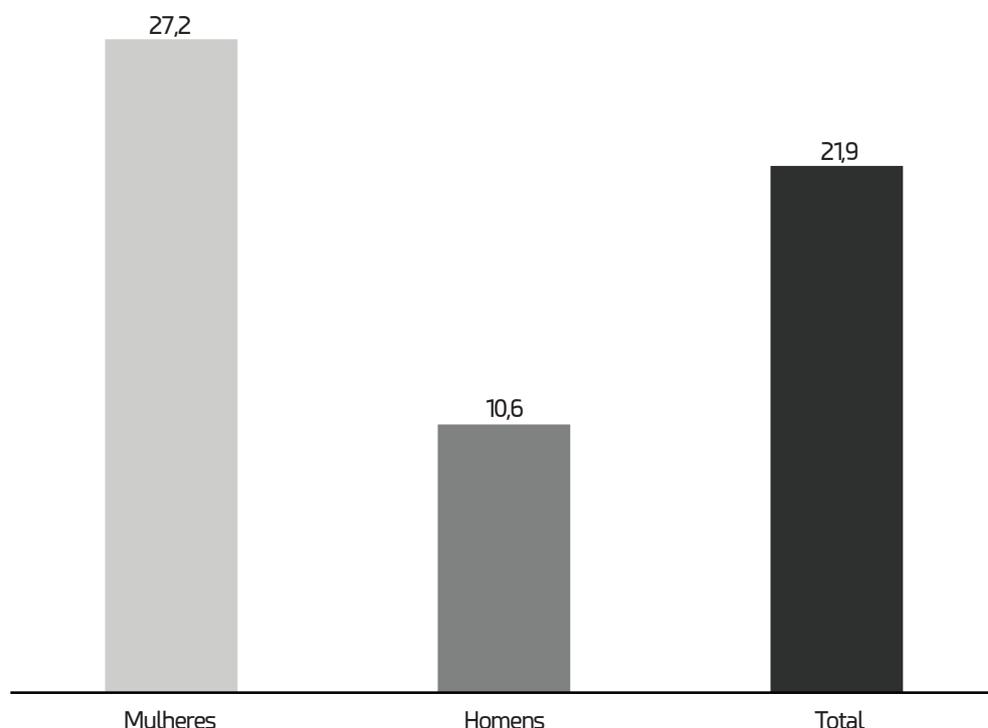
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

As respostas à pergunta sobre a responsabilidade quanto aos afazeres domésticos, demonstraram uma prevalência do trabalho não remunerado feminino: um total 90% das mulheres se sentem responsáveis por esse serviço, frente a apenas 45% dos homens, demonstrando uma evidente desigualdade

de gênero presente no cotidiano familiar. Em relação ao número de horas, o estudo aponta cerca de 27 horas/semana dispensadas pelas mulheres ante 10 horas dos homens.

Da mesma forma que acontece com a pesquisa de ocupação de tempo em Portugal, há uma seletividade por parte dos homens nas

Gráfico 3 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, por sexo. Brasil - 2002



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

tarefas domésticas por eles executadas. Também entre os brasileiros há clara preferência pelas atividades que não são manuais ou rotineiras, como limpeza e alimentação, em privilégio de tarefas que envolvam manutenção e interseção com o espaço público, como ir ao mercado ou levar esposa e filhos ao médico.

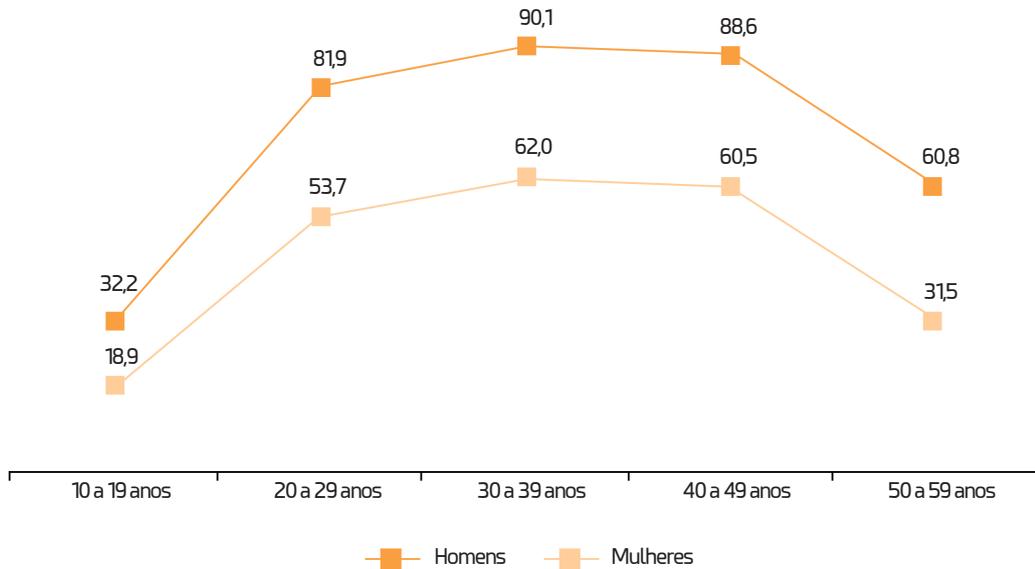
A diferença encontrada no dispêndio de tempo empregado ao trabalho doméstico não remunerado entre homens e mulheres relaciona-se diretamente com o nível de ocupação no mercado de trabalho. A maior diferença no uso do tempo entre os sexos situa-se justamente na faixa de idade educacional dos filhos, ou seja, entre o período de nascimento destes últimos até o alcance da sua idade adulta, compreendendo a mulher entre os 20 a 49 anos distanciando-as, através do papel doméstico de cuidar dos filhos, de pleno aces-

so às oportunidades no mercado de trabalho remunerado.

Conforme levantamento feito por Maria Cristina Aranha Bruschini (2007) em seu estudo sobre trabalho e gênero no Brasil, há um percentual significativo na procura de emprego por parte das mulheres: em 2005, mais da metade delas (53%) em idade ativa empregaram seu tempo na procura de ocupação laboral. No mesmo ano, 43,5% dos postos de trabalho eram ocupados pelo sexo feminino. Apesar do notável avanço ao considerarmos o histórico das médias em décadas passadas, existe ainda um enorme abismo frente às taxas masculinas de ocupação.

Um desses abismos relaciona-se com as diferenciações de gênero na educação, que dificulta a inserção da mulher do mercado de trabalho a partir do direcionamento do uso

Gráfico 4 – Proporção percentual da população ocupada, por sexo e grupos de idade. Brasil – 2001.



Fonte: Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados.

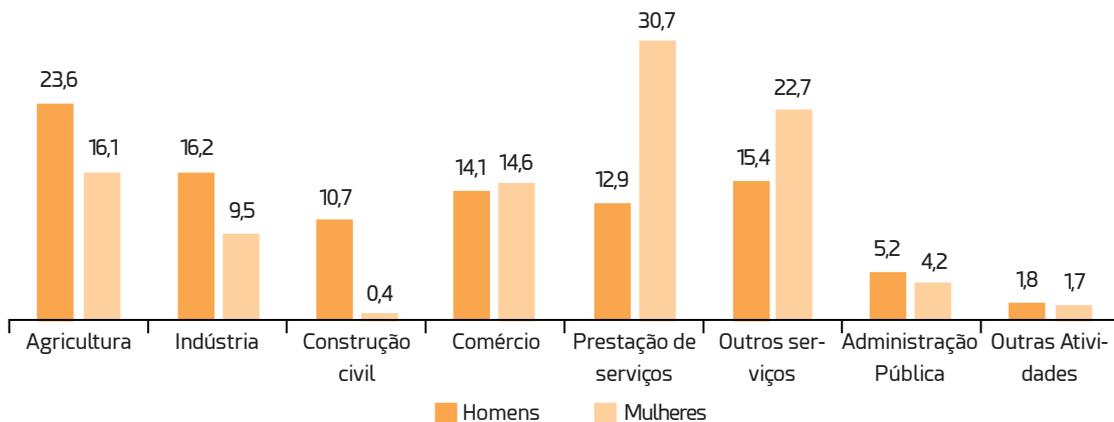
do corpo e comportamento esperado das mulheres, socialmente determinado por certas aptidões desejáveis e imputadas à população feminina, mais especificamente o trato da rotina doméstica que permeia e influi na sua realidade ocupacional dentro do mercado de trabalho.

Conforme levantamento da PNAD de 2002, 53,4% da população feminina empregada concentra-se nas atividades do setor de serviços (“prestação de serviços” e “outros

serviços”). Se acrescentado o percentual feminino que trabalha no comércio, esse contingente chega a quase 70% das mulheres. Quanto à população masculina, percebe-se que esta se distribui mais uniformemente entre os variados ramos de atividade laboral.

A diminuição no tamanho da família também tem papel fundamental na forma com que nos relacionamos com o tempo e, em especial, possui impacto maior na população feminina. Sob este aspecto, convém lembrar

Gráfico 5 – Distribuição percentual da população ocupada, por sexo e ramos de atividade. Brasil – 2001.



Fonte: Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados.

que a queda na taxa de fertilidade tem relação direta com tempo dedicado ao trabalho não remunerado da mulher visto que, histórica-

mente, tem cabido às mulheres o cuidado dos idosos no âmbito familiar. No entanto, o índice de expectativa de vida demonstra um aumen-

to equânime entre os dois países, não impondo diferença significativa entre estas as duas populações em uma base comparativa.

Sob o espectro da realidade brasileira, convém ressaltar que as transformações demográficas têm ocorrido em um ritmo muito mais acelerado que a média dos países europeus. Nos últimos quarenta anos, por exemplo, a taxa de fertilidade das brasileiras caiu de 6,14 nascimentos por mulher para atuais 1,81 (dados de 2012, Banco Mundial). Para efeito de comparação, no mesmo período de tempo a retração portuguesa foi de 3,23 para 1,28 de nascidos por mulher.

A maior qualificação da mulher encontra similaridade entre as populações brasileira e a portuguesa. Da mesma forma, as escolhas das mulheres continuam sob o seu campo tradicionalmente atuante como educação, saúde e demais humanidades. Quanto à inserção das mulheres brasileiras nas profissões de prestígio social e financeiro usualmente

de poder estabelecidas entre os sexos, que a questão gênero passou a ser tratada mais seriamente, relações tão determinantes como mecanismos de regulação da sociedade.

Essas relações de poder que regem e diferenciam os papéis, direitos, deveres e responsabilidades entre homens e mulheres, deixaram o simplismo da diferença sexual pu-



Nancy Mora



Nancy Mora

ocupados pelos homens, isto vem ocorrendo, mesmo que timidamente, a partir da expansão do ensino superior, seja ele público ou privado. Um forte indicador está no fato dessas profissionais serem mais jovens em todas as profissões consideradas, mas, no entanto, com a também histórica diferença salarial entre os sexos se fazendo presente.

Conclusão

Foi a partir de meados de 1960, com o fortalecimento do movimento feminista que embasava suas discussões pelas relações

ramente biológica como motor causador de tais representações sociais, trazendo à tona uma grande transversalidade nas relações de dominação presentes na sociedade. Como as interações e as relações entre os diversos agentes e espaços sociais começaram a ser percebidas pela diversidade com a qual se caracterizam, tornou-se imprescindível compreender os sujeitos e as inúmeras variáveis que compõe as distintas identidades, promovendo um olhar mais atento às diferenças de gênero que fazem não só parte da cultura, mas também são instituídos por ela.

Toda e qualquer mudança para a promoção da equidade entre mulheres e homens passa por mudanças estruturais que não inscrevam ou naturalizam um sistema de diferenças. Sob este aspecto, é fundamental o papel da educação no arrefecimento do binarismo dos signos presentes não só nos conceitos masculino e feminino, como também na inclusão de políticas que ajudem a desconstruir a oposição binária entre trabalho pago e o não remunerado, entre trabalho doméstico e produtivo, como também na associação entre sexo

e capacidade laboral, atuantes como ferramentas opressoras, ainda que desiguais, para homens e mulheres.

No que concerne a essas duas populações de mulheres portuguesas e brasileiras, separadas culturalmente, distanciadas geograficamente que estão por um oceano, porém com laços históricos, não há significativa diferença entre o uso do tempo e a perpetuação e reprodução deste modelo de organização social que influencia diretamente o trabalho remunerado e o trabalho não pago. Muito pelo contrário, é possível vislumbrar grandes similaridades entre elas.

As pesquisas evidenciam uma hierarquização do trabalho intelectual em sobreposição ao trabalho manual também dentro das relações do lar: a participação do homem aparece em destaque quanto a assuntos financeiros e administrativos da casa (como exceção, a jardinagem e manutenção do carro). Os demais afazeres como preparar as refeições, pôr a mesa, lavar a louça, limpar a casa, os cuidados com as crianças (vestir, dar banho, alimentar, levar à escola ou ao médico), o cuidado com os idosos e a assistência necessária aos doentes da casa de forma geral ainda recaem sobre a mulher. Este peso tem papel fundamental na disponibilidade de tempo da mulher no mercado de trabalho.

É fato que na vida moderna vem ocorrendo uma aproximação do homem ao trabalho doméstico e da mulher ao mercado de trabalho. Mas, como podemos ver diante dos dados

levantados pelas pesquisas no âmbito social português e brasileiro, esta aproximação não acontece de forma simétrica. Um dos motivos seria a permanência do trabalho doméstico como algo feminizado, entendido como rotineiro, com maior dispêndio de tempo a ser realizada proeminentemente dentro do lar, num processo diametralmente ligado à educação formal e informal mencionada no início deste trabalho, como no caso dos brinquedos e da reprodução escolar. Nota-se que a participação masculina nos trabalhos domésticos tende a ser mais em benefício próprio em contraposição ao da mulher, que socialmente deve prover toda a família. No quesito prestação de cuidados a terceiros, a participação masculina ainda tem caráter pouco rotineiro e mais relacional.

Isto indica que a questão da divisão do trabalho doméstico e não remunerado é de grande importância para o entendimento das assimetrias as quais as mulheres são impostas e decorrentes da diferenciação de gêneros.

Pesquisas mais apuradas e produzidas de forma sequencial fazem-se necessárias, levando-se em conta não só as possíveis mudanças comuns às transições temporais, mas também as diferenças nos espaços preenchidos entre os gêneros nas diversas configurações de trabalho remunerado, relacionando o tempo e as tarefas desempenhadas no âmbito do espaço público que porventura venham a influenciar na organização privada e doméstica entre homens e mulheres.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. (1998), "Le corset invisible" entrevista com Catherine Portevin. *Télérama*, n.º 2534, França.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), *A Dominação Masculina*. Editora Celta, Portugal.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. (2007), "Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos". *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. .
- CAMPOS, Ana. (2007), "Sexualidades e Feminismo". In Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida (org.), *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, Lisboa, D. Quixote.
- DYHOUSE, Carol. (1977), *Good wives and little mothers*. Oxford review of education. Inglaterra.
- DELAMONT, Sara. (1980), *Sex roles and the school*. Methuen & C.ª. Inglaterra.
- DIAS, Isabel. (2007), "Uma Abordagem Feminista dos Maus Tratos às Mulheres". In Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida (org.), *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, Lisboa, D. Quixote.
- IBGE. (2001), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística de Portugal. (2000), *O uso do tempo 1999*. Informação à comunicação social.
- PEDRO, Joana Maria. MELLO, Soraia Carolina de. OLIVEIRA, Veridiana Bartelli Vieira de. (2005), "O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Helieth Saffioti e Zuleika Alembert". *História Unisinos*. Volume 9, Porto Alegre. .
- PERISTA, Heloísa. (2007), "A partilha do privado". In Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida (org.), *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, D. Quixote, Lisboa.
- PERISTA, Heloísa. (2002), "Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens". *Análise social*.

- D. Quixote, Lisboa.
- RICH, Adrienne. (1980), *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. Inglaterra.
- ROUDINESCO, Elizabeth. (2003), *A família em desordem*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- THOMPSON, E.P. (2005), *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Companhia das Letras, São Paulo.

Recebido em: 23 de julho de 2014.

Aprovado em: 7 de agosto de 2015

O empoderamento feminino e as mulheres do programa Bolsa Família

RESUMO: A luta por empoderamento das mulheres remonta às primeiras lutas feministas, mas isso parece ser ainda mais difícil para as mulheres pobres. Neste trabalho, busca-se compreender o processo de empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, a partir do início do recebimento do benefício. A partir do relato dessas mulheres, pode-se observar que ainda há muito que ser feito para o efetivo rompimento da pobreza.

ABSTRACT: The struggle for women's empowerment goes back to the early feminist struggles. This seems to be even more difficult for poor women. In this paper, we seek to understand the empowerment process of the women who are beneficiaries of the Bolsa Família Program, since they began to receive the benefit. What could be seen from the stories of these women is that there is still much to be done for the effective disruption of poverty.

Introdução

O empoderamento feminino faz-se na vida cotidiana, como um processo de busca e conquista da autonomia e da autodeterminação a partir da própria mulher, não sendo possível que outra pessoa faça isso por ela (SARDENBERG, 2006, p. 2). O empoderamento feminino será tratado neste artigo como um conjunto de novas capacidades, provenientes da inserção das mulheres pobres no Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda de maior relevância no Brasil, com as possibilidades que ele oferece à saída da pobreza extrema.

No primeiro momento será abordado o perfil das mulheres beneficiárias Programa Bolsa Família (PBF), numa tentativa de compreender quem são essas mulheres. No segundo momento será delimitada a abordagem proposta de empoderamento feminino e suas implicações para as mulheres do PBF. No terceiro, serão mostradas a metodologia e algumas das análises dos grupos focais feitos com mulheres beneficiárias do PBF na cidade de Pedro Leopoldo – MG, a partir

dos quais observaremos o possível empoderamento promovido pelo Programa na vida dessas mulheres. Por fim, são colocadas algumas considerações finais a respeito do processo de empoderamento das mulheres beneficiárias, mostrando que alguns ajustes são necessários para o rompimento efetivo com a extrema pobreza.

As Mulheres do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda brasileiro, percebe a mulher como beneficiária preferencial, instrumentalizando o "papel feminino" nesta política de combate à pobreza (MARIANO & CARLOTO, 2009, p. 901). Ao exigir das mulheres pobres o cuidado com crianças, idosos, doentes e deficientes em troca da concessão do benefício, o Estado interfere nas atividades destas mulheres, muitas vezes reforçando o já tradicional lugar da mulher na maternidade e no cuidado (MARIANO & CARLOTO, 2009, p. 902). As mulheres chefes de família, por serem responsabilizadas pelo bem estar da família, ficam em uma situação de penúria

Priscila Williams

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
priscilawilliams@gmail.com.

Palavras-chave:

Empoderamento Feminino; Programa Bolsa Família; mulheres; pobreza.

Keywords:

Feminine Empowerment; Bolsa Família Program; women, poverty.

econômica mais acentuadamente que os homens, na visão de Melo e Bandeira (2005) em relatório da CEPAL¹, na "Série Mujer y Desarrollo". Essas mulheres são muitas vezes mal remuneradas, não conseguem sustentar a família adequadamente e são alvo dos programas de transferência de renda (MELO, 2005, p. 20).

A pobreza e a exclusão social atingem mulheres e homens diferenciadamente de acordo com o sexo porque as mulheres são sobrecarregadas com os trabalhos não remunerados, geralmente ligados às tarefas domésticas e aos cuidados dos filhos (MELO, 2005, p. 16). Ainda que as mulheres tenham chegado ao mercado de trabalho, os cargos de chefia ainda não foram devidamente acessados por elas e os seus salários permanecem menores que os dos homens, mostrando que as mulheres muitas vezes aceitam trabalhos com salários ínfimos para sobreviver com suas famílias (MELO, 2005, p. 18-19). Além disso, o fato de ser comum a presença de mulheres negras entre as 'pessoas pobres é um reflexo de um processo histórico de (re)produção de desigualdades sociais' (MARIANO & CARLOTTO, 2009, p. 902).

CAMARGO et al (2013, p. 162), analisando dados do CadÚnico de março de 2013, mostraram dados interessantes para se pensar no perfil socioeconômico demográfico das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família: eram 13.872.243 famílias com benefício médio de R\$149,71; 75,3% dos domicílios beneficiados em todo o Brasil se localizavam na área urbana; serviços de utilidade pública, fundamentais para melhorar as condições de vida das pessoas pobres, como água tratada e abastecimento por rede pública, iluminação elétrica, e coleta de lixo ainda são precários em muitos domicílios beneficiários; 93,1% dos responsáveis legais pelo PBF são mulheres; 64,2% não tinham nem o ensino fundamental.

Em março de 2013, ainda segundo o CadÚnico, os arranjos familiares mostravam que 42,4% dos domicílios brasileiros eram do tipo 'monoparental feminino' e esse número sobe para 46,8% na região sudeste (CAMARGO, 2013, p. 165). Esta estatística mostra que

esses domicílios são chefiados por mulheres e que, muitas vezes, essas mulheres ou são as únicas provedoras de recursos, ou dependem de parentes que não compõem o domicílio como mantenedores; muitas mulheres trabalham fora, fazem as tarefas domésticas e cuidam dos filhos; a idade média dessas mulheres é de 35 anos e é possível encontrar mulheres em situação de extrema vulnerabilidade social nesse contexto.

Ao mesmo tempo em que essas mulheres enfrentam problemas de inserção no mercado de trabalho, sofrem também com os rendimentos diferenciados dos homens com o mesmo nível de instrução. "Nesse sentido, a oferta de serviços de creche e de políticas de emprego e qualificação para essas mulheres é de especial importância para que possam buscar a promoção da renda familiar" (CAMARGO, 2013, p. 165). Outro fator que merece atenção é que sendo baixa a escolaridade das mulheres beneficiárias, aumenta o seu grau de vulnerabilidade, pois são restritas aos postos de trabalho que remuneram com piores salários (CAMARGO, 2013, p. 165).

As famílias brasileiras estão vivendo uma transformação na sua configuração: ainda que haja predomínio da chefia domiciliar masculina, com a tradicional dona de casa, muitos lares já têm como referência econômica uma mulher, configurando como um novo fenômeno urbano (MELO, 2005, p. 19). Neste sentido, o apontamento feito por Mariano e Carloto (2009, p. 902) gira em torno da análise da estratégia de combate à pobreza proposta pelo Programa Bolsa Família que reforça o papel social da mulher para a maternidade e as atividades ligadas à esfera reprodutiva e ao cuidado. Dada a capilaridade do PBF e sua capacidade de interferir na dinâmica relacional dos sujeitos envolvidos em suas ações, é importante, segundo Mariano e Carloto (2009, p. 902), compreender de que modo o "Estado incorpora padrões de relações de gênero e concepções de família e de mulher em seus programas que se dirigem ao âmbito das relações de cuidado". Ao direcionar as transferências às mulheres, estas são envolvidas em uma rede de obrigações com as ações

¹ Comissão Econômica para América Latina e Caribe, ligada à ONU.

estatais, caracterizando a política com forte marcador de gênero, mas ainda são deficientes para a promoção mais efetiva de cidadania para as mulheres (MARIANO & CARLOTO, 2009, p. 903). Além disso, é válido ressaltar que a família é também construída como um espaço de proteção social, à luz dos modelos de *Welfare State*, ao definir a família como núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão; dentro desse parâmetro de família, a expectativa é a de que a mulher/mãe seja o principal elemento transformador na configuração da 'boa família' (MARIANO, 2008, p. 155), o que pode vir a reforçar o lugar já tradicional de cuidadora do lar e de seus dependentes.

O Programa Bolsa Família é um investimento social, nos moldes colocados por Jane Jenson (2012, p. 89), que objetiva três aspectos: a formação ao longo da vida, a prioridade nas gerações futuras e a convicção de que o sucesso individual melhora a comunidade como um todo. É reconhecido que o lugar do cuidado dado à mulher dentro dos programas de transferência de renda valoriza o investimento social, mas, por sua vez, reduz a importância da mulher enquanto sujeito (JENSON, 2012, p. 2). Carlotto e Mariano (2008, p. 158) mostram que as mulheres são o alvo dessas políticas públicas por serem consideradas sinônimo de "família" e a elas é responsabilizada a função da maternidade e do cuidado como elementos não questionados, como natural e autêntico; a instrumentalização da mulher no espaço doméstico a partir das funções de maternidade e de cuidado contribui para a eficácia dos programas de transferência de renda e não é diferente com o PBF.

A aptidão e preferência do PBF pelo gerenciamento do benefício pelas mulheres são devidas ao senso de responsabilidade de uso da transferência de renda para investir na casa, na família e nas crianças, sendo que raramente as mulheres usam o benefício para outros fins que não alimentação, vestuário, material escolar e outros benefícios para a casa (CARLOTO, 2012, p. 122). Além disso, são

as mulheres que mais comumente renunciam aos consumos individuais em nome da família em detrimento dos outros membros; esse comportamento é observado em mulheres de outros países, mostrando que pode ser difícil para a mulher distinguir entre as despesas familiares e a própria despesa (CARLOTO & MARIANO, 2008, p. 159).

A responsabilização das mulheres pela transformação social do seu núcleo familiar pode mostrar que, apesar de haver reconhecimento da responsabilidade no investimento em alimentação, educação e saúde dos filhos, e na contrapartida exigida pelo Programa, essas mulheres podem ser ancoradas no ambiente doméstico, não lhes sendo proporcionado o processo mais amplo de empoderamento, dado que o PBF direciona seus maiores esforços nas crianças, a partir do esforço das mulheres. A igualdade sexual tão almejada pelas mulheres ainda não foi contemplada pelas políticas públicas de transferência de renda, que, dando o dinheiro preferencialmente às mulheres, dão a elas também a responsabilidade do cuidado familiar com as crianças e com os idosos. A autonomia defendida pelas feministas entende as mulheres como sujeitos de direitos em dimensões complexas e com transformações que precisam se dar em diversos níveis, além de exigirem, por exemplo, algum grau de emancipação política e de autodeterminação (CARLOTO, 2008, p. 164). Um questionamento válido a ser feito a respeito dessa ausência de investimento na formação escolar e profissional dessas mulheres-mães gira em torno do efetivo empoderamento dessas mulheres já adultas, de modo que possam ser independentes da transferência de renda e realizadas enquanto mulheres, e não apenas como mães.

O Empoderamento das Mulheres

O Feminismo, apesar de ter sua definição controversa em vários aspectos, é unânime na luta em diversas arenas pela emancipação da mulher, criticando e analisando a subordinação à qual elas estão submetidas, tais como a opressão feminina, o racismo, a su-

balternização em diversas classes trabalhadoras (ALLEN, 2005, p. 1). Uma das vertentes de estudos dentro da Teoria Feminista é a do Empoderamento Feminino e suas consequências e este é um tema relativamente novo, tanto para as feministas ativistas quanto para as acadêmicas. Neste trabalho buscar-se-á compreender o empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e quais são as consequências disso no dia a dia dessas mulheres.

A relação das mulheres e das feministas com o poder, termo que origina o 'empoderamento', é ambígua, dado seu duplo sentido: por um lado é possível observar o poder no sentido de domínio sobre a própria mulher, subjugando-a e oprimindo-a; o outro sentido é o da emancipação e do domínio da mulher de si e do próprio destino (DEERE & LEÓN, 2002, p. 53).

O empoderamento é desenvolvido como teoria e prática com vistas a equalizar a assimetria de poder que insiste em colocar as mulheres no lugar da subalternidade (COSTA, 2000, p. 38). O que as mulheres buscam com o empoderamento é o seu caráter emancipatório e igualitário para com os homens, de modo a reconfigurar a sociedade patriarcal em que vivem, com seus processos e estruturas que ainda subalternizam a mulher (DEERE & LEÓN, 2002, p. 52).

A análise do empoderamento feminino neste trabalho tem por objetivo a percepção da presença ou ausência do caráter emancipador na implementação e manutenção do Programa Bolsa Família na vida das mulheres-mães que dele são beneficiárias. Deere e León (2002, p. 54) afirmam que o empoderamento da mulher desafia as relações privadas patriarcais, pois reposiciona o homem na sua relação com a mulher, retirando-o de sua posição hegemônica. É possível observar as mudanças na tradicional posição do homem quando as decisões privadas começam a ser decididas em conjunto, seja com relação aos bens, às opiniões ou à sexualidade. O empoderamento, portanto, implica na transformação não apenas da mulher, mas também daqueles com quem ela mantém suas relações, como

companheiro e familiares (DEERE & LEÓN, 2002, p. 54; KABEER, 1999, p. 437).

Empoderamento feminino, segundo Cecília Sardenberg (2006), pode ser entendido como:

"Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do "empoderamento" é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre "nossos corpos, nossas vidas" (SARDENBERG, 2006, p. 2).

A amplitude do conceito de empoderamento pode ser claramente observada no estudo de Jo Rowlands no qual são apresentados quatro tipos de poder: *poder sobre, poder para, poder com e poder de dentro* (apud DEERE & LEÓN, 2002, p. 54). *Poder sobre* é o poder dominador e subjugador, no qual quando um lado ganha poder, o outro perde; as outras três formas de poder podem ser entendidas no seu sentido positivo e aditivo: "o aumento do poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos" (DEERE & LEÓN, 2002, p. 53).

"O poder para serve para catalisar a mudança quando uma pessoa ou um líder de um grupo promove o entusiasmo e a ação de outros. É um poder gerador ou produtivo, um poder criativo ou facilitador que abre possibilidades e ações sem dominação – ou seja, sem o uso do

poder sobre. Poder para está relacionado ao poder com, pois permite que o poder seja compartilhado. Isso se torna aparente quando um grupo gera uma solução coletiva para um problema comum, permitindo que todas as potencialidades sejam expressas na construção de uma agenda de grupo que também é assumida individualmente. Isso serve para confirmar que o grupo pode ser superior à soma de suas partes individuais. Outra forma de poder positivo e aditivo é o poder de dentro, ou poder interior. Este tem a ver com gerar força de dentro da pessoa e está relacionado à autoestima. O poder de dentro aparece quando alguém consegue resistir ao poder de outros ao rejeitar exigências indesejadas. Também inclui o reconhecimento, que se adquire com a experiência, do modo como a subordinação da mulher é mantida e reproduzida.” (DEERE & LEÓN, 2002, p. 54).

Naila Kabeer (1999, p. 437), defende que o empoderamento está ligado à capacidade de fazer escolhas e que uma pessoa 'desempoderada' é aquela a quem foi negado o direito de fazer escolhas; a noção de empoderamen-



Josi Tainá

to para Kabeer está intimamente ligada ao processo de proporcionar escolhas às pessoas a quem isso foi negado anteriormente. Empoderamento, portanto, acontece por meio do processo de aumento e melhoria na capacidade de fazer escolhas.

Kabeer afirma que o empoderamento das mulheres tem um fim em si mesmo, dado que em essência o empoderamento visa aumentar a capacidade das mulheres em se autodeterminarem (KABEER, 1999, p. 461). Sardenberg (2008, p. 25) defende que as feministas latino-americanas estão em busca de um empoderamento que suprima as desigualdades sociais entre mulheres e homens e os esforços estariam em promover um aumento da consciência da necessidade do empoderamento para a realização deste objetivo.

Neste sentido, de que modo pode-se pensar o empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no Brasil? Será que este programa de transferência de renda de fato empodera as mulheres que dele participam? Antes de analisarmos as possibilidades de empoderamento do PBF, observaremos os parâmetros propostos por Naila Kabeer em seu texto 'Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment' de 1999, a partir do qual será feita a busca por parâmetros para observação do empoderamento, trazendo-os para a realidade brasileira.

Naila Kabeer (1999, p. 437) ao falar de empoderamento, pensa nas escolhas que as mulheres têm disponíveis para fazer, observando a qualidade dessas escolhas, pois as consequências de umas escolhas são diferentes de outras. A pobreza é facilmente associada ao desempoderamento por causa das possibilidades de escolhas e alternativas indisponíveis, o que dificulta a satisfação de necessidades básicas, com ausências de escolhas significativas: "algumas escolhas são mais significativas do que outras em termos de suas consequências para a vida das pessoas" (KABEER, 1999, p. 437). Pode-se observar a capacidade de fazer escolhas em três dimensões inter-relacionadas: recursos (precondições), agência (processo) e realizações

(resultados). O sentido dado a 'capacidades' em Kabeer é bem semelhante ao teorizado por Amartya Sen (2000), que será abordado mais adiante.

Os *recursos* são o conjunto daquilo que se pode lançar mão para modificar uma situação. Eles podem ser materiais, econômicos, humanos, sociais e políticos e servem para melhorar a capacidade de fazer escolhas. Podem ser adquiridos nas diversas relações interpessoais e o acesso a esses recursos refletirá as regras e as normas sociais que cada um dos sujeitos possui e ao qual tem acesso na distribuição de recursos na sociedade. Não apenas a disponibilidade dos recursos deve ser observada no processo de empoderamento das mulheres, mas também o modo como esses recursos são, de fato, disponibilizados e passíveis de uso pelas mulheres, já que é a escolha de usar ou não tal recurso que demonstra presença ou ausência de empoderamento:

A *agência* nos estudos de Kabeer (1999, p. 445) refere-se à possibilidade que o indivíduo possui para definir seus objetivos e agir sobre eles. A agência abrange um leque vasto de ações indo além da ação propriamente dita, podendo abranger o significado, a motivação e a finalidade que os indivíduos trazem para a sua atividade. Pode-se também perceber a agência como formas de barganha, de negociação, de manipulação ou de resistência, podendo ser exercida de modo individual ou coletivo. A agência pode ter uma conotação negativa, que pode ser observada como *poder sobre*, como domínio de outrem, de modo que um sujeito sobreponha sua agência a de outra pessoa. A percepção positiva, em contraposição, é percebida como *poder para*, referindo-se à capacidade própria das pessoas para tomadas de decisão, definição de escolhas de vida, alcance de metas, ainda que se opusesse a outras pessoas. É o *poder para* que catalisa a ação das pessoas com entusiasmo e criatividade, promovendo ações sem dominação (DEERE & LEÓN, 2002, p. 54).

Kabeer (1999, p. 445) mostra, em diversos países, algumas atitudes que são consideradas indicadores de tomada de decisão e

não são muito diferentes das que podem ser observadas no Brasil: trabalho remunerado, administração do orçamento doméstico, responsabilidade pelo gasto do orçamento doméstico, capacidade de fazer pequenas e grandes compras. Uma das formas de empoderamento se dá pelo viés econômico. Entendemos que este é apenas uma das múltiplas facetas do empoderamento e da autonomia. Dada as imensas possibilidades de empoderamento, e dado que há limites para este artigo, limitaremos a análise ao caráter econômico do empoderamento. Pode-se observar a agência de uma mulher brasileira de muitas formas além dessa como, por exemplo, na denúncia a violência doméstica sofrida ou retorno à escola das mulheres-mães.

Um aspecto importante no estudo de Kabeer (1999, p. 438) é que *recursos* e *agência* em conjunto, além de promoverem as realizações, podem ser entendidos como o que Amartya Sen (2000) define como *capacidade*, refletindo o potencial que as pessoas possuem de ser e fazer de modo valorizado.

Amartya Sen (2000, p. 109) percebe a pobreza como privação de capacidades, o que envolveria inúmeras outras privações, além da renda. Alguns fatores são apontados por Sen em relação à pobreza como privação de capacidades:

- 1) pobreza como privações de capacidades intrínsecas, para além da renda (dinheiro é considerado um instrumento e não a solução);
- 2) existem outras influências na situação de pobreza além da falta de renda, já que renda não é o único otimizador de capacidades;
- 3) baixa renda e baixa capacidade é uma relação variável, podendo atingir as pessoas de modos distintos.

A qualidade das escolhas possíveis e disponíveis aos indivíduos define o quão empoderados eles são e essa qualidade de escolhas pode ser avaliada e medida cruzando-se as três variáveis propostas por Naila Kabeer: os recursos, a agência e os resultados obtidos da junção dos dois primeiros fatores. Por isso é importante compreender que a triangula-

ção desses três pontos é fundamental para a análise do empoderamento em si. Segundo Kabeer (1999, p. 452), uma análise efetiva e confiável do empoderamento das mulheres não pode separar os três âmbitos de capacitação por serem eles indivisíveis como parâmetros de medição. O cuidado metodológico dessa triangulação, ou verificação cruzada conforme colocada por Kabeer, garante que o indicador realmente meça/verifique, indo além de comprimirem dados e, muitas vezes, fazerem suposições sobre a informação que encontram; então, o cuidado metodológico da análise conjunta é para garantir a validade do indicador de empoderamento (KABEER, 1999, p. 452).

Analisar-se-á neste trabalho quais recursos estão disponibilizados às mulheres do PBF a partir de sua inserção no Programa e o que foi transformado na agência dessas mulheres, promovendo o empoderamento delas. Não há, entretanto, a intenção de uma análise exaustiva a respeito do empoderamento.

O empoderamento promovido pelo PBF na vida das mulheres

A análise do empoderamento das mulheres a que este trabalho se propõe tem como alvo as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Este estudo se guiará a partir do áudio dos grupos focais promovidos pelo NEPEM/UFMG², gentilmente disponibilizados pela professora Marlise Matos, do Departamento de Ciência Política da UFMG, em sua pesquisa "O Impacto do Programa Bolsa Família Sobre a Vida das Mulheres nos Meios Rural e Urbano – Cotidiano e Projeções para a Autonomia Feminina. O caso de Minas Gerais". Esta pesquisa aconteceu entre o janeiro de 2013 e fevereiro de 2015. Os grupos focais foram realizados entre 31/01/2014 e 27/08/2014 e por meio da análise desses grupos buscar-se-á analisar e compreender se há processo de empoderamento das mulheres beneficiárias. A seleção das participantes dos grupos dentro desta pesquisa deu-se por sorteio entre as mulheres cadastradas nas Secretarias Municipais de Assistência Social

das cidades de Pedro Leopoldo, Nova Lima e Araçuaí, todas em Minas Gerais.

A análise pretendida neste artigo é baseada na situação de vida observada das mulheres³ do meio urbano da cidade de Pedro Leopoldo, com idade entre 40 e 59 anos, perfazendo-se um total de 22 mulheres, somando-se dois grupos focais, realizados entre 30/01/2014 e 03/02/2014. As condições de trabalho e o estado civil destas mulheres estiveram misturados dentro dos grupos, por isso, não foi feita distinção entre eles para esta análise. A escolha por esse perfil de mulheres considerou a relação entre a idade e as condições de trabalho a que essas mulheres estão expostas, especialmente o adoecimento muito presente nos relatos dos grupos e a inquietação presente na situação delas: doentes demais para continuarem trabalhando com serviço doméstico e ainda longe demais da aposentadoria. Essas são as mulheres com mais experiência de vida e talvez as mais castigadas pela pobreza.

Pedro Leopoldo é um município pertencente ao estado de Minas Gerais com 91 anos de história, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte – MG, com uma população estimada⁴ em 2013 em quase 62 mil habitantes, segundo o IBGE⁵. É importante que observemos alguns aspectos sociodemográficos⁶. O IDHM⁷ do município é de 0,757, o que é considerado alto (IDHM entre 0,7 e 0,799)⁸. No *ranking* de IDH municipais, Pedro Leopoldo ocupa o 420º lugar no país e o 30º lugar em Minas Gerais. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini⁹ passou de 0,56 em 1991 e 2000 para 0,47 em 2010.

O perfil das mulheres analisadas neste artigo mostra que a média de idade dessas mulheres é de 48,8 anos; a média de filhos que vive com cada uma estas mulheres é de 3,04 filhos; a média de valor do benefício recebido é de R\$74,19 por família. A partir das análises dos percentuais, podemos observar que 63,3% das mulheres têm até a 4ª série do ensino fundamental e apenas 9,1% em ensino médio completo, evidenciando a baixa escolaridade. 54,5% das mulheres são casadas, tendo as despesas domésticas divididas com

2 Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais.

3 Neste trabalho, com nomes fictícios.

4 Estimativa a partir do Censo 2010/IBGE, que apontou 58740 habitantes

5 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

6 Os dados sociodemográficos apresentados aqui foram retirados do portal eletrônico Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, no endereço: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/pedro-leopoldo_mg, acessados em 23/05/2014.

7 IDH municipal, calculado a partir do Censo Demográfico de 2010.

8 Detalhamento do cálculo e da tabela de IDHM no site: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

9 O Índice de Gini mede a concentração de renda e mede as diferenças entre os mais pobres e os mais ricos, variando de 0 a 1, sendo que 0 representa igualdade absoluta e 1, desigualdade absoluta.

os maridos, e outras 45,5% estão em situação de chefia familiar e assumem a despesa da família sozinhas. 59,1% das mulheres não têm trabalho remunerado e 27,3% exercem atividades ligadas ao trabalho doméstico.

O objetivo nesta análise é a compreensão de como são trabalhadas as possibilidades de melhorias da condição de vida das mulheres que já estão adultas e que já sofreram um longo tempo com a pobreza nas suas vidas. O PBF tem seu principal foco na interrupção da pobreza intergeracional, com o alvo principal nas crianças e adolescentes, filhas e filhos dessas mulheres. Entretanto, entende-se que o rompimento com a pobreza deva se dar também na promoção de oportunidades e no desenvolvimento de capacidades das cidadãs responsáveis pela manutenção do Programa. No portal PNUD¹⁰, podemos observar, em linhas gerais, que o rompimento da pobreza acontece pelo desenvolvimento humano, entendendo que somente o desenvolvimento econômico não é o suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, e sim uma diversidade de aspectos como educação, trabalho e saúde.

É importante ressaltar que grupos focais não têm a pretensão de representarem o universo de mulheres beneficiárias, nem mesmo a realidade do município de Pedro Leopoldo. O que se pretende neste trabalho é uma análise qualitativa de indícios e indicações que possam nos revelar alguns aspectos relacionados ao empoderamento das mulheres beneficiárias do PBF no município.

O empoderamento feminino é importante na luta feminista por potencializar a emancipação das mulheres. As lutas feministas ocidentais, desde sua primeira onda no final do século XIX, buscam inserção das mulheres no mercado de trabalho, escolarização e educação formal, divisão equitativa das responsabilidades com os filhos e com o espaço doméstico, dentre outras inúmeras demandas (PINTO, 2010). Alguns desses pontos foram observados nos grupos focais como sendo importantes para o empoderamento e para a emancipação dessas mulheres e para se

construir as possíveis saídas da condição da pobreza.

A partir deste ponto, abordaremos o empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família analisando os grupos focais, observando o poder de escolha das mulheres beneficiárias. *Poder escolher* é fundamental para a liberdade e para a autonomia das mulheres e que empoderamento, como o próprio nome sugere, é um processo. Nele estão interseccionadas três áreas: *recursos, agência e realizações*. A partir dessas três áreas, observaremos as quatro categorias propostas anteriormente: responsabilidade da mulher-mãe com o cuidado dos filhos; a divisão sexual do trabalho; educação e profissionalização dessas mulheres; e, por fim, observar o mercado de trabalho no qual essas mulheres estão inseridas.

A partir do entendimento de empoderamento apresentado, busca-se observar recursos para empoderamento e emancipação indo além do recurso recebido pela transferência de renda, tais como a alfabetização, aperfeiçoamento profissional, promoção da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, a fim de encontrar novas oportunidades de escolhas para melhoria da vida e das escolhas às mulheres-mães. Será observado também se e de que modo a agência das mulheres beneficiárias tem sido transformada a partir dos novos recursos a fim de que elas possam sair do Programa.

Iniciemos com a escolaridade, que é considerado como recurso nesta análise. A partir dos relatos, pode-se perceber o quanto a escolaridade faria diferença na vida cotidiana e profissional dessas mulheres. Este é um recurso de empoderamento fundamental na vida das pessoas pobres, especialmente para elas. A capacidade de conseguir um emprego que lhes garanta melhores salários é alavancada com os anos que elas permanecem na escola. O mercado de trabalho no qual essas mulheres estão inseridas é aquele que exige o mínimo de estudos (muitas vezes, nenhum estudo), de modo que sem um incentivo na escolarização dessas mulheres é praticamente impossível aumentar as possibilidades de

¹⁰ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.x?indiceAccordion=0&li=li_DH

escolha de trabalho. Isabel fala claramente de sua dificuldade em ter um emprego com o recurso escolar que tem:

"igual no meu caso, sou analfabeta, não sei nada, só sei meu nome, então é difícil para achar um emprego! [...] Eu perdi uma chance de ganhar dois salários em Belo Horizonte, porque a família exige ter curso, eu não consigo curso porque eu não tenho estudo."

Parece que quanto mais "sofisticado" o trabalho, maior a exigência da formação escolar e profissional. O relato não é apenas de Isabel, mas das outras mulheres do grupo, muitas delas sem alfabetização adequada como recursos adequados para uma empregabilidade mais rentável e menos penosa.

Cecília: "é, a mesma coisa que elas falaram, é isso mesmo! Assim, na questão de emprego, né?! Porque quando a gente, é... a única coisa que assim, pra quem não tem estudo mesmo, a única coisa que aparece aqui é faxina. Quando não é faxina é serviço doméstico."

Pôde-se observar nos relatos das mulheres impossibilidade de entrada no mercado de trabalho por outras profissões que não a de faxineira, com condições menos precárias e pesadas de trabalho.

Laura: "em muita das vezes é por causa da escola, né, gente?! Infelizmente, né, a gente vê a maioria não tem formação, né?"

É o reconhecimento da escolaridade como um recurso fundamental para novas escolhas de empregos, de modo que, ao poder escolher o trabalho, possam também ser empoderadas. Simone ainda alerta para outro fator:

Simone: "Tem que saber a ler e escrever pra fazer algum curso. Eu queria fazer um curso para cuidar de idoso, não pude fazer, porque não tenho estudo e aí?!"

As formações profissionais com cursos mais curtos, como cuidadora de idosos ou de auxiliar administrativo, relativamente mais acessíveis, aos quais essas mulheres poderiam ingressar em novas profissões, têm como pressuposto a alfabetização, recurso que elas não têm. Observa-se, então, a escassez da agência dessas mulheres no mercado de trabalho dada a limitação do recurso 'alfabetização'.

A agência dessas mulheres como trabalhadoras fica restrita aos trabalhos com faxina, que muitas delas relataram não estar mais aguentando dadas as limitações da saúde do corpo, outro recurso importante para o exercício da atividade laboral. A relação entre a baixa escolaridade e a precariedade dos trabalhos disponíveis para essas mulheres é evidente. A partir da fala delas percebe-se que a dificuldade é ainda maior com o passar dos anos e o avançar da idade. Idade avançada é outro recurso limitador de agência e de escolhas para essas mulheres. Estudos comprovam que a empregabilidade das mulheres com baixa escolaridade é usualmente para trabalhos em casa de família, como limpeza e faxina, quando encontram e quando o corpo ainda é capaz de suportar essas atividades, (DIEESE, 2013; MELO & BANDEIRA, 2005).

Mas o problema observado não é apenas a baixíssima escolaridade dessas mulheres, elas também não podem pagar pelo transporte para acessar os cursos profissionalizantes, caso consigam se matricular:

Flávia: "Porque não adianta mesmo falar assim: "ó, lá em Belo Horizonte!", aí num vou ter condições de ir, durante quinze dias não vou ter condições [financeiras] de ir participar do curso, então não tem como."

Ainda que Pedro Leopoldo seja relativamente perto de Belo Horizonte e que o trajeto seja relativamente simples, as condições financeiras limitadas dessas mulheres são impedimentos para ir fazer o curso. A restrição ao recurso financeiro é recorrente na realidade de vida dessas mulheres. A contenção

e escassez do recurso financeiro têm como efeito na agência dessas mulheres o refreamento de sua agência, o que reflete na limitação do poder de escolha dessas mulheres. A consequência é o não empoderamento das beneficiárias do PBF.

Outro ponto que merece destaque é o quanto essas mulheres de Pedro Leopoldo reclamaram de adoecimento, como consequência de tantos anos trabalhando com faxina e serviços domésticos.

Patrícia: "[...] eu não trabalho fora, né?! Tenho problema de saúde tenho tendão arreventado nos dois ombros, artrose nos dois joelhos, aí eu num aguento muita coisa não porque né, minha profissão também é casa de família, sempre trabalhei em casa de família, eu acho que acabou muito também mais foi limpar parede, negócio de casa de família, e hoje em dia eu num aguento mais serviço pesado. As vezes eu faço alguma coisa, assim, lavo uma roupa, passo, mas a gente faz esforço, né?! Porque se for olhar as dor a gente num faz nada! [...] Mas que é fácil, né não! Pra mim é importante continuar recebendo (o recurso do PBF)."

São doenças como artrite ou artrose, ou ainda o rompimento de tendões, relativamente comuns em trabalhos pesados com esforço repetitivo, tal como no trabalho doméstico. O corpo físico, que pode ser entendido como recurso para o trabalho, não aguenta por muitos anos o trabalho de uma semana inteira com faxina doméstica, com alimentação e condições de vida precárias. Saúde física é um recurso muito importante para o exercício de qualquer trabalho. As doenças diminuem as possibilidades de trabalho dessas mulheres, retirando-lhes a pouca agência que elas têm.

A agência dessas mulheres como trabalhadoras fica restrita aos trabalhos com faxina, que muitas delas relataram não estar mais aguentando dadas as limitações da saúde do corpo, outro recurso importante para o exercício da atividade laboral. É verdade que o trabalho doméstico é para elas muito pesado, dadas as inúmeras dores sentidas. Ainda

assim, é este o trabalho remunerado ao qual elas têm acesso.

A relação entre a baixa escolaridade e a precariedade dos trabalhos disponíveis para essas mulheres é evidente. A partir da fala delas percebe-se que a dificuldade é ainda maior com o passar dos anos e o avançar da idade. Idade avançada é outro recurso limitador de agência e de escolhas para essas mulheres. Estudos comprovam que a empregabilidade das mulheres com baixa escolaridade é usualmente para trabalhos em casa de família, como limpeza e faxina, quando encontram e quando o corpo ainda é capaz de suportar essas atividades.

As beneficiárias, ao serem perguntadas sobre o lado ruim do Programa Bolsa Família, mostram insegurança quanto ao próprio futuro e reconhecem que elas também precisam de ajuda para a interrupção da pobreza. Observemos as respostas à pergunta 'o que é bom e o que é ruim no PBF?':

Cecília: "Bom, o bom é que a gente ganha, o ruim é quando cortar, né?! A gente vai ficando mais velha, a gente vai ficar sem ganhar nenhum, vai indo e a gente não aguenta fazer é nada. Vai chegando a osteoporose, vai chegando aquele monte de coisa que eu já to, esporão é aquilo"

Alguém: "É velhice... Você num aguenta."

Cecília: "...vai indo a gente não aguenta fazer nada. Se a gente conseguisse manter ele pra, até pra gente pagar."

Flávia: "INPS"¹¹

Cecília: "[...] A gente também merece, né?!"

Muitas dessas mulheres, analfabetas, ou semianalfabetas, com seus corpos desgastados por grandes esforços em trabalhos pesados ao longo de suas vidas desde muito cedo, percebem que a interrupção do acesso ao PBF é uma desvantagem, pois ser beneficiária lhes garante acesso a serviços públicos e oportunidades, como descontos nas contas de água e luz e no recolhimento da guia de INSS, que elas não têm por outra via. Ainda

¹¹ Instituto Nacional de Previdência Social, este era o nome dado ao instituto antes da Constituição de 1988, que ampliou suas atribuições e alcances. A sigla antiga ainda é usada por algumas pessoas, mas se referem efetivamente ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

que elas possam ser aposentadas por tempo de contribuição ou por idade, há ainda a preocupação com o período em que ficarão sem o Bolsa Família e cumprir o tempo de contribuição ou de trabalho exigidos pelo INSS.

Pelo relato dessas mulheres, o benefício do Programa Bolsa Família é o único recurso financeiro com o qual essas mulheres podem contar mensalmente. Desta forma, a retirada dessas mulheres do Programa a diminui ainda mais os recursos disponíveis e da agência dessas mulheres, deixando-lhes novamente na situação de penúria em que viviam antes do acesso ao Programa, já que essas mulheres não conseguem voltar a trabalhar. O Programa Bolsa Família exige, prioritariamente, que o benefício seja entregue a mulheres que tenham crianças sob seus cuidados, mas não somente a elas. Pessoas adultas com renda inferior a R\$70 mensais podem requerer o benefício também. Entretanto, nem sempre esta informação fica clara para as beneficiárias e nem a oportunidade de ingresso no PBF sem as crianças está disponível para as beneficiárias presentes nos grupos analisados. Se essas mulheres só usufruírem dos benefícios enquanto estiverem na função de cuidadoras de crianças e adolescentes, o Programa não pode ser considerado um instrumento de empoderamento efetivo e perene das mulheres-mães que dele participam com seu trabalho efetivo e gratuito. É fato que elas usufruem dos benefícios enquanto estão cuidando da escolaridade de seus filhos, mas a saída do programa com o avançar da idade dos filhos antes que elas próprias atinjam idade mínima para aposentadoria, já que não têm condição de trabalho, deixa-as numa situação de absoluta insegurança em relação ao porvir e não em condições de empoderamento e de agência em relação ao futuro, como se desejaria para o efetivo rompimento com a pobreza. De acordo com o que foi relatado pelas mulheres nos grupos analisados, quase nenhum recurso, além do financeiro, está disponível para elas, tais como melhoras nas condições de empregabilidade e nem melhora nas opções de escolhas disponíveis para elas.

É interessante observar como as mulheres

reivindicam sua participação no Programa por serem elas também merecedoras do benefício e não apenas seus filhos. As falas no trecho anterior mostram que as mulheres se preocupam com o próprio futuro e com a incerteza de recursos para elas próprias quando seus filhos saírem do Programa. Pode-se, então, perceber a falta de recursos proporcionados às mulheres-mães, indicando ausência de empoderamento efetivo e a longo prazo dessas mulheres. Enquanto estão inseridas no Programa, essas mulheres recebem o recurso financeiro que pode proporcionar a elas o cumprimento do papel de mãe, o que para elas é importante. Por outro lado, essas mulheres são "esquecidas" dentro do Programa e acabam perdendo a esperança e a crença de que podem mudar seu próprio futuro. Não aparece dentro das diretrizes do PBF nenhuma ação que efetive a saída das mulheres adultas da pobreza.

Considerações finais

Não há dúvidas de que as crianças, filhos e netos, das mulheres aqui estudadas têm e/ou terão melhores condições de alimentação e de estudos em comparação às gerações anteriores. As mulheres-mães também se alimentam melhor enquanto estão em condições de participarem com seus filhos do PBF. As amarras da pobreza extrema têm sido desfeitas aos poucos com o Programa Bolsa Família. Pode-se observar isso a partir das diversas pesquisas em que fica evidente que as mulheres beneficiárias se sentem um pouco mais seguras em relação à manutenção dos mantimentos em casa para alimentar os filhos recebendo elas mesmas o dinheiro do benefício (OECD, 2011; REGO & PINZANI, 2013).

Contudo, para que essas mulheres sejam de fato empoderadas, é necessário mais que somente a transferência de renda. Essas mulheres ainda permanecem alijadas do processo de empoderamento efetivo, com quase nenhum aumento do seu poder de escolha. É necessário, por exemplo, que essas mulheres

recebam incentivos que as retirem do verdadeiro "atraso" que a pobreza vivida cotidianamente, muitas vezes lhes impõe desde a infância. Esse "atraso" é de múltiplas ordens: "atraso" intelectual, "atraso" na formação profissional, "atraso" na escolarização, etc. As doenças causadas por trabalhos pesados deixaram danos muitas vezes irreversíveis aos seus corpos, já cansados e mal nutridos.

Educação e profissionalização para essas mulheres são recursos que se fazem urgentes. Promover o letramento e alfabetização de jovens senhoras para que seu futuro seja menos penoso se faz igualmente premente. Promoção de cursos profissionalizantes que efetivamente lhes promova melhores oportunidades de trabalho, tanto em termos de remuneração quanto em termos de qualidade de vida laboral, são igualmente urgentes. Tudo isso representaria o aumento dos recursos possíveis a essas mulheres, impactando positiva e diretamente na agência dessas mulheres e nas realizações possíveis a elas.

O que pode ser observado é que o empoderamento direto ou focado exclusivamente nelas é quase nenhum, visto que a elas não são dadas alternativas reais de melhora nas condições de sua própria vida, de seu futuro, de seu trabalho. Elas usufruem dos benefícios do programa enquanto estão trabalhando para mudar a realidade de seus filhos e se esforçando para mantê-los nas escolas, saudáveis e bem alimentados. Mas essas mulheres parecem ser "descartadas" quando seus filhos ultrapassam a idade limite do Programa, sem que a elas tivessem sido dadas oportunidades reais de escolarização e profissionalização, de empoderamento e de autonomia. Parece-nos, que lhes é retirado não só o dinheiro da transferência de renda, que é muitas vezes a única renda, mas também a oportunidade de melhora de vida e de uma aposentadoria menos penosa. A melhora nas condições de vida não é apenas na alimentação, mas de forma mais ampla, com possibilidade de ter uma casa com

um mínimo de infraestrutura, que garanta luz elétrica e o encanamento para água e esgoto. Percebemos que a retirada dessas mulheres do programa quando seus filhos completam dezoito anos pode ser devastador para elas que já não conseguem mais trabalhar, mesmo com a faxina ou em casa de família, pois têm seus corpos adoecidos, limitando ainda mais sua pouca agência. Nada garante que os filhos cuidarão dessas mães no futuro, por isso é necessário dar a elas, enquanto beneficiárias do Programa, melhores condições de emancipação e empoderamento de modo tão premente quanto é dado aos seus filhos.

O Programa Bolsa Família cumpre seu papel de cuidar das próximas gerações de trabalhadores. No entanto, ao usar a mão de obra das mulheres-mães, o PBF deveria ser mais atento para com essas mulheres, de modo a proporcionar-lhes também uma velhice digna. A essas mulheres ainda não foi possível pensar em um futuro melhor, em casa própria, em renda digna, em melhoria de escolaridade ou de trabalho e essa é a parte ruim do Programa para elas. A autoestima dessas mulheres é mínima, a falta de escolhas ao longo de suas vidas subtraiu de seus imaginários outras formas de viver a vida, outras possibilidades de vida. Não há muitas escolhas. Na verdade, quase nenhuma.

Para que o Programa Bolsa Família efetivamente rompa com a pobreza que assola 25% dos brasileiros, é preciso que sejam pensadas alternativas, além das que estão postas, de modo a criar escolhas e empoderamento para essas mulheres que ainda viverão por muitos anos. Alfabetização das mulheres adultas e alternativas para empregabilidade são algumas soluções possíveis para promover recursos e transformar positivamente a agência dessas mulheres, de modo a garantir a elas o rompimento com a pobreza da mesma forma que se propõe a fazer em relação aos seus filhos e netos.

Referências Bibliográficas:

- ALLEN, Amy. (2005), "Feminist Perspectives on Power." *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em <<http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#Bib>>. Acesso em 12/05/2014.
- ALVES, Branca Moreira. (1980), *Ideologia e Feminismo – A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Editora Vozes, 1ª edição.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Perfil do Município de Pedro Leopoldo-MG*. Disponível em <http://www.atlas-brasil.org.br/2013/pt/perfil/pedro-leopoldo_mg>. Acesso em 03/05/2014.
- BRASIL. LEI Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. *Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências*.
- CAMARGO, Camila Fracaro; CURRALERO, Claudia Regina Baddini; LICIO, Elaine Cristina. MOSTAFA, Joana. (2013), "Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o cadastro único revela?". In: CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Cortes. (org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília.
- CARLOTO, Cássia Maria. & MARIANO, Silvana. (2008), "A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social". *Sociedade em Debate*, Pelotas, 14(2): 153-168, jul-dez.
- CARLOTO, Cássia Maria. (2012), "Condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda e Autonomia das Mulheres". *Sociedade em Debate*, Pelotas, 18(2): 121-130, jul-dez.
- COSTA, Ana Alice. (2000), "Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres". In: *Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pró-Gavião*. Vitória da Conquista, 16 a 18 de fevereiro. Disponível em <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/textosapoio1.pdf>>. Acesso em 06/02/2014.
- COSTANZI, Rogério Nagamine & FAGUNDES, Flávio. (2010), "Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família". In: CASTRO, Jorge Abrahão de & MODESTO, Lúcia. *Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios*. v. 1. IPEA, Brasília.
- DEERE, Carmem Diana & LEON, Magdalena. (2002), *O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina*. Ed. UFRGS.
- DIEESE. (2013), *O Emprego Doméstico no Brasil*. Estudos e Pesquisas, n. 68.
- IBGE. *Cidades*. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314930&search=|inifogr%E1ficos:-informa%E7%F5>es-completas>>. Acesso em 10/05/2014.
- JENSON, Jane (2012). "Políticas Públicas e Investimento Social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres?". *Estudos Sociológicos*, Araraquara, v. 17, n. 32, p.87-106.
- KABEER, Naila. (1999), "Resources, Agency, Achievements: reflections on the measurement of women empowerment." In: *Development and Change*. Vol. 30, p. 435-464. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-7660.00125/abstract>>. Acesso em 02/05/2014.
- KYMLICKA, Will. (2006), *Filosofia Política Contemporânea*. Ed. Martins Fontes. 1ª edição.
- MARIANO, Silvana Aparecida (2008), "Traduções Político-Culturais de Gênero na Política de Assistência Social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no Programa Bolsa Família". *Gênero*. Niterói, v.9, n. 1, p. 155-187, 2º sem.
- MARIANO, Silvana Aparecida & CARLOTO, Cássia Maria. (2009), "Gênero e Combate à Pobreza: Programa Bolsa Família". *Estudos Feministas*. Florianópolis. 17(3): 312, setembro-dezembro. p. 901-908.
- MELO, Hildete Pereira & BANDEIRA, Lourdes. (2005), "A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil". *Unidad Mujer y Desarrollo*. Projecto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero. Nações Unidas – CEPAL - Santiago de Chile, junho.
- OECD. (2011), *Family Grant Programme, Federal Ministry of Social Development and Fight Against Hunger*. Public Sector Integrity in Brazil.
- PINTO, Celi Regina Jardim. (2010), "Feminismo, História e Poder". *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-23, jun.
- REGO, Walquiria Leão; & PINZANI, Alessandro. (2013), *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP.
- SARDENBERG, Cecília M. B. (2006), "Conceituando "Empoderamento" na perspectiva Feminista". In: *I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO*, NEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5-10 de junho. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em 02/05/2014.
- SARDENBERG, Cecília; CAPIBARIBE, Fernanda; SANTANA, Carolina. (2008), "Tempos de Mudança, vidas em mutação: o empoderamento de mulheres na Bahia através de gerações". *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>. Acesso em 13/05/2014.
- SEN, Amartya. (2000), *Desenvolvimento como Liberdade*. Companhia das Letras.

Recebido em: 24 de junho 2014.

Aprovado em: 12 de setembro de 2015



Josi Tainá

A influência do patriarcado na baixa representação das mulheres no congresso nacional

RESUMO: Através de análise do nível de atuação feminina dentro do poder Legislativo brasileiro, bem como da estrutura patriarcal como formuladora de valores e concepções da sociedade na qual vivemos, este artigo tem como objetivo compreender de que maneira o patriarcado é capaz de influenciar na baixa representatividade das mulheres no Congresso nacional. Foram utilizados livros, artigos acadêmicos, dissertações e dados estatísticos como principais fontes de informação para a realização deste trabalho, que aponta para a necessidade de políticas afirmativas efetivas, bem como uma reforma política que tenha como principal objetivo a inclusão de minorias sociais e/ou numéricas, para que o espaço político brasileiro seja de fato um ambiente plural e inclusivo.

ABSTRACT: Through analysis of the level of female within the Legislative Brazilian power, as well as the patriarchal structure as values policymakers and conceptions of society in which we live, this Article aims to understand in what way the patriarchy is capable of influencing the low representation of women in the national Congress. Using academic books, articles, dissertations and statistical data as the main sources of information for the completion of this work, which points to the need for affirmative policies effective, as well as a political reform that has as main objective of inclusion of social minorities and/or numeric, for which the Brazilian political space is in fact a plural and inclusive environment.

Introdução

Este artigo tem como objetivo demonstrar o quanto o espaço político institucional é tradicionalmente atribuído aos homens e exclui significativamente a grande maioria das mulheres, levando em conta o fato de que estas representam não só mais da metade da população brasileira, como também são mais da metade da população votante no país.

Os fatores que podem explicar a defasagem no número de legisladoras brasileiras são vários, no entanto, apenas os fatores relativos à cultura patriarcal serão tratados aqui.

Buscaremos compreender até que ponto uma sociedade que tem suas atitudes, valo-

res, costumes e crenças baseadas no tradicionalismo e no patriarcalismo é capaz de influenciar na presença de mais ou menos mulheres atuando no poder Legislativo federal brasileiro, bem como quais são as características desta sociedade que contribuem para tornar o ambiente político formalizado pouco permeável para a categoria feminina.

O objeto de estudo a ser analisado são as mulheres candidatas a cargos eletivos no poder Legislativo, bem como deputadas que já se encontram inseridas na Câmara Federal. Será feita uma comparação entre o número de homens e mulheres candidatos/as, bem como entre o número de homens e mulheres eleitos/as desde a redemocratização do Bra-

Laura Gomes

Barbosa

Graduada em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.
lauragb.barbosa@gmail.com.

Palavras-chave:

Mulheres; Política; Patriarcado.

Keywords:

Women; Policy; The Patriarchate.

sil, além de análise das atividades realizadas dentro do Congresso nacional pelas mulheres que conseguiram se eleger, a fim de compreendermos qual o impacto que uma sociedade arraigada nos moldes patriarcais, que tem na figura masculina o seu centro e foco, exerce sobre as mulheres que desejam se envolver com o mundo da política. Analisaremos também as principais características do patriarcado como estrutura social, como forma de facilitar a compreensão de porque a representação feminina é tão baixa nos dias de hoje, quando as mulheres se encontram inseridas no mercado de trabalho e têm conquistado, dia após dia, a autonomia e independência que durante muito tempo lhes foram cerceadas.

Na primeira seção deste artigo será feita uma breve análise do último pleito nacional, que corresponde à 55^o legislatura (2015 – 2019), na qual poderemos observar os valores numéricos e percentuais das candidaturas e dos resultados da eleição de homens e mulheres em todos os estados do Brasil. Na segunda parte trataremos das características de uma sociedade arraigada nos moldes patriarcais, do surgimento e perpetuação do patriarcado moderno como estrutura social e da forma como este acomete a vida das mulheres que vivem nesta sociedade. Já a terceira seção deste trabalho tem como objetivo analisar de que forma o patriarcado moderno, principalmente através da divisão sexual do trabalho, é capaz de influenciar na maior ou menor participação política feminina no Congresso brasileiro.

A metodologia aplicada para a realização deste artigo consiste em revisão bibliográfica de material que aborde o tema da sub-representação feminina no poder Legislativo federal brasileiro, do patriarcado como estrutura social dominante em nossa sociedade, assim como dados numéricos e percentuais coletados em portais de relevância nacional que contribuem para as pesquisas acadêmicas sobre igualdade de gênero no país. As fontes utilizadas são livros, artigos, dissertações, bem como registros estatísticos atuais disponibilizados em portais na internet.

Seção 1 - A representação parlamentar das mulheres no Brasil

Considerando o fato de que a sub-representação das mulheres dentro da política formal se trata de um fenômeno mundial, e não exclusivo do Brasil, e levando em conta a importância da relação entre democracia e representatividade feminina, o objetivo desta seção é tentar compreender como tem ocorrido a evolução das mulheres dentro da política formal. Através de dados estatísticos de eleições parlamentares a partir da elaboração da Constituição de 1988 até os dias atuais, pode-se perceber o quanto as mulheres são, historicamente e ainda hoje, alijadas dos espaços de poder, assim como foram, durante muito tempo, alienadas do direito de escolher seus representantes nas urnas.

1.1 - A conquista do direito de voto feminino

Segundo Luís Felipe Miguel (2014, p. 93), de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o movimento de mulheres teve como seu foco principal a busca pelo direito ao voto feminino, haja vista que este representava, principalmente, "o reconhecimento, pela sociedade e pelo Estado, de que as mulheres tinham condições iguais às dos homens para gerir a vida coletiva e também que elas possuíam visões do mundo e interesses próprios, irredutíveis aos de seus familiares" (*Id. Ibid.*).

O voto feminino, instituído em 1932 no Brasil, inicialmente permitiu apenas que mulheres casadas com permissão do marido, viúvas, e solteiras com renda própria pudessem votar. Mais tarde, em 1934, essas restrições foram retiradas, apesar de o voto ainda não ser considerado obrigatório para mulheres. Apesar de inúmeras restrições e percalços, o voto feminino se mostrou crucial para a entrada, ainda que indireta, das mulheres no universo da política, área tradicionalmente considerada como exclusividade masculina; além de dar às mulheres o caráter de cidadãs ativas, assim como já o havia sido dado aos homens, e a possibilidade de estas escolhe-

rem seus representantes e possuem maior poder de decisão sobre o futuro político do país. Miguel ainda aponta que, com a conquista do direito ao voto, havia a crença de que a via de acesso aos espaços de poder se tornaria, automaticamente, mais permeável à presença das mulheres e mais sensível às suas demandas.

Entretanto, a instituição do sufrágio feminino não significou uma maior representação das mulheres no Parlamento brasileiro. Estas, apesar da possibilidade de envolvimento com o espaço político através do voto, se viam sub-representadas e marginalizadas no que diz respeito à política institucional. De acordo com o autor supracitado: "as décadas seguintes à obtenção do sufrágio feminino mostraram que era perfeitamente possível a convivência entre o direito de voto das mulheres e uma elite política formada quase exclusivamente por homens" (*Id. Ibid.*), deixando claro que a supressão das barreiras legais que impediam as mulheres de exercerem a cidadania através do direito de escolher seus representantes não significou o acesso a condições equânimes no que diz respeito ao ingresso dentro dos espaços formais de poder e tomada de decisão.

1.2 – A representação feminina pós-Constituição de 1988 até os dias atuais

O panorama de sub-representação e marginalização feminina do início do século XX pode, ainda hoje, ser reconhecido no poder legislativo brasileiro.

Com a promulgação da Constituição de 1988, esperou-se que a representação das mulheres aumentasse quantitativamente, porém, o crescimento foi pouco significativo, mesmo com a adoção de medidas afirmativas, como a política de cotas (Lei 9100/95), que foi instituída em 1995 e aplicada pela primeira vez em 1996 nas eleições municipais, mas somente aplicada no Legislativo federal em 1998 (ARAUJO, 2001).

Os números das eleições de 2014, último pleito nacional, mostram que ainda há muito a se fazer para conseguirmos alcançar a paridade entre os sexos na Câmara dos deputados: o Brasil teve apenas 51 (9,95%) deputadas federais eleitas, sobre um total de 2273 (31,85%) candidaturas femininas. Números muito pequenos quando comparados com as candidaturas masculinas: 462 (90,05%) deputados eleitos, totalizando 4864 (68,15%) candidatos. Nas tabelas abaixo, estão alguns

Tabela 1: Câmara dos Deputados – Candidaturas - UF/Sexo Eleições 2014 – Brasil

UF	Mulheres		Homens		Total
	N.A.	%	N.A.	%	
AC	22	33,85	43	66,15	65
AL	40	32,79	82	67,21	122
AM	29	34,94	54	65,06	83
AP	41	35,34	75	64,66	116
BA	127	32,73	261	67,27	388
CE	65	29,82	153	70,18	218
DF	44	32,84	90	67,16	134
ES	60	31,25	132	68,75	192
GO	55	31,25	121	68,75	176
MA	91	33,09	184	66,91	275
MG	219	31,38	479	68,62	698
MS	44	33,85	86	66,15	130
MT	37	32,74	76	67,26	113
PA	71	33,02	144	66,98	215
PB	36	30,77	81	69,23	117
PE	58	32,77	119	67,23	177

PI	37	33,04	75	66,96	112
PR	109	31,69	235	68,31	344
RJ	332	30,77	747	69,23	1079
RN	32	32,00	68	68,00	100
RO	31	32,63	64	67,37	95
RR	28	32,94	57	67,06	85
RS	105	32,01	223	67,99	328
SC	49	33,79	96	66,21	145
SE	29	32,22	61	67,78	90
SP	464	31,27	1020	68,73	1484
TO	18	32,14	38	67,86	56
Total	2273	31,85	4864	68,15	7137

Fonte: TSE – Dados Preliminares - 26 de agosto de 2014.

dados importantes sobre as eleições para deputado/a federal do ano de 2014, bem como sobre suas respectivas candidaturas, classificadas por sexo e unidade federativa, onde pode ser observada a enorme discrepância de gênero.

É visível na Tabela 1 que, em nenhum estado brasileiro, as candidaturas de mulheres são maioria ou estão em paridade com os homens. Em todas as unidades da federação, a distância entre o número de candidaturas femininas e masculinas é bem grande: no Ceará (CE), onde houve a maior discrepância, as mulheres representaram apenas 29,82% das candidaturas, seguido pela Paraíba (PB) e pelo Rio de Janeiro (RJ), ambos com 30,77% de candidatas. Os estados que obtiveram per-

centual um pouco maior de candidaturas femininas foram o Amapá (AP), com 35,34% e o Amazonas (AM), com 34,94% de mulheres candidatas a um cargo no Legislativo federal.

Essa distância entre os números, quando o processo eleitoral ainda se encontra na fase das candidaturas, pode ocorrer devido à falta de incentivo, por parte da política eleitoral e institucional, para que as mulheres sejam mais presentes politicamente. Durante décadas, o cenário político pertenceu exclusivamente aos homens, e ainda hoje são muitos os empecilhos encontrados pela parcela feminina da população para ingressar nesse ambiente, dentre eles a divisão sexual do trabalho.

Abaixo, estão os resultados das eleições para deputado/a federal do ano de 2014.

Tabela 2: Câmara dos Deputados – Eleitos - UF/Sexo - Eleições 2014 – Brasil

UF	Mulheres	Mulheres	Homens	Homens	Total
	N.A.	%	N.A.	%	
AC	1	12,50	7	87,50	8
AL	0	0,00	9	100,00	9
AM	1	12,50	7	87,50	8
AP	3	37,50	5	62,50	8
BA	3	7,70	36	92,30	39
CE	2	10,0	20	90,00	22
DF	1	12,50	7	87,50	8
ES	0	0,00	10	100,00	10
GO	2	11,76	15	88,24	17
MA	1	5,56	17	94,44	18
MG	5	9,44	48	90,56	53
MS	1	12,50	7	87,50	8

MT	0	0,00	8	100,00	8
PA	3	17,7	14	82,30	17
PB	0	0,00	12	100,00	12
PE	1	4,00	24	96,00	25
PI	2	20,00	8	80,00	10
PR	2	6,67	28	93,33	30
RJ	6	13,04	40	86,95	46
RN	1	12,50	7	87,50	8
RO	2	25,00	6	75,00	8
RR	2	25,00	6	75,00	8
RS	1	3,23	30	96,77	31
SC	2	12,50	14	87,50	16
SE	0	0,00	8	100,00	8
SP	6	8,57	64	91,43	70
TO	3	37,50	5	62,50	8
Total	51	9,95	462	90,05	513

Fonte: TSE - Eleições Gerais 2014 – 05 de outubro de 2014

Nenhum estado brasileiro ultrapassou 40% de mulheres eleitas. Os números mais alarmantes se encontram no estado de São Paulo, com apenas seis mulheres eleitas, em um total de 70 deputados/as, seguido por Minas Gerais, com cinco deputadas eleita em um total de 53, fatos que contrariam a tão difundida hipótese de que quanto mais desenvolvido for o estado, menores serão as desigualdades de gênero. No resultado geral, de 513

deputados/as que ocupam o cargo da Câmara atualmente, apenas 51 são do sexo feminino, comprovando a tese de que as mulheres estão sim sub-representadas no Congresso brasileiro.

Nas próximas tabelas, estão dados sobre as candidaturas e eleições na Câmara dos deputados, a partir da promulgação da Constituição de 1988, que marca o fim do processo de redemocratização do Brasil.

Tabela 3: Número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados – 1990 a 2006

Ano da Eleição	Número de Deputadas
1990	29
1994	32
1998	29
2002	42
2006	46
2010	45

Fonte: AVELAR (2001) e Cfemea

Desde as eleições de 1990, pode-se observar uma melhora no número de parlamentares do sexo feminino, mas ainda assim o crescimento se mostra pouco significativo, tanto em números absolutos quanto em termos percentuais. A fim de incentivar a entrada das mulheres dentro da política institucional, foi criado no Brasil o sistema de cotas, a partir da Lei nº 9100 de 1995 que, após duas reformula-

ções, uma no ano de 1997 com a Lei nº 9504 e outra no ano de 2009 com a Lei nº 12034, para que pudesse se adaptar ao tipo de sistema eleitoral brasileiro, prevê o mínimo de 30% e o máximo de 70% das vagas de candidatura para ambos os sexos em eleições regidas pelo sistema de representação proporcional (vereadores/as, deputados/as estaduais e deputados/as federais). Entretanto, a política de co-

tas ainda tem muito que amadurecer para de fato obtermos um resultado mais favorável às mulheres nas eleições, como por exemplo, prever punição ao partido que descumprir-la, o que ainda não acontece.

É possível perceber, na Tabela 4, o resultado razoável que a política de cotas obteve nas candidaturas de mulheres, ao contrário do resultado que obteve entre as parlamentares eleitas.

Tabela 4: Proporção de mulheres candidatas e eleitas para a Câmara dos Deputados – 1994 a 2006

Ano	% Mulheres no total de candidatas	% Mulheres no total de eleitos
1994	6,2	6,2
1998*	10,4	5,6
2002	11,5	8,2
2006	12,6	8,9
2010	19,4	8,7

Fonte: Araújo (2001a) e Cfemea Nota: *Neste ano, foram realizadas as primeiras eleições nacionais já com a legislação de cotas.

Apesar de o número de candidatas a cargos eletivos na Câmara ter aumentado, mesmo que de forma pouco significativa, nas eleições de 1998, que marcam o início da legislação de cotas no nível nacional, comparando com as de 1994, a quantidade de eleitas diminuiu, tendendo a subir somente em 2002, e não obtendo crescimento significativo desde então.

Esse quadro de déficit na representação descritiva das mulheres no Parlamento brasileiro se torna ainda mais preocupante uma vez que a população feminina é maioria no país (51,5%) e do eleitorado (51,9% em 2012), no entanto, tem sido constantemente minoria nos organismos da política formal.

1.3 – O modelo de Manon Tremblay

Manon Tremblay (2007) trata de explicar a sub-representação das mulheres como um fenômeno complexo e, portanto, multicausal. A autora aponta como a principal variável, que pode influenciar negativa ou positivamente a eleição de mulheres, o tipo de *sistema eleitoral* vigente no país. Alguns sistemas eleitorais são mais favoráveis do que outros, por exemplo, sistemas proporcionais são vistos, pela literatura em geral, como mais propensos a eleição feminina, ao contrário dos sistemas majoritários.

Como variáveis secundárias, Tremblay aponta *outros fatores políticos*, que podem conter desde programas de ações afirmativas, tais como as cotas, até o tipo de sistema partidário, entre outros; os *fatores socioeconômicos* também são apontados pela autora, e incluem o acesso à educação, a atuação no mercado de trabalho e as obrigações domésticas. A terceira e última variável secundária, sobre a qual este trabalho pretende analisar, está relacionada com os *fatores culturais*, uma vez que, histórica e culturalmente, a política se consolidou como uma área terminantemente masculina, e só recentemente as mulheres têm conseguido – de forma mais intensa em alguns locais, e menos em outros - conquistar seu espaço dentro desse ambiente de poder e tomada de decisão. A intenção deste trabalho é tentar compreender a relação entre sub-representação parlamentar feminina e a sociedade patriarcal. Em outras palavras, reconhecendo a multicausalidade do fenômeno de sub-representação descritiva das mulheres, iremos focar no aspecto relacionado aos fatores culturais, explorando em que medida pensamentos e concepções ainda bem arraigadas no tradicionalismo são capazes de influenciar na eleição de mais ou menos mulheres, e quais os impactos, diretos ou indiretos, desse tipo de sociedade na vida

das mulheres que nela vivem.

Seção 2 - O Patriarcado

"A longa noite patriarcal da humanidade está chegando ao fim. Está alvorecendo, mas o sol é visível apenas para uma minoria" (Göran Therborn).

Entre os fatores destacados por Manon Tremblay para explicar a baixa representatividade das mulheres no campo da política formal, estão os fatores culturais, que têm na sociedade patriarcal seu principal suporte.

Aqui, focaremos no patriarcado, que pode ser resumido como um sistema de organização social que tem no homem a principal figura da sociedade, e que é capaz de exercer autoridade sobre as mulheres, os filhos, sobre pessoas pertencentes a classes inferiores e também sobre toda a cultura, religião e economia vigentes, que contribuem na sustentação desta estrutura social.

A fim de compreender suas características, bem como sua capacidade de se perpetuar ao longo dos séculos em toda a sociedade ocidental, a ponto de influenciar a vida política, econômica, religiosa, familiar e social das pessoas que nela vivem, buscaremos entender de que forma uma sociedade fundamentada na estrutura patriarcal é capaz de beneficiar padrões homogêneos de pessoas, e de prejudicar minorias heterogêneas, não somente numéricas, mas também minorias sociais, como é o caso das mulheres no Brasil.

2.1 – As diferenças entre sexo e gênero

Para compreendermos melhor o poder e a influência que uma sociedade estruturada no patriarcalismo é capaz de exercer sobre a vida das mulheres que nela vivem, é crucial entendermos primeiro quais características definem e distinguem as palavras "sexo" e "gênero".

Primeiramente, o conceito de "sexo" compreende uma característica biológica dos seres humanos, logo, mulheres e homens nascem com diferenças físicas que se restringem aos órgãos que têm como função a reprodu-

ção. Todavia, quando essas diferenças biológicas são utilizadas como pretexto para atribuir papéis e funções diferenciadas a cada um dos sexos, definindo determinados papéis e funções como femininos, e outros como masculinos, o conceito passa a ser de "gênero", e não mais de "sexo".

Sexo nada mais é que uma diferença física e anatômica natural, a qual já nasce conosco, ao contrário do gênero, que é uma construção social embasada nas diferenças sexuais entre os seres humanos, e que é fortemente utilizada dentro da sociedade patriarcal como argumento para explicar as discrepâncias existentes entre homens e mulheres dentro desta sociedade.

2.2 – O surgimento e a perpetuação do patriarcado como estrutura social

Simone de Beauvoir (1970:81), em sua obra "O Segundo Sexo – Fatos e Mitos", diz que: "(...) quando duas categorias humanas se acham em presença, cada uma delas quer impor à outra sua soberania (...). Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão."

O patriarcado surge como estrutura social opressora na antiguidade, a partir de uma justificativa biológica na qual os homens constituíam categoria privilegiada por possuírem maior força física, diferentemente das mulheres, que por serem consideradas mais fracas fisicamente e não gerarem os mesmos rendimentos no trabalho agrícola, eram vistas como inferiores e, por isso, permaneciam subjugadas exclusivamente a trabalhos relacionados à criação e à reprodução da vida humana.

Entretanto, é com o advento da propriedade privada que o patriarcado passa a ser de fato compreendido como um poderoso meio de benefício para os homens, em detrimento da liberdade individual das mulheres. Por pertencerem primeiramente aos pais e, após se casarem, pertencerem aos maridos, as mulheres eram vistas apenas como um elemento estabilizador, que tinha como principal função a manutenção do patrimônio mascu-

lino através da constituição de família e da herança.

Como os homens detinham para si o poder de criar leis, bem como de interpretá-las e aplicá-las, e de determinar padrões que poderiam beneficiá-los, as ideias de superioridade masculina e de submissão feminina não só se fortaleceram, mas também se enraizaram na sociedade, contribuindo para a perpetuação do modo de organização patriarcal que, até os dias atuais, tem o poder de influenciar a vida familiar, conjugal, econômica, social, religiosa e política de uma sociedade inteira: "(...) toda sociedade tende para uma forma patriarcal quando sua evolução conduz o homem a tomar consciência de si e a impor sua vontade" (*Id. Ibid.*, p. 93).

Carole Pateman (1993:21) em "O Contrato Sexual" afirma que "A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição.". Para a autora, a diferença intrínseca aos sexos enquanto diferença entre a liberdade e a sujeição é fundamental, haja vista que a estrutura que compõe nossa sociedade e nossa vida cotidiana incorpora a concepção patriarcal de diferença sexual e, apesar dos avanços recentes no que tange à legislação e às mudanças na condição social das mulheres, estas ainda não possuem a mesma situação civil que os homens.

Pateman classifica em três tipos o modo de organização social patriarcal. São eles o patriarcalismo tradicional, que associa todas as relações de poder ao regime paterno e acredita que a sociedade política surgiu através da família patriarcal; o patriarcalismo clássico, no qual os filhos nascem submetidos aos pais, entretanto, o direito político é algo natural e o poder político é originado no poder de reprodução do pai; e, por fim, o patriarcalismo moderno, que é o responsável por estruturar toda a sociedade civil capitalista na qual vivemos.

2.3 – Como a sociedade patriarcal afeta a vida das mulheres que nela vivem

Com o patriarcado moderno influenciando a sociedade ocidental, os espaços reservados às mulheres se tornaram cada vez mais limitados, permanecendo em grande medida restritos à vida doméstica, ao cuidado do marido e dos filhos e aos chamados espaços privados.

No modo de organização patriarcal contemporâneo, a família se constitui o centro da sociedade, e a dominação do marido sobre sua esposa e filhos é decisiva para que o sistema patriarcal se mantenha e se perpetue. Além disso, a submissão e a fidelidade feminina na vida conjugal são supervalorizadas, uma vez que o papel econômico que a mulher casada possui, de passagem dos bens familiares através da herança, é crucial para a manutenção do patriarcalismo. Dentro da sociedade patriarcal, existe também a concepção de que as mulheres só devem ser valorizadas se aceitarem seus papéis pré-determinados de mães, esposas e donas de casa: "A prestação do 'trabalho doméstico' faz parte do significado patriarcal da feminilidade, do que é ser mulher." (PATEMAN, 1993:188).

Essa relação patriarcal de dominação e opressão entre os sexos, bem como os papéis pré-definidos de gênero, só começaram a se amenizar com a chegada do século XX e a conseqüente ascensão de boa parte das mulheres ao mercado de trabalho. A relativa ruptura da ordem familiar e social vigentes até então faz com que as mulheres adquiram novos papéis e realizem atividades tradicionalmente realizadas pela parcela masculina da população. No entanto, Carole Pateman (*Id. Ibid.*, p. 197) afirma que, sendo o mercado capitalista regido e estruturado pela lógica patriarcal, ainda hoje há forte segregação da força de trabalho feminina, bem como há preservação dos locais de trabalho como "arenas da solidariedade fraterna" no sentido de irmandade entre homens.

Mesmo com avanços consideráveis nesse sentido, ainda hoje a divisão sexual do trabalho possui muita força em nossa sociedade.

Grande parte das mulheres ainda se encontra alijada de determinados setores do chamado mundo público, como a política institucional, tratada neste artigo, se ocupando de atividades que têm relação com o papel cuidador historicamente relacionado com a função da mulher na sociedade patriarcal, além de enfrentarem jornadas duplas ou até triplas, no cuidado com a casa, os filhos, o marido, além do trabalho fora do ambiente doméstico.

Dados da Fundação Carlos Chagas mostram que, enquanto em 1970, o número percentual

de mulheres trabalhadoras girava em torno de 29%, em 2007 o número subiu para mais de 40% da parcela feminina da população trabalhando ou procurando emprego, quantidade muito significativa, haja vista que o número percentual de homens trabalhando ou procurando emprego, a partir de 1970 até o ano de 2007 se manteve praticamente o mesmo, entre 73% e 76%. Entretanto, a pesquisa aponta que os lugares em que as trabalhadoras mais se encontram no mercado de trabalho ainda são as atividades informais, não remuneradas e o trabalho doméstico.

Tabela 5: Mulheres e homens no mercado de trabalho: indicadores de participação econômica

Mulheres			
Ano	Ocupadas (milhões)	Empregadas (milhões)	% Mulheres entre as empregadas
1976	11,2	7,3	30,3
1993	29,5	11,1	31,8
2007	38.422.820	19.521.257	37,5

Homens			
Ano	Ocupados (milhões)	Empregados (milhões)	% Homens entre os empregados
1976	27,8	16,7	69,7
1993	40,5	23,8	68,2
2007	52.363.199	32.562.081	62,5

Fundação Carlos Chagas

Fonte: FIBGE/PNADs – Microdados

2.4 - Relações de Gênero X Patriarcado: dissemelhanças conceituais

Lia Zanotta Machado (2000), em seu artigo intitulado "Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?" defende que, ao invés da utilização do termo "patriarcado", seja mais adequado utilizar, conceitual e politicamente, o termo "relações de gênero".

Para Machado, o termo "patriarcado" remete a uma estrutura social fixa, imutável, na qual a dominação masculina sobre as mulheres tende a se manter e se perpetuar. A autora acredita que não seja inapropriada a utilização do termo "patriarcado contemporâneo": "As relações patriarcais, devidamente definidas em suas novas formas e na sua diversidade encontram-se presentes na con-

temporaneidade (...)" (MACHADO, 2000:3), entretanto, atenta para o sentido totalizador do termo, bem como para o fato de que as transformações sociais atuais, que dizem respeito ao lugar dos homens e das mulheres na sociedade contemporânea, escapam à limitação do termo "patriarcado". Já o termo "gênero" aponta para uma não fixidez, para uma noção de que as relações sociais são construídas e transformáveis.

Apesar do contraste conceitual entre "relações de gênero" e "patriarcado", Lia Zanotta Machado afirma que a utilização do primeiro termo não significa deixar de lado o segundo, mas que ele – o conceito de "gênero" – "(...) abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de 'patriarcado' parece conter já, de uma

só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são." (*Id. Ibid.*, p. 4).

Levando em consideração os aspectos conceituais inerentes a cada um dos termos analisados nesta seção, julgamos ser mais adequada a utilização do termo "patriarcado", principalmente devido a pouca alteração no quadro de baixa representatividade feminina no Congresso nacional, desde a redemocratização até o pleito referente ao ano de 2014.

Atentamos para o fato de que, como disse

Lia Zanotta Machado, o patriarcado moderno se compõe de novas formas e adaptações ao mundo contemporâneo, e é muito diversificado. Sendo assim, este artigo tem como objetivo tratar da influência das relações patriarcais contemporâneas na baixa representação feminina no Congresso nacional levando em conta seus novos formatos, sua pluralidade e sua adequação ao modo de produção capitalista intrínseco aos dias atuais.



Nancy Mora.

Seção 3 - As interdições do patriarcado à representação política das mulheres

Esta seção tem como objetivo tentar compreender de que maneira uma sociedade organizada dentro dos moldes patriarcais é capaz de influenciar na entrada de mais ou menos mulheres nos meios políticos institucionais, levando em conta a divisão sexual do trabalho como a grande contribuinte para a perpetuação de valores que colaboram para a exclusão das mulheres da política eleitoral. Levaremos em conta também a divisão sexual do trabalho dentro dos espaços da política formal: uma vez eleitas, buscaremos compreender, através das atividades mais frequentemente

realizadas pelas parlamentares, se dentro do Congresso brasileiro a segregação dos espaços femininos e masculinos e a discriminação das mulheres são também uma realidade assim como na vida cotidiana, ou não.

3.1 – A influência da divisão sexual do trabalho na atuação política das mulheres fora e dentro do Congresso brasileiro

Nas últimas décadas, devido a inúmeras transformações na ordem patriarcal e conquistas de direitos das mulheres, estas têm ingressado não somente no mercado de trabalho, mas também em outros setores do chamado mundo público, como a política, por

exemplo. Entretanto, quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres não são incentivadas a realizarem atividades diferentes das que, tradicionalmente, sempre foram assimiladas como funções exclusivamente femininas: segundo dados colhidos pela Fundação Carlos Chagas¹, as principais ocupações em que mais de 70% dos empregos são femininos são, entre outros, "Professores de nível médio na educação infantil", com 93,3% de mulheres atuando na área, "Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos", com representação feminina de 92% e "Assistentes sociais e economistas domésticos", que empregam 91,3% de mulheres, profissões que exigem a atenção e o cuidado próprios da noção patriarcal de "feminino", reforçando a divisão sexual do trabalho e os papéis pré-definidos de gênero.

Apesar da inserção no mundo do trabalho, universo que, durante séculos, pertenceu exclusivamente aos homens, o ambiente doméstico continuou sendo primordialmente dominado pela parcela feminina da população, não obtendo intervenção ou participação masculina considerável: segundo Gustavo Venturi e Marisol Recamán (2005), quase todos os lares brasileiros têm o homem como seu principal provedor e a mulher como principal executora das tarefas domésticas, sendo que quase metade das mulheres é também provedora, mesmo que auxiliar, e somente 20% dos homens realizam ou auxiliam nas atividades de casa. Com base nessas informações, fica clara a desigualdade nas divisões de tarefas, bem como o quanto as mulheres são prejudicadas com o acúmulo de trabalho remunerado e não remunerado.

Ao contrário dos homens, que possuem em sua grande maioria apenas uma jornada de trabalho diária, dispendo de tempo livre para ingressarem e se dedicarem à política, a dupla jornada de trabalho a que atualmente as mulheres são submetidas dentro da sociedade patriarcal constitui uma das grandes dificuldades para o ingresso destas no universo político, principalmente na política institucional, uma vez que é necessário especialmente tempo e dedicação por parte de quem pretende obter êxito nesta carreira. Pode-se

dizer que é esse acúmulo de tarefas um dos grandes responsáveis por manter a parcela feminina da população afastada dos locais de poder e decisão dentro da política formal, estando sempre em desvantagem com relação aos homens.

O cenário dentro da Câmara dos Deputados não é diferente do que pode ser observado fora do ambiente político formalizado. Uma vez eleitas, a divisão sexual do trabalho, a hierarquia, a desigualdade entre os sexos e a desvalorização do trabalho feminino se fazem fortemente presentes no parlamento brasileiro, influenciando principalmente as áreas de atuação às quais as parlamentares tendem a se envolver mais.

Luis Felipe Miguel e Fernanda Feitosa (2008) explicam que os temas tratados dentro da política podem ser divididos em três categorias distintas, que são as *hard politics*, que se ocupam de temas considerados como de elevada importância, tais como a economia; as *soft politics*, que tratam de temas mais próximos do social, e que tendem a ser menos valorizados; e as *middle politics*, que são temas geralmente mistos. Segundo os autores, vários indicadores mostram que a tendência maior é de que as mulheres se ocupem dos assuntos pertencentes ao grupo da política *soft*, área que, além de ser menos valorizada pelos congressistas, diz respeito a temas como *direitos humanos e família, direitos reprodutivos, infância e adolescência*, e que em muito se aproximam das atividades tradicionalmente realizadas pelas mulheres na conservadora sociedade patriarcal, bem como das principais atividades de cuidado e atenção realizadas por estas dentro do mercado de trabalho. Na Tabela a seguir podem ser observados os números das 51ª e 52ª legislaturas, que compreendem os dois penúltimos pleitos nacionais, onde é possível notar que as mulheres se encontram muito mais envolvidas na temática das políticas *soft*:

Miguel e Feitosa (2008) atentam também para o fato de que, mesmo sendo maioria percentual dentro das políticas *middle* e *soft*, as parlamentares ainda se encontram em número muito inferior, quando comparadas com o

¹ Fundação Carlos Chagas – Banco de dados sobre o trabalho das mulheres – Lugar das mulheres no mercado de trabalho: setores de atividade e estrutura ocupacional. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/bdmulheres/serie4.php?area=series>. Acessado em: 02/11/2014

Tabela 6: Grandes áreas temáticas dos discursos das 51ª e 52ª legislaturas da Câmara Federal, por sexo do orador.

	Feminino	Masculino	Total
<i>Hard Politics</i>	62,0% (521)	68,0% (7469)	67,5% (7990)
<i>Middle Politics</i>	33,0% (277)	30,4% (3343)	30,6% (3620)
<i>Soft Politics</i>	47,1% (396)	31,6% (3478)	32,7% (3874)
Irrelevantes e outros	11,7% (98)	17,4% (1915)	17,0% (2013)
Total	100%	100%	100%
	<i>n</i> = 840	<i>n</i> = 10990	<i>n</i> = 11830

Obs.: Era permitida a indicação de mais de uma temática por discurso.

Fonte: MIGUEL e FEITOSA (2008).

número de parlamentares do sexo masculino. Entretanto, afirmam que apesar de ainda serem consideradas “penetras” no ambiente político, tradicionalmente masculino, a presença feminina nesse espaço se faz extremamente necessária e legítima, mesmo que ainda não seja efetiva.

As mulheres negras e a divisão sexual do trabalho.

Outro ponto negativo sobre a divisão sexual do trabalho está no modo como ela influencia e prejudica de forma ainda mais intensa a atuação política das mulheres negras.

Para que as mulheres obtenham êxito na carreira política, é imprescindível que os encargos domésticos destas sejam menos intensos, a fim de que disponham de tempo e dedicação ao universo político. Para isso, são fatores cruciais a questão do estado civil, da posição social e, principalmente, do auxílio de outra mulher (trabalhadora doméstica, babá), geralmente negra, nas tarefas domésticas e no cuidado com a família. Esse tipo de relação tem, como efeito principal, a quase total ausência de mulheres negras nos espaços de poder brasileiros.

O período escravocrata brasileiro, que perdurou entre os séculos XVI e XIX, deixou marcas e vestígios que ainda hoje podem ser sentidos, principalmente pela parcela negra e parda da população brasileira.

Segundo dados do estudo “O emprego doméstico no Brasil”, realizado pelo Dieese

(2013), em 2011 o número percentual de mulheres negras (pretas e pardas) ocupadas nos serviços domésticos no Brasil era de 61%, enquanto que o de não negras (brancas, amarelas e indígenas) consistia em 39%. Não se pode, com isso, desconsiderar que as heranças deixadas por uma sociedade escravocrata e patriarcal não tenham, ainda hoje, impacto sobre a vida e atuação política das mulheres negras no Brasil.

A escolaridade também é um fator importante na exclusão das mulheres negras da política, já que altos níveis educacionais são muito mais exigidos para parlamentares do sexo feminino do que para parlamentares do sexo masculino (RANGEL, 2008:88). Dada a situação histórica de exclusão social e econômica da população negra no Brasil, ao lado da também histórica exclusão social e econômica das mulheres, fica muito difícil ou quase impossível que as mulheres negras consigam ascender a um cargo político no Congresso brasileiro. Segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA², enquanto o número de candidaturas de mulheres brancas para a Câmara dos Deputados no pleito de 2014 atingiu o patamar de 1244 (54,73%), as candidaturas de mulheres negras não passou de 264 (11,61%). Portanto, se fazem extremamente necessárias ações afirmativas que venham a garantir maior acesso desta parcela da população aos espaços de poder, uma vez que é um grupo de grande vulnerabilidade econômica e social e necessita ter seus interesses representados e discutidos dentro do Legislativo nacional.

² Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/eleicoes2014_Candidaturas_CD_raca.pdf. Acessado em: 02/11/2014.

3.2 – A importância da atuação feminista para que seja alcançada a paridade entre os sexos no Congresso nacional

Em meio à discrepante e histórica desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres para adentrar o mundo da política formal, as lutas femininas se mostram de grande importância para que se consiga alcançar a paridade entre os sexos dentro do Congresso nacional.

Uma importante reivindicação do movimento feminista para conseguir inserir mais mulheres dentro dos espaços de poder é uma reforma do sistema político e eleitoral que seja realmente eficaz. Entre as muitas propostas apresentadas pela agenda feminista, estão a substituição do sistema de lista aberta, adotado no Brasil, pelo sistema de lista fechada com alternância de sexo, já que o sistema de cotas por sexo tende a ser mais eficiente nos países que adotam esse tipo de lista, e o financiamento de campanha exclusivamente público, uma vez que a questão financeira consiste em um grande desafio para as mulheres que desejam atuar politicamente.

Estas são apenas duas das muitas propostas apresentadas pelo movimento feminista para que se consiga obter, de fato, uma transformação nos meios políticos institucionais, e estes se tornem mais acessíveis não somente para as mulheres, mas para todas as minorias brasileiras que se encontram sub-representadas no Legislativo nacional. O intuito principal é pôr fim à padronização dos representantes (homens brancos, heterossexuais e de classes mais abastadas) dentro dos espaços políticos institucionais, a fim de que toda a sociedade brasileira possa de fato se sentir representada por seus legisladores.

Considerações Finais

Com base nos dados estatísticos e nas informações presentes neste artigo, pode-se perceber o quanto o envolvimento e a atuação política das mulheres são prejudicados quando se encontram em uma sociedade estruturada no patriarcalismo. Este prejuízo ocorre

principalmente pelo fato de que, tradicionalmente, a política se consolidou como área de atuação exclusivamente masculina, deixando pouco espaço para que as mulheres, historicamente pertencentes ao espaço doméstico e familiar, pudessem se envolver.

Os dados das pesquisas, que mostram o baixíssimo nível de representatividade das mulheres em comparação com os homens, tanto candidatas/as, quanto eleitos/as, são alarmantes, e sinalizam para a necessidade urgente de aplicação de medidas afirmativas eficientes, bem como de uma reforma política e eleitoral que tenha como principal objetivo tornar o poder Legislativo brasileiro representante de toda a diversidade da população brasileira.

Algumas ações afirmativas já se fazem presentes para que se consiga alcançar a paridade entre os sexos dentro da Câmara dos deputados, como é o caso da política de cotas, aprovada em 1995 e revisada em 1997 e 2009 (RANGEL, 2011:29). Entretanto, esta medida que, entre outros, reserva dentro dos partidos e coligações o mínimo de 30% e o máximo de 70% das vagas para candidaturas de cada sexo não tem surtido o efeito esperado, sendo necessário que se torne obrigatória, não se limite apenas às candidaturas e, principalmente, que seja prevista sanção penal ao partido que descumpra-la.

A reforma do sistema político e eleitoral brasileiro também consiste em aspecto crucial para que as mulheres consigam ascender a cargos no Legislativo federal. As principais pautas são a manutenção do sistema de representação proporcional, considerado como mais favorável à eleição de mulheres (RANGEL, 2011:24), a adoção da lista fechada com alternância de sexo, em detrimento da lista aberta vigente no Brasil, que favorece o personalismo, além do financiamento de campanha exclusivamente público, combatendo a privatização da política, bem como a corrupção a que a adoção do financiamento privado de campanha está sujeita.

É através da adoção de medidas como estas, juntamente com um processo de reeducação da população através da

desnaturalização dos valores e concepções arraigados no patriarcalismo, que tendem a reafirmar constantemente os papéis pré-definidos de gênero na nossa sociedade, que conseguiremos superar não só a baixa representatividade feminina no Congresso nacional, mas também a baixa representatividade de todas as minorias

sociais e numéricas nos diferentes níveis do poder legislativo brasileiro, a fim de que todos/as os/as cidadãos/as possam de fato se sentir representados/as e tenham seus direitos, suas necessidades e interesses discutidos igualitariamente dentro dos espaços de poder e tomada de decisão nacionais.



Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Clara. (2008), "Mujeres y elecciones legislativas en Brasil: las cuotas y su (in)eficácia." In: ARCHENTI, N.; TULA, M.I. (Eds.). *Mujeres y política en América Latina. Sistemas electorales y cuotas de género*. Buenos Aires: Heliasta.
- (2001), "Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil". *Estudos Feministas*, Vol. 9, nº 1. Florianópolis, pp. 231-252.
- & ALVES, José Eustáquio Diniz. (2007), "Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol.50, nº3. Rio de Janeiro.
- BEAUVOIR, Simone de. (1960), *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- BUTLER, Judith. (2003), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAMURÇA, Sílvia. "As mulheres na política e a reforma política". *Carta Maior*, 27/03/2007. Disponível em: <http://www.carta-maior.com.br/?/Opinio/As-mulheres-na-politica-e-a-reforma-politica/21937>. Acessado em: 02/07/2013
- DIEESE. (2013), *O emprego doméstico no Brasil*. São Paulo: Dieese.
- FRASER, Nancy. (2001), "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista". In: SOUZA, J. (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Editora UNB, Brasília.
- MACHADO, Lia Zanotta. (2000), "Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?". *Série Antropologia*, Brasília.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2001), "Política de Interesses, Política do Desvelo: Representação e Singularidade Feminina". *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1. Florianópolis, p. 253-267.
- MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. (2014), *Feminismo e Política: uma introdução*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo.
- MIGUEL, Luis Felipe & FEITOSA, Fernanda. (2008), "Representação política e gênero: uma análise a partir dos discursos na Câmara dos Deputados". *Paper* apresentado no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).
- PATEMAN, Carole. (1993), *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PLATAFORMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO. "Construindo a Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma do Sistema Político no Brasil". *Cfemea*, 01/01/2010. Disponível em http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/cartilha_reforma_politica.pdf. Acesso em 02/07/2013.
- PINHEIRO, Luana Simões. (2006), "Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte". Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- RANGEL, Patrícia. (2008), "A Câmara das deputadas: um panorama da representação parlamentar feminina em Argentina, Brasil e Uruguai". Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- THÉBAUD, Françoise. (1991), "A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual". In: DUBY, G. & PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente*. Volume 5. Porto: Afrontamentos.
- THERBORN, Göran. (2006), *Sexo e Poder*. São Paulo: Contexto.
- TREMBLAY, Manon. (2007), "Women and legislative representation: electoral systems, political parties, and sex quotas". *Hampshire*: Palgrave Macmillan.
- YOUNG, Iris Marion. (2006), "Representação Política, Identidade e Minorias". *Lua Nova*, nº 67. São Paulo, p. 139-190.

Recebido em: 21 de outubro de 2013

Aprovado em: 15 de abril de 2015.

A participação das mulheres no ensino superior

Maíra Barbosa Santos

Graduada em Ciências Econômicas pela PUC Minas e Gestora de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela UFMG – UAB.
mairabarbosace@gmail.com

Palavras-chave:

Políticas Públicas, Universidade, Mulher, Sociedade, Discriminação.

Keywords:

Public Policy, University, Woman, Society, Discrimination.

RESUMO: Diante da evolução das políticas públicas para as mulheres, busca-se analisar a participação e a inserção da mulher no meio educacional, utilizando-se do método descritivo através da análise do setor educacional do Brasil apresentados no Censo de 2010 (IBGE), que revelam que em meios às dificuldades há um interesse e participação crescente das mulheres em se qualificar e a se especializar mais em diversas áreas de interesse e atuação.

ABSTRACT: The evolution of public policies for women, seek to analyze the participation and integration of women in the educational environment, using the descriptive method through the analysis of Brazil's education sector presented in the Census of 2010 (IBGE), which reveal that means in the difficulties there is a growing interest and participation of women in qualify and to specialize more in various areas of interest and expertise.

1 - Introdução

A Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 em sua mais nova formulação, garante e assegura que a educação é direito de todos e estabelece princípios de igualdade entre todos. (BRASIL, 1996).

"Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996, p.1)."

Desde modo a educação deve incluir a todos visando a instrução profissional para atuação no mercado de trabalho, no exercício de uma cidadania plena. A lei garante a participação e inserção das mulheres no meio educacional, e em especial no meio acadêmico que, é "um direito conquistado por estas após várias reivindicações, por entendê-la como um instrumento importante e que influi na formação, transformação e desenvolvimento das

pessoas e, conseqüentemente, da sociedade na qual nos inserimos.” (GOMES, 2013, p. 2). Frente ao presente cenário educacional apresentado pelo Brasil, tem-se a necessidade do estudo da participação das mulheres no meio universitário analisando papel das Políticas Públicas e de Ações afirmativas verificando se estes programas têm de fato assegurando os direitos das mulheres.

A adoção destas Políticas por parte do Estado visa a diminuição da exclusão social, racial e de gênero, compreendendo questões que têm levado a sociedade a caminhar para um mundo mais democrático e igualitário, diminuindo o índice de violência, de repressão, discriminação e de preconceito sofrido principalmente pelas mulheres no meio universitário. O mercado de trabalho, por sua vez, é um espaço onde a mulher hoje está cada vez mais presente e atuante, principalmente na atuação em cargos que exigem mão-de-obra especializada. (HEILBORN, 2010). Este estudo, portanto, é relevante para demonstrar a efetividade do uso das Políticas Públicas e Ações Afirmativas na promoção da inclusão da mulher no meio universitário e na sociedade com um todo.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise dos dados secundários do Censo Demográfico de 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao crescimento do nível de instrução educacional do Brasil e da participação da mulher no meio universitário, após a implantação das leis em benefícios destas estabelecidas pela Constituição.

2 - Políticas Públicas e ações afirmativas

As Políticas Públicas visam afirmar e difundir determinado direito de cidadania para determinado segmento social, cultural, étnico e econômico através do reconhecimento por parte da sociedade e pelos poderes públicos na busca pela afirmação dos direitos humanos. (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2013).

Neste sentido, as Políticas Públicas seriam então, traduções dos propósitos

de programas e ações desenvolvidas pelo Estado em busca de resultados benéficos, respeitosos, cívicos e humanos para todos os cidadãos na promoção de uma sociedade democrática. E do seu ponto de vista etimológico, as Políticas Públicas referem-se à participação do povo nas decisões da cidade e do território. (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Nascimento (2013) ações afirmativas são formas de políticas públicas que objetivam efetivar as ações do Estado na promoção do bem-estar e da cidadania garantindo igualdade de oportunidades e tratamento entre as pessoas e a mobilização dos setores culturais com intenção de ampliar as ações de inclusão social. Sendo fundamental a compreensão de que os programas de ações como políticas públicas ou privadas servem de meios direcionados na redução das desigualdades sociais.

Baseando-se nas Políticas Públicas surge o conceito de Política Pública Educacional, que inclui políticas voltadas para o desenvolvimento educacional, como descrito por Oliveira (2010):

“Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.” (OLIVEIRA, 2010, p. 4)

Segundo o Portal MEC (2013), o sucesso das tentativas de melhorias nas políticas e práticas educacionais tem uma dependência maior das decisões e ações tomadas pela equipe gestora e dos líderes emergentes no contexto escolar.

3 - Avanços educacionais no Brasil

A escola, como descreve Ferreira (2013), possui destaque por ser um importante meio na formação de conhecimentos, comportamentos e valores que estão presentes nas interações entre os sujeitos, tendo um papel determinante no processo de constituição da subjetividade, pois através da transmissão da cultura durante a educação formal, esta instituição visa produzir um determinado tipo de formação humana. É o ambiente onde se busca compreender a sociedade na qual todos estão inseridos, estabelecendo como as relações sociais devem ser constituídas, como o trabalho se organiza, como o sujeito deve agir frente determinadas situações, a fim de levar o indivíduo a se inserir na realidade à sua volta, na tentativa de se construir uma representação subjetiva do mundo, que lhe permite lidar com a materialidade.

Segundo Oliveira (2010), a escola é um lugar de ensino para todos os grupos sociais, garantida em suas condições mínimas de existência exigidas pelo Estado, onde reproduz a cultura universal acumulada pela experiência humana sobre a Terra e disseminada em todos os países do planeta.

"[...] A educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas. Nesse sistema, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado (enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas). Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem." (OLIVEIRA, 2010, p. 4)

A constituição dos indivíduos se dá através das relações sociais, assim, o modo como o outro vê o cidadão é fundamental para o modo como o cidadão vê a si próprio. A for-

mação de grupos é de grande importância no processo de aprendizagem e na constituição de identidade, pois as interações estabelecidas socialmente geram experiências variadas, desenvolvendo várias formas de pensar. (FERREIRA, 2013).

A sociedade, por sua vez, vem sofrendo modificações em suas formas de organização social, econômica, cultural e política de acordo com cada momento histórico da humanidade, reorganizando conceitos, normas, leis e parâmetros comportamentais considerados normais ou não para cada época. (FERREIRA, 2013).

O processo psíquico que nos permite tornar familiar e presente em nosso universo interior é dado a partir de uma atividade representativa, onde o indivíduo começa a desenvolver uma série de relacionamentos e de articulações com outros indivíduos que já se encontram nesse universo, dos quais adquire novos saberes ao mesmo tempo em que lhes acrescenta as suas experiências e conhecimentos. Os vínculos que se estabelecem em torno de uma sociedade traduzem a necessariamente uma escolha, escolha esta que é orientada por experiências e valores do sujeito. (ALVES-MAZZOTTI, 1994).

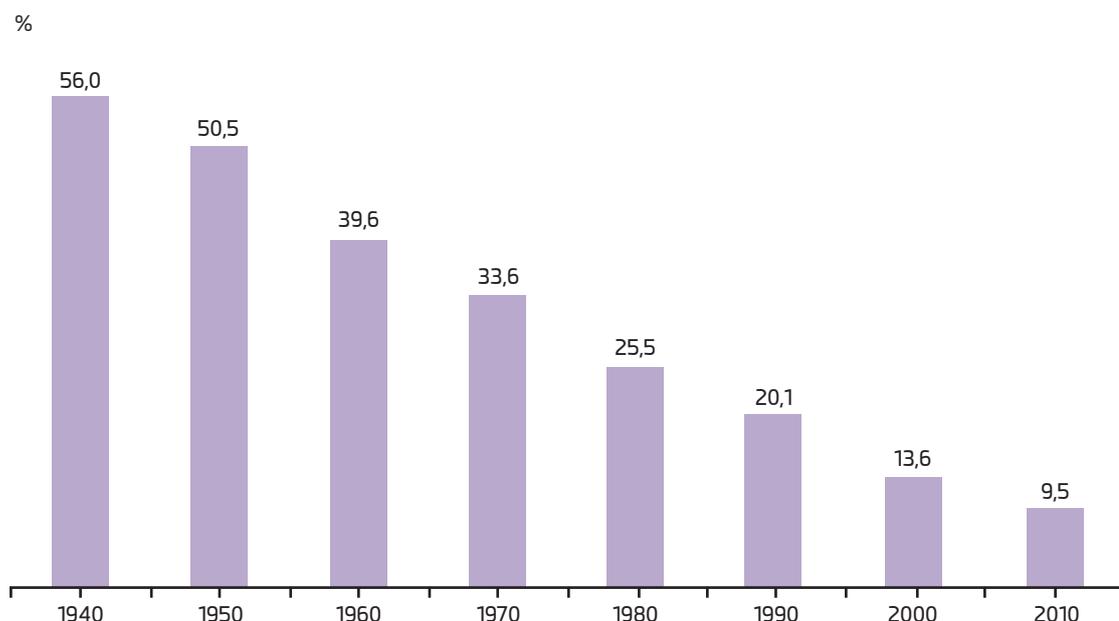
Analisando os dados disponibilizados pelo IBGE presentes na figura 1, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade do Brasil no período de 1940 a 2010 tem apresentado uma queda contínua que surtem efeitos positivos para o desenvolvimento da sociedade, passando de 56% em 1940 para 9,6% em 2010. Isso é um reflexo direto da efetividade da criação e implantação de Políticas Públicas que garantem educação para todos pelo Estado, bem como o acesso à educação a toda a população e também do aumento do investimento do Governo no setor de Educação. As políticas atuais incentivam a crianças, jovens e adultos a irem à escola para desenvolver o aprendizado.

Neste cenário Mugnol & Gisi (2012), destacam também a importância do Programa Universidade para Todos – PROUNI, enquanto uma política pública de assistência aos estudantes oriundos de famílias de baixa

renda que vieram de escolas públicas. Desde seu lançamento através da Lei 11.096/2005, o PROUNI, que utiliza a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, benefi-

ciou várias pessoas e contribuiu significativamente para o aumento do número de pessoas qualificadas através do ensino superior.

Figura 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil 1940/2010



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010 (2012).

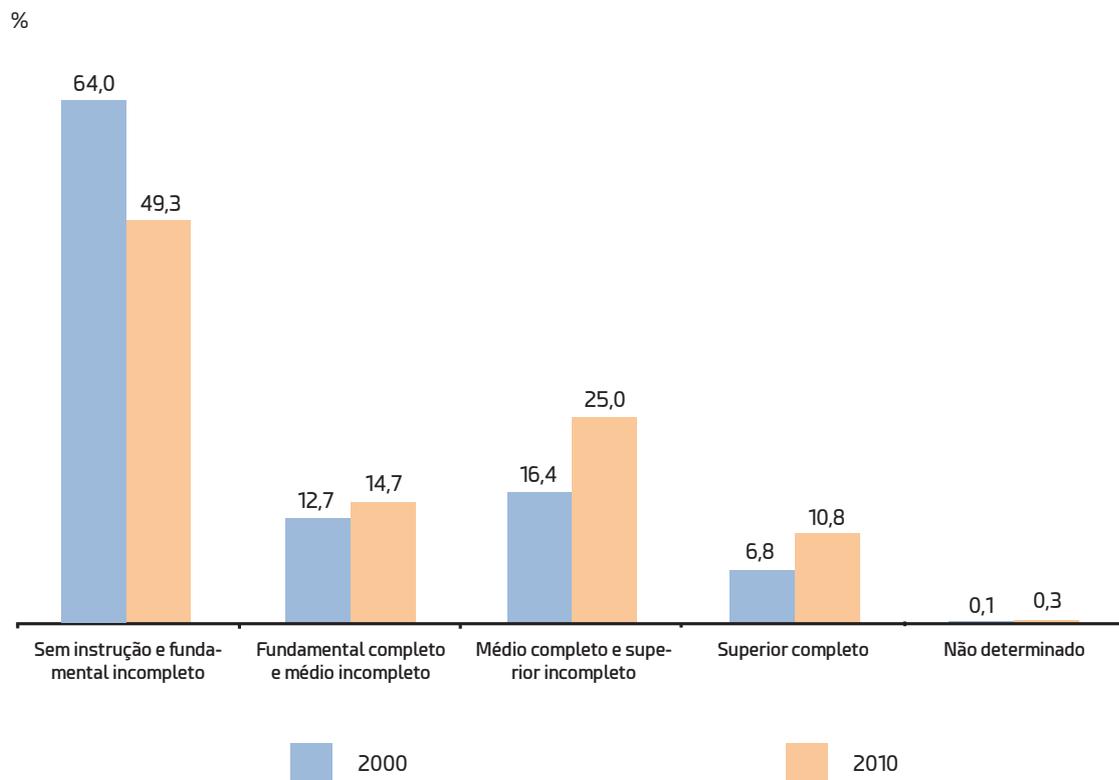
O Plano Nacional de Educação - PNE foi instituído para vigorar de 2011 a 2014, plano que tem como objetivo elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, reduzir desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação. Visa também democratizar a gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (FÓRUM NACIONAL DE ESDUCAÇÃO, 2014).

A figura 2 mostram a distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução no Brasil no período 2010 mostra que o grau de instrução da população tem aumentado gradativamente em relação ao dados de 2000, após a instituição do Plano Nacional de Educação. O percentual de pessoas que possuem o nível superior com-

pleto aumentou em 58,82% no ano de 2010 e o percentual de pessoas que não possuem instrução e ensino fundamental incompleto apresentou uma queda de 22,96%. Resultados estes, que representam um aumento no nível de educação da população, facilitando o acesso à educação e informação que se possui e favorecendo às ações de integração em meio à sociedade.

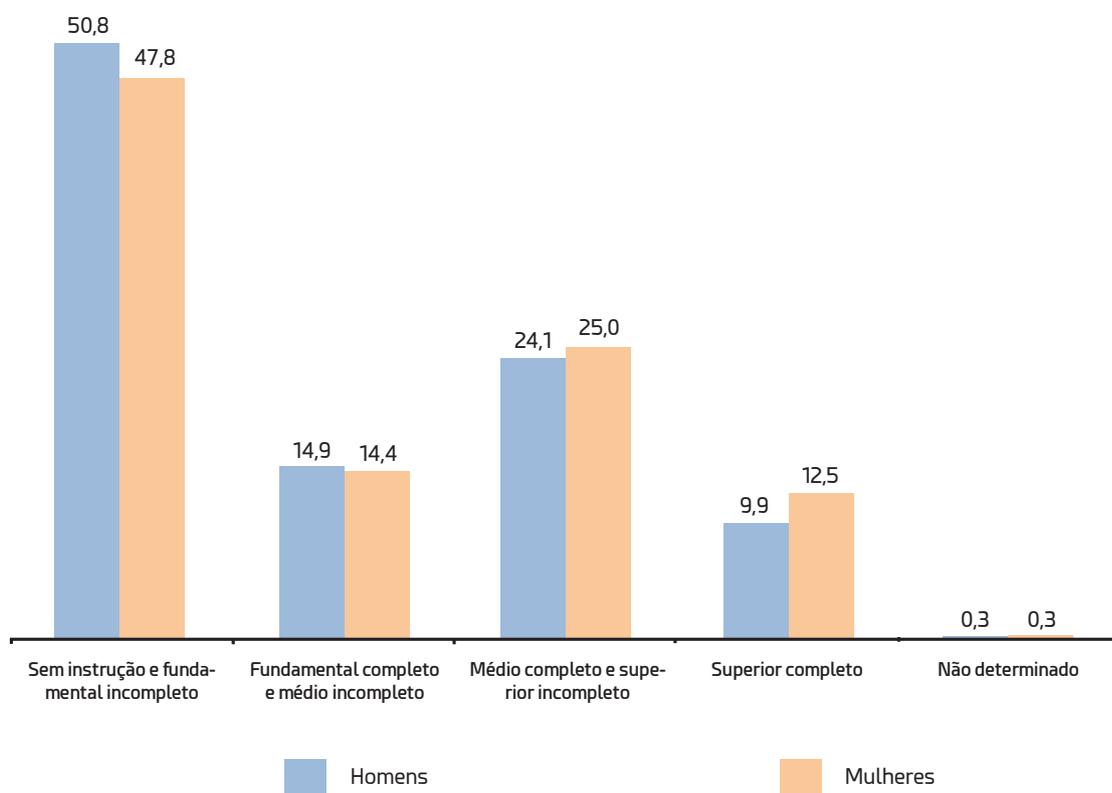
De acordo com a figura 3, o número de mulheres que possuem o nível superior completo é 26,26% maior que o número de homens e o percentual de mulheres que não possuem grau de instrução fundamental incompleto é menor que o número de homens, 5,9%. Tais dados revelam um aumento no nível de escolaridade da mulher, que vem se capacitando cada vez mais, aumentando o seu grau de instrução, este seu interesse se deve à alguns fatores como a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, a necessidade de ter mão-de-obra especializada e qualificada para ocupar determinados cargos, desejo de ser in-

Figura 2 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível e instrução – Brasil – 2000/2010



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010, (2012).

Figura 3 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo o sexo – Brasil – 2010



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010, (2012).

dependente, desejo de ter uma remuneração mais alta e pelo desejo de ter uma carreira profissional. (QUEIROZ, 2013).

Estes resultados representam um aumento no nível de educação e acesso à informação obtido através de Políticas Públicas como as Políticas Transversais de Gênero, que são definidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em defesa dos direitos e dos interesses das mulheres brasileiras adotando e identificando tratamentos adequados à população feminina. Assim, a mulher tem ganhado espaço no meio universitário a tem ocupando este espaço de forma efetiva. (HEILBORN, 2011).

4 - Participação da mulher na educação e no meio universitário

Um fator de exclusão educacional, considerado pelas Políticas Públicas na promoção do desenvolvimento e na inclusão é a desigualdade de gênero, sendo visível nos índices de permanência e resultados escolares. (PORTAL MEC, 2013.) Diante destes problemas, os governos comprometem-se com sua incorporação às políticas educacionais e legislações, como forma de promover o desenvolvimento dos sistemas educacionais.

A educação inclusiva diz respeito à capacidade das escolas em educar todos sem qualquer tipo de exclusão, sejam crianças, jovens e adultos. De forma que a inclusão tenha o objetivo de acolher todos os estudantes, independente de duas condições pessoais, sociais e culturais. As escolas que adotam a inclusão valorizam as diferenças dos estudantes, as necessidades e a diversidade humana como recursos indispensáveis para o desenvolvimento de todos na classe, para a inclusão social e para o desenvolvimento docente. A educação inclusiva tem se difundido através da eliminação de barreiras que impedem a aprendizagem e a participação de muitas estudantes, contribuindo para assegurar que as diferenças de gênero, socioeconômicas, individuais e culturais não se transformem em desigualdades educacionais, e nem se transformem em desigualdades sociais. (PORTAL

MEC, 2013, p. 1).

Em épocas passadas a educação das mulheres era transmitida dentro de casa, sendo instruídas a serem donas de casa no gerenciamento do lar e da família e a universidade era voltada para a educação dos homens, que deviam ser bem sucedidos. Como enfatiza Bezerra (2013), havia uma preocupação com a educação das mulheres, mas tudo era ensinado dentro de suas casas. Para que a mulher pudesse ingressar em uma escola no ensino regular foi preciso um processo demorado, ressaltando que o objetivo de ensino das mulheres resumia-se apenas às prendas domésticas. As mulheres eram destinadas ao casamento, onde se tornariam donas de casa, mães e esposas dedicadas aos seus maridos, ao passo que os homens eram instruídos a serem principalmente advogados e médicos, buscando diferentes objetivos de ensino.

O preconceito, existente desde os primórdios na humanidade, e os indivíduos que sofrem com essa exclusão variaram no decorrer dos anos, como aponta Ferreira (2013). Ao citar outros tipos de preconceitos que estão presentes em nossa sociedade atual, aponta o preconceito de identidade de gênero, uma forma de discriminação e exclusão pela pessoas serem classificadas à um gênero e se identificar em outro.

A discriminação existente na sociedade vem de muitos anos atrás e mesmo com o auxílio das políticas públicas adotadas no decorrer das décadas, ainda persiste nos dias atuais. O preconceito se inicia através da distinção entre homens e mulheres, estes se discriminam dentro dos seus próprios grupos de acordo com raça, classe social, orientação sexual e outros critérios. Dentro da universidade não poderia ser diferente, estes tipos de preconceitos são praticados contra os indivíduos que estão dentro de um dos grupos que sofrem das discriminações citadas acima.

As mulheres, crianças, a população afrodescendente e demais grupos devem ser vistos nas especificidades de suas condições sociais. Na busca pelo direito à igualdade, surge, como direito fundamental, o direito a diferença, que requer respeito à diversidade, lhes



Josi Tainá

assegurando um tratamento especial e digno. (PIOVESAN, 2004).

Queiroz (2013) chama a atenção para o acesso diferenciado de homens e mulheres ao ensino superior, onde estudos mostram que no Brasil as mulheres começam tardiamente a ingressar na universidade. Somente após o final do século XIX, o direito de ingres-

sar no ensino superior é conquistado pelas mulheres brasileiras. Porém, ainda existe a discriminação entre o gênero feminino, onde as mulheres negras são menos favorecidas e possuem pouca atuação no meio universitário. (QUEIROZ, 2013.)

Os efeitos da implantação de políticas públicas que promovem a inclusão e o acesso à

educação têm tido reflexos diretos principalmente na vida educacional e profissional das mulheres, como apontado por Bezerra (2013, p. 1).

"Atualmente a mulher desempenha um papel de igualdade com o homem na sociedade, tem direitos garantidos por lei que lhe garantem a igualdade entre os sexos. Um desses direitos adquiridos pela mulher foi o acesso à educação."

Assim, o acesso da mulher à educação regular e o seu ingresso na educação de nível superior são conquistas obtidas através de incansáveis lutas e manifestações. (BEZERRA, 2013.)

O aumento da presença feminina no ensino superior tem se mantido constante e se refletido no mercado de trabalho, onde há um crescente aumento da mão-de-obra feminina qualificada. Ferreira (2013) afirma que podem ser identificados alguns avanços como conquistas de direitos na legislação em relação à questão social e as conquistas profissionais das mulheres. Além do preconceito de gênero e o preconceito racial, tem questões religiosas e culturais que dificultam o desenvolvimento e avanços das discussões acerca de temas relevantes como a sexualidade humana.

A carreira profissional da mulher se iniciou tardiamente, principalmente por questões de princípios familiares e de questões ligadas à desigualdade de gênero. As políticas de inclusão educacional em benefício da mulher como Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que compreende ações realizadas pelo Estado no enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens em nosso país através da adoção e implantação de ações afirmativas na promoção da cidadania da mulher, prevenindo respeito aos seus direitos à igualdade e à diversidade, assim como a autonomia da mulher. (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2005).

Segunda a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres "O maior acesso e a participação das mulheres nos espaços de poder são instrumentos essenciais para democra-

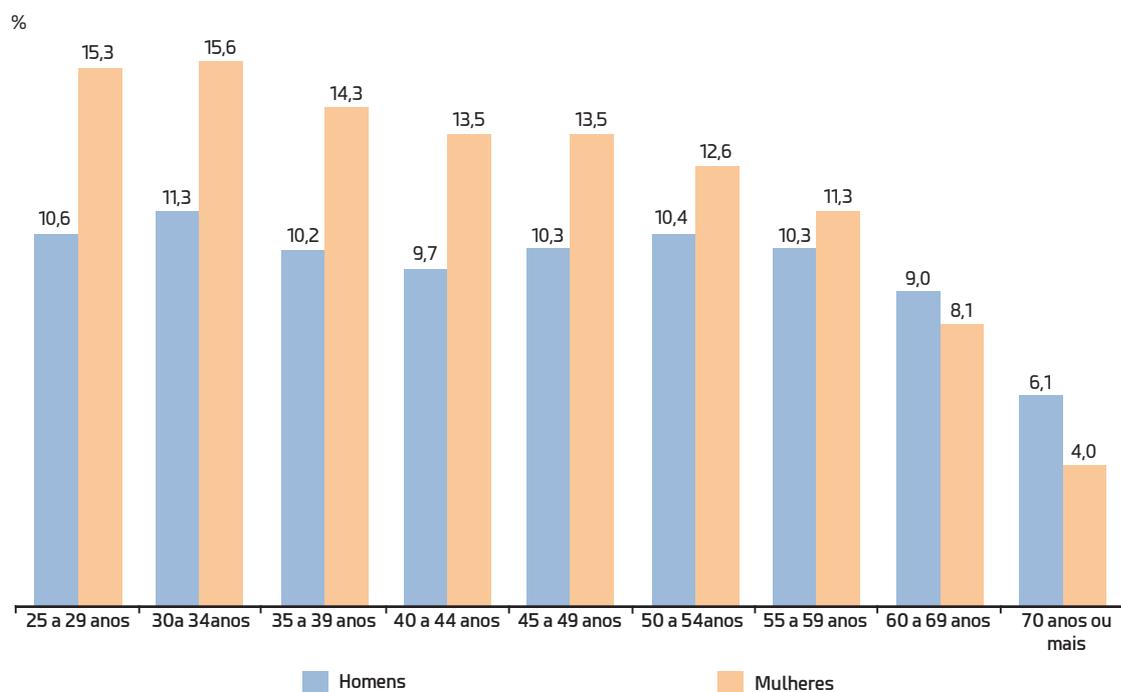
tizar a Estado e a Sociedade. (2005, p. 7).". Assim, as políticas viabilizam a participação democrática das mulheres, incentivando e defendendo a sua participação na sociedade, na política, na economia, na educação e principalmente em universidades. Desta forma, a busca por soluções se dá através de ações e políticas públicas com o objetivo de redução das desigualdades de gênero. (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2005).

Os avanços sociais conquistados pela mulher favoreceram, em sua maior parte, as mulheres mais jovens ao promover acesso à Universidade, onde estas possuem uma situação mais confortável com relação à divisão sexual de trabalho na família, pois muitas contam com o auxílio de seus companheiros, expressando uma nítida transformação nestes padrões, como afirma Carvalho & Casagrande (2013).

Analisando os dados da figura 4, percebe-se um número crescente de mulheres com curso superior completo tem aumentado cada vez mais ao longo das décadas, resultado consequente de políticas públicas que garantem os direitos da mulher e a inclusão do gênero em meio a sociedade. O percentual de mulheres nascidas na década de 1970 que concluíram o ensino superior de 4,0%, é baixo se comparado com o percentual atual de 15,3%. O ingresso das mulheres no ensino superior se deu pelas incansáveis lutas e manifestações em busca da independência, onde as Políticas Públicas Educacionais tiveram efeitos positivos e progressivos no desenvolvimento do Brasil. Estes dados mostram que a participação no meio universitário tem sido feita, em sua maioria, pelas mulheres, que com a conquista de novos direitos e de espaço na sociedade tem buscado uma qualificação e vem se destacando no mercado de trabalho.

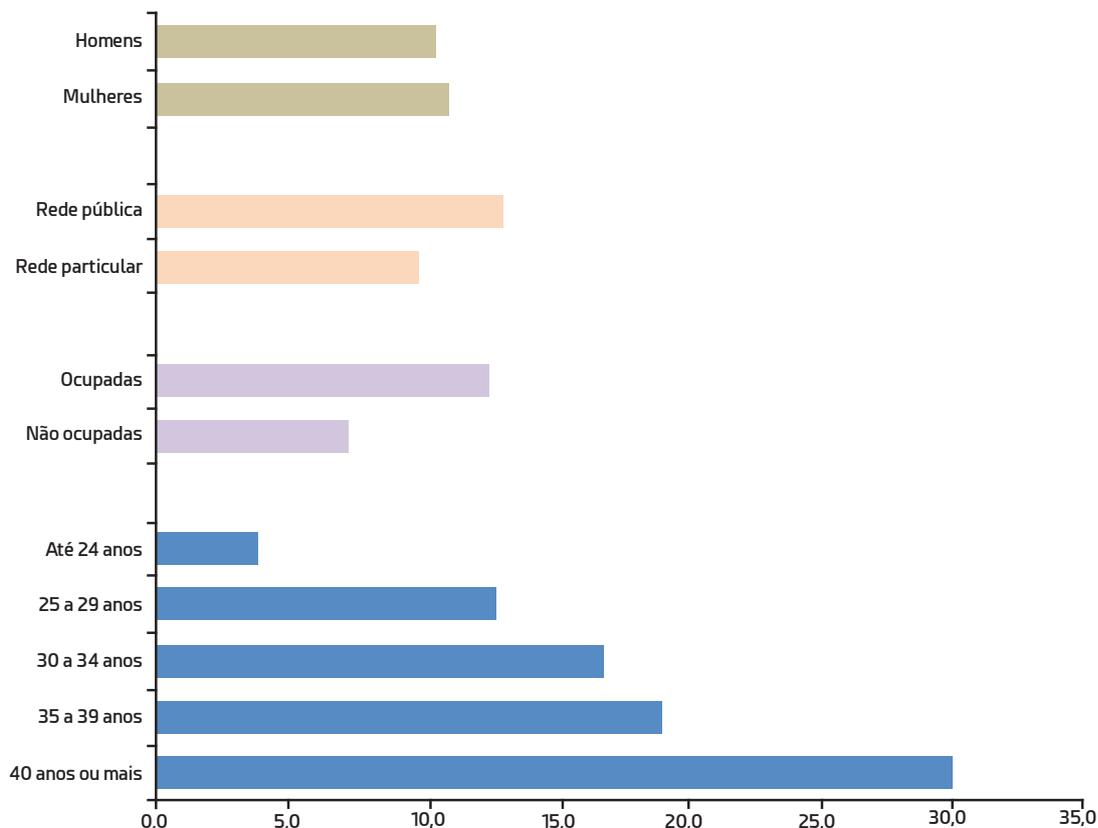
Do percentual de pessoas que concluíram o curso superior de graduação em 2010, o número de mulheres que concluíram um curso superior é 11,0%, um resultado maior que o número de homens, que é de 10,5%, como mostra a figura 5. Tais dados mostram que a participação das mulheres no meio universi-

Figura 4 - Percentual de pessoas com curso superior completo na população de 25 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo o sexo – Brasil – 2010.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010, (2012).

Figura 5 - Percentual de pessoas que concluíram curso superior de graduação na população de estudantes de curso superior de graduação, segundo sexo, a rede de ensino que frequentavam, a situação de ocupação na semana de referência e os grupos de idade – Brasil – 2010.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010, (2012).

tário tem aumentado e superado o percentual de participação dos homens. Curiosamente, o percentual de pessoas que concluíram o curso superior de graduação está na faixa etária de 40 anos ou mais de idade, que é de 30,1% e a de apenas 3,9% de pessoas de 24 anos de idade, uma variação de 671,79%, ou seja, um número maior pessoas de faixa etária mais elevada está concluindo o nível superior de graduação. Como a maioria das pessoas que concluíram o ensino superior é formada pelas mulheres, e levando em consideração os direitos garantidos às mulheres através de Políticas Públicas e Ações afirmativas, principalmente nos últimos 20 anos, pode-se afirmar que a participação das pessoas da faixa etária de 40 anos ou mais é resultado da obtenção destes direitos, onde as mulheres puderam enfim, realizar o desejo de ter um curso de nível superior.

4.1 - A participação da mulher nos cursos de nível superior

Segundo Carvalho, citada por Carvalho & Casagrande (2011), alguns cursos de nível superior possuem uma participação predominante de mulheres. O ingresso da mulher na universidade tem aumentado, e em algumas áreas as mulheres representam uma participação superior à dos homens, onde surge uma associação das carreiras com o gênero. Os cursos se identificam com o perfil da mulher devido às características que lhe foram atribuídas como sensibilidade, obediência, afetividade e compreensão, e o homem como forte, sábio, competitivo e independente. (PORTAL MEC, 2013).

Através de uma coleta de dados em uma universidade brasileira, verificou-se que cursos como Pedagogia, Enfermagem, Nutrição apresentam uma participação de cerca de 80% a 90% de mulheres, por serem cursos que representam uma extensão das atividades domésticas, domínio feminino seguido por milhares de anos. Estes são cursos tidos como "cursos para a mulher", principalmente o curso de Pedagogia, devido ao seu público ser predominante feminino. Por sua vez, os cursos de engenharia, tido como "cursos voltados para homem", têm

de 15% a 20% da participação de mulheres, onde pesquisas apontam que ainda existe discriminação contra a participação das mulheres em cursos desta área, apesar das conquistas obtidas também na área tecnológica. Assim formam-se estereótipos quanto ao público de determinados cursos, onde os cursos de áreas tidos como mais fáceis e didáticos são voltados para as mulheres e cursos que exigem mais esforço físico e mental são voltados para homens. Estes paradigmas impostos também são uma forma de discriminação, onde se estabelece o que a profissão da mulher e do homem no mercado. (CARVALHO & CASAGRANDE apud CARVALHO, 2008). Lombardi (2006) discute sobre as dificuldades encontradas pela mulher em cursos de engenharia

"[...] Alguns estereótipos de gênero que dificultavam o ingresso delas em certas áreas de conhecimento e de trabalho, em algumas atividades e atribuições, foram questionados socialmente e perderam parte do poder de intimidação nesse período de tempo. Nesse processo, contudo, a divisão sexual do trabalho se reproduziu dentro dessas mesmas áreas, dela decorrendo a atribuição de trabalhos diferentes, de diferente valor, a engenheiros e engenheiras." (LOMBARDI, 2006, p. 174)

Queiroz (2013) ressalta que as mulheres estão representadas, mesmo que em pequena proporção, em todas as carreiras do elenco universitário, entretanto, as mulheres mulatas e negras, sobretudo as negras, estão ausentes em algumas destas carreiras, como os cursos de Engenharia, principalmente.

Entre as estudantes dos cursos de Engenharia, por exemplo, há um estranhamento por parte de professores e alunos pela presença de jovens do sexo feminino que buscaram estes cursos.

"[...] Algumas engenheiras decidiram deixar de trabalhar na profissão para cursarem mestrado e doutorado e depois seguirem a carreira no Magistério Superior onde elas acreditam que as pressões sejam menores." (CARVALHO

& CASAGRANDE, 2011 apud CARVALHO, 2008, p. 12)

Historicamente, homens e mulheres têm papéis distintos, a mulher geralmente se ocupa com os afazeres da vida privada como cuidar da casa e da família e o homem com a vida pública, trabalhando fora de casa. Esta é uma forma de discriminação que faz com que estes sejam valorizados de modo diferente, não podendo se afastar da ordem estabelecida pelos estereótipos machistas. (PORTAL MEC, 2013).

"Frente às demandas da contemporaneidade, torna-se possível e necessário a transição entre o espaço público e privado independente de determinações de sexo. Esta distinção fora construída e segmentada com base em argumentos determinados pela diferença sexual biológica, onde a mulher estaria confinada ao espaço privado, pois seu destino seria cuidar dos filhos e da casa, e ao homem estaria reservado o privilegiado espaço político das discussões intelectuais e da autonomia." (OKIN apud PAZ & COATTI, 2013, p. 9)

Com o aumento da participação da mulher na sociedade surge um novo modo de vida na sociedade, onde a mulher também tem se ocupado com trabalhos públicos, fora da vida doméstica e o homem também tem se ocupado com afazeres domésticos e cuidados com a família, modificando a visão da sociedade quanto à diferença e discriminação aos gêneros masculino e feminino (PAZ & COATTI, 2013).

A diminuição da discriminação é uma das mais importantes áreas que tem apresentado avanços de direitos, que é característico das modernas democracias, onde uma sociedade democrática distingue-se por ser uma sociedade promotora de processos de inclusão social, diferente das antigas sociedades, que eram caracterizadas por reinos fortemente impermeáveis de exclusão social e individual (SEGALLA & MARTA, 2009).

"A participação popular é essencial à legítima construção dos direitos constitucionais, que assim não depen-

dem apenas da concepção política dos governos para a sua concretização. Os direitos sociais, como a assistência social, são conquistas que exigem uma resposta legítima do Estado brasileiro e, portanto, não são moedas de troca político-partidária. Diante disso, a não observância de instrumentos de participação e controle social pode culminar no esvaziamento do próprio direito constitucional à assistência social em nome de práticas clientelistas." (ABREU, 2013, p. 4)

Segundo Abreu (2013), as Políticas Públicas são resultados da necessidade de atuação positivas por parte do Estado, tendo como objetivo assegurar o crescimento sustentado da economia do país, criando empregos e aumentando a renda dos cidadãos brasileiros através da promoção da dignidade e da cidadania onde as políticas sociais de cunho universal visam a igualdade de oportunidades. Dessa forma se faz necessário o fortalecimento de pessoas e comunidades para que estas sejam altamente capazes de buscar melhorias na qualidade de vida e satisfazer suas necessidades.

5 - Conclusão

Através do estudo exposto e da análise dos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conclui-se que o cenário vivido pela mulher no Brasil obteve resultados significativos e vitoriosos como resultados de lutas, manifestações, movimentos e protestos em defesa dos direitos das mulheres à participação igualitária na sociedade, que garantem a sua participação e aceitação no meio Universitário. O crescente número de mulheres que ingressam em Universidades tem sido maior que o número de homens, o que é consequência dos resultados obtidos através das Políticas Públicas que preveem a diminuição da discriminação, do preconceito e da violência enfrentada pelas mulheres desde os primórdios.

O resultado obtido através do aumento no número de pessoas que possuem o nível superior completo se deve principalmente

ao aumento do número de mulheres que tem ingressado no meio universitário, em resposta aos direitos obtidos na busca pela igualdade, pela melhoria nas condições de vida e do bem-estar em meio à sociedade, como apontam os dados do IBGE. As Políticas Públicas Educacionais, que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar, se desenvolveram acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo em suas necessidades educacionais contribuindo para a formação profissional de todos sem distinção de gênero, chegando à um cenário globalizado apresentando um caráter mais produtivo e eficiente na efetivação de seus propósitos. (OLIVEIRA, 2010).

Assim, através da sua inserção na univer-

sidade, a mulher conquistou o seu espaço em meio à sociedade, em atividades de caráter público e hoje possui uma autonomia que a permite escolher uma profissão e construir uma carreira profissional e que também a permite ter decisões sobre o seu modo de vida. A sua participação no ensino superior contribuiu para o aumento de seu desempenho em campos sociais, políticos e econômicos, onde a sua presença há algum tempo era restrita.

Contudo, vê-se importância da continuidade e adequações na formulação e efetivação das Políticas Públicas na busca de melhorias prospectivas que eliminem cada vez mais o preconceito e a discriminação ainda presente na sociedade, aumentando o índice de desenvolvimento do Brasil.



Referências bibliográficas

- ABREU, Lidiane Rocha. (2011), "Políticas Públicas: atuações estatais essenciais à efetivação da cidadania plena." In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 89. <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9650&revista_caderno=9>. Acesso em 03 out. 2013.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. (2008), "Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação." In: *Revista Múltiplas Leituras*, v.1, n. 1, p. 18-43. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>>. Acesso em: 05 out. 2013.
- BEZERRA, Nathalia. (2010), "Mulher e Universidade: A Longa e Difícil Luta Contra a Invisibilidade." *Anais Conferência Internacional sobre os Sete Saberes*. Fortaleza. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013
- BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. (1996), Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União Brasília*. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- CARVALHO, Marília de & CASAGRANDE, Lindimar Salette. (2011), "Mulheres e Ciência: Desafios e Conquistas." In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. Florianópolis, v.8, n.2, p. 20-35, Jul./Dez. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2011v8n2p20/20565>>. Acesso em 07 out. 2013.
- FERREIRA, Luciana do Carmo et al. (2009), "A Educação Escolar: Uma Possibilidade Real de Combate ao Preconceito de Identidade de Gênero." In: *XV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO*, Maceio. 1-05. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/98.%20a%20educa%C7%C3%20escolar.pdf>. Acesso em: 02 out. 2013.
- GOMES, Márcia Cristina. (2013), "Gênero e Educação: Mulheres na Docência e Ensino Superior." In: *II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. São Paulo. PUC São Paulo. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1h241MLG6IAJ:www.2coninter.com.br/artigos/pdf/722.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 fev. 2015.
- HEILBORN, Maria Luiza et al (Org.). (2011), "A transversalidade de gênero e raça na Gestão Pública." *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça*. GPP – GeR: módulo V. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- HEILBORN, Maria Luiza et al (Org.). (2010), "Políticas Públicas e Gênero." *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça*. GPP – GeR: módulo II. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2012), "Censo Demográfico de 2010." Rio de Janeiro: IBGE. <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000011363712202012375418902674.pdf>>. Acesso em 29 set. 2013.
- LOMBARDI, Maria Rosa. (2006), "Engenheiras brasileiras: Inserção e limites de gênero no campo profissional." *Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, jan./abr. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0836127.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2015.
- MUGNOL, Márcio & GISI, Maria Lourdes. (2012), "Avaliação de Políticas Públicas Educacionais: Os Resultados do Prouni." In: *XI ANPED SUL, Seminário de pesquisa em Educação na Região Sul*. 1-16. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2022/970>>. Acesso em 20 out. 2013.
- NASCIMENTO, João do. (2013), "Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social." <<http://meuartigo.brasile scola.com/sociologia/acoes-afirmativas-politicas-publicas-inclusao-social.htm>>. Acesso em 04 out. 2013.
- PAZ, Diego & COATTI Thiago. (2013), "GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: trânsitos entre masculino e feminino nos espaços público e privado." In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386596485_ARQUIVO_ThiagoCoatti.pdf>. Acesso em 22 fev. 2015.
- PIOVESAN, Flávia. (2005), "Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos." *Caderno de Pesquisa* vol.35, nº.124 São Paulo Jan./Abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004>. Acesso em 29 set. 2013.
- PORTAL MEC. (2005), "Educar na Universidade." Ministério de Educação, Brasília. <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educar%20na%20diversidade.pdf>>. Acesso em 04 out. 2013.
- PORTAL MEC. (2000), "Plano Nacional de Educação. Brasília : Ministério da Educação." Secretaria de Educação Especial. <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em 20 out. 2013.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. (2013), "Mulheres no Ensino Superior no Brasil." Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. [Tese de Doutorado]. <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0301t.pdf>>. Acesso em 04 set. 2013.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de. (2010), "Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática." Editora da PUC Goiás. 1-09. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em 04 out. 2013.
- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. (2013), O que são Políticas Públicas. Governo do Estado do Paraná. <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf>. Acesso em 25 set. 2013.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. (2005), Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília. <http://bvsm.sau de.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf>. Acesso em 24 out. 2013.
- SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca & MARTA, Tais Nader. (2009), "A importância da educação inclusiva na luta contra o preconceito." *Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI*, São Paulo, nov. de 2009. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/1952.pdf>. Acesso em 30 set. 2013.

Recebido em: 30 de outubro de 2013.

Aprovado em: 22 de março de 2015.

A LGBTIfobia na Universidade: algo cheira a podre no reino da Dinamarca

RESUMO: O presente trabalho aborda a questão da LGBTIfobia no âmbito universitário. No primeiro momento, são abordados, brevemente, alguns conceitos-operativos, bem como se traça um panorama do constructo sociocultural que é a LGBTIfobia. Em seguida, discorre-se sobre a presença da mesma na Universidade, suas causas e consequências, além do papel do Estado nesse processo. Por fim, partindo do pressuposto da autonomia universitária, são aventadas algumas sugestões para o enfrentamento da discriminação por orientação sexual e da expressão e identidade de gênero como forma de garantir a cidadania e dignidade das pessoas LGBTI.

ABSTRACT: The actual project approach LGBTphobia in the university scope. In the first moment, are approached, briefly, some operactives-concepts, exactly how draw a panoram of sociocultural construct what is the lgbtphobie. Then, talks up about the presence of the same in the university, your causes and consequences, beyond the states's role in the process. Lastly, starting from the assumption by the university utonomy, are suggested some sugestions for the confronting of the discrimination for sexual orientation and expression and gender intenty with a way to ensure citizenship and dignity of the LGBTI people.

1 - Introdução

De início, cabe elucidar que por LGBTIfobia entende-se a intolerância em virtude da orientação sexual e da expressão e/ou identidade de gênero da pessoa, também conhecida por "homofobia". Pode-se, ainda, falar em "fobias" específicas e suas problemáticas peculiares: em gayfobia (fobia contra gays); lesbofobia (fobia contra lésbicas); bifobia (fobia contra bissexuais); transfobia (fobia contra pessoas trans); e, por fim, intersexfobia (fobia contra pessoas intersexuais)¹. A respeito do termo "homofobia", Junqueira (2007, p. 4-6) expõe:

"[...] o termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Essas emoções, em alguns casos, seriam a tradução do

receio (inconsciente e "doentio") de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja). [...] Outros estudiosos e estudiosas adotam um posicionamento diferente. A visão que, neste caso, prevalece acerca da homofobia se dá, em geral, a partir da manutenção da referência àquele conjunto de emoções negativas, mas sem enfatizar exclusivamente aspectos de ordem psicológica e, ao mesmo tempo, rechaçando acepções patologizantes."

A LGBTIfobia é um dos temas de muita evidência no debate público atual. Sua relevância, no entanto, não se deu em virtude da discussão de mecanismo de como enfrentá-la, mas sim em decorrência de casos de agressões LGBTIfóbicas veiculados na mídia.

As recorrentes notícias da intolerância contra lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans² e intersexuais³ (LGBTI) refletem um

Mylla Maria

Sousa Sampaio

Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
myllamariah@hotmail.com

Thiago G. Viana

Pós-graduando em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC)/ Centro Universitário Internacional (UNINTER).
thiagogv.adv@gmail.com

Palavras-chave:

LGBTIfobia.; Orientação sexual; Identidade de gênero; Universidade.

Keywords:

LGBTIphobia; Sexual orientation; Gender identity; University.

¹ A intolerância em virtude da Ressalte-se que esse uso do termo "fobia" não se dá no sentido utilizado pelo jargão médico, mas sim no sentido de aversão ao indivíduo LGBTI, em conjunto com a reprodução e manutenção da estrutura de heterossexualidade compulsória (heteronormatividade) da sociedade ocidental.

² Transexuais, travestis, intersexuais e demais pessoas que não se encaixam no rígido modelo binário dos papéis de gêneros masculino e feminino (crossdressers, queers etc.).

³ Indivíduos que nascem com genitália ambígua, vulgarmente conhecidos por "hermafrodita".

4 “[...] tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. Em segundo lugar, [...] entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 2004, p. 244).

5 “Em a ‘vontade de saber’ Foucault se dedica a mostrar que nas sociedades ocidentais modernas o sexo é alvo de um investimento político. O dispositivo representado pela sexualidade faz parte de um agenciamento político da vida, ou seja, integra uma biopolítica.” (FONSECA, 2002, p. 199).

6 A identidade de gênero, até final de 2012, era chamada de “transexualismo”, segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – versão 10 (CID-10), ou “transtorno de identidade de gênero”, de acordo com Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais, em sua 4ª edição (DSM-IV). Contudo neste último, em sua versão mais recente, foi retirada da categoria de desordem mental e incluída como “disforia de gênero”, que corresponde ao sofrimento emocional, resultado de “uma incongruência marcante entre o gênero experimentado/exprimido e o gênero atribuído” (FORD, 2012, tradução nossa). Na prática, essa mudança não foi significativa, pois as pessoas trans ainda sofrem ingerência na sua (auto) identificação de gênero.

recrudescimento desse tipo de violência ou esta se tornou mais frequentes porque se concedeu maior atenção a tais casos? A resposta a tal pergunta demanda uma pesquisa aprofundada, contudo, é válido ressaltar que a LGBTIfobia entrou na pauta do debate público, pois mostrou-se um problema de profunda gravidade e que deve ser equacionado.

Nesse passo, é de se indagar como a LGBTIfobia, presente nos mais diversos espaços da vida social e familiar, se manifesta nas instituições de Ensino Superior (IES) do país. Imagina-se a Universidade como um espaço onde a luz da Razão guia a humanidade para alcançar os caminhos rumo ao progresso. Na realidade, em um nítido paralelo da afirmação de Hamlet em relação à hipocrisia, dentre outras desvirtudes, no aparente reino perfeito da Dinamarca, a Universidade não condiz com a visão ideal – e até utópica – que dela se tem, pelo contrário, ela vem se mostrando, como qualquer outra esfera da vida social, uma instituição que reproduz discursos e práticas de intolerância, tal como a LGBTIfobia.

2 - LGBTIfobia: conceitos-operativos e estado da arte

Faz-se necessária a compreensão de certos conceitos, tais como orientação sexual, identidade de gênero, LGBTIfobia, dentre outros pontos, que, longe de serem exaustivos ou definitivos, serão esmiuçados, a seguir, para oferecer o instrumental teórico da análise ora proposta pelo trabalho.

2.1 - Os conceitos-operativos

Michel Foucault (1988) no seu clássico “A História da sexualidade: a vontade de saber”, publicada em 1976, demarcou uma fatura nas análises críticas sobre o sexo, gênero e sexualidade na contemporaneidade ao demonstrar que tais marcadores sociais da diferença foram entendidos como dispositivos⁴ discursivamente assinalados pela Ciência (Psicanálise, Medicina, Psiquiatria, Direito etc.), cada um a seu modo, como alvo essencial para o controle biopolítico⁵ na economia

dos corpos e do desejo. Foucault, ao desvelar tais mecanismos, abre caminhos para melhor entendimento e análise da orientação sexual e identidade de gênero, da LGBTIfobia, dos movimentos de liberdade sexual.

Nesse processo, a tutela exercida pela Ciência sobre a “sexualidade” levou o primeiro golpe em 1973, quando o termo “homossexualismo” foi retirado da classificação de doenças pela Associação Americana de Psiquiatria – passou-se a falar em homossexualidade (o sufixo “-dade” significa modo de ser); desde então, esse processo foi se disseminando, de modo que em 1975, a Associação Americana de Psicologia adotou a mesma postura; no mesmo sentido, no Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Federal de Medicina deixaram de considerar a homossexualidade um desvio sexual; em 17 de maio de 1990, a Assembleia geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID) (VECCHIATTI, 2013 apud VIANA, 2014, p. 267-268).

A orientação sexual, segundo Borrillo (2010, p. 23), consiste em uma:

“[...] componente da sexualidade enquanto conjunto de comportamentos relacionados com a pulsão sexual e com sua concretização. Se a atração sexual é dirigida para pessoas do mesmo sexo, designamos tal orientação por “homossexualidade”; se ela se inclina para o sexo oposto, trata-se da “heterossexualidade”; e, ainda, de “bissexualidade”, se o sexo do parceiro é indiferente.”

A identidade de gênero, relacionada às pessoas trans, pode ser definida como a:

“[...] experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (CENTRO LATI-

NO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 07-10).⁶

A LGBTIfobia se traduz, conforme lição de Borrillo (2001, p. 36, tradução nossa), na:

"[...] hostilidade, geral, psicológica e social, em relação àqueles e àqueles de quem se supõe que desejam indivíduos de seu próprio sexo ou tenham práticas sexuais com eles. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita a todos os que não se conformam com o papel determinado por seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai dela consequências políticas."⁷

Merece atenção especial a ideia de que a "homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai dela consequências políticas", ou seja, não apenas assinala a diferença no outro ou se restringe ao preconceito e discriminação, mas implica também a negação de direitos fundamentais, da plenitude de exercício da cidadania. Em outros termos, institui-se o mecanismo (bio)político da chamada "heteronormatividade", ou seja, a produção e reiteração compulsória da heterossexualidade como norma. (LOURO, 2009, p. 90).⁸

Nesse passo, pode-se conceituar discriminação por orientação sexual, expressão e identidade de gênero como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, motivada por orientação sexual e expressão e identidade de gênero, que tenha o propósito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural ou em qualquer campo da vida pública.⁹

Assim, a LGBTIfobia se apresenta como um conjunto de ideias e práticas que refletem o preconceito e a discriminação motivados pela orientação sexual, expressão e identidade de gênero de LGBTI e, até mesmo, contra heterossexuais confundidos com LGBTI por-

que não performatizam os papéis do "masculino" e "feminino"¹⁰. A sua manifestação, no meio familiar e social, compreende desde a violência moral até espancamento, torturas¹¹, mutilações, castrações e agressões sexuais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011 apud VIANA, 2012, p. 122), em homicídios com requintes de crueldade. Considerando tal situação de vulnerabilidade à qual a LGBTIfobia são empurrados, a população LGBTI e os efeitos sofridos por estes em sua vida pessoal e profissional¹², resta evidente que:

"Diante da lógica que naturaliza e estabelece a heterossexualidade como referência, a homossexualidade passa a ser uma ameaça simbólica ao poder heterocêntrico e falocêntrico, tornando visível a existência de desigualdades nas relações de poder estabelecidas pelas oposições binárias heterossexualidade/homossexualidade, homem/mulher, masculino/feminino. Tendo em vista essas ameaças e as diferenças de poder que subjugam, nesse caso, os homossexuais, estes se encontram enredados muitas vezes em interações violentas."¹³ (MACHADO & PICCOLO, 2010, p. 117).

Na maior pesquisa sobre LGBTIfobia já realizada no país, questionou-se vários entrevistados acerca do preconceito contra as pessoas LGBTI:

"Indagados sobre a existência ou não de preconceito contra as pessoas LGBT no Brasil, quase a totalidade das pessoas entrevistadas respondeu afirmativamente: acreditam que existe preconceito contra travestis 93% (para 73% muito, para 16% um pouco), contra transexuais 91% (respectivamente 71% e 17%), contra gays 92% (70% e 18%), contra lésbicas 92% (69% e 20%) e, tão freqüente (sic), mas um pouco menos intenso, 90% acham que no Brasil há preconceito contra bissexuais (para 64% muito, para 22% um pouco). Mas perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitiram ter preconceito contra travestis (e só 12% muito), 28% contra transexuais (11% muito), 27%

⁷ É válido destacar que a LGBTIfobia do meio social acaba sendo internalizada por uma parcela dos próprios indivíduos LGBTI: "[...] a homofobia, nos homossexuais, apresenta-se de distintas maneiras, como autodesprezo, baixa estima, tentativas de suicídio. Vale lembrar que os homossexuais foram socializados no seio de sociedades que rejeitam a homossexualidade, incorporando os valores heterossexuais com os quais, inúmeras vezes, entram em conflito" (MACHADO; PICCOLO, 2010, p. 117).

⁸ "Como observa Michael Warner (1993), por meio da heteronormatividade, a heterossexualidade (e acrescente-se: pensada invariavelmente no singular, embora seja um fenômeno plural) é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima (e natural) de expressão identitária e sexual, ao passo que as homossexualidades tornam-se desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado." (JUNQUEIRA, 2009, p. 376).

⁹ Em igual sentido, os Princípios de Yogyakarta (CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 12), com inspiração última no conceito de discriminação constante do art. I da "Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial". (BRASIL, 1969).

¹⁰ Um simples abraço entre dois homens não é visto como demonstração de carinho, mas de intoleráveis afeto e intimidade, daí casos como os a seguir relatados: em 24 de junho de 2012, na cidade baiana de Camaçari, dois irmãos gêmeos, José Leandro e José Leonardo, andavam abraçados quando foram abordados por um grupo de 08 jovens que passou a agredi-los, pensando tratar-se de um casal homoafetivo, o que resultou no falecimento de José Leonardo, consequência das agressões e pedradas na cabeça, e em lesões graves em José Leandro (MENESES, 2012); na cidade paulista de São João da Boa Vista, em 15 de julho de 2012, um grupo de jovens agrediu um pai e um filho que se abraçavam porque estes foram confundidos com um casal homoafetivo, o que causou vários hematomas e escoriações no filho e o decepamento de uma das orelhas do pai (SOUZA, 2012).

11 Na cidade de São Gonçalo (RJ), o adolescente Alexandre Thomé Ivo Rajão, de apenas 14 anos de idade, foi torturado por cerca de três horas e assassinado por asfixia, tendo, como pano de fundo, a LGBTifobia (CAVALCANTI; AZEVEDO, 2010).

12 Hill (2009 apud VIANA, 2012, p. 116-117) compilou várias pesquisas sobre a situação da vítima em relação aos *hate crimes*, apurando que tal vítima se sente menos segura, enxerga o mundo como menos ordenado e significativo, tem baixa autoestima, apresenta quadro depressivo e fica mais propensa ao uso de álcool e drogas, dentre outros pontos, e, ainda segundo esse mesmo autor, em relação às vítimas de crimes que não os de ódio, as vítimas destes delitos têm quase três vezes mais probabilidade de sofrer ferimentos graves, relatar níveis mais elevados de medo, ansiedade, relacionar contratempos pessoais com o preconceito, bem como relatar o incidente como tendo um grande impacto sobre suas vidas, dentre outros sintomas.

13 Recente pesquisa compilou vários estudos a respeito da LGBTifobia entre os anos de 1973 e 2001, chegando à conclusão de que a “[...] homofobia no Brasil tem forte vínculo com o sexismo (discriminação baseada no sexo ou gênero) e o preconceito contra o não conformismo às normas de gênero (mulheres que têm comportamento considerado masculinizado, por exemplo). Isso significa que homossexuais que tenham características consideradas compatíveis com seu sexo anatômico tendem a sofrer menos preconceito do que mulheres masculinizadas ou homens com traços femininos. Assim, mesmo uma pessoa heterossexual pode ser alvo de homofobia. ‘Se um menino não gostar de jogar futebol ou não adotar algum comportamento esperado [de alguém do sexo masculino], vai ser chamado de ‘bicha’ pelos colegas mesmo que seja heterossexual’ [...]” (ANDRADE, 2012). Cumpre lembrar que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero representa, tal qual a violência doméstica e familiar contra a mulher, um fenômeno que ocorre com frequência no ambiente doméstico, onde se dá 42% dos casos de violência, sendo que 38,2% são praticados por familiares e em 61,9%

contra lésbicas e bissexuais (10% muito para ambos) e 26% contra gays (9% muito).” (VENTURI, 2009).

A partir deste estudo, a conclusão é impactante: cerca de 99% da população brasileira apresenta algum grau de LGBTifobia, sobretudo em relação às pessoas trans.

No Brasil, há pelo menos três décadas, o Grupo Gay da Bahia (GGB) realiza levantamento dos crimes LGBTifóbicos. Em 2012, superando os índices dos anos anteriores, houve 338 assassinatos de LGBTI (AFFONSO, 2013a)¹³ – isso significa uma morte a cada 26 horas. O Poder Público, até o ano de 2012, não realizava qualquer tipo de levantamento de dados referentes a crimes de ódio (bias crimes; hate crimes), tampouco em relação aos crimes contra LGBTI, embora há muito venha utilizando os dados do GGB como forma de monitoramento desse tipo de delito no país. Entretanto, em julho de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) lançou um relatório sobre LGBTifobia referente a 2011, segundo o qual foram denunciadas 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTI, com 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos, das quais 278 foram homicídios e, em 2013, o 2º Relatório Sobre Violência Homofóbica - 2012 apontou 9.982 violações relacionadas à população LGBT, dos quais 310 foram homicídios (VIANA, 2014, p. 270). Em ambos os levantamentos, a subnotificação é reconhecida como alarmante.

No Senado, após mais de 13 anos de tramitação, o polêmico Projeto de Lei da Câmara nº 122/2006 (PLC nº 122/2006), que incluía “orientação sexual” e “identidade de gênero” na Lei nº 7.716/89 (Lei Antirracismo) foi arquivado e tais expressões já foram eliminadas do Projeto de Lei do Senado nº 236/2012 (Projeto de Código Penal) (VIANA, 2014, p. 272 e ss.) O projeto encontra forte oposição dos setores conservadoras do Congresso Nacional, especialmente da bancada religiosa fundamentalista.

Assentadas tais premissas, passa-se à análise de como a LGBTifobia se faz presente nas Universidades brasileiras.

3 - A Universidade e a LGBTifobia

3.1 Considerações preliminares

A Universidade, como já dito, representa um *locus* de produção de conhecimento para pensar questões sociais (desigualdade social, discriminação e preconceito, saúde, educação, economia, segurança etc.) e propor soluções para essas problemáticas, bem como fomentar as bases da educação com a formação de professores.

Assim, pode-se falar na ideia tradicional da Universidade como promotora do *projeto de País*, ou seja, tem o papel de “conceber projetos de desenvolvimento ou de modernização nacionais, protagonizados pelo Estado, que visavam criar ou aprofundar a coerência e a coesão do país enquanto espaço econômico, social e cultural, território geopoliticamente bem definido” (SANTOS, 2011, p. 46). Nessa linha, a Universidade constitui um dos atores sociais a concretizar os objetivos fundamentais traçados no art. 3º da Constituição da República consistentes em erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, para construir uma sociedade livre, justa e solidária (BRASIL, 1988).

Um exemplo emblemático é o da África do Sul. Como lembra Santos (2011, p. 37-39), este País lançou nas instituições educacionais, sobretudo no Ensino Superior (com destaque para as “Universidades historicamente brancas”), um amplo programa de enfrentamento ao racismo; a resistência desse à onda de mercantilização do mercado universitário, trazendo a verve mercadológica dos EUA, Nova Zelândia e Austrália e, com isso, enfraquecendo ou eliminando tal iniciativa, mostrando, com essa atitude, que o combate ao racismo consubstancia um importante elemento do projeto (político) de País.

Ademais, como expõe Herkenhoff (2001), a Universidade representa um referencial ético¹⁴ em meio ao pluralismo cultural da sociedade brasileira contemporânea:

Se a Universidade não serve ao bem comum, descumpra o seu mais importante dever ético. O serviço ao bem comum a Universidade dele se desincumbe proporcionando ensino de excelente qualidade; exercendo um papel civilizatório, progressista, de debate crítico, dentro da comunidade; comprometendo-se com o conjunto da população, através das atividades de extensão; ajudando no avanço de todo o leque de saberes humanos, através da pesquisa. Ensino, pesquisa e extensão segundo critérios éticos, atentando-se invariavelmente para os fins últimos que justificam e enobrecem as instituições universitárias. [...] O que justifica a Universidade pública e gratuita é o relevante papel social da Universidade, com instituição fundamental para pensar o Brasil e os problemas do nosso povo.

Entretanto, neste início do séc. XXI, como bem notou o professor Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 9-11), a Universidade vem passando por três crises: a *crise de hegemonia*, fruto do conflito entre o papel tradicional de produção da alta cultura, de conhecimentos científicos e humanísticos e de pensamento crítico, de um lado, e, de outro, a produção de conhecimentos instrumentais, formação de mão de obra qualificada exigida pelo mercado de trabalho (como, por exemplo, os cursos de "tecnólogo", a redução da duração dos cursos etc.), que resultou por parte do Estado e agentes econômicos (empresas, sobretudo) na busca de outras instituições para o papel produção que veio a ser atribuído às IES; a *crise de legitimidade*, reflexo de elitismo da Universidade em resistir ao acesso de classes populares aos seus quadros; e, por fim, a *crise institucional*, resultado do paradoxo entre a "reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da Universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social."

Nesse processo, lidar com a temática da discriminação, quer seja ela praticada na sociedade ou no meio universitário, nasce como

uma demanda necessária na pauta para a Universidade se recuperar das crises que enfrenta e, dessa maneira, reafirmar seu papel ético.

Colocadas essas premissas, aborda-se a seguir a LGBTIfobia no ambiente universitário, seja ela institucional ou não, e, em seguida, são aventadas algumas medidas para seu enfrentamento.

3.2 - LGBTIfobia na Universidade

"Casal gay é expulso de festa da USP e registra queixa" (G1, 29/01/2008)

"Caso de homofobia na USP expõe crescimento da intolerância entre os jovens. Pesquisa mostra que problema começa na infância" (IstoÉ, 29/10/2010)

"Grupo denuncia suposto foco de homofobia em Universidade da Capital [Porto Alegre]" (Jornal Zero Hora, 08/12/2010)

"Cartazes homofóbicos colados em banheiros da Universidade Federal do Espírito Santo geram revolta entre acadêmicos" (A Gazeta, 25/10/2012);

"Estudante denuncia estupro [corretivo] em estacionamento da UERJ" (UOL, 17/05/2013)

"Aluna espancada na UnB foi vítima de homofobia: 'lésbica nojenta'" (Agência Pragmatismo político, 19/02/2013)

A violência contra a população LGBTI, além de multifacetada (discriminação no trabalho, violência moral, espancamento, torturas, mutilações, castrações e agressões sexuais e, nos casos mais graves, assassinatos com brutais requintes de crueldade), está presente em todas as esferas da sociedade, desde a familiar à universitária. **É, portanto, um constructo sociocultural que vai se consolidando na personalidade do indivíduo e no meio social (nos seus mais diversos espaços) desde bem cedo.**

A ONG Reprolatina, por meio de um estudo realizado em escolas estaduais e municipais de 11 capitais no Brasil, reforça a tese de que a LGBTIfobia é construída desde a infância, e, por não saber como lidar com a diversidade sexual, as escolas tendem a ignorar as pessoas LGBTI (REPROLATINA, 2011). Já nos pri-

meiros anos escolares, ela se manifesta colocando a "heterossexualidade" como a única expressão normal, natural da sexualidade (os contos de fadas, com o par mocinho-donzela, enraízam a ideia de que felicidade e o amor somente são possíveis em um par heterossexual e monogâmico¹⁵), o que também guarda estreita relação com o machismo:

A reprodução do patriarcado, necessária pela sucessão de trocas de gerações não teve reais dificuldades: os seres humanos se socializam com pouca idade; aprendem quase ao mesmo tempo a linguagem e as expectativas sociais impostas pela estrutura patriarcal, reprimindo os transgressores desde a infância (entre os meninos a pior injúria é precisamente menina) (CAPPELLA, 2002, p. 34).

É comum que piadas e apelidos sejam as primeiras demonstrações de LGBTIfobia nos ambientes escolares e universitários. Como essa prática costuma ser encarada como inofensiva e irrelevante, perpetua-se até desencadear outros tipos de violência – como a física e sexual –, estando, de tal maneira, tão "naturalizada" que não se percebe sua sutil presença. Infere-se, então, ante a inexistência de programas educacionais de enfrentamento à LGBTIfobia nas escolas, que os egressos do Ensino Médio irão tornar-se universitários que continuarão reproduzindo as práticas e os discursos discriminatórios dessa natureza.

A condescendência com que os primeiros sinais da LGBTIfobia são tratados contribui, imensamente, para a sua propagação e cria uma ambiência permissiva para o cometimento de crimes ainda mais graves contra as pessoas LGBTI na Universidade.

Tem-se aí o que se chama de *LGBTIfobia institucional*¹⁶, vale dizer, as formas pelas quais instituições e pessoas, mesmo conscientemente contrárias à discriminação, discriminam pessoas em função de sua orientação sexual, expressão e identidade de gênero presumidas, relegando-as à invisibilidade em seus procedimentos administrativos, normas, leis.

A seguir, alguns casos de discurso de ódio, discriminação e violência LGBTIfóbicas que desvelam esse fenômeno no seio da Universidade.

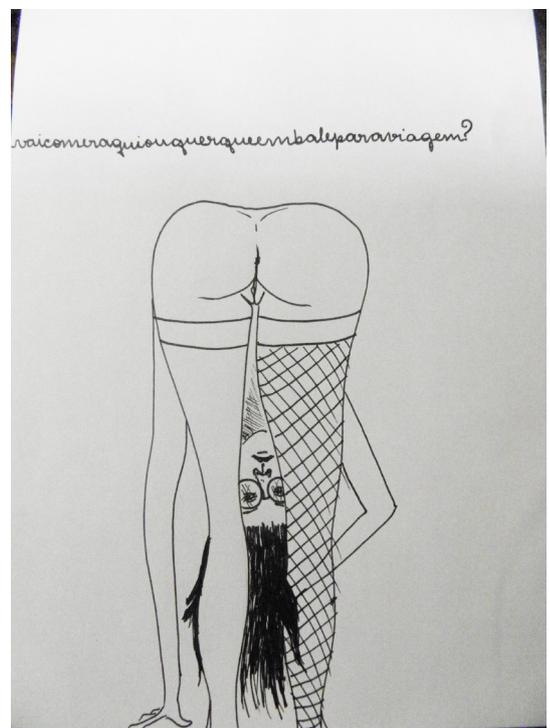
Em outubro de 2010, tornou-se público um caso de violência contra homossexuais na Universidade de São Paulo (USP), onde o estudante Henrique Andrade foi agredido física e verbalmente em uma festa por três rapazes que estavam incomodados pela presença do acadêmico e de seu namorado no ambiente (GOMES, 2010). No mesmo ano, foram divulgados, pelo menos, quatro casos de estudantes americanos que cometeram suicídio após sofrerem agressões e humilhações nas Universidades que frequentavam, o que, inclusive, motivou o atual presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, a fazer um

dos casos o agressor é próximo da vítima (MACIEL, 2012).

14 Por Ética entenda-se o "[...] esforço do espírito humano para formular juízos tendentes a iluminar a conduta das pessoas, sob a luz de um critério de Bem e Justiça" (HERKENOFF, 2001, p. 11-12).

15 Tal visão, além de padecer de machismo, invisibiliza outros modelos de vivência afetiva, tais como o poliamor, relações livres, afinal as pessoas têm liberdade para, desde que maiores de idade, de forma consensual e em pé de igualdade, viver as relações e arranjos familiares que desejarem, cabendo ao Estado apenas resguardar a parte mais fraca da relação (mulher, criança, pessoa idosa ou com deficiência etc.).

16 "A perspectiva institucional, por sua vez, enfatiza a importância do contexto social e organizacional como efetiva raiz dos preconceitos e comportamentos discriminatórios. Ao invés de acentuar a dimensão volitiva individual, ela volta-se para a dinâmica social e a 'normalidade' da discriminação que ela engendra, buscando compreender a persistência da discriminação mesmo em indivíduos e instituições que rejeitam conscientemente sua prática intencional", daí se poder falar em "discriminação institucional e privilégio" (a reprodução e perpetuação da discriminação tem como fonte a situação privilegiada usufruída por grupos dominantes), "discriminação institucional e direitos especiais" (inexiste direito "especial" quando se pretende, com tratamento antidiscriminatório, a concreção do princípio da igualdade sensível às circunstâncias históricas de determinado contexto social) e "discriminação institucional e mérito" (a ideia de "mérito" baliza a sociedade para avaliar, quanto a este aspecto meritório, as características e padrões típicos dos privilegiados, daí que tais benefícios não sejam enxergados pelo que são: privilégios odiosos) (RIOS, 2008, p. 135 e ss.).



Gilmar Oliveira

discurso reconfortante aos jovens que ainda estão em processo de autoconhecimento em relação à sexualidade (GOMES, 2010).

Outro caso relatado na pesquisa de Santos, Gomes e Mendes (2011, p. 7) com graduandos e graduandos do Centro de Ciências Agrárias, município de Areia (PB), *Campus II*, da Universidade Federal da Paraíba, demonstra as práticas degradantes de humilhação de estudantes LGBTI:

De acordo com o relato do aluno do curso de Zootecnia, o trote dos calouros/feras do Campus se dá através de um ou dois banhos durante a noite pelos veteranos dos cursos. No entanto, quando o calouro é homossexual assumido ou possui traço efeminado, os banhos frios se multiplicam, além de ocorrerem ao longo das madrugadas da primeira semana de aula. Os alunos também são expostos, concomitantemente, a situações constrangedoras que variam entre banhos de baldes de urina, até a própria agressão física, durante os tais "banhos":

Em um dos banhos frios, quase fomos agredidos por um aluno que nos ameaçava com um pau em punho, não fosse pela intervenção de uma amiga que interviu e evitou a agressão. Eles ainda queriam jogar na gente um sapo e um balde com urina (Aluno do curso de Zootecnia, 22 anos).

Recentemente, uma notícia envolvendo o estupro de uma estudante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi veiculada e, pela repercussão que causou, trouxe à tona uma prática inviabilizada na discriminação por orientação sexual: o "estupro corretivo" de lésbicas. Durante uma recepção de calouros, a vítima beijou um rapaz e posteriormente uma moça; quando a vítima foi ao es-

tacionamento, o primeiro abordou-a, dizendo "eu vou fazer você gostar de homem" e, em seguida, a estuprou (AFFONSO, 2013b).

Em 17 de setembro, o aluno da pós-graduação em História pela UFRGS e professor de História, Diego Soca foi ameaçado por um estudante da graduação do mesmo curso em uma rede social com a seguinte mensagem: "Se eu te ver na rua, tu vai contribuir para o movimento LGBT ao adicionar um número nas estatísticas mentirosas e fraudulentas que vocês inventam sobre violência 'homofóbica'" (OLIVEIRA, 2013).

Em 2010, um jornal estudantil da Faculdade de Farmácia da Universidade de São Paulo (USP), intitulado "O parasita", veiculou uma publicação em que encorajava os alunos a lançar excrementos humanos em estudantes LGBTI em troca de entradas para uma festa:

Lance-merdas (sic) e Brega será na Faixa - Ultimamente nossa gloriosa faculdade vem sendo palco de cenas totalmente inadmissíveis. Ano passado, tivemos o famoso episódio em que dois viadinhos trocaram beijos em uma festa no porão de med. Como se já não bastasse, um deles trajava uma camiseta da Atlético. Porra, manchar o nome de uma instituição da nossa faculdade em território dos médicos não pode ser tolerado. Na última festa dos bixos,



Maressa de Souza

os mesmos viadinhos citados acima, aprontaram uma pior ainda. Os seres se trancaram em uma cabine do banheiro, enquanto se ouviam dizeres do tipo "Aí, tira a mão daí." Se as coisas continuarem assim, nossa faculdade vai virar uma ECA. Para retornar a ordem na nossa querida Farmácia, O Parasita lança um desafio, jogue merda em um viado, que você receberá, totalmente grátis, um convite de luxo para a Festa Brega 2010. Contamos com a colaboração de todos (LOBEL; CAPUTO, 2010).

Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em observação realizada *in loco*, podem ser encontradas algumas mensagens de ódio contra LGBTI em paredes, portas, salas. Um exemplo é a mensagem a seguir, encontrada em uma cabine de estudo individual da Biblioteca Central: "Os gays vão morrer. Está planejado daqui para o final do ano um massacre (sic) aqui na UFMA, pelo menos algum de um curso terá que morrer". Ameaça não concretizada, o que não paga a gravidade da mensagem.

Foi também na UFMA um caso recente em que o professor Glécio Machado fora insultado por um aluno em sala de aula e fora dela que, questionando sua metodologia e formação acadêmica, passou a fazer ofensas verbais homofóbicas contra o professor (DEAN, 2015). O professor ajuizou ação por danos morais e o universitário foi condenado a pagar R\$ 7 mil reais de indenização ao professor, como se pode ler no seguinte excerto da sentença:

Ao que me parece, o comportamento perpetrado pelo requerido atingiu ares de insustentabilidade, na medida em que este, não satisfeito com seus acharques em sala de aula, passou a ofender, publicamente, o requerente em mídias sociais e grupos de comunicação comunitários, a demonstrar, sem dúvida alguma, sua intolerância em relação ao demandante. Registre-se, que tal comportamento ultrapassava, e muito, qualquer justificativa calcada no questionamento acadêmico do requerido em relação ao requerente. Na verdade ha-

via, e acredito que ainda há, um desejo incontido daquele em denegrir a imagem público da parte autora por discordar de seus anseios relacionados a economia íntima de sua sexualidade. [...] não resta dúvida que a requerente foi vítima de homofobia no ambiente de trabalho, ao ter sua orientação sexual repudiada de forma indevida. E isso constitui violação ao direito da personalidade, em especial, à honra e à sua liberdade de cidadão. (MARANHÃO, 2015)

Estes são alguns dos inúmeros casos em que a LGBTIfobia está presente no ambiente universitário. Dos insultos corriqueiros fazendo piada com referência à condição de ser LGBTI, até crimes hediondos, como o estupro são violações de direitos que, não raro, são subnotificadas. Os episódios se repetem país afora e atestam que as instituições de ensino, do básico ao superior, não estão preparadas para lidar com essa população, os professores carecem ser sensibilizados e passar por uma formação que os possibilite trabalhar esses temas em sala de aula e evitar que estudantes LGBTI sejam menos prejudicados por problemas como tristeza, depressão, baixa autoestima, fraco rendimento escolar e evasão decorrentes da discriminação que sofrem.

A situação de vulnerabilidade da população LGBTI urge que uma legislação mais efetiva e rigorosa, centrada especialmente em proporcionar assistência psicossocial à vítima, entre em vigor para garantir a segurança e demais direitos básicos dessa parcela da população que sempre foi vítima preferencial da discriminação. Em que pese tal fato, o Estado brasileiro pouco ou nada tem feito com relação ao enfrentamento da LGBTIfobia no meio educacional, aspecto que será discutido a seguir.

3.3 - O Estado Brasileiro e a LGBTIfobia: o que está sendo feito?

A Constituição Cidadã, como já trabalhado anteriormente, é categórica ao falar no enfrentamento do preconceito e da discriminação, quaisquer que sejam os motivos, como um dos meios para construir uma sociedade

justa, igualitária. O Estado Democrático de Direito, como se identifica o Brasil, se concretiza e mostra sua força quando há o respeito e a possibilidade do exercício dos direitos básicos e a vida em sociedade.

Em 25 anos da nova ordem constitucional, a população LGBTI encontra-se num dilema. De um lado, o reconhecimento e a efetivação dos seus direitos por parte dos Poderes Executivo¹⁷ e Judiciário¹⁸; de outro, sofre de um quase absoluto vácuo legislativo no Congresso Nacional¹⁹.

Existem projetos legislativos dos mais variados para assegurar direitos à população LGBTI, entretanto, todos eles, sem exceção, têm encontrado forte resistência por parte da bancada religiosa fundamentalista (o polêmico PLC n.º 122/2006 é um clássico exemplo), que não hesita em acionar pãnicos morais²⁰ deturpando os projetos.

Nesse processo, emblemático o fato de que o Kit anti-LGBTIfobia (o qual era chamado de "Kit gay" pelos detratores), uma das ações do Programa Escola Sem Homofobia – que consistia na utilização de materiais, dentre eles, vídeos para trabalhar a questão da discriminação e agressões LGBTIfóbicas no ambiente escolar – foi vetado pela presidente Dilma Rousseff, após a bancada religiosa fundamentalista ameaçar que chamaria o então Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, para explicar como havia multiplicado o seu patrimônio em mais de vinte vezes entre 2006 e 2010, quando fora deputado federal pelo PT/SP (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

Como se vê, a implementação de políticas públicas de garantias de direitos à população LGBTI encontra-se obstacularizada no âmbito parlamentar federal, o que dificulta, em boa medida, lidar com a LGBTIfobia no ambiente escolar e universitário.

De qualquer maneira, no âmbito do Programa Nacional de Direitos Humanos, desde sua primeira versão em 1996 até a última em 2010, tratam de enfrentamento da LGBTIfobia e formação dos profissionais de educação para lidar com a temática da diversidade sexual e de gênero.

As bases para a aprovação de projetos de

lei e outros atos normativos, bem como a implementação de políticas públicas para equacionar a LGBTIfobia, sobretudo no que diz respeito ao ambiente educacional, já existe, o que falta é a vontade política dos chefes do Poder Executivo e, sobretudo, do Legislativo para efetivá-las.

Apesar desse panorama, não se pode ignorar que a IES gozam de *autonomia* didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, a teor do art. 207 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), o que lhe dá plena autorização para, *per si*, adotar iniciativas para o enfrentamento LGBTIfobia.

Para tanto, no tópico seguinte são traçados alguns pontos que podem contribuir para esse intento.

4 - Enfrentamento da LGBTIfobia na Universidade: algumas propostas

A autonomia universitária representa um elemento essencial no processo de combate à LGBTIfobia, pois possibilita às IES o poder, dentre outros pontos, de criar mecanismos, programas para esse fim.

No processo de equacionamento das referidas crises que atingem a Universidade, Santos (2011, p. 08-10) acredita que as atividades de pesquisa e extensão desempenham importante papel para dar às Universidades uma "[...] participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural". Assim, a Universidade deverá promover "[...] atividades de extensão [que] devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da Universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais" para dar voz aos grupos excluídos e discriminados (SANTOS, 2011, p. 74).

Desta forma, como já referenciado, no PNDH III (2010), tem-se como objetivo criar núcleos de pesquisa e promoção da cidadania do segmento LGBTI em Universidades públicas.

No conjunto de esforços para debater esse

17 Dentre tantos exemplos: Portaria Normativa MPOG - nº 1/2007, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas; Portaria MS nº 1.707/2008, que institui, no âmbito do SUS, o Processo Transsexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão; Portaria MPOG nº 233/2010, estabelecendo o uso do nome social de travestis e transsexuais no âmbito da Administração Pública Federal; a Portaria MPS nº 513/2010 (define a indicação de dependentes para concessão de benefícios previdenciários, estendendo a casais de homossexuais, igualdade de condições com casais de heterossexuais); Portaria ME nº 1612/2011 (assegura às pessoas trans o uso do nome social no MEC) (OLIVEIRA, 2012, p. 108).

18 Foi no Judiciário que os direitos de LGBTI foram inicialmente assegurados: reconhecimento dos pares homoafetivos com sociedade de fato, posteriormente uma série de decisões de tribunais reconhecendo a união estável homoafetiva até culminar na decisão do STF em junho de 2011 (Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132) assegurando tal direito, em igualdade de direitos e deveres com os pares heteroafetivos, e, mais recentemente, a regulamentação do casamento civil homoafetivo pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 175/2013), obrigando os cartórios a realizar a união estável, a conversão da união estável em casamento e a celebração do casamento civil homoafetivos.

19 As previsões legais que falam em orientação sexual e/ou identidade de gênero, tal como na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), não tratam do tema específico da diversidade sexual e de gênero; os projetos que o fazem se arrastam por décadas no Congresso Nacional.

20 Situação em que "um grupo social que se presume representar alguma forma de perigo é associado a determinadas características,



Josi Tainá

tema no ambiente universitário, em 2012, foi realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o II Seminário de Educação, Diversidade sexual e Direitos Humanos.

No evento, o professor Marco Aurélio Máximo Prado, coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), afirmou que as Universidades não estão preparadas para combater a LGBTIfobia. Este seminário aconteceu na mesma semana em que um cartaz com discurso de ódio destinado a LGBTI foi divulgado na porta de um banheiro de um dos campi da UFES. O cartaz continha a frase "Homossexuais de merda! Morram todos!". O professor, que faz parte do corpo docente da UFMG, disse também que:

[...] infelizmente as Universidades não estão preparadas para lidar com esses temas. Na minha Universidade também ocorreu em um dado momento uma série de manifestações homofóbicas. Em um ato como esse, é necessária a posição da reitoria e dos diretores de unidade expressa sobre o tema para que seja pensada uma política interna de combate à homofobia dentro a Universidade (NOGUEIRA, 2012).

Alexsandro Rodrigues, um dos coordenadores do referido seminário e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades/UFES, afirmou que são muitos estudos para entender o real motivo que provoca aversão a algumas sexualidades, de modo que tais manifestações de LGBTIfobia tornaram-se mais frequentes porque o trabalho desenvolvido pelo grupo começou a incomodar outras pessoas (NOGUEIRA, 2012).

O professor Marco Aurélio Máximo Prado sustentou, ainda, que algumas Universidades já combatem a LGBTIfobia com algumas medidas que, mesmo sutis, trazem um conforto, como a adoção do nome social de travestis e transexuais no registro escolar²¹, desenvolvem políticas internas de debate e conferências sobre o assunto, e incluíram disciplinas em alguns cursos sobre o tema (NOGUEIRA, 2012).

É importante destacar que um dos papéis principais da Universidade é promover o respeito pelas diversidades, sejam culturais, sociais, sexuais ou de gênero e, além disso, promover a inclusão social, com vistas a suprimir a desigualdade social e subsidiar a emancipação dos segmentos sociais vulnerabilizados.

Analisando o problema da LGBTIfobia nas Universidades, nota-se que, como verificado por um estudo da ONG Reprolatina (2011), as manifestações discriminatórias dessa natureza se desenvolvem no ambiente da educação fundamental e, pela falta de enfrentamento, perpetuam-se até chegar no Ensino Superior.

É necessário que haja uma reforma no modelo de educação proposto pelas escolas, para que a LGBTIfobia – que tão cedo é inculcada – possa ser combatida de maneira eficaz. Menezes (1987, p. 17) afirma que a educação por si só não romperá o ciclo de dependência cultural e econômica de um povo, todavia é somente através dela que se gera e potencializa todo o processo de transformação do indivíduo e da sociedade, incluindo a emancipação dos grupos vulneráveis.

Diante desse quadro, não é de se estranhar que os educadores, idealmente os principais combatentes da LGBTIfobia durante o

²¹ O uso do nome social já existe em vários órgãos federais e estados, dentre os quais citamos a Administração Pública Federal (Portaria MPOG nº 233/2010), o Ministério da Educação (Portaria ME nº 1.612/2011) (OLIVEIRA, 2012, p. 115), bem como, segundo o site da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) (www.abglt.org.br), Universidade Federal de São Carlos, Instituto Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Sergipe, Conselho Federal de Serviço Social e no âmbito da administração pública dos estados do Rio Grande do Sul, Pará, Piauí, São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

período escolar, “não se sentem preparados, consideram os alunos imaturos e temem a reação das famílias ao tratarem do tema em aula”, como bem observou a doutora Magda Chinaglia (GOMES, 2010).

O trabalho não poderia se deter em apenas fazer um diagnóstico do problema, pelo contrário, tem também por mote aventar medidas de erradicação da LGBTIfobia, contribuindo efetivamente para que os casos de discriminação diminuam ou cessem (MENDES, 2012, p. 49)

- *Promoção e divulgação de eventos contra a discriminação sexual destinados a toda a comunidade acadêmica e não apenas aos discentes LGBTI ou aos cursos que lidam com essa questão diretamente;*
- *Fazer a oferta de disciplinas sobre gênero e diversidade sexual para todos os cursos, vez que a educação se mostra como mecanismo de vital importância no combate a qualquer forma de preconceito;*
- *Oferecer suporte psicossocial gratuito para os alunos vítimas de LGBTIfobia e seus parentes, tenha a discriminação ou violência ocorrido no seio familiar ou no ambiente acadêmico;*
- *Criação e promoção de cursos que capacitem os estudantes a serem agentes do combate à LGBTIfobia;*
- *Ampla divulgação de cartazes e folders que conscientizem os alunos de que a LGBTIfobia é crime, mesmo não tipificado de forma específica, que pode e deve ser combatida por todos e que a condição das pessoas LGBTI é manifestação sadia e natural da sexualidade humana, tal qual a heterossexualidade;*
- *Destinar uma parte do orçamento da Universidade para o combate à LGBTIfobia.*

As propostas acima, longe de serem exaustivas, devem ser democraticamente discutidas no ambiente universitário, com todos os atores da comunidade acadêmica, possibilitando a participação de todos os atores e, sobretudo, construindo um ambiente de respeitador e abertura a todos os tipos de diversidade, sejam elas quais forem.

5 - Conclusão

Como demonstrado no presente trabalho, urge que a LGBTIfobia no sistema educacional como um todo seja reconhecida como um problema pela sociedade e pelo Poder Público, o que propicia o debate necessário para implementar ações efetivas para que possa ser erradicada.

A LGBTIfobia, assim como outras formas de discriminação, exige da Universidade uma nova postura, não apenas de pensamento, mas também de postura, dando espaço aos grupos sociais vulneráveis, tomando a discriminação e violência que sofrem um objeto de estudo e como parceiros para pensar suas situações de opressão e, conjuntamente, buscar as soluções para as mesmas.

Foram sugeridas algumas propostas para fomentar o debate e as ações no processo de erradicação da LGBTIfobia, contudo um debate amplo, democrático em cada IES, se faz necessário para que tal processo possa estar atento às peculiaridades de cada caso, não se prendendo, apenas, ao aspecto punitivo, mas que, também, vislumbre ações no campo pedagógico e de assistência psicossocial para acolhimento da vítima.

Cabe à Universidade o papel ético de buscar o bem comum, de ajudar no projeto político de construção de um país justo, igualitário, fraterno e livre, no qual não mais tenham lugar o preconceito e a discriminação.

Referências Bibliográficas

- AFFONSO, Julia. (2013a), "Brasil tem uma morte de homossexual a cada 26 horas, diz estudo". UOL. <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/01/10/brasil-e-pais-com-maior-numero-de-assassinatos-de-homossexuais-uma-morte-a-cada-26-horas-diz-estudo.htm>>. Acessado em: 10/07/15.
- AFFONSO, Julia. (2013b), "Estudante denuncia estupro em estacionamento da UERJ". UOL. <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/17/estudante-denuncia-estupro-em-estacionamento-da-uerj.htm>>. Acessado em: 10/07/15.
- ANDRADE, Carolina de. (2012) "Héteros também são alvos da homofobia, mostra estudo". Folha de São Paulo. <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/1189493-heteros-tambem-sao-alvos-da-homofobia-mostra-estudo.shtml>>. Acessado em: 10/07/15.
- BORRILLO, Daniel. (2010), Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica.
- BORRILLO, Daniel. (2001), Homofobia. Barcelona: EdicionesBellaterra.
- BRASIL. (1988), Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 10/07/15.
- BRASIL. (1969), Decreto nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Brasília, DF. <<http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/legislacao/legislacao-docs/quilombola/convencao.pdf>>. Acessado em: 10/06/15.
- CAPELLA, Juan Ramón. (2002), Fruto Proibido: uma aproximação histórico-teórica ao estudo do Direito e do Estado. Trad. de Gresiela Nunes da Rosa e Lédio Rosa de Andrade. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- CAVALCANTI, Bruna & AZEVEDO, Solange. (2010), "Jovens, covardes e homofóbicos". Isto É, n. 2141. <http://istoevip.terra.com.br/reportagens/111738_JOVENS+COVARDES+E+HOMOFOBICOS>. Acessado em: 10/06/15.
- CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS (CLAM). (2010), Princípios de Jacarta. <<http://www.clam.org.br/pdf/Yogyakarta.pdf>>. Acessado em: 10/06/15.
- DEAN, Jock. (2015), "Aluno que praticou atos homofóbicos contra professor é condenado no MA". O Estado do Maranhão. <<http://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/05/22/aluno-que-praticou-atos-homofobicos-contra-professor-e-condenado-no-ma.shtml>>. Acessado em: 10/06/15.
- FACCHINI, Regina. (2012), "Sexualidade, sociedade e diferenças: refletindo sobre a discriminação e a violência contra LGBT no Brasil". In: PASSAMANI, Guilherme (Org.). (Contra)pontos: ensaios de gênero, sexualidade, diversidade sexual – O combate à homofobia. Campo Grande, MS: UFMS.
- FORD, Zack. (2012), "APA Revises Manual: Being Transgender Is No Longer A Mental Disorder". ThinkProgress. <<http://thinkprogress.org/lgbt/2012/12/03/1271431/apa-revises-manual-being-transgender-is-no-longer-a-mental-disorder/>>. Acessado em: 10/06/15.
- FOUCAULT, Michel. (1988), História da sexualidade I: a vontade de saber. 16. ed. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel. (2004), Microfísica do poder. 19. ed. São Paulo: Graal.
- FONSECA, Marcio Alves da. (2002), Michel Foucault e o direito. São Paulo: Editora Max Limonad.
- GOMES, Luciani. (2010), "Preconceito na Universidade". Isto É, n. 2138, 29 out.2010; atual. 04 set. <http://www.istoe.com.br/reportagens/108153_PRECONCEITO+NA+UNIVERSIDADE>. Acessado em: 10/06/15.
- HERKENHOFF, João Baptista. (2001), Ética, educação e cidadania. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (2007), "Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas". Bagoas: Revista de Estudos Gays, v. 1, 2007, v. 1, p. 1-22.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (2009), Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. v. 32. Coleção: educação para todos Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- LOBEL, Fabrício & CAPUTO, Victor. (2010), "Rodas teme ser autoritário ao combater homofobia". Jornal do Campus, USP. <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2010/05/rodas-teme-ser-autoritario-ao-combater-homofobia/>>. Acessado em: 10/06/15.
- LOURO, Guaciara Lopes. (2009), Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.) Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. V. 32, p. 53-93. Coleção: educação para todos Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 53-93.
- MACIEL, Welliton Caixeta. (2012), "Um panorama da violência homofóbica no Brasil". Carta Capital, 01 de out. de 2012. <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-panorama-da-violencia-homofobica-no-brasil/>>. Acessado em: 10/06/15.
- MACHADO, Maria das Dores Campos & PICCOLO, Fernanda Delvalhas (Orgs.). (2010), Religiões e homossexualidades. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- MARANHÃO. (2015), Comarca de Chapadinha. Sentença de mérito: "Ação por danos morais". Processo nº 4797-82.2014.8.10.0031 (47512014), Glecio Machado Siqueira (autor), Cristiano Costa Maia (réu), instaurado em 31 out. 2014. <<http://jurisconsult.tjma.jus.br/>>. Acessado em: 10/06/15.
- MENDES, Thiago Meneses de Castro. (2012), A homofobia na Universidade de Brasília: discriminação, expressões e representações entre estudantes. Universidade de Brasília: Brasília.
- MENEZES, Luís Carlos de. (1987), "Formar professores: tarefa da Universidade". Universidade, escola e formação de professores. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- MENESES, Rodrigo. (2012), "Abraço de irmãos acaba em ataque homofóbico e morte na Bahia". O Globo. <<http://oglobo.globo.com/pais/abraco-de-irmaos-acabaem-ataque-homofobico-morte-na-bahia-5330477>>. Acessado em: 10/07/15.
- NOGUEIRA, Samanta. (2012), "Universidades não estão preparadas para combater a homofobia, diz professor da UFMG". Gazeta online. <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/10/noticias/cidades/1368763-universidades-nao-estao-preparadas-para-combater-a-homofobia-diz-professor-da-ufmg.html>. Acessado em: 10/06/15.
- OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. (2012), Direitos sexuais de LGBTTT no Brasil: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário.
- OLIVEIRA, Samir. (2013), "Aluno da UFRGS recebe ameaça homofóbica de estudante de História". Sul 21. <<http://www.sul21.com.br/jornal/aluno-da-ufrgs-recebe-ameaca-homofobica-de-estudante-de-historia/>>. Acessado em: 10/07/15.
- REPROLATINA. (2011), Projeto Escola sem Homofobia: componente de pesquisa: "Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras". <http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola_sem_homofobia/Relatorio_Tecnico_Final.pdf>. Acessado em: 10/07/15.

- RIOS, R. R. (2008), *Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2011), *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Anita Leocádia Pereira dos; GOMES, Deivide Eduardo de Souza; MENDES, Rodrigo Cirino Mendes. (2011), "Homoafetividade, preconceitos e violências no ensino superior". In: *Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: Direito, Relações Etnorraciais, Educação, Trabalho, Reprodução, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura, 2., Anais...*, Centro de Convenções da Bahia, BA. <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2012/04/Homoafetividade-preconceitos-e-violencias-no-ensino-superior.pdf>>. Acessado em: 15/07/16.
- SOUZA, Rose Mary de. (2011), "Homem confundido com gay: 'um pai não pode abraçar seu filho?'". *Terra*, 21 jul. 2011. <<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/homem-confundido-com-gay-um-pai-nao-pode-abracar-seu-filho,a5a8325ab6e1b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acessado em: 10/07/15.
- VENTURI, Gustavo. (2009), *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais*. São Paulo. <<http://novo.fpabramo.org.br/content/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil-intoleranciae-respeito-diferencas-sexuais>>. Acessado em: 10/07/15.
- VIANA, Thiago G. (2012), "A inefetividade da Lei Caó: uma tragédia anunciada?", In: CRUZ, André Gonzalez (Org.). *Direito Criminal Contemporâneo*. Brasília: Editora Kiron, p. 109-132.
- VIANA, Thiago G. (2014), "Projeto de Código Penal e LGBTI: a mise-en-scène do enfrentamento ao preconceito e discriminação". In: SILVA, Luciano Nascimento & SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. (Org.). *Direito penal, processo penal e constituição I*. CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 23., Anais..., 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, p. 266-295. <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f0d15faf5024b883>>. Acessado em: 10/07/15.
- VITAL DA CUNHA, Christina & LOPES, Paulo Victor Leite. (2012), *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

Recebido em: 31 de outubro de 2013.

Aprovado em: 2 de agosto de 2015.

A formação histórico-cultural e a ideia de pessimismo racial no Brasil

Anderson

Henrique da Silva

Graduando em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. andersonheri@gmail.com.

Lucas Emanuel de Oliveira Silva

Graduando em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. lukasemanoel@gmail.com

Willber da Silva Nascimento

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. nascimentowillber@gmail.com

Palavras-chave:

Política brasileira; Pessimismo racial; Identidade nacional.

Keywords:

Brazilian Policy; Racial pessimism; National identity.

RESUMO: De que modo se deu a formação histórico-cultural brasileira e a ideia de pessimismo racial no Brasil? Este artigo realiza uma análise bibliográfica sobre as principais obras que retratam a formação do Brasil enquanto nação. Para isso, são utilizados os pensamentos de Freyre (2004), Buarque de Holanda (1985) e Prado Jr. (1995), que contribuíram, com suas diferentes visões, para descrever a construção de uma identidade nacional. Logo em seguida, a ideia do pessimismo racial é discutida à luz de autores como Rodrigues (2010), DaMatta (1986) e Fernandes (1978).

ABSTRACT: How did Brazilian historical and cultural background and the idea of racial pessimism occur? This paper takes a literature review on the major books that portray Brazilian formation as a nation. For this, we will work with some authors' ideas as Freyre (2004), Buarque de Holanda (1985) and Prado Jr. (1995), who have given their contributions, even with different points of view, to explain the building of a national identity. Soon after, we discuss the idea of racial pessimism as thought by some authors such as Rodrigues (2010), DaMatta (1986) and Fernandes (1978).

"O Brasil é a mais avançada democracia racial do mundo".

Gilberto Freyre

"O Brasil é um inferno para os negros, um purgatório para os brancos e paraíso para mulatos".

Roberto DaMatta

Introdução

De que modo se deu a formação histórico-cultural brasileira e a ideia de pessimismo racial no Brasil? Este artigo realiza uma análise bibliográfica sobre as principais obras que retratam a formação do Brasil enquanto nação. Na literatura, vários autores se dedicaram a tarefa de explicar o desenvolvimento sócio histórico brasileiro, de Cabral até os dias atuais, sob diferentes facetas, no entanto sem perder de vista as peculiaridades inerentes a cada período.

Gilberto Freyre mostra como teria se ori-

ginado as relações raciais na sociedade colonial brasileira, a partir da casa grande e das relações entre senhores de engenhos e escravos. Além dele, Sérgio Buarque de Holanda realiza uma análise histórico-sociológica para compreender as origens da identidade nacional, com o intuito de explicar o atraso da sociedade brasileira em face à europeia. Por fim, Caio Prado Jr., por meio de uma crítica marxista, retrata como o Brasil foi formado, desmistificando a visão *freyriana* de uma democracia racial abordando, principalmente, questões de cunho econômico.

O pessimismo racial, por sua vez, aparece constantemente na obra de autores como Raymundo Rodrigues e Euclides da Cunha que tratavam com certo cuidado e atenção a incorporação dos negros na sociedade urbana brasileira, principalmente após o término da escravidão. A questão da raça era peça chave para que a população brasileira sáísse de um estágio primitivo até chegar em um

de civilização, em uma visão bem positivista-evolucionista.

Esse artigo tem como público alvo alunos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, bem como todo e qualquer interessado nesse tema. Em termos estruturais, o artigo está dividido em três seções. Na primeira, mostraremos alguns debates sobre a formação do Brasil. Na segunda, apresentaremos alguns argumentos sobre a participação do negro no desenvolvimento do Brasil e algumas de suas implicações. Por fim, seguem as considerações finais do artigo.

1 - A formação do Brasil através de diferentes visões

Estudar sociologia política e não se debruçar sobre algumas obras-chaves torna a tarefa de entender o processo de organização político-social, de uma sociedade tão plural quanto o Brasil, quase impossível.

No período da República Velha, logo após a independência, o Brasil caminhava a passos lentos em busca de ter maior autonomia comercial do Estado português, que tinha como principal comércio a cana de açúcar proveniente dos grandes engenhos do Sudeste e Nordeste. Nesse cenário, o Estado brasileiro procurava instaurar uma economia voltada para produção interna, ao contrário do que muitos esperavam, com foco na economia regional que estaria ligada diretamente ao comércio internacional. A partir da Era Vargas, surge o interesse de valorizar os elementos da cultura brasileira, tais como costumes, folclore e hábitos regionais, que pudessem proporcionar a ideia de uma identidade nacional.¹ Tema este profundamente problematizado desde o final do século XIX, que tinha como uma das características uma universalidade representativa para toda a população brasileira através do conjunto de elementos subjetivos, tais como costumes, hábitos e folclore, e objetivos.

Quatro décadas após a abolição da escravatura, algumas obras de grande porte², à época, surgiam em uma geração que não chegou a conviver, de fato, no período da es-

cravidão. Concomitantemente, a difusão dos meios de comunicação do rádio ia aos poucos interligando as pessoas ao longo do país.

Em vista destas mudanças de paradigmas ao longo desse período, houve grandes esforços intelectuais que buscavam entender e problematizar a situação do Brasil naquela época objetivando, principalmente, o homem brasileiro, a sociedade e as relações que os permeiam.

1.1 - A visão freyriana

Inspirada nos diários e registros de pessoas dos séculos XVIII e XIX e tendo como plano de fundo os canaviais nordestinos da época, Casa Grande & Senzala (1933) retrata a formação do povo brasileiro por meio da miscigenação harmoniosa entre as três etnias que habitavam o país: índios, portugueses e africanos. Tal visão defendida por Freyre (2004) pode ser apresentada sob a ideia de uma "democracia racial", que fazia com que as relações escravocratas no Brasil fossem amenizadas, em comparação com as dos Estados Unidos, que, de acordo com ele, eram bem mais severas.

Casa Grande & Senzala está dividido em cinco capítulos que tratam também a essência da colonização portuguesa, através do retrato de uma sociedade escravocrata e agrária. Esta é uma das obras que mostra o cotidiano rural brasileiro no início de século XIX. Freyre (2004) apresenta uma sociedade centralizada, administrativamente, em Portugal, mas, ao mesmo tempo, com todo o poder político-social nas mãos dos senhores de engenhos, sob a égide de um familismo patriarcal.

Freyre (2004) enxerga a casa grande como o centro de coesão e de equilíbrio da sociedade, onde estaria presente todo um complexo sistema de relações sociais, econômicas, políticas, sexuais e religiosas. O sociólogo defende o argumento que a miscigenação pôde atenuar a distância entre negros e brancos no Brasil. Senhores e escravos, muitas vezes, mantinham vínculos confidentes, mas que eram comuns à época, principalmente os sexuais.

¹ Sobre o início da discussão sobre identidade nacional ver: Anderson (2008), Bresciani (2007), Freyre (1952), Reis (2006) e Ortiz (2007). A respeito da compilação dos principais debates sobre o tema ver: Andrade (2010), Queiroz (1989) e Schneider (2004).

² Além dos autores trabalhados nesse artigo, sugere-se a leitura do livro "O Povo Brasileiro" de Darcy Ribeiro (1995) para uma compreensão ainda mais ampla sobre o assunto aqui tratado.

"Costuma dizer-se que a civilização e a sifilização andam juntas. O Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado. A contaminação da sífilis em massa ocorreria nas senzalas, mas não que o negro já viesse contaminado. Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram as negras das senzalas. Por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para um sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem." (FREYRE, 2004, p. 192).

Um dos argumentos de Freyre (2004) para explicar a estrutura social brasileira é o fator econômico. De acordo com o autor, o sistema de produção vigente na época estava calcado em uma organização social coesa, no qual a monocultura latifundiária tinha o senhor de engenho como ator social principal. À medida que a casa grande agregava o senhor do engenho e sua família, os escravos e dependentes, ao mesmo tempo, conseguiam garantir moradia e alimentação, reafirmando, com isso, uma hierarquização existente da sociedade brasileira, fato esse muito característico.

Apesar da importância de Casa Grande & Senzala na sociologia brasileira, segundo Gahyva (2010), a obra sofreu muitas contestações³. Dentre os vários críticos, alguns acusam Gilberto Freyre de ter escondido as reais relações entre escravos e senhores, e, principalmente, criado a ideia de harmonia e ter omitido os conflitos, presentes ao longo da história, entre índios, brancos e negros. Já outros argumentam que Freyre teria uma visão estritamente regional com foco no norte e nordeste e excluindo as particularidades de outras regiões.

3 Para melhor entendimento sobre o debate dos principais autores que criticaram Gilberto Freyre em Casa Grande & Senzala ver: Araújo (1994), Amado et al (1962), Fonseca (1985) e Reale (1985).

4 "Homem cordial" é um conceito criado por Sérgio Buarque de Holanda em "Raízes do Brasil" ao se referir ao hábito do povo brasileiro em ser hospitaleiro, alegre e festeiro proveniente da herança cultural da colonização de Portugal, que levou a uma relação problemática entre as instâncias pública e privada.

é um dos pioneiros a colocar a formação da identidade nacional em foco e a proporcionar uma explicação institucional para atraso do país. O autor busca a construção de um perfil psicológico do homem brasileiro baseado na ideia do "homem cordial"⁴.

A obra está dividida em cinco partes em que Buarque de Holanda (1995) tenta esclarecer os detalhes de como teria sido a vida e a formação gradual do povo brasileiro. Inicialmente, o autor descreve as formatações dos países ibéricos, dando ênfase em Portugal como o pioneiro das grandes navegações do século XVI. A construção social do Brasil seria baseada no modelo ibérico vigente na época.

Buarque de Holanda (1995) apresenta algumas características da dominação portuguesa no Brasil. Segundo o autor, haveria certa visão entre dois mundos, a tradicional e a moderna. Os engenhos eram sinônimos de robustez econômica em detrimento do comer-



Adriana Santana

1.2 - As raízes brasileiras de Buarque de Holanda

Por outro lado, temos a publicação do livro "Raízes do Brasil" (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, que é um livro com foco na psicologia e sociologia com objetivo de analisar o passado para entender o presente e o futuro político do Brasil. Buarque de Holanda (1995)

cio e da indústria, que teriam sofrido diversas dificuldades para se desenvolverem devido à falta de estrutura e incentivo do Estado brasileiro. Seria apenas com a Revolução Industrial que o trabalho fora dos engenhos teria prestígio à medida que o homem se torna peça fundamental para o funcionamento das máquinas. Com isso, a vida na cidade teria se desenvolvido de forma anormal e prematura.

Retratando as principais características do homem brasileiro Buarque de Holanda (1995, p.145) vai afirmar que:

"No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização — que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades — ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje"

Segundo ele, o Estado não seria mais do que uma continuação da família e que estes tipos de relações familiares seriam difíceis para a formação de um homem responsável. Esta possível incapacidade do "homem cordial" de não se separar do âmbito da família afrouxaria as relações de rigidez da burocracia do Estado. A apropriação familiar do Estado colocaria o homem público sempre no âmbito do privado e vice-versa.

Por fim, Buarque de Holanda (1995) vai fazer uma comparação entre as revoluções ocorridas na América, afirmando que elas não seriam revoluções de fato. Para o autor, seria necessária uma revolução para que os resquícios coloniais brasileiros fossem deixados por completos e tornados apenas um traço na história. A revolução só seria possível se a cordialidade acabasse e, assim, a sociedade brasileira teria salvação.

1.3 - Prado Jr e o Brasil contemporâneo

Através de uma visão marxista, criticando a conjuntura política de sua época, Caio Prado

Jr., em 1942, lança "A Formação do Brasil Contemporâneo", onde descreve a realidade brasileira da sua colonização até a formação do cenário vigente no período, tentando desmitificar um possível viés "romântico" e a ideia de uma colonização de povoamento.

O livro está dividido em cinco partes, aonde Prado Jr. (2012) expõe como a colonização portuguesa afetou o desenvolvimento e as relações sociais no Brasil. O autor busca delimitar o período cronológico de seu estudo e formular possíveis problemas, procurando entrelaçar o período colonial com o atual, o autor vai mostrar alguns pontos contraditórios e de injustiças que vão atingir a sociedade. A colônia estaria para Caio Prado Jr. querendo se distanciar dos modelos Europeus.

No capítulo seguinte, "Sentido da Colonização", o autor analisa profundamente o sistema de colonização instaurado no Brasil. Para ele, o sistema colonial propiciaria interesses mercantilistas em que transformariam as áreas descobertas em áreas coloniais fornecedores de produtos de riqueza para a Europa. No Brasil, Prado Jr. (2012) identifica que surgiu uma sociedade na zona temperada que ostentavam característica em relação às sociedades europeias. No terceiro capítulo, chamado "Povoamento", traz uma visão característica marxista, à medida que o autor vai analisar a formação territorial e populacional adentrando nas questões de mobilidade, desenvolvimento dos ciclos econômicos, das relações de comércio com países do exterior, em sua maioria europeu, foi sendo construído. Ademais, o autor vai traçar certa relação existente entre a miscigenação com a formação da sociedade brasileira.

Em "Vida Material", elabora uma análise econômica do mercado interno e a submissão das massas produtivas com o mercado externo desde o período colonial com os grandes latifúndios monocultores de açúcar que seriam insignificantes. Nesta parte Caio Prado Jr. vai mostrar como era a dependência do Brasil em relação ao comércio externo, que servia apenas para fortalecimento estrangeiro e numa relação total de subordinação.

Por fim em "Vida Social", Caio Prado Jr.

vai descrever alguns juízos sobre os valores portugueses e seus efeitos na construção da sociedade brasileira. Especialmente na organização social, administração, vida social e política na formação da estrutura da sociedade e na burocracia dos governantes no exercício do seu poder. O autor dar grande destaque a escravidão, que serviu para a construção de todos os setores da vida social.

Caio Prado Jr. ao longo da sua obra apresenta uma nova abordagem na análise da formação do Brasil com sua visão marxista sobre a formação econômica e social brasileira. Sua interpretação da instalação do capitalismo é bem distinta dos teóricos de sua época que viam esse desenvolvimento estritamente com uma visão positiva.

2 - A visão pessimista racial sobre a história brasileira

Tidos como autores pioneiros no Brasil por estudar profundamente a influência da raça no desenvolvimento do Brasil têm-se Rodrigues (2010), Cunha (1984) e Sylvio (1876) que buscam compreender como os laços raciais, os elementos étnicos, os meios físicos e a miscigenação racial estavam inseridos nos grupos vindos ao Brasil, através de influência de teorias racistas evolucionistas da Europa. De forma pessimista, vendo a raça negra em um patamar de inferioridade, esses autores tentaram buscar no século XIX diversos fatores para explicar o atraso do país em comparação com outros povos, a exemplo dos países Europeus e América do Norte. Para Ortiz (2003, p. 130) "o objetivo desses intelectuais é claro, eles se propõem a compreender as crises e os problemas sociais e elaborar uma identidade que se adeque ao novo Estado nacional".

Os primeiros cientistas sociais da época, segundo Queiroz (1989, p. 18), estavam preocupados com o desenvolvimento do país em face da grande heterogeneidade cultural dos grupos étnicos que se faziam distribuídos em todas as camadas sociais. Além disso, a autora argumenta que estes pesquisadores "consideravam-nos assim como uma barreira

retardando o encaminhamento do país para a formação de uma verdadeira identidade nacional, que naturalmente embarçava também um desenvolvimento econômico mais eficiente".

Rodrigues (2010), médico e intelectual baiano, tem sua tese sobre o desenvolvimento cultural do país pela inferioridade do povo brasileiro ligada à raça, especialmente da cultura afro-brasileira, e sua localização geográfica nos trópicos. Para o autor, a fonte de desequilíbrio da sociedade brasileira poderia ser explicada através da miscigenação biológica e cultural entre as três raças ao longo do tempo, que também explicaria o aparecimento de diversas doenças, conflitos religiosos e levantes populares contra o governo.

Outras variantes desse pensamento racista são presentes nas obras de Sylvio (1876) e Cunha (1984) ao apontar que o processo de miscigenação seria um retrocesso tanto social, quanto econômico que explicaria a situação do Brasil na época. Esses autores duvidavam inclusive da capacidade da construção de uma característica específica brasileira em que, frente a diversidade étnica do país, ter um único e harmonioso patrimônio cultural. A intenção de dar uma "cientificidade" às análises da época fez com que muitos desses pensadores emitissem juízos de valores preconceituosos.

Autores mais críticos deste processo (AZEVEDO, 1987; BASTIDE, 1961; GUIMARÃES, 1999; MUNANGA, 1999 e VIANA, 1959) vão contribuir para o tema com o desenvolvimento de obras importantes e específicas sobre o racismo e o medo da mestiçagem. As discussões atuais sobre problematização racial são mais bem desenvolvidas com autores contemporâneos (FRY, 2001; GUIMARÃES, 2002; MAGGIE e FRY, 2004) que vão fazer diversas abordagens do tema de forma menos enviesada. Dentre esses contemporâneos, DaMatta (1986) em "O que faz o Brasil, Brasil?", problematiza o papel do negro e, especificamente, do miscigenado nas relações sociais, percebendo suas implicações tanto na política quanto nos valores morais, onde de acordo com o autor as interações sociais

camuflavam um “preconceito velado”.

Partindo da explicação evolucionista pessimista do Conde de Gobineau⁵ e compartilhada por estudiosos da época que estavam preocupados no sentido de construir uma identidade nacional, DaMatta (1986) levanta o horror que se tinha na época à miscigenação, contrariando ao romantismo feito por José de Alencar, aos chamados “híbridos”⁶ que para muitos tinham uma inferioridade intelectual e física, dessa forma estabelecendo uma diferenciação hierárquica das categorias do gênero humano e levando para um espaço religioso, onde “relaciona o branco com o purgatório, o negro com o inferno e o mulato com o paraíso” (DAMATTA, 1986, p.23). O autor levanta que, contrariamente do que se pensava que em lugares com leis específicas contra a miscigenação, no Brasil o preconceito tomava formas mais perigosas. Isto é, os mulatos não viviam no paraíso pensado por Gobineau, mas num inferno totalmente invisível. O sociólogo nos mostra que, mesmo com o fim da escravidão no Brasil, ainda existiriam preconceitos e uma dificuldade do negro em entrar na sociedade da época.

A preocupação da dificuldade do negro em se inserir na sociedade brasileira é descrita por Fernandes (1978) em uma das suas mais importantes obras, chamada “A Integração do Negro da Sociedade de Classes”. Em seu volume 1, Fernandes (1978) retrata a saída do negro das fazendas para a cidade, especialmente a cidade de São Paulo que era berço da economia rural do Brasil e onde se localizava grande parte dos negros em regime escravo. O autor argumenta a saída do negro das fazendas para a liberdade num novo regime de organização de vida e de trabalho, onde agora os ex-escravos começavam a ter independência de sair das grandes lavouras em busca de trabalho nas grandes cidades.

O estudo de Florestan Fernandes tem foco na cidade de São Paulo no final do século XIX em plena industrialização. Após a saída do negro do campo para a cidade, Fernandes (1978) destaca a inserção do negro na sociedade paulista em busca de emprego. À medida que, sem ter mão de obra especializada

para executar trabalhos que requeriam uma especialização, concorriam diretamente com os brancos livres e os estrangeiros vindos da Europa.

Florestan Fernandes mostra como a formação da construção da nação brasileira foi tumultuosa e dificultada para os mulatos e negros na cidade de São Paulo, que acaba de certa forma sendo um retrato quase fiel do que acontece em todo o Brasil. Além de chamar atenção ao desprezo e a marginalização desse grupo pela falta de oportunidade quando saía de uma situação de maus tratos e total dependência dos senhores de engenhos e fazendas, para uma outra nova sem estabilidade e condição de concorrência.

3 - Considerações Finais

Como se pode perceber ao longo do texto, o retrato da formação do Brasil em busca da identidade nacional foi visto de formas distintas pelos autores aqui estudados. As discussões para entender o conceito de nação e a forma de organização social eram centro dos grandes debates do início do século XX. A necessidade do povo brasileiro em encontrar uma crescente identidade nacional contribuiu para que autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. escrevessem obras consideradas importantes para as Ciências Sociais.

Através de Freyre (2004), é possível perceber que a concepção apresentada por ele é baseada na miscigenação harmônica entre as três raças. A casa grande, dessa forma, representaria o complexo sistema das relações sociais que estariam presentes em toda sociedade brasileira. Apesar da contribuição de Freyre (2004), sua obra não esteve livre de críticas que questionaram a forma como ele abordou a miscigenação, suavizando as verdadeiras relações sociais existentes. Já Buarque de Holanda (1995) tenta em sua obra explicar o motivo do atraso brasileiro em frente de outras nações. A descrição do “homem cordial” explicaria, em partes, a dificuldade do brasileiro em lidar com questões do domínio público e privado. Baseado em um viés marxista, Pra-

⁵ Joseph Arthur de Gobineau (1816 – 1882) natural da França exerceu atividades como filósofo, escritor e diplomata. Suas teorias sobre racismo durante o século XIX foram consideradas a mais importante para os estudiosos da época. Muitos autores brasileiros como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Sylvio Romero se inspiravam na sua teoria sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento para colocar o Brasil como um povo atrasado. Para mais informações sobre a concepção racial de Gobineau ver Gahyva (2011).

⁶ Ver Ritcher (2004).

do Jr. (2012) descreve uma dura realidade brasileira através das possíveis contradições da colonização portuguesa no desenvolvimento das relações sociais.

Por sua vez, as visões pessimistas que marcaram o século XIX traziam o negro como um ser inferior e tentaram compreender como os laços étnicos contribuíram para a construção dos elementos da identidade nacional. Autores como Rodrigues (2010) e Cunha (1984) tiveram seus estudos baseados em ideias evolucionistas da época na qual classificava o povo brasileiro como seres inferiores e menos desenvolvidos. Além do mais, a contribuição de Fernandes (1978) em mostrar a inserção do negro na sociedade retrata sua constante preocupação em entender o Brasil e chamar atenção de como teria sido difícil para os negros entrarem numa socieda-

de bastante estratificada no pós-escravidão. Apesar disso, autores mais contemporâneos como DaMatta (1986) problematiza o papel do negro através da miscigenação nas relações sociais, tentando estabelecer as implicações na vida cotidiana a partir do preconceito velado.

As diversas abordagens desses autores considerados clássicos nas ciências sociais brasileira, mostra a constante preocupação deles por temas que ainda hoje são recorrentes na sociedade, principalmente no que concerne à discriminação racial, a preservação e afirmação da identidade cultural de grupos e o entendimento das práticas culturais e sociais do povo brasileiro. afirmação da identidade cultural de grupos e o entendimento das práticas culturais e sociais do povo brasileiro.

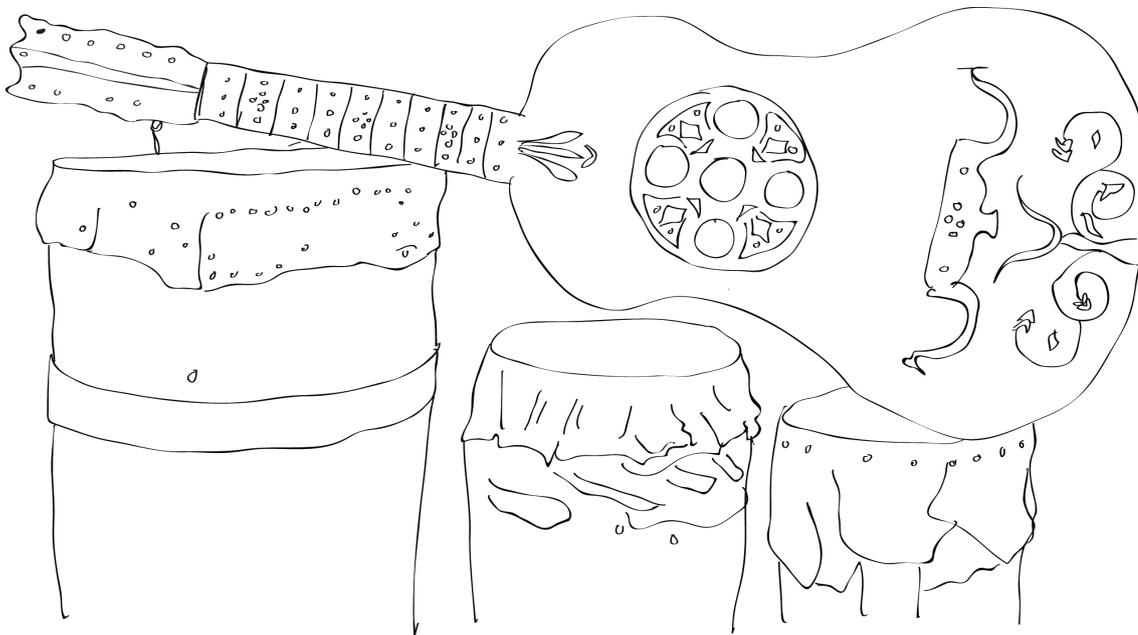
Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. (2008), *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras.
- ANDRADE, Iara. (2010), *Algumas reflexões sobre o conceito de identidade nacional*. Rio de Janeiro: XIV Encontro Regional da ANPUH.
- AMADO, Gilberto et al. (1962), *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- ARAÚJO, Ricardo B. (1994), *Guerra e paz: "Casa Grande & Senzala" e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 34 ed, Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. (1987), *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites--século XIX*. Annablume.
- BASTIDE, Roger. (1961), *Les religions africaines au Brésil*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BRESCIANE, Maria Stella Martins. (2007), *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: UNESP.
- CUNHA, Euclides. (1984), *Os Sertões: Campanha de Canudos*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Laemmert.
- DAMATTA, Roberto. (1986), A Ilusão das Relações Raciais, In: *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco.
- FONSECA, Edson N. (org.) (1985), *Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Cia. Editora de Pernambuco.
- FERNANDES, Florestan. (1978), *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed., v. 1, São Paulo: Ática.
- FREYRE, Gilberto. (1952). *Brazis, Brasil e Brasília: sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade de das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil.
- _____. (1985), *Sobrados e Mocambos*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (2004), *Casa Grande Senzala*. 49 ed. São Paulo: Global.
- FRY, Peter. (2001), Feijoada e soul food 25 anos depois. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (Org). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.
- GAHYVA, Helga. (2010), *Tempos da Casa Grande: as primeiras críticas à obra inaugural de Gilberto Freyre*. Viçosa, Revista de C. Humanas, v. 10, n. 2, p. 245-255.
- _____. (2011), *A epopeia da decadência: um estudo sobre o Essai sur l'inégalité des races humaines (1853-1855), de Arthur de Gobineau*. Mana, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, Dec.
- GUIMARÃES, A. S. A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Editora 34.
- _____. (2002), *Classes, raças e democracia*. Editora 34.
- HOLANDA, Sérgio B. (1995), *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PRADO JR., Caio. (2012), *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Brasiliense.
- MAGGIE, Yvonne & FRY, Peter. (2004), *A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras*. Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 67-80.
- MUNANGA, Kabengele. (1999), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- ORTIZ, Renato. (2003), Estado, cultura popular e identidade nacional. In: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, p. 130.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1989), *Identidade cultural, identidade nacional no Brasil*. *Tempo social*, v. 1, n. 1, p. 18-31.
- REALE, Miguel. (1985), Um sociólogo naturalista. In: FONSECA, Edson N. (Org.). *Casa Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife: Cia. Editora de Pernambuco.
- REIS, José Carlos. (2006) *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

- RIBEIRO, Darcy. (1995), *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RICHTER, Vanusa C. P. (2004), *Híbrida, mas não caótica, a literatura brasileira é*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mimeo.
- RODRIGUES, Raymundo N. (2010), *Procedências africanas dos negros brasileiros*. In.: *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- ROMERO, Sylvio. (1876), *A filosofia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- SCHNEIDER, Jens. (2004), *Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional*. *Mana*, v. 10, n. 1, p. 97-129.
- VIANA, Oliveira. (1959), *Raça e assimilação*. José Olympio.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2015.

Aprovado em: 9 de junho de 2015.



Adriana Santana

Tem sertanejo na Umbanda de boiadeiro: inserção, ressignificação e adaptabilidade de novas entidades ao panteão umbandista

Fernando Guerra

Graduando em
Produção Cultural pela
Universidade Federal
Fluminense - UFF
nandozangari@gmail.
com

Palavras-chave:

Sertão; Umbanda;
Boiadeiro; Identidade;
Imaginário nacional

Keywords:

Sertão (Backwoods),
Umbanda (Brazilian
Religion), "boiadeiro",
Identity, National
Imaginarium.

RESUMO: Na década de 1950, o nordestino se apresenta ao sudeste como mão de obra na industrialização crescente da região. Este migrante recém-chegado e habitante das zonas marginalizadas da metrópole, utiliza-se também dos centros religiosos como meio de inclusão social. A Umbanda, na forma de religião agregadora que é, se utiliza dos mitos trazidos por estes migrantes, além de ressignificar a figura do sertanejo incluindo-a em seu imaginário, na forma da entidade do boiadeiro de umbanda.

ABSTRACT: During the 1950s, the migrants from the Northeastern region present themselves to the Southeast as workforce for the expanding industrialization in that area. The migrants, who had just arrived, lived in marginalized areas and the religious centers became a means of social inclusion. Umbanda, as the aggregating religion that it is, used the myths brought by these migrants and gave the sertanejo (man from the rural area of the Northeast) a new meaning, making him part of its creed as the boiadeiro de umbanda spirit.

Abrindo os trabalhos...

A magnífica forma como Euclides da Cunha apresenta o sertanejo e sua região em *Os Sertões* (editado originalmente em 1902) me chamou a atenção algum tempo atrás. Desde então, todo um cenário novo se construiu em minha mente na medida em que fui descobrindo o quanto tudo ali era rico e fecundo. As leituras sobre o tema se intensificaram e resolvi escrever algo sobre o assunto.

Mas, por onde começar e para onde ir? Qual viés a trabalhar? A participação como monitor na disciplina Cultura Brasileira Contemporânea do Curso de Produção Cultural contribuiu para a escolha do objeto de estudo em foco.

Assim, as leituras de textos, os filmes vis-

tos e as discussões realizadas em torno da Umbanda, representaram um convite para se pensar o fenômeno do sincretismo e seu poder agregador através de suas personagens e/ou entidades espirituais, além de sugerir um caminho fecundo na aproximação com o tema do sertão. Nesse sentido, a revelação da imagem do "Boiadeiro", a primeira vista entidade menos conhecida que Zé Pelintras, Preto-velhos e Caboclos, porém, não menos simbólica no universo da Umbanda, pareceu-me um achado.

Na tentativa de realizar uma etnografia, e adquirir o saber empírico sobre os assuntos estudados, chego através de indicação de familiares na Tenda Espírita Cabocla Jurema da Mata Virgem. No local, encontro os questionamentos necessários para interrogar a mim

mesmo, nesta reflexão que pretendo fazer aqui sobre a Umbanda e a entidade do Boiadeiro.

Desta forma, este texto objetiva analisar a entidade do Boiadeiro como nova figura do panteão Umbandista, com atenção a ideia de imaginário desta religião.

Ressalto ainda, que não tem este texto a intenção de estabelecer padrões ou tomar certas suposições como verdades únicas e absolutas. Se há algo que aprendi nesta pesquisa, foi que, nada na Umbanda pode ser considerado como saber hegemônico. Sendo assim, tem este texto a finalidade de apresentar resultados preliminares e reflexivos, para que em um futuro próximo, possa ocorrer uma pesquisa ainda mais aprofundada sobre o tema.

Religião do Brasil

Na forma genérica e universal, empregada na bibliografia doutrinária Umbandista, diz-se que a fundação da Umbanda é datada de 1908, e sua história só se inicia quando o então médium Kardecista Zélio de Moraes recebe, em um centro de mesa branca de Niterói, a entidade do Caboclo Sete Encruzilhadas, dando-lhe uma missão: Abrir sete tendas de Umbanda. A partir disto, a Umbanda se propaga e passa a angariar fiéis por todo o Rio de Janeiro.

De certo que a Umbanda é uma religião relativamente nova, mas não se pode dar todos os créditos de fundação ou criação dessa religião a um médium ou apenas a um caboclo. Renato Ortiz (1986, p. 136) cita, por exemplo, que na mesma época em que se relata a criação da Umbanda em Niterói por Zélio de Moraes, há também relatos da Umbanda de Benjamim de Oliveira no Rio de Janeiro e a de Otacílio Charão em Porto Alegre.

Talvez este "mito fundador" ligado a Zélio de Moraes tenha servido como idealização para estabelecer uma doutrina, uma regra, ou até mesmo datar o nascimento da religião. De todo modo, é neste momento onde podemos observar a passagem da Macumba para Umbanda.

A dita Macumba Carioca é iniciada por escravos de origem Bantu¹, os quais praticavam o culto a seus antepassados, sejam familiares ou grandes líderes já falecidos. Por outro lado, o Candomblé Baiano é iniciado por escravos de origem Sudanesa (Jeje-Nagô), os quais praticavam o culto as divindades da Natureza, ou seja, aos Orixás. Estes, que por sua vez nunca viveram na terra, ou neste plano espiritual que nos cabe (LUZ, 1972).

O termo "Umbanda" sim pode ter aparecido pela primeira vez, na cidade do Rio de Janeiro, por volta de década de 1920. Porém, suas origens estão ligadas a doutrinas muito mais antigas e das quais sem elas, a Umbanda não se tornaria o que é hoje.

É na Umbanda onde estão inseridos os tipos representativos de certo Brasil: O Negro, inserido na forma da entidade do Preto-Velho; O índio, que se apresenta na forma do Caboclo e até as figuras mais recentes com as quais estamos acostumados a conviver aparecem nas giras dos terreiros, são elas: Os Baianos, Marinheiros, Ciganos, dentre outros que sofrem o processo de ressignificação tão comum dentro da cultura Umbandista.

A Umbanda em sua cosmologia trabalha principalmente com duas linhas, que se abrem feito um leque. De um lado, temos a da direita - espíritos da luz e, de outro, a da esquerda - espíritos das trevas.

Estas linhas, por sua vez, dividem-se em sete Legiões; estas legiões se dividem em sete Falanges, que se dividem em mais sete subfalanges e assim por diante.

Há também, segundo Lísias Negrão (1996, p. 339), uma linha mista ou intermediária, composta por novas entidades que, por sua vez, trabalham tanto na direita quanto na esquerda. É exatamente nesta linha onde se encontra o Boiadeiro de Umbanda, junto a entidades como baianos, marinheiros e rendeiras.

Como dito anteriormente, nada é regra na Umbanda, nem mesmo as linhas com as quais ela se organiza. Cada terreiro, tenda, centro, ou seja qual for a nomenclatura estabelecida, segue sua própria estrutura de linhas.

Na tenta espírita visitada, por exemplo, as sete linhas escolhidas são as seguintes:

¹ Os Bantus englobam as populações oriundas das regiões localizadas no atual Congo, Angola e Moçambique. São angolas, caçanjes e bengalas, entre outros. Desse grupo, calcula-se que tenha vindo o maior número de escravos. Foi também quem maior influência exerceu sobre a cultura brasileira. (SILVA, 2005, p. 28)

- 1 – Linha de Oxalá e dos Ibejis
- 2 – Linha do Oriente (Povo do Oriente e Médicos do espaço)
- 3 – Linha das Santas Mães (Iemanjá, Oxum e Nanã)
- 4 – Linha de Xangô e Iansã
- 5 – Linha de Ogum
- 6 – Linha Oxóssi e dos Caboclos
- 7 – Linha das Almas (Preto-velhos)

Se analisarmos com cuidado a imagem do altar (Fig. 1), veremos que este, segue de forma idêntica a hierarquia de linhas da tenda. Estas linhas foram organizadas seguindo a ideia de que estejam inseridas nestas, as entidades com que se trabalha no terreiro, como cita Pai Joaquim: “Nós aqui trabalhamos com estas entidades, por isto elas foram escolhidas para estarem aí. Outras casas trabalham com outras entidades e fazem a linha da forma que elas querem”.

A tenta espírita pesquisada se encontra no bairro de Sepetiba, região oeste do município do Rio de Janeiro. Banhado pela Baía de mesmo nome faz divisa com os bairros de Santa Cruz e Guaratiba (Fig., 2). Sepetiba viveu seu

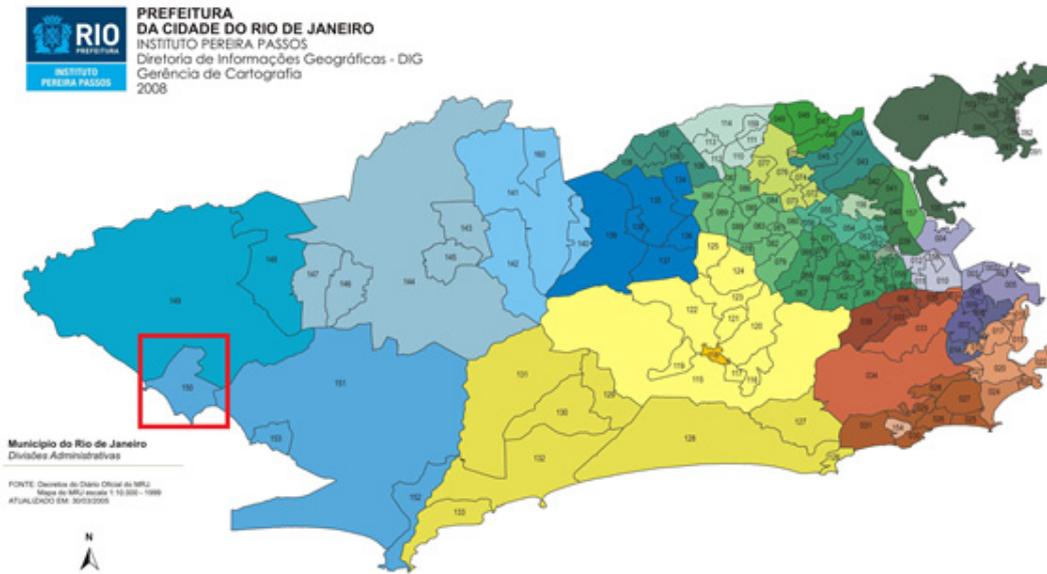
tempo de glória quando a família real frequentava o local nas férias de verão. Com a implementação da “Companhia Ferro Carril” em 1884, o estabelecimento de famílias na região começou vagarosamente a aumentar, compondo-se no início, apenas por famílias de pescadores. Com a chegada da luz elétrica na região nos anos 1940, a praia de Sepetiba passa a ser pioneira em atrativos turísticos por possuir uma extensa faixa de areia e água límpida. Já na década de 70, inúmeros loteamentos são cercados, lotes invadidos e a ocupação desordenada começa a mudar a imagem do local. O impulso para o aumento do contingente populacional de Sepetiba acompanha o crescimento da região metropolitana do Rio de Janeiro e a facilidade com que se encontravam loteamentos desabitados naquela região.

A partir dos anos 80 até os tempos atuais, Sepetiba recebeu em sua maioria, migrantes nordestinos, impulsionados pela proximidade com a Barra da Tijuca, área em franca expansão imobiliária, que deste modo, escoou a mão de obra dos moradores de Sepetiba, com empregos subalternos.

Figura 1: Altar da Tenda Espírita Cabocla Jurema da Mata Virgem



Figura 2: Mapa do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Site da Prefeitura do Rio de Janeiro

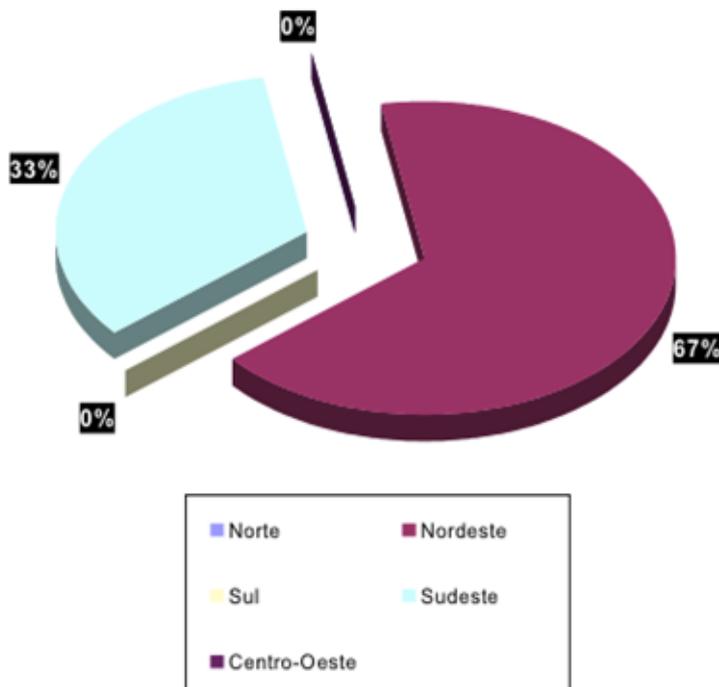
"Quanto ao nível sócio-econômico e cultural, a comunidade pode ser classificada como de baixa renda; baixo nível de escolaridade; boa inserção no mercado de trabalho com predominância de atividades de pedreiros, criador de animais, pescador, mecânico, faxineiro,

vigilantes, ou seja, serviços auxiliares." (CARMO, 2004, p. 46).

O gráfico abaixo demonstra este fluxo migratório para a região de Sepetiba:

Foi na antiga casa de veraneio da família, que a tenda espírita começou os seus traba-

Figura 3: Gráfico de imigração para Sepetiba

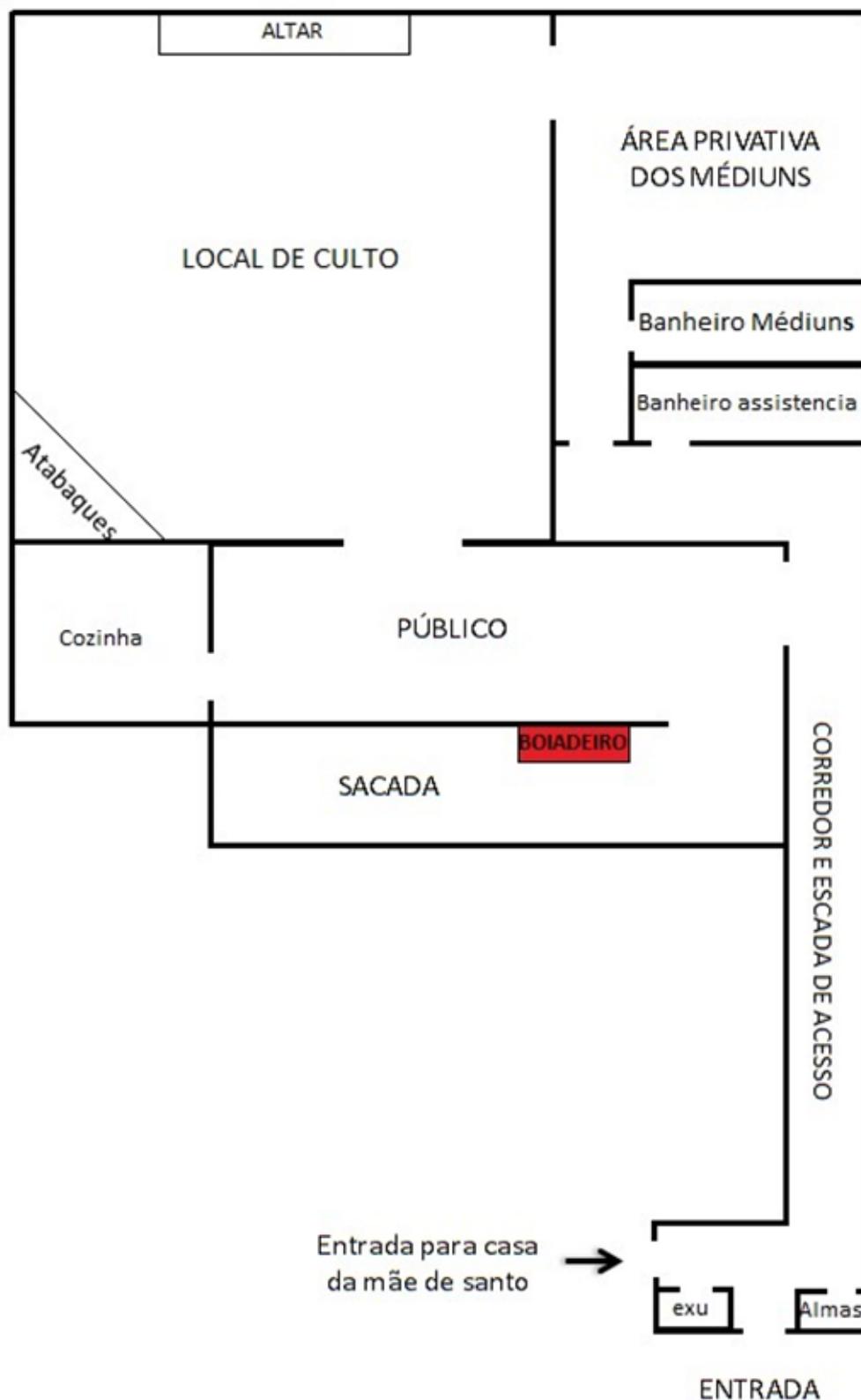


Fonte: CARMO, 2004.

lhos. No início, tudo acontecia em um pequeno quarto, sem atabaques ou altar e a entrada era feita pela varanda da casa. Com o aumento do número de consultas, a mãe de santo recebeu uma ordem da Cabocla Jurema, para que abrisse uma tenda espírita.

"Essa casa começou a funcionar porque a Cabocla Jurema queria ter uma casa. A casa é dela, ela que é a chefe do terreiro." (Pai Joaquim)

Figura 4: Planta da Tenda Espírita Cabocla Jurema da Mata Virgem



Montado fisicamente o terreiro, com todos os símbolos necessários para seu funcionamento devidamente alocados, a Tenda Espírita Cabocla Jurema da Mata Virgem, começa suas sessões de culto às entidades da Umbanda, nos primeiros anos da década de 90.

Foi justamente dentro de um contexto familiar que surgiram os primeiros médiuns do terreiro. Como Ogã², temos o irmão mais novo da mãe de santo, já como Ogãs Alabês³, temos o marido e o filho único da mãe de santo. A mãe pequena⁴ veio a ser uma amiga de longa data da mãe de santo. Assim por diante, maridos e esposas, filhos, amigos íntimos, consulentes dos mais antigos e fiéis, foram compondo o grupo de médiuns, que permanece praticamente igual, mesmo depois destes quase 25 anos de funcionamento da tenda.

Os cultos na tenda acontecem quinzenalmente sempre aos sábados, tendo seu início impreterivelmente às dezoito horas e encerramento normalmente as vinte e uma horas. Estas três horas de culto, se dividem em duas partes. A primeira, sem exceção, é destinada sempre a entidade dos Caboclos. Num segundo momento, toca-se e canta-se para outras entidades da Umbanda.

O culto tem seu início com os médiuns ajoelhados no chão do terreiro fazendo orações em voz alta e em conjunto. Aos poucos, de forma gradual, as rezas se transformam em cânticos e por fim, de forma ponderada, os atabaques entram para acompanhar as vozes.

Terminada a abertura da gira⁵ chega a hora da descida dos caboclos. Esta parte poderia ser considerada como a principal do culto na tenda espírita pesquisada. Primeiramente, a mãe de santo se dirige ao centro do terreiro, posiciona-se de frente para o altar e canta-se o ponto da Cabocla Jurema, que é a chefe daquela tenda. Após, seguindo a hierarquia do terreiro, cada médium é chamado à frente do altar e canta-se o ponto do seu Caboclo ou Cabocla.

Na Tenda Espírita Cabocla Jurema da Mata Virgem, assim como na maioria dos terreiros de Umbanda, cultua-se principalmente os caboclos. São estas as entidades principais do lugar e que estão presentes em todas as ses-

sões. São eles responsáveis pelos passes⁶, curas, conversas e etc., junto ao público que procura a tenda para se consultar.

Ao término da dita gira de Caboclos, o ritual pode seguir inúmeros caminhos. Ele nunca se encerra, mas as entidades cultuadas mudam. Neste momento, podem-se receber no terreiro: Exus, Preto-Velhos, Ibejis, Boiadeiros, Orixás e etc. Tudo depende da necessidade do dia.

Deste modo, não há data certa para a gira de Boiadeiro acontecer. Eles são evocados, quando precisa-se fazer uma limpeza no ambiente. Quando a carga de energia negativa é grande demais para dar prosseguimento ao culto, ou para que os médiuns do terreiro retornem em paz as suas residências.

Tem Boiadeiro no terreiro

São os Boiadeiros entidades que remetem a uma bravura indômita, uma essência desbravadora, mas ainda sim rudimentar e perseverante. Sejam estes vaqueiros, tropeiros, caçadores e etc, remetem ao mestiço brasileiro, sendo representantes eminentes de nossa miscigenação.

Dentro do sincretismo Umbandista, esta entidade tem como missão ser refreador do baixo astral, afastar os espíritos malfazejos que por ventura possam vir a atrapalhar o bom andamento de determinada sessão no terreiro (SARACENI, 2011, p. 111).

O Boiadeiro é uma entidade relativamente nova dentro do panteão Umbandista, seja em vista de seu surgimento dentro do culto da Umbanda, seja em vista da história da personagem a qual esta entidade é equiparada aqui neste artigo - o sertanejo.

Se por um lado, Caboclos e Preto-Velhos, viveram, o primeiro, pouco tempo depois da descoberta do Brasil e o segundo no tempo da escravidão, por outro, o Boiadeiro remete já a um tempo mais moderno, tendo vivido entre nós a pouco menos de 100 anos atrás, já na republica, talvez.

A mesma assimilação se dá, quanto aos trejeitos típicos de tais entidades. Da mesma maneira que os Preto-Velhos representariam

2 Cargo reservado aos homens "não rodantes" (que não entram em transe) e cuja função é auxiliar o pai ou a mãe de santo.

3 Aqueles que são encarregados de tocar os atabaques

4 Auxiliar do pai ou mãe de santo. Segunda pessoa na hierarquia do terreiro

5 Sessão de trabalho espiritual na Umbanda.

6 Passe na Umbanda, refere-se ao momento do culto em que o consulente se dirige ao espírito, guia para fazer uma consulta. Recebe dele uma bênção e pode fazer perguntas e pedidos. É feito um ritual de descarrego em que o "guia" purifica o consulente.

a humildade e os Cablocos certa altivez, os Boiadeiros, de maneira simples, mas com uma força e fé inexoráveis, remetem a liberdade e a determinação do homem do sertão.

Segundo Maria Helena Villas Boas Concone (2000, p. 289), dentre as qualidades encontradas nesta entidade, podemos citar a sisudez, braveza, trabalho, seriedade e severidade. Ainda segundo a mesma autora, a postura do Boiadeiro é ereta e tensa, não falam, sua fisionomia é carregada, não fumam e nem usam bebidas. Só dançam os pontos cantados, fazendo movimentos com um laço imaginário e emitindo chamado (Ê boi!).

Seus pontos cantados remetem ao lugar e a vida a ermo do sertanejo, dentre tantos, podemos citar:

*"Mas que lindo caboclo chegou
É um lindo caboclo ligeiro
Saravá esta linda Umbanda
Aqui chegou o Caboclo Boiadeiro
Ele veio do sertão
Correndo pelas estradas
Estalando seu chicote
Carreando sua boiada
Ai, ai, ai meu Deus do céu
Ai, ai, ai Virgem Maria
Umbanda de Boiadeiro
Vara o raiar do dia".*

E ainda:

*"Toma lá vaqueiro,
toma jaleco de couro.
Toma jaleco de couro,
oi na porteira do curral".*



Andrea

O Boiadeiro retrata assim o trajeito do sertanejo. Quando incorporado em um médium ele se caracteriza com artefatos e gesticula usando os parâmetros pré-concebidos por aqueles que o incorporam.

Como demonstrado anteriormente, o local onde a tenda espírita se estabelece, recebeu contingentes nordestinos em demasia. Deste modo, imagina-se que a grande maioria dos médiuns e consulentes, tenha contato de alguma forma com os costumes - relatados ou vividos - de seus descendentes nordestinos.

"A identidade cultural enfatiza os aspectos de nossa pertença, que produz novos modelos de conhecimento, surgidos a partir de um somatório do que existia anteriormente nas histórias e na memória, que servem de referência para construir a identidade que consiste num aglomerar signos, referências e influências." (HALL, 2006, p. 89)

Para que se estabeleça essa correlação e para que ela seja identificável por este descendente nordestino, é necessário que a vivência do "mundano" seja associada com

o sagrado. Esta associação se dá através da memória, das lembranças e até mesmo de situações vividas por este migrante - ou descendente - nordestino. São estes critérios que vão legitimar a ressignificação realizada pela Umbanda.

Aqui, ainda poderíamos dizer que em meio as giras de Boiadeiro, há uma reconstrução social, onde se estabelece uma relação entre o passado e o presente.

Como já citado, as giras de Boiadeiro, acontecem sempre no segundo momento da sessão. Os cambonos vão até o assentamento de Boiadeiro, e dele retiram os chapéus, chicotes, laços e qualquer outro objeto que possa ser utilizado pelos Boiadeiros que estão para descer. O toque dos atabaques muda consideravelmente, o ritmo fica bem mais acelerado e alegre, digamos. Porém, os médiuns passam a encarar o culto, com ainda maior seriedade.

Novamente o transe dos médiuns segue a hierarquia do terreiro, sendo iniciada pela mãe de santo e depois, pelos membros mais antigos da tenda. Todavia, os Boiadeiros não são saudados um a um, nem cada um tem seu ponto exclusivo cantando pelos ogans enquanto incorporam, assim como acontece com os caboclos. A ordem de descida pode continuar a mesma (a começar pelo membro mais antigo), mas em apenas um ponto cantado, todos os médiuns entram em transe sucessivamente.

O terreiro se torna mais agitado do que em qualquer sessão. Agora, com as entidades já em terra, elas são arrumadas a caráter, os chapéus são colocados, chicotes e laços são entregues. Os médiuns em transe se encontram acelerados e com rapidez andam de um lado para o outro, como se estivessem montando a cavalo. Neste momento, aquele espaço do terreiro parece não lhes ser o suficiente. Todas as entidades incorporadas, em dissonância estão bradando "Ê BOI", fazendo movimentos bruscos e ágeis, como se jogassem um laço para alguma coisa laçar ou como se chicoteassem algo, os olhos são fixos, esbugalhados, pupilas dilatadas, feição fechada, como se estivessem "brigando" com alguém.

Uma das incorporações me chamou muito a atenção. Esta, narro a seguir:

Um dos médiuns mais antigos da tenda espírita, estava em sua posição de costume, quando começou a franzir a testa e esfregar o rosto com as mãos. Como se estivesse sofrendo algum tipo de dor inclinou seu tronco em direção ao chão, até que em certo ponto, começou sacudir sua vestimenta branca, num gesto de quem parece estar retirando algum tipo de poeira de cima das roupas. Com um andar cambaleante, mas de pisadas firmes, ainda com o tronco abaixado, caminhou até o centro do terreiro e enrolou a bainha de sua calça até mais ou menos a altura dos joelhos. Em um rompante que parecia de fúria, levantou rapidamente o tronco e deu um grande grito, enquanto com sua mão direita girava um laço imaginário no ar.

Neste momento, um dos cambonos lhe entregou uma grande corda trançada de couro, a qual, esta entidade, enrolou em seu pulso, fazendo dela uma espécie de chicote. Com força e rapidez, deu início a movimentos extremamente ágeis, chicoteando o chão em sua volta, fazendo até com que médiuns não incorporados, se afastassem para não se machucar. De todo modo, sua forma de lidar com o artefato, era de uma destreza de quem o utiliza em seu dia-a-dia; o que parecia pequeno ali era o espaço. Naquele momento, a impressão que se tinha, era que o Boiadeiro incorporado, não estava naquele local de culto, mas sim, em seu ambiente natural.

Passado esta chegada da entidade, ele envolveu o chicote todo em sua mão e se dirigiu aos quatro cantos do terreiro, onde em cada um deles, fez movimentos como se estivesse jogando um laço e laçando algo. Depois de laçado, o Boiadeiro, representando dificuldade, puxou este "objeto" imaginário contra si e o abraçou sob os ombros, entortando a coluna para trás, como se o "objeto" fosse pesado e arisco. A cena remetia a ação de se laçar ou pegar um novinho pela cabeça e enforcar o mesmo contra si.

Carregando o "objeto" de costas, com pisadas firmes, e olhando para trás de quando em quando, levou-os até o centro do local de

culto, jogando-os imaginariamente no chão, em frente ao altar. Fez isso nos quatro cantos do terreiro. Com os quatro "objetos" no centro do terreiro, o Boiadeiro envolveu todos eles, como se os amarrasse com uma corda e desse um nó. Realizada esta operação, como se fizesse bastante força, puxou a corda e os "objetos" até a parte de fora do terreiro.

"O boiadeiro são espíritos dos vaqueiros do nordeste, então o que ele faz realmente é limpeza. O boiadeiro não transporta o gado? O boiadeiro na Umbanda transporta as coisas ruins. Ele limpa, ele carrega." (Pai Joaquim)

Os atabaques não param um minuto sequer de tocar, estavam frenéticos, o ritmo era contínuo e acelerado. A vibração parecia tomar conta de todos, os cânticos eram entoados em tons os mais elevados possíveis.

Todavia, a parte da sessão dedicada a eles parece um tanto quanto fugaz, termina rápido. Em pouco tempo, já estão os Boiadeiros de saída. Vieram apenas para fazer seu trabalho, não tem a missão de aconselhar ninguém

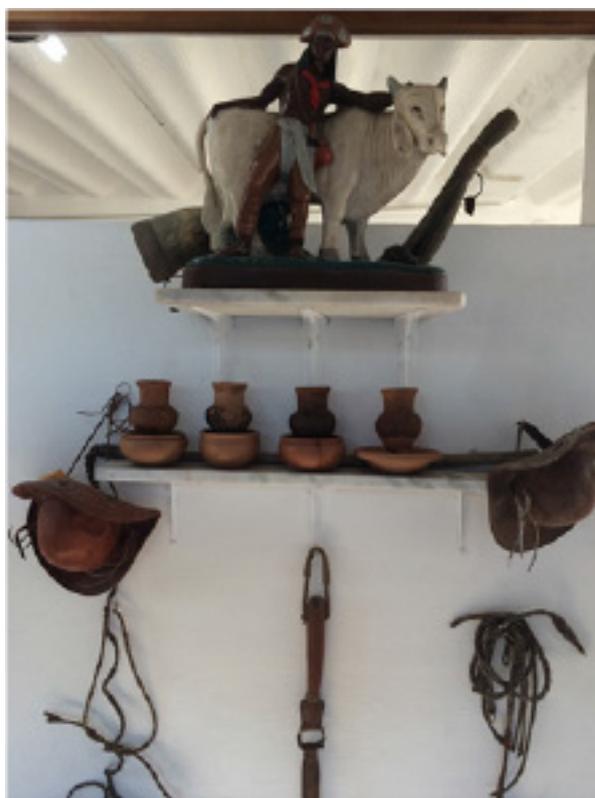
nem muito menos dar passes. Uma vez feita a limpeza do terreiro, "chicoteadas" as impurezas dos médiuns e consulentes, vão eles carregar consigo os espíritos de pouca luz, como se tocassem de volta a boiada para seu devido lugar.

Se na "hierarquia doutrinária" os boiadeiros se encontrariam numa linha dita mista, na hierarquia física do terreiro, seus artefatos não estão dentro do terreiro e nem suas imagens perto do altar. Não estão tão longe quanto o quarto de Exu, que se encontra na entrada do terreiro, e nem tão perto quanto às imagens dos caboclos. O lugar dos objetos dos boiadeiros fica em um "entremeio".

"Porque ele é intermediário. Isso aí especifica porque ele não pertence a linha dos orixás e nem as linhas dos exus. Ele é uma entidade intermediária. Ele não é exu e ele não chega a ser um caboclo. Pode ver que ele não fica no altar. Ele é uma linha independente, separada das outras." (Pai Joaquim)

Na Tenda Espírita Cabocla Jurema da Mata Virgem, o assentamento⁷ de Boiadeiro (Fig., 5)

Figura 5: Assentamento de Boiadeiro



⁷ Cargo reservado aos homens "não rodantes" (que não entram em transe) e cuja função é auxiliar o pai ou a mãe de santo.

se encontra literalmente no meio do terreiro, fica atrás da assistência (parte onde ficam os "consulentes"). No local, há fixo na parede duas prateleiras: na primeira delas encontra-se uma imagem de Boiadeiro, na segunda veem-se quatro copos de barro que, segundo informações, pertencem aos Boiadeiros dos médiuns mais antigos do terreiro. Copos estes que, a cada sessão, são cheios com as seguintes bebidas: No primeiro é colocado vinho misturado com cachaça, no próximo só vinho, o terceiro é completado com cachaça e mel, e por fim, o último, só com cachaça. Presos ao redor destas duas prateleiras, encontram-se os objetos que remetem ao Boiadeiro e que, ocasionalmente, são usados em suas sessões (chicote, berrantes, chifres, chapéu de couro nordestino, cigarro de palha, ferradura, etc.).

"Aquilo ali são os objetos deles. Ele tem o gibão, ele tem a casaca de couro, ele tem as rédeas, tem casa que tem arreio também. Tudo isso pertence ao boiadeiro. São coisas específicas feitas de couro. é o que eles usavam." (Pai Joaquim)

Como se vê, faz parte das "oferendas" aos Boiadeiros as bebidas alcoólicas. Mesmo que quando incorporados, esta entidade não beba nem fume as bebidas ofertadas a eles, por si só, valem para que o Boiadeiro, não faça parte da linha moralizante de direita.

As comidas ofertadas em festas e cerimônias aos Boiadeiros são, em sua maioria, pratos que remetem ao modo de vida do interior. Não só do sertão, mas de Minas Gerais, Matogrosso e etc. São a eles entregues pratos de jabá com jerimum, baião de dois, feijão de corda, carne de sol, macaxeira, feijão tropeiro, entre outros pratos tipicamente consumidos por vaqueiros e boiadeiros de qualquer região do Brasil.

"Oferenda de boiadeiro é a comida específica de boiadeiro. O que que o boiadeiro come? Ele come farofa de charque, ele come arroz com charque. É o que o boiadeiro comia. Oferenda é isso aí. É a farinha, a farinha misturada com

leite. Isso tudo é comida de boiadeiro. São frutas, frutas específicas do cerrado, que é a comida que eles comiam no transporte deles, como o jatobá, pequi, são coisas que o boiadeiro come." (Pai Joaquim)

Tais comidas, normalmente são acompanhadas de bebidas, estas que podem ser cachaça ou vinho rascante, servidos em copos de barro. Não pode faltar também o fumo de rolo e cigarros de palha.

Na Tenta Espirita Cabocla Jurema da Mata Virgem, não há um momento específico para se fazer oferenda aos Boiadeiros. Por eles não terem uma data no calendário da tenda, nem da Umbanda de um modo geral, suas oferendas são feitas anualmente junto à oferenda que os filhos de santo têm obrigação de fazer todos os anos aos seus orixás e entidades.

"Oferenda de boiadeiro é feita geralmente quando eles pedem. Mas eu toda vez que eu faço obrigação de cabeça pra qualquer filho, eu mando ele fazer uma oferenda pra boiadeiro, isso é uma vez por ano." (Pai Joaquim)

Seguindo o padrão de assimilação, onde, a oferenda para cada entidade deve ser despachada no local onde esta teria vivido ou reinado, - isto é, os Caboclos nas matas, os Ibejis em parques e jardins e etc. -, os locais onde as oferendas dos Boiadeiros devem ser despachadas segundo Pai Joaquim são em um descampado, ao ar livre, num pasto, em portais e etc.

Como foi possível notar, a indumentária e a "alimentação" do boiadeiro remetem as do sertanejo. Porém, as semelhanças vão além. O Boiadeiro e o sertanejo também têm hábitos parecidos. Creio que toda sisudez e seriedade do Boiadeiro venha da vida a ermo do sertão, sua braveza, das dificuldades enfrentadas com a boiada e as lutas sertanejas, o não falar e não dar passe do Boiadeiro de Umbanda, da distância e da solidão em que viviam os sertanejos do sertão Nordeste. (SARACENI, 2011, p. 289)

Há inúmeras possibilidades a serem apre-

sentadas aqui afim de que possamos refletir sobre o espaço do Boiadeiro dentro do culto da Umbanda. O problema a se analisar é de que forma e porque esta entidade é incluída dentro do culto da Umbanda. Qual a necessidade da religião em recebê-la? E porque ela se estabeleceu justo na Umbanda?

Como comentado anteriormente, segundo Lísias Negrão (1996, p. 339), estariam os Boiadeiros incluídos dentro de uma linha dita "mista", entre a linha moralizante (direita) e a linha do baixo astral (esquerda), isto no grande leque em que as linhagens da Umbanda se qualificam. Acho válido este argumento, mesmo que o autor não especifique se essa linha seria apenas dos Boiadeiros, ou se composta por um apanhado de todas as entidades ditas "sem linha", isto é: Boiadeiros, Baianos, Marinheiros e etc., o autor também não comenta o período de surgimento desta nova linha. Todavia, deixo esta hipótese para um momento mais fortuito, propondo esmiuçá-la com mais cuidado no futuro.

Por hora, penso que seja justo e suficiente que nos atentemos ao relato do informante Pai Joaquim, onde este afirma que: *"O Boiadeiro não é agregado a linha nenhuma. Nem dos Exus, nem dos Orixás. O Boiadeiro é independente. o Boiadeiro é ligado ao Catimbó. O Boiadeiro começou a ser cultuado no Nordeste. Ele veio pra cá, trazido por gente vinda de lá. O que acabou agregando ele na Umbanda."*

Partindo deste relato, podemos afirmar que a Umbanda mais uma vez miscigenou o seu rito. Afinal de contas, além da matriz do Candomblé (ou Macumba), do Catolicismo e do Kardecismo, agora temos uma inserção do Catimbó Nordestino.

Isto poderia ser explicado pelo fluxo migratório ocorrido na década de 50 onde segundo Adilson Mello do Carmo (2004, p. 26), a maioria dos nordestinos chegados ao Rio de Janeiro, é originado do estado da Paraíba e de Pernambuco (Fig. 6).

O catimbó é uma religião dos sertões e

agrestes nordestinos, que tem como símbolo sagrado a Jurema. Através da ingestão do chá feito com a casca desta árvore - a juremeira -, os mestres catimbozeiros entram em transe. Esta prática se propaga principalmente pela Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte e deriva em grande parte da pajelança e do uso de cachimbos para os trabalhos de cura. No catimbó, as entidades cultuadas são em sua maioria divididas em três partes: as das matas (Caboclos e Índio) os Mestres (Espíritos de catimbozeiros mortos detentores da ciência da jurema) e os Pretos-velhos (espíritos de escravos ou pais de santo).⁸

Tomando para análise a entidade dos Mestres, segundo Idalina Maria Freiras Lima Santiago (2008, p. 7), eles podem incorporar nos adeptos como Boiadeiros, Cangaceiros, Vaqueiros e etc. E é justamente este Boiadeiro a que ela se refere, trazido pelos migrantes adeptos do catimbó para o Rio de Janeiro, que foi absorvido na Umbanda.

"A vida dessas pessoas é também outro diferencial, já que relembra a dos Boiadeiros que viviam de maneira simples, trabalhando de sol a sol nas fazendas levando o gado de um lado para o outro, vida reservada e simples, marcada por uma religiosidade singular, onde a religião é o centro das atenções. São pessoas resignadas com esta maneira de viver. Já carregam consigo o estigma de uma sociedade que os relegou e os abandonou a própria sorte na periferia, local por eles adotado." (VIEIRA, 2012. p. 87)

Neste ponto, confirmo minha suposição que intitula este artigo, quando digo que tem sertanejo na Umbanda de Boiadeiro. E ainda sim, faço valer a comparação central também aqui proposta, entre o migrante nordestino e a entidade do Boiadeiro. Visto que os dois são personagens advindos do mesmo local, com características bem semelhantes.

⁸ Sobre catimbó ver Cascudo, 1978.

Figura 6: Fluxo Migratório para o Rio de Janeiro década 50

Unidades da Federação	Baixadas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste	Norte	Serrana	Centro-Sul	Costa Verde
Brasil	14.696	17.154	252.043	4.649	10.315	9.562	3.937	10.768
Norte	627	367	13.002	54	519	245	27	304
RO	45	66	956	0	0	0	0	37
AC	51	0	217	0	0	22	0	0
AM	154	121	3.301	0	20	12	0	40
RR	0	42	778	0	0	60	0	91
PA	348	79	7.170	29	440	88	0	81
AM	0	40	178	12	34	27	0	0
TO	28	19	402	13	25	36	27	56
Nordeste	4.999	1.898	142.509	304	3.797	1.974	671	4.575
MA	282	79	11.717	5	71	135	24	129
PI	54	123	4.970	32	55	44	19	344
CE	803	189	25.122	35	202	245	35	719
RN	339	111	8.060	0	761	108	40	239
PB	1.025	390	41.035	18	220	293	110	1.054
PE	833	261	19.323	26	437	444	253	1.019
AL	364	104	4.557	60	119	41	37	128
SE	167	40	3.684	5	308	109	22	117
BA	1.133	602	24.039	124	1.624	556	131	826
Sudeste	7.151	13.372	68.761	4.063	4.983	5.756	2.837	4.756
MG	3.488	5.974	27.322	2.589	1.460	3.844	2.225	1.423
ES	1.604	614	11.453	1.089	1.865	514	69	1.042
SP	2.059	6.785	29.986	385	1.658	1.398	543	2.291
Sul	574	830	13.137	86	436	982	268	606
PR	180	246	4.375	54	211	391	172	164
SC	158	125	2.601	26	75	238	35	113
RS	236	458	6.161	6	150	353	61	328
Centro-Oeste	997	529	12.266	93	470	524	93	309
MS	145	139	2.734	9	43	69	8	102
MT	119	46	1.320	41	170	43	52	101
GO	213	112	2.026	15	96	188	15	45
DF	520	232	6.186	29	162	224	18	6

Fonte: IBGE

O novo simbólico

As entidades da Umbanda se caracterizam como possuidores de hábitos de comportamento, estereotipados geograficamente e temporalmente. Constituídas de um coletivo social representam assim, as experiências do homem comum. Está inserido em sua construção o amálgama da sociedade brasileira e por tabela também a do médium e a do consulente. Sentimentos e aspirações mundanas e espirituais se misturam e se completam.

"Cabe ressaltar que as religiões, ainda que sejam sistemas de práticas simbólicas e de crenças relativas ao mundo invisível dos seres sobrenaturais, não se constituem senão como forma de expressão profundamente relacionadas a experiência social dos grupos que as praticam. Assim, a história das religiões afrobrasileiras inclui, necessariamente, o contexto das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas entre os seus principais grupos formadores." (SILVA, 2005, p. 15)

É esta identificação que os adeptos têm

com os guias espirituais ali presentes um dos diferenciais que favorecem a proliferação da religião. As entidades da Umbanda viveram entre nós, foram gente como a gente, não são deuses distantes e impalpáveis (SARACENI, 2011, p. 290). Como a Umbanda é uma religião que caminha lado a lado com as transformações históricas do país, seja política ou social, há, de tempo em tempo, digamos, a criação de novos mitos, com o intuito de ocupar o lugar de mitos que acabam com o tempo se moralizando. Quanto mais a entidade consegue se comunicar e até se assemelhar com o consulente, de uma forma que a linguagem praticada seja fácil de se entender, melhor será a forma de expressão dos anseios e maior validade terá o culto para o consulente.

"A Umbanda não conta com preceitos rituais e doutrinários que sejam capazes de controlar o grau de liberdade de expressão do indivíduo, expressões individualizadas. Esta forma de expressar da umbanda conta com um inesgotável universo de entidades que podem manifestar-se num transe ritual." (PRANDI, 1991, p. 88)

Se na década de 1920 a Umbanda com as entidades dos Caboclos e Preto-Velhos foi um dos meios de inserção do mestiço, descendente do índio e do negro, a sociedade urbana de classes, o Boiadeiro mais a frente, nas décadas de 1940 e 1950, serviu novamente com este mecanismo agregador do nordestino que vinha agora migrando para o Sudeste.

Adam Kuper em seu livro *"Cultura: a visão dos antropólogos"* (2002, p. 228) cita o conceito de mitopraxis de Marshall Sahlins dizendo que este seria a recriação de mitos em circunstâncias contemporâneas, e ainda, afirmando que ela vinha particularmente fácil para pessoas em sociedades como as da Polinésia onde os personagens da mitologia estavam ligados genealogicamente aos vivos.

De certo que não estamos na Polinésia, mas o exemplo nos é válido; uma vez que na Umbanda, as entidades cultuadas estão também ligadas de forma genealógica - aqui em um sentido de origem e não descendência - as

práticas e hábitos dos médiuns que as cultuam.

Segundo Nestor Garcia Canclini (2013) hibridismo trata de *"processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas"*. Pensando desta forma, poderíamos afirmar que a língua é híbrida, a culinária, a raça, enfim, ao que parece vivemos em um país híbrido por excelência. E quem melhor representaria este hibridismo no campo religioso? Talvez a Umbanda cumpra bem este papel, uma vez que se utilize de inúmeras fatias de outros credos religiosos, para formar uma estrutura própria.

A Umbanda é ainda uma religião de classes populares, está ela integrada intimamente a cultura popular de uma forma geral, e é exatamente esta cultura popular, em toda sua plasticidade, pluralidade e mutabilidade que atesta o hibridismo contido na Umbanda.

Exemplarmente a Umbanda consegue estabelecer a sobrevivência de culturas tradicionais (ou populares) e da cultura de elite (ou erudita), ela joga dos dois lados e interage entre o erudito e o popular, entre a herança e o novo.

Se por um lado o Candomblé nos dias atuais luta por uma africanização, se desvinculando do sincretismo católico, recuperando elementos perdidos (PRANDI, 1991, p. 119) a Umbanda em outro extremo a cada dia mais, deixa-se permear por novos ritos e práticas, é ela quem acompanha este fluxo da pós-modernidade onde, como afirma Stuart Hall (2006, p. 46), a identidade cultural é múltipla, inacabada e fragmentada.

A Umbanda é atenta a movimentos sociais e seus personagens são figuras destes movimentos. Desta forma, o Boiadeiro trazido pelo migrante nordestino remeteria a sua realidade natal. Com tais migrantes, vêm suas heranças de vida. Tais heranças ou mitos⁹ familiares são meios de valioso poder na criação de práticas e pensamentos do imaginário social (LAPASSADE, 1972, p. 51). Desta forma, se a Umbanda servia de local de introdução do nordestino a cidade grande, nada mais plausí-

⁹ "Nos mitos, importante é o seu modo de combinação e permutação, e não a sua eventual significação, assim renunciando o ulterior primórdio do significante -, propiciaria a progressão do imaginário para o simbólico, a organização do imaginário em mito". (AUGRASS, 2009, p. 214)

vel do que seus mitos familiares passarem a agregar o imaginário social da religião.

Nossa própria tradição cultural, enquanto nação é mutável e adaptável, houve sempre uma abertura a novas influências, sejam regionais ou nacionais, cultura negra, cultura indígena, cultura europeia. Nada mais justo do que uma religião que nasce neste contexto carregue as marcas da nação que a origina. Desta forma, os dogmas deste culto buscam assimilação e sentido junto a preceitos da população que o frequenta e o legitima.

A Umbanda segue as necessidades do espaço geográfico e social onde o terreiro ou tenda esteja inserido. São os preceitos do pai ou mãe de santo que vão estabelecer a doutrina do culto. Não há uma repetição de rituais, os ritos e as práticas não são padronizados e mudam de terreiro para terreiro. A análise deve-se levar em conta a doutrina de uma tenda em específico, pois tem ela uma memória e uma tradição própria que dialoga com a realidade de seus adeptos.

"Na falta de espaço para a mata sagrada, vê-se ali um tronco colocado verticalmente sobre o chão de cimento representando a árvore sagrada (...). É significativo que, na impossibilidade de ter uma árvore à qual se pudesse associar a suas folhas, galhos, tronco, e raízes o crescimento da vida do terreiro, esse simbolismo continue presente (metonimicamente) apenas em um tronco (sem folhas ou raízes), colocado sobre o chão de cimento (infértil, portanto)." (SILVA, 2008, p. 99).

Desta maneira, há influência não só social, mas também geográfica e temporal. Uma tenda localizada em um meio mais urbano, rodeado de residências poderá ter seu culto encerrado as vinte e duas horas, por conta do som dos atabaques, seu espaço físico em muito não será o ideal, e como citado no trecho acima, suas práticas terão que ser adaptadas ao meio onde está inserida.

Em alguns terreiros de candomblé, por exemplo, há o **espaço dentro do meio urbano**, onde acontecem consultas com o baba-

lorixá, jogo de búzios e alguns trabalhos de porte menor; e existe a chamada "roça", onde normalmente se encontra o barracão e onde acontecem os cultos. Este barracão, via de regra, fica localizado em um lugar mais afastado, uma vez que os cultos podem durar uma noite inteira.

Na Umbanda, todavia, o espaço de culto normalmente nasce no mesmo lugar onde o pai ou mãe de santo moram - como aconteceu com a tenda pesquisada - e continua a crescer naquele mesmo espaço, **na forma de um imóvel** construído ao lado, no terraço, ou se não quando, continua a acontecer dentro mesmo da casa dos responsáveis pelo culto.

"Eu mesma frequentava um terreiro, onde a gira acontecia dentro do quarto da mãe de santo! E ela morava num prédio, hein? O altar ficava lá montadinho o tempo todo, mas em dia de toque, ela desmontava a cama, tirava os móveis, punha os atabaques e as pessoas iam chegando, lotavam a casa. Tinha vez que o quarto não dava. Os passes eram feitos na sala, na cozinha e em tudo quanto é lugar da casa." (E. entrevistada)

A Tenda Espirita Cabocla Jurema da Mata Virgem, também teve seu culto modificado, por conta do espaço onde se insere. Sendo Sepetiba um bairro de difícil acesso, por conta do transporte para o local ser escasso, os médiuns que não eram vizinhos a tenda, muitas vezes só chegavam em suas casas pela manhã, tendo que esperar por horas condução isto quando não tinham que dormir no terreiro.

Por conta destas adversidades, a mãe de santo resolveu que a gira não seria mais encerrada. Desta forma, o terreiro continua "aberto" - espiritualmente - em todas as sessões. Isto reduziu o tempo do culto em uma hora e meia, visto que não são mais entoados os cânticos e rezas e não há mais o rito de encerramento. Os médiuns, sem uma estrutura dentro ritual, mas seguindo uma ordem pré-concebida - onde os que moram mais longe, tem o direito de se retirar antes dos que mo-

ram perto -, saudam os orixás do altar e os atabaques e vão embora. Muitas vezes, isto acontece com o culto acontecendo e com muitas entidades ainda incorporadas e dando passe. Uma vez presenciei a mãe de santo mandando certo Exu incorporado que estava conversando com um consulente, subir - desincorporar – logo, pois o cavalo dele morava longe e precisava ir embora.

Me parece ficar claro desta forma, em como a Umbanda é permeável as necessidades do local onde está inserida, do tempo em que se ocorre a gira e dos médiuns que ela frequentam.

Considerações finais

Vimos aqui, que uma das lógicas Umbandistas parte de um princípio de sacralizar o humano marginalizado das estruturas histórico-sociais. Desta forma, ela se estabelece como religião marginal, promovendo novos arquétipos, porém com uma doutrina ainda sim pensada junto aos padrões de uma sociedade de classe média.

Ela é adaptável a realidades, e a cada tempo, tem seu culto modificado para atender inúmeras necessidades sociais de seus adeptos. Nas décadas de 1940 e 1950 como dito, integrou o migrante rural ao meio urbano, não propriamente a cidade, mas a um novo campo de relações sociais, atuando como substituta a outras relações, tais como a de parentesco. (FRY, 1982, p. 28)

As figuras resgatadas pela Umbanda representam movimentos sociais significativos da história Brasileira. Configurando assim, certa releitura destes movimentos, as quais requalificam e remontam um imaginário social. Criando um certo tipo de sincretismo brasileiro, aonde os arquétipos de determinadas regiões e tempo são transformados em uma espécie de "Deuses", sendo necessário a eles cultuar, consultar e fazer oferendas.

"A Umbanda, como religião que se quer brasileira, nacional, patrocinou no plano mítico a integração de todas as categorias sociais, principalmente as

marginalizadas, através de uma nova síntese onde os valores dominantes da religiosidade de classe média (católicos e posteriormente kardecistas) se abriram às formas populares afro-brasileiras, depurando-as em nome de uma mediação que, no plano do cosmo religioso, representou a convivência das três raças brasileiras." (SILVA, 2005, p. 132)

A cada mito que se perder, possivelmente outro virá para substituí-lo, a cada novo movimento da sociedade, novos sincretismos poderão surgir. A Umbanda acompanha a sociedade e sabe muito bem como se adaptar as suas mudanças. É uma religião que, sem dúvidas, sabe se reinventar e com isso agregar mais conteúdo ao culto, adquirindo assim, a cada dia, mais fiéis.

"Não se trata de ruptura entre religião e secularizada ou entre magia e racionalidade, mas de uma continuidade possível, pelo diálogo entre práticas, valores e significados distoantes, conflitos ou convergentes, que caracteriza a vida multidimensional da cidade" (Idem 2008, p. 122)

Como sugere Clifford Geertz (2008, p. 11), é necessário se pensar a religião como um sistema cultural. Ou seja, para se entender a religião deve-se entender simultaneamente a cultura, incluindo-a até como a própria cultura. E é justamente inserida na cultura e estando dentro do mercado de bens simbólicos que a Umbanda ganha notoriedade. Como dito, há nela, tipos nacionais facilmente identificáveis que se modificam de tendas de tendas, todavia, mesmo essa heterogeneidade, há ao mesmo tempo homogeneidade, quando se identifica um continuum religioso¹⁰, que une a Umbanda como uma religião nacional. Há sempre um ser sobrenatural, que irá trazer um consenso de igualdade ao culto de Umbanda que se pratica do Sul ao Norte do Brasil.

Nesta busca social, ela agrega as práticas que surgirem, foi assim com o Boiadeiro trazido pelo migrante adepto do Catimbó

¹⁰ Sobre Continnum religioso ver Camargo, 1961.

nordestino. Neste mundo globalizado, cabe justamente ao adepto da religião legitimar o

seu culto, através do processo de identificação que ele mesmo vivenciará.



Josi Tainá

Referências Bibliográficas

- ANASTASIA, Carla Maria Junho. (1983), A sedição de 1736: estudos do comparativo entre a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, DCP/UFMG.
- ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. (2010), Reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina. Rio de Janeiro, Pallas.
- AUGRASS, Monique. (2009), Imaginário da magia: magia do imaginário. São Paulo, Edusp.
- BIRMAN, Patrícia. (1985), O que é umbanda. São Paulo, Brasiliense.
- BROWN, Diana. (1985), Umbanda e política. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- CAMARGO, Cândido Procópio. (1961), Kardecismo e Umbanda. Uma Interpretação Sociológica. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- CANCLINI, Néstor García. (2013), Culturas Híbridas. São Paulo, EDUSP.
- CARMO, Adilson Mello do. (2004), A migração nordestina e a construção da comunidade do rio piraquê em pedra de guaratiba. Dissertação de Mestrado. Universidade Cândido Mendes.
- CONCONE, Maria Helena Villas Bôas. (2000), "Caboclos e pretos-velhos da umbanda", In: PRANDI, Reginaldo (org.), Encantaria Brasileira. Rio de Janeiro, Pallas.
- DOUGLAS, Mary. (1976), Pureza e Perigo. São Paulo, Perspectiva.
- FERRETI, Sérgio F. (2014), Sincretismo e hibridismo na cultura popular. Revista Pós Ciências Sociais. v.11, n.21:15-34.
- FRY, Peter. (1982), Para inglês ver: Identidade e política na cultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- GEERTZ, Clifford. (2008), A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Ed. LTC.
- HALL, Stuart. (2006), A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A.
- KUPER, Adam. (2002), Cultura: A visão dos Antropólogos. Bauru, Edusc.
- LENHARO, Alcir. (1986), Sacralização da política. Campinas, Papyrus.
- LUZ, M.A. & LAPASSADE, G. (1972), O segredo da Macumba. Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. (1986), Umbanda. São Paulo, Ática.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. (1996), Entre a cruz e a encruzilhada. São Paulo, Edusp.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (2008), Cultura é patrimônio: Um guia. Rio de Janeiro, FGV.
- OLIVEN, Ruben George. (1992), A parte do todo: diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis, Vozes.
- ORTIZ, Renato. (1999), A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira. São Paulo, Brasiliense.
- PRANDI, Reginaldo. (2001), Encantaria brasileira. Rio de Janeiro, Pallas.
- _____. (1991) Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova. São Paulo, Hucitec/Edusp.
- _____. (2001) Mitologia dos Orixás. São Paulo, Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Darcy. (1995), O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. (2008), "A Jurema sagrada da paraíba". Qualit@s Revista Eletrônica V7.n.1.
- SARACENI, Rubens. (2011), Os arquétipos da Umbanda: As hierarquias espirituais dos Orixás. São Paulo, Madras.
- SCHWARCZ, Lília. (1995), "Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, ano 10.
- SERPA, Oderp. (2001) "No caminho de aruanda: A umbanda candanga revisitada". Revista Afro-Ásia, n. 25: 215-256.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. (2008), "As esquinas sagradas: O candomblé e o uso religioso da cidade", in MAGNANI, José Guilherme & TORRES, L. L. (orgs.). Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- _____. (2005), Candomblé e Umbanda: Caminhos da devoção brasileira. São Paulo, Selo Negro.
- TURNER, Victor. (2005), Floresta dos símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Niterói, EdUFF.
- VASCONCELOS, Salomão de. (1944), Bandeirismo. Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura.
- VIEIRA, Shirlene dos Passos. (2012), Memória de Boiadeiro: A religiosidade no Centro de Umbanda Tupinambá. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP.

Recebido em: 4 de abril de 2013.

Aprovado em: 07 de junho de 2015.

O navegador do entre mundos: notas sobre a multiplicidade em Exu

RESUMO: O artigo aqui apresentado discorre, fundamentalmente, sobre a divindade e entidade Exu. Seu objetivo central é dar visibilidade à multiplicidade de identidades acionadas para esta figura no campo teórico dos chamados estudos das religiões afro-brasileiras. Para tal, a autora primeiramente traz alguns elementos ao texto que contribuem para um entendimento sobre quais são os modos de ser e fazer no candomblé para, em seguida, se deter na figura mesma de Exu, com o intuito de enfatizar as muitas possibilidades de interpretação e análise que essa figura suscita no campo teórico.

ABSTRACT: This article is mainly about the divinity and entity Exu. It's main objective is to provide visibility to the multiplicity of identities that is activated around this entity in the theoretical field of the afro-brazilian religions studies. The paper starts with an overview of the ways of being and doing in the Candomblé. Afterwards we place our focus in the entity of Exu in order to emphasize the multiple possibilities of interpretation and analysis that this divinity raises on the theoretical field.

Introdução

O presente artigo pretende discorrer sobre Exu, divindade profundamente importante no Candomblé. Nas narrativas iorubanas, Exu é o mensageiro, o mediador por excelência. Mediador tal como é compreendido nos termos de Latour (2005), que distingue os mediadores dos intermediários. Enquanto os últimos são veículos através dos quais certos conteúdos são transportados – e não alteram em nada os conteúdos –, os mediadores são entidades que participam elas mesmas da construção dos conteúdos que transportam, produzindo deslocamentos, traduções e transformações ao longo do percurso.

Exu, antes de ser o objeto central dessa investigação, antes mesmo de ser um personagem na narrativa, “figura como veículo instaurador da própria narração” (MARTINS, 1997, p. 23). Apresenta-se aqui, portanto, como o mediador da minha narrativa, produzindo deslocamentos e movimentos no decorrer da

tessitura desse artigo.

Para realizar uma análise satisfatória sobre Exu penso ser necessário compreender, mesmo que de forma provisória e extremamente recortada, as mesclas, justaposições, fusões, aproximações e equivalências decorrentes de alguns encontros de elementos culturais advindos, sobretudo da África, América e Europa em solo brasileiro, uma vez que foi a partir desses encontros que surge o Candomblé e com ele as muitas identidades de Exu.

“Desse ponto de vista, não existiria tanto uma identidade única, fixa e rígida, mas múltiplos e cruzados processos de identificação gerados por contextos e interlocutores específicos. Nessas interações sociais, certos sinais diacríticos, fluidos e flexíveis, seriam valorizados em função da utilidade de uma determinada identificação e de acordo com as preferências e os interesses do momento. Mas essa instrumentalização da identidade tem seus limites no sentido

Luisa Mesquita

Damasceno

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Palavras-chave:

Exu; Candomblé; Religiões Afro Brasileiras.

Keywords:

Exu ; Candomblé ; Afro-Brazilian Religions.

de que a identidade é também resultante da identificação imposta pelos outros, e o indivíduo ou grupo deve considerar esses limites na sua estratégia. A confluência do caráter "situacional" dos processos de identificação com a existência de um repertório variado de categorias referenciais permitem posular a noção de uma identidade multidimensional". (PARÉS, 2007, p. 16)

Na tentativa de dialogar sobre essa identidade multidimensional de Exu, trarei elementos que contribuam para um entendimento de como são os modos de ser e fazer no candomblé para, em seguida, discorrer sobre a multiplicidade em Exu, com a intenção de enfatizar as muitas possibilidades de interpretação e análise que essa figura suscita no campo teórico.

Figura 1¹



Notas sobre o Candomblé

As religiões afro-brasileiras como um todo são um conjunto heteróclito, mas articulado, de práticas e concepções religiosas que são reportadas a tradições trazidas pelas mulheres e homens africanos escravizados e que "ao longo de sua história, incorporaram, em maior ou menor grau, elementos das cosmologias e práticas indígenas, assim como do catolicismo popular e do espiritismo de origem europeia" (GOLDMAN, 2008, p. 106), dando origem a novas formas cognitivas, perceptivas, afetivas e organizacionais. Atenta a diversidade das religiões afro-brasileiras e ciente do pouco espaço contido neste trabalho para me referir à multiplicidade inerente às religiões afro-brasileiras com o devido cuidado, tomo a decisão de tratar nesse artigo, somente do candomblé, uma dentre as muitas religiões afro-brasileiras.

Por candomblé, designa-se assim, uma das variadas religiões que contém elementos de distintas manifestações religiosas africa-

nas em suas práticas, além de conexões "sincréticas" com modalidades e intensidades distintas com outras tradições religiosas no solo brasileiro. Na África, de acordo com Bastide (1971), as divindades não eram cultuadas conjuntamente em uma mesma cidade, cada cidade possuía uma linhagem que estava vinculada a uma determinada divindade, sendo os cultos e oferendas realizadas para essa única divindade. No Brasil, o culto às divindades africanas sofreu várias modificações e, entre essas modificações, passou-se a cultuar várias divindades em um único território, que foi nomeado de terreiro, onde "cada candomblé terá, sob a autoridade de um único sacerdote, o dever de render homenagens a todas as divindades ao mesmo tempo e sem exceção" (BASTIDE, 1971, p. 90).

É interessante notar que no interior do candomblé observa-se uma bem marcada diversidade entre os grupos de culto, diversidade esta que os adeptos dizem ser decorrentes da região da África de onde provém a maior parte do repertório de cada grupo. Essa diferenciação ficou conhecida com o termo nação de candomblé:

"A nação, portanto, dos antigos africanos [...] foi aos poucos perdendo sua conotação política para se transformar num conceito quase exclusivamente teológico. Nação passou a ser, desse modo, o padrão ideológico e ritual dos terreiros de candomblé da Bahia estes sim, fundados por africanos angolas, congos, jejes, nagôs, sacerdotes iniciados de seus antigos cultos, que souberam dar aos grupos que formaram a norma dos ritos e o corpo doutrinário que se vêm transmitindo através dos tempos e a mudança nos tempos" (LIMA, 1976, p. 77)

Deste modo, o candomblé vai se subdividir em nações, que possuem características distintas e se baseiam nas manifestações religiosas das distintas etnias que para aqui foram trazidas. "Os fiéis do candomblé, classificam os terreiros em três grandes 'nações', (além de um grande número de nações meno-

¹ Utilizo-me da ilustração de Exu, feita pelo artista Hector Carybé, para enfatizar sua presença como veículo de minha narração e para que ele me auxilie, trazendo o movimento necessário a minha escrita.

res ou de divisões das maiores) oriundas, em tese, das diferentes origens africanas de seus fundadores" (GOLDMAN, 2005, p. 2).

As três grandes nações seriam a nação Ketu (decorrente dos yorubás da Nigéria e do Benin); a Jeje (do grupo fon do Benin), e a Angola (do grupo bantu de Angola e do Congo). Para Serra (1995, p. 71), o conceito de nação tem um duplo alcance, uma vez que indica ao mesmo tempo uma tipologia de ritos e origens étnicas dos fundadores dos cultos.

"É possível perceber as distinções entre as 'nações' a partir da forma em que se é tocado o tambor (seja com a mão, seja com varetas), pela música, pelo idioma dos cânticos, pelas vestes litúrgicas, algumas vezes pelos nomes das divindades, e enfim por certos traços do ritual" (BASTIDE, 2009, p. 29)

Entretanto, e para além dessa diversidade empírica,

"existem elementos comuns entre praticamente todos os grupos de culto. O mais evidente de todos talvez seja a presença de divindades (orixás, voduns ou inkices)² que, em cerimônias mais ou menos elaboradas, possuem fiéis devidamente preparados para isso por meio de processos de iniciação, mais ou menos longos e sofisticados e que podem ou não incluir oferendas e sacrifícios animais. E ainda que isso esteja longe de ser uma regra absoluta, por "candomblé" entende-se, em geral, as representações e práticas de grupos onde esses sacrifícios são praticados, onde a iniciação tende a ser mais elaborada e onde há uma tendência para distinguir as divindades dos espíritos dos mortos e dos ancestrais" (GOLDMAN, 2005, p. 2)

Além disso, outro elemento comum nos candomblés é a existência de uma única força. Essa força recebe o nome de axé. "Modulações do axé - em um processo simultâneo de concretização, diversificação e individualização - constituem tudo o que existe e pode existir no universo" (GOLDMAN, 2005, p. 7). Ainda em consonância com o autor, as pró-

prias divindades (orixás, inkices e voduns) são espécies de modulações específicas de axé, assim como todas as "coisas do mundo": seres humanos, pedras, plantas, animais, cores, sabores, cheiros, dias, anos, entre outros.

Todas essas "coisas do mundo" "pertencem" a diferentes divindades,

"mas apenas na medida em que com eles compartilham dessa essência simultaneamente geral e individualizada. Em certo sentido, cada ser constitui, na verdade, uma espécie de cristalização ou molarização resultante de um movimento do axé, que de força geral e homogênea se diversifica e se concretiza ininterruptamente" (GOLDMAN, 2005, p. 7)

Ainda em consonância com Goldman, o axé é de alguma forma cortado em diferentes pontos, constituindo, sobre determinado plano, o que se denomina de orixás "gerais" (que existem em número finito) e, sobre outro, um sem número de orixás individuais, aos quais, em última instância, estão ligados todos os seres humanos.

Um dos aspectos centrais do candomblé, entretanto, é que também os seres humanos estão repartidos entre os orixás. De acordo com a lógica do candomblé

"a pessoa é múltipla, composta por uma série de elementos materiais e imateriais, que incluem o orixá principal à qual ela pertence (de quem é "filho", como se diz), um número variável de orixás secundários, espíritos de antepassados, anjo da guarda, alma e assim por diante" (GOLDMAN, 2005, p. 8)

O mais importante, contudo, é que a pessoa não nasce pronta, mas é construída ao longo do processo de iniciação por meio de uma série de rituais ou "obrigações". Mas, ao mesmo tempo em que a pessoa é feita, o orixá daquela pessoa também é construído no processo de iniciação.

Como dito acima, como os orixás são fluxos de axé e não exatamente uma individualidade, a iniciação não consiste em consagrar alguém ao orixá geral:

2 Na nação Ketu, as divindades são conhecidas por orixás, na nação Jeje por voduns e na nação Angola por inkices. É interessante observar também, que em todas elas admitisse a existência de uma divindade suprema que os Ketu, por exemplo, chamam de Olôdumarè e que teria criado o aiê (céu) e o orun (terra) e não voltou mais a intervir nas coisas da criação diretamente, enviando para isso os orixás, inkices e voduns.

"fazer a cabeça" ou "fazer o santo" - ponto central do candomblé - significa, na verdade, a produção ritual de duas entidades individualizadas a partir de dois substratos genéricos. Um indivíduo mais ou menos indiferenciado que torna-se uma pessoa estruturada; um orixá geral que se atualiza em orixá individual, a lansã de alguém, o Omolu de outrem. Esses orixás individuais têm nomes e características próprias, assim como as pessoas são rebatizadas e vão se modificando a partir da iniciação" (GOLDMAN, 2005, p. 8)

Assim, com a feitura, a divindade não é apenas um elemento exterior ao ser humano. A divindade é feita dentro da pessoa, ao mesmo tempo em que a própria pessoa é feita. A importância crucial da possessão para Goldman (2005) é que o mundo dos deuses e o dos humanos convergem; o fiel e seu orixá quase se superpõem e os componentes da pessoa humana tendem à unificação e ao equilíbrio, elevando os seres humanos a uma estatura quase divina.

Isso posto,

"o candomblé pode ser visto como mais que um sistema puramente intelectual e cognitivo, ou mesmo místico, emocional e ritual no sentido formal do termo. Mais que um sistema de crenças ou mesmo uma "religião", o candomblé é, sobretudo, um conjunto de práticas e um modo de vida. É preciso levar realmente a sério o que todo pesquisador do candomblé sem dúvida escuta, a saber, que as informações a ele fornecidas e as festas a que todos têm acesso não passam do aspecto visível de coisas muito mais profundas; que o mais importante não são os grandes ritos ou os belos mitos, mas um certo tipo de saber, saber que, sem dúvida, a eles está ligado, mas que os ultrapassa em várias direções; saber de caráter secreto a que só têm acesso os iniciados ou, para ser mais preciso, aqueles dentre os iniciados capazes de aprendê-lo" (GOLDMAN, 2005, p. 9)

3 Essa terminologia foi cunhada por Emanuel Luís Roque Soares em sua tese de doutoramento intitulada "As vinte e uma faces de Exu na Filosofia Afrodescendente da Educação: Imagens, Discursos e Narrativas". (2008)

to minimamente satisfatório acerca do candomblé é importante percebê-lo não como reproduções além-mar de significados dados por sua cultura originária, nem tampouco de excluir a importância da referência ao continente africano. "Cabe assim, pensar não nas origens de tal ou qual traço, mas na originalidade própria das religiões afro-brasileiras" (BANAGGIA, 2008, p. 44).

Exu na encruzilhada teórica

Exu é uma divindade/entidade polilógica e polifônica: polilógica porque há o Orixá Exu "uno" que se multiplica e se divide para acompanhar cada Orixá e cada humano, de forma que cada exu segue a lógica daquela que acompanha, fazendo com que o Exu "uno" tenha em si, portanto, um emaranhado de lógicas que coexistem e, polifônica, por sua responsabilidade pela comunicação entre os Orixás, entre Orixás e humanos e entre os humanos, competindo a ele, portanto, representar as múltiplas falas e discursos existentes. (SOARES, 2008)

Sabendo dessa multiplicidade intrínseca à sua figura e da dificuldade de escrever sobre ele, tomo uma decisão exuriana³: desafio-me a utilizar diferentes autores, com diferentes sistemas de pensamento e abordagens teórico/metodológicas, com a intenção de lançar luz ao caráter múltiplo dessa divindade e/ou entidade e as decorrentes possíveis formas de discorrer sobre ela.

Assim, para trilhar esse caminho, escolho a encruzilhada como lugar de análise, uma vez que me situo no centro dos entrecruzamentos dessas posições teóricas distintas, para tentar, mesmo que de maneira parcial, descrever Exu, que como bem salienta Machado "não pode ser aprisionado em nenhuma categoria, já que é parte da natureza, do ser humano e da humanidade nas suas ambiguidades e contradições e em seus enigmas mais imponderáveis" (MACHADO, 2010, p. 11).

Exu tem sido discutido desde os primeiros estudos sobre religiões afro-brasileiras: Nina Rodrigues (1935) ao discorrer sobre essa figura, o coloca como a representação do mal

em oposição ao bem, que seria representado nessa perspectiva, por Oxalá. Depois, Edison Carneiro (2005) o define como o Orixá mais caluniado e mal-interpretado do panteão afro-brasileiro e, a partir daí, muito tem sido escrito sobre essa figura, das mais variadas formas.

De acordo com Silva (2012), os primeiros escritos sobre Exu são do século XVIII, de viajantes e missionários católicos que estiveram em território Fon ou Yorubá e o descreveram ressaltando aqueles aspectos que os olhares etnocêntricos cristãos podiam enxergar: o caráter fálico, logo se tornou sinônimo de uma sexualidade depravada, o que, somado a outros aspectos tais como sua porção trapaceira contada nos mitos, teria ocasionado sua associação com o diabo cristão.

Para Paulo Botas (1996), a representação simbólica de Exu com chifres também pode ter influenciado, pelo ideário da igreja católica, a sua identificação com o diabo. O chifre, segundo esse autor, tem o sentido primitivo de elevação e seu simbolismo é o poder. Assim, os chifres evocam a força vital (axé) e as grandes divindades da fecundidade.

Autores como Capone (2004), Santos (2008) e Verger (2012) ao se debruçarem sobre as características de Exu ainda na África, ressaltaram características que não permitem essa correspondência fácil entre o orixá e o diabo cristão.

Santos (2008) ressalta que na mitologia yorubana conta-se que nos primórdios não existia nada além de ar. Olòdumarè – o deus supremo - era uma massa infinita de ar e quando começou a mover-se lentamente, a respirar, uma parte do ar transformou-se em massa de água, originando Òrisàlà, o grande Orixá – Funfun, orixá do branco. O ar e as águas moveram-se conjuntamente e uma parte deles mesmos transformou-se em lama. Dessa lama, originou-se uma bolha ou montículo, primeira matéria dotada de forma, um rochedo avermelhado e lamacento. Olòdumarè admirou essa forma e soprou sobre o montículo, insuflando-lhe seu hálito e dando-lhe vida. Essa forma, a primeira dotada de existência individual, um rochedo de lateri-



Adriana Santana

ta, era Exu, ou melhor, o proto-Exu, Exu Yangí, de acordo com a autora. Esse Exu é o primeiro nascido e o responsável pela individualização de cada existência.

Ainda em consonância com a autora supracitada, Exu se impõe como imprescindível para a compreensão da toda a cosmogonia e liturgia yorubana, que assim como Olòdumarè, não pode ser isolado ou classificado em nenhuma categoria. É considerado como um princípio, responsável por transportar o axé de e para tudo o que existe. Nessa abordagem, ele é o princípio dinâmico da existência



Adriana Santana

4 De acordo com Capone em "A busca da África no Candomblé – Tradição e Poder no Brasil", Mac Lins Cott Ricketts define a figura de trickster assim: O criador da Terra e/ou [...] aquele que transforma o caótico mundo mítico na criação ordenada dos tempos atuais; ele é o exterminador de monstros, o ladrão da luz do dia, do fogo, da água e de tudo que favorece o bem-estar do homem. É também um travesso insidiosamente erótico, insaciavelmente faminto, exageradamente vaidoso, fraudulento, manhoso para com os amigos e inimigos, um incansável viajante pelos cantos do planeta; e um desastrado que, com frequência, é vítima das próprias artimanhas (RICKETTS, 1965 apud CAPONE, 2004, p. 53).

e de expansão de tudo, sem ele todos os elementos do sistema e seu dever ficariam imobilizados, a vida não se desenvolveria. A função primordial de Exu para Santos (2008) é encontrar os caminhos apropriados, abri-los ou fechá-los e, principalmente, fornecer sua ajuda e poder, a fim de mobilizar e desenvolver tanto a existência de cada indivíduo como as tarefas específicas atribuídas a cada uma das divindades do panteão.

Já Verger (2012), comenta que as principais características de Exu Elegbara dos Yorubá, Legba dos Fon, é ser o mensageiro dos

outros orixás e que nada se pode fazer sem ele. É o guardião dos templos, das casas e das cidades, mas também é a cólera dos orixás e das pessoas. Tem um caráter suscetível, violento, irascível, astucioso, grosseiro, vaidoso, mas também tem seu lado bom e revela-se o mais humano dos orixás, nem completamente bom, nem completamente mau, é o fiel mensageiro daqueles que o enviam e que lhe fazem oferendas.

Nas palavras de Capone:

"[...] Ele é o grande comunicador, o intermediário entre os deuses e os homens, o restaurador da ordem do mundo, mas, ao mesmo tempo, como senhor do acaso do destino dos homens, desfaz as abordagens conformistas do universo, ao introduzir desordem e a possibilidade de mudança [...] é ele quem põe em movimento o sistema de Ifá, ao estabelecer o vínculo necessário entre os homens e os deuses" (2004, p. 62)

Para a autora supracitada, Exu tem um papel duplo, paradoxal: por um lado é o transgressor das regras, o contestatário da ordem estabelecida e por outro, representa o símbolo da mudança nessa mesma ordem, ao explorar as possibilidades inerentes ao *status quo*.

Ao chegar ao Brasil, Exu transformou-se e recebeu outras características, que em decorrência da escravidão e da conversão obrigatória ao catolicismo, o fez ser comparado no sincretismo brasileiro ora com Santo Antônio, São Gabriel, São Benedito e São Pedro (prevalecendo seu aspecto de deus mensageiro) ora com o diabo cristão e os espíritos dos mortos (prevalecendo seu caráter trickster⁴) (SILVA, 2012). Assim, pode-se dizer que Exu ao penetrar o solo brasileiro contraiu mais algumas faces, uma vez que toda mudança advém da comunicação e essa, é uma de suas searas mais fundamentais, já que ele é "aquele que comunica e muda ao dar e receber" (SOARES, 2008, p. 93).

É muito propagado ao longo da literatura que Exu se relaciona com todos os lugares ligados às trocas e às transações, tais como

mercados, encruzilhadas e as portas das casas, o que reforça sua posição de mediador. Exu possui essa habilidade de passar de um lado ao outro, promovendo a comunicação entre eles. Por isso Exu deve ser homenageado em qualquer cerimônia do candomblé, pois é ele que permite o movimento para que se dê a realização do evento.

Exu também é visto como senhor da magia e da manipulação em alguns terreiros. Capone (2004) nos conta que alguns adeptos das religiões afro-brasileiras com os quais dialogou para realizar sua pesquisa, lhe disseram da necessidade de "fixar" alguns exus destinados ao trabalho mágico em função da especificidade e domínio que controlam.

"Assim, se quisermos prejudicar alguém, escolheremos um exu perigoso como buruku, que em iorubá significa "mau". Se, ao contrário, procuramos proteção e bem-estar, o exu será odara, que em iorubá significa "bom", ou Onan aquele que "abre os caminhos". Na prática, contudo, exu sempre pode agir para o bem ou para o mal, independente de sua especialização." (CAPONE, 2004, p. 64-65)

Na perspectiva de Soares (2008), Exu é a principal divindade/entidade não só do culto aos Orixás em que é encarregado de circular o axé, como também no dia-a-dia dos adeptos, uma vez que Exu é a energia que vitaliza as pessoas e tudo o que existe. Para o autor, o Senhor dos Caminhos, como Exu é muito conhecido, é o próprio caminho.

Além disso, essa divindade/entidade, na visão do autor, tem a ludicidade e a malandragem como característica: joga com as pessoas e com os Orixás, cria mal entendidos e gera movimentos caóticos. Age dessa maneira para dar lições aos que lhe deixam de prestar homenagens ou pelo simples prazer de gerar movimentos e jogar com a vida, de acordo com o autor. Ainda em consonância com sua perspectiva, o Senhor dos Caminhos transita para além do bem e do mal, já que nele bem e mal coexistem harmonicamente.

"Ensina os homens a conhecer seu futuro, para que possam se proteger contra os malefícios que virão, mas através de caminhos turvos faz com que o indivíduo auto-realize o que lhe fora previsto; está associado à desordem que traz a ordem, à transgressão das regras que, em si mesmo, revela a existência das regras sociais, incita a cólera dos orixás, as discórdias que conduzem às guerras; introduz a desordem que ele incorpora, assume e simboliza para a reafirmação dinâmica da ordem prevista" (TRINDADE; COELHO, 2006, p. 39).

Para Prandi (2001) é importante se considerar que a recente expansão do candomblé por todo país se fez a partir de uma base umbandista, que se formou antes da transformação do candomblé em religião aberta a todos, sem fronteiras de raça, etnia ou origem cultural. Assim, o autor constata que a adesão ao candomblé por parte desses novos adeptos, muitas vezes antes umbandistas, não tem significado o compromisso de abandonar completamente concepções e entidades da umbanda. Ao contrário, há um repertório umbandista cada vez mais agregado ao candomblé, a ponto de se falar frequentemente numa modalidade religiosa que seria mais facilmente identificada por um nome capaz de expressar tal hibridismo, como umbandomblé.

Dessa forma, os empréstimos rituais e doutrinários que podemos observar entre o candomblé e a umbanda não são poucos. Em muitos terreiros, Exu pode ter uma dupla natureza: pode ser cultuado, no mesmo local de culto e pelas mesmas pessoas, como o mensageiro mais próximo do Orixá africano e como o espírito desencarnado mais próximo dos humanos.

Por fim, penso que convém, para se compreender a multiplicidade de Exu, ter em mente o que Soares (2008) já havia sinalizado: que o candomblé é uma religião em movimento, onde tanto o panteão como as funções de cada Orixá estão em mudança. Dessa forma,

Exu também está em processo contínuo de transformação, uma vez que tem em seu cerne a abertura dialógica que proporciona as mudanças e a multiplicidade de representações geradas em torno de si.

Notas sobre a multiplicidade

No candomblé, Exu é concebido como uma divindade múltipla, assim como ocorre aos demais Orixás. No pensamento religioso, Exu está relacionado ao número um, que de acordo com Trindade (2006) representa o acréscimo que propicia a continuidade e a dinâmica dos fenômenos.

De acordo com Maupoil apud Santos (2008) a adição de uma unidade a um número redondo evoca a continuação, por isso Exu ser vinculado ao número um, além disso, a associação desse Orixá com o número um também pode ser explicado por ele ser considerado o primogênito do universo.

Muitos autores dizem que Exu possui vinte e uma qualidades⁵, mas, estando ligado à multiplicidade, esse número em geral é muito maior e varia conforme os terreiros. De acordo com Capone (2004), não se conhece o número⁶ exato dessas formas, mas a quantidade e a diferença entre elas indicam o caráter inapreensível dessa divindade/entidade.

Encarnação da multiplicidade, Exu se desdobra em Exu Orixá e em exu do orixá, mais conhecido nos terreiros como exus escravos ou catiços. Os exus catiços seriam, de acordo com Capone (2004), a individualização da força sagrada de Exu Orixá.

Cada Orixá tem seu exu catiço que lhe serve, transportando as oferendas (ebós) do mundo material para o mundo espiritual. Na perspectiva de Soares (2008), cada Orixá possui seu exu, com o qual constitui uma unidade, uma vez que é o elemento exu de cada divindade que executa suas funções. "Particularizado na individualidade de cada Orixá, exu não contrapõe ou contesta o signo da divindade, muito se infiltra nele, muito se situa na dualidade do bem e do mal". (LODY, 1995, p. 109)

Nos ritos de oferenda, os exus "comem" juntos com os Orixás. Porém, embora os vá-

rios exus se diferenciem e distribuam-se no mundo, sua natureza e origem são únicas.

De acordo com Capone (2004), cada ser humano também possui o seu exu pessoal, que está ligado ao seu destino individual e acompanha o iniciado até a morte. Um dos momentos mais importantes do processo de iniciação é a revelação do odù pessoal do noviço (seu destino) e a fabricação de seu exu pessoal.

O exu individual de cada ser humano é o elemento que permitiu seu nascimento, desenvolvimento e multiplicação e, "para que sua existência seja cumprida harmoniosamente, deverá restituir, através de oferendas, o axé devorado real ou metaforicamente por seu princípio de existência individualizada". (TRINDADE; COELHO, 2006, p. 26)

"Cada um tem seu próprio èsù e seu próprio Olòrun, em seu corpo ou cada ser humano tem seu èsù individual, cada cidade, cada casa (linhagem), cada entidade, cada coisa e cada ser tem seu próprio èsù e mais, se alguém não tivesse seu èsù em seu corpo, não poderia existir, não saberia que estava vivo, porque é compulsório que cada um tenha seu èsù individual. Assim como Olòrun representa o princípio da existência genérica, èsù é o princípio da existência diferenciada em consequência de sua função de elemento dinâmico que o leva a propulsionar, a desenvolver, a mobilizar, a crescer, a transformar, a comunicar". (SANTOS, 2008, p. 130-131)

Conclusão

São muitas as faces de Exu. Não se pode perder de vista que essa figura tem no seu cerne a transformação, a abertura dialógica que proporciona mudanças e os muitos conceitos gerados em torno do seu ser, uma vez que é um mediador por excelência. Exu, na mitologia iorubana está associado aos reinos das passagens, dos cruzamentos e das comunicações. Neste sentido, acredito que Exu tem algo de híbrido, de misturado, de sincrético, de transformado de novo. Ele se comunica e se transforma no percurso.

⁵ Qualidade refere-se aos vários nomes que um mesmo Orixá é conhecido, referindo-se a um determinado aspecto mítico da divindade, a uma sua função específica no patronato do mundo, a um acidente geográfico a que é associado, etc.

⁶ Capone comenta que Idowu (1962:85) fixa em duzentos os diferentes nomes de Exu, mas diz que "entre os yorubás o número 200 como seu duplo 400 simboliza a multiplicidade, isto é, uma grande quantidade indeterminada".

Exu se movimenta com flexibilidade e mutabilidade constantes, não carrega em si um único sentido, cabe a ele várias possibilidades de interpretações possíveis no jogo de signos do mundo. Exu se faz na multiplicidade dos eventos e dos fluxos que o atravessam. Diferente dos demais orixás que governam domínios específicos no mundo (Oxum – águas doces; Iemanjá – águas salgadas, etc.), Exu governa o entre-mundos. Seu lugar é a beira, o limiar. Essa sua indeterminação, aliado a seu caráter ambíguo e múltiplo, muitas vezes faz com que ele seja considerado ora como um orixá, ora como um espírito desencarnado

ligado à malandragem, ora como o diabo católico e neopentecostal.

Penso que é justamente o caráter transformacional de Exu que o torna nem propriamente um orixá, nem propriamente um espírito desencarnado, nem propriamente um diabo cristão, mas todos estes e, por isso, outro, como salientado por Soares (2014). As imprecisões e a indiscernibilidade são seu território. Ele é o entre, é o que confunde e, portanto, é tudo aquilo que escapa à classificação. Exu desliza continuamente entre um lugar e outro. Nem uma coisa nem outra, ou todas.

Referências Bibliográficas

- BANAGGIA, Gabriel. (2008), Inovações e controvérsias na antropologia das religiões afro-brasileiras. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro, datilo.
- BASTIDE, Roger. (1971), As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo. EDUSP, Pioneira Editora.
- BASTIDE, Roger. (2009), O Candomblé da Bahia. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 4^o edição. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOTAS, Paulo. (1996), A Carne do Sagrado – Edun Ara: Devaneios sobre a espiritualidade dos Orixás. Petrópolis, Vozes.
- CAPONE, Stefania. (2004), A busca da África no Brasil: tradição e poder no Brasil. Rio de Janeiro. Pallas, Contracapa.
- CARNEIRO, Édison. (2005), Antologia do negro brasileiro. Rio de Janeiro, Agir.
- COELHO, Lucia & TRINDADE, Liana. (2006), Exu: O Homem e o Mito: estudos de Antropologia Psicológica. São Paulo, Terceira Margem.
- GOLDMAN, Márcio. (2005), "Formas do saber e Modos do Ser: observações sobre multiplicidade e ontologia no candomblé". *Religião e Sociedade*, 25,2:102-120.
- GOLDMAN, Márcio. (2008), "Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaio de simetriação antropológica". *Análise social*, XLIV: 105 – 137.
- LATOUR, Bruno. (2005), *Reassembling the Social: Na Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford, Oxford University Press.
- LIMA, Vivaldo da Costa. (1976), "O conceito de 'nação' nos candomblés da Bahia". *Afro – Ásia*, 12: 5 – 90.
- LODY, Raul Giovanni da Motta. (1995), O povo de santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos. Rio de Janeiro, Pallas.
- MACHADO, Vanda. (2010), *Ilê Axé: Vivências e invenção pedagógica – as crianças do Opô Afonjá*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- MARTINS, Leda. (1997), *Afrografias da Memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo, Perspectiva.
- PARÉS, Luis Nicolau. (2007), *A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas, Editora UNICAMP.
- PRANDI, Reginaldo. (2001), "Exu, de mensageiro a diabo: Sincretismo católico e demonização do orixá Exu". *Revista USP*, 50: 46 - 63.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. (1935), *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*. Bahia: s/e.
- SANTOS, Juana Elbein. (2008), *Os Nagô e a Morte*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- SERRA, Ordep. (1995), *Águas do Rei*. Rio de Janeiro, Vozes.
- SILVA, Vagner Gonçalves. (2012), "Exu do Brasil: tropos de uma identidade afro-brasileira nos trópicos". *Revista de Antropologia*, 55, 2: 1085 – 1114.
- SOARES, Bianca Arruda. (2014), *Os candomblés de Belmonte: variação e convenção no sul da Bahia*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, datilo.
- SOARES, Emanuel Luís Roque. (2008), *As Vinte e Uma Faces de Exu na Filosofia Afrodescendente da Educação: Imagens, Discursos e Narrativas*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Ceará, datilo.
- VERGER, Pierre. (2012), *Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

Recebido em: 11 de dezembro de 2014.

Aprovado em: 2 de novembro de 2015.

A informação quer ser livre: uma análise sobre o ativismo dos artífices da rede e o controle na sociedade contemporânea

Bárbara Maria

Farias Mota

Graduada de Ciências
Sociais da UFPE

Palavras-chave:

Ativismo hacker; Redes
informacionais; Controle;
Anonimato.

Keywords:

Hactivism; Information
networks; Control;
Anonymity.

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar o ativismo político dos hackers e a relação entre esses indivíduos e o controle/vigilância presente nas redes digitais. Por meio de uma análise bibliográfica sobre a cultura hacker, o trabalho discorre sobre as atividades dos artesãos do código, tais como o desenvolvimento de softwares livres. Por fim, examina como os hackers ativistas, fazendo uso do anonimato, representam atores políticos estratégicos no contexto do capitalismo cognitivo, uma vez que os bens informacionais têm sido cada vez mais fundamentais para reprodução do capital.

ABSTRACT: This paper objective is to analyse the political activism of hackers as well as the relation of these individuals and the control/surveillance present in digital networks. By the means of a bibliographical analysis about the hacker culture, this paper dwells on the activities of these code's craftsmen, such as the development of free software. Finally, this paper examines how hacktivists, leveraging on anonymity, represent strategic political actors in the context of cognitive capitalism, given that informational goods are now even more fundamental to capital's reproduction.

A guerra é travada pelos grupos dominantes contra os seus próprios súditos, e o seu objetivo não é conquistar territórios, nem impedir que os outros o façam, mas manter intacta a estrutura da sociedade. [...] A guerra deixou de existir ao se tornar contínua.

(George Orwell)

É preciso lembrar que quando o produto é grátis, você é o produto.

(Julian Assange)

Introdução

As redes de comunicação fundamentadas na internet facilitam a articulação de novas formas de expressão que ultrapassam as fronteiras geopolíticas. Os espaços digitais fomentam a mobilização política, que muitas

vezes pode ser empreendida sem a necessidade de identificação civil ou da intermediação de instituições formais. Por outro lado, a intensificação da digitalização das nossas informações (sociais, culturais, financeiras e pessoais) potencializa as possibilidades de interceptação destas por Estados e por empresas (MACHADO, 2013; SILVEIRA, 2012). Desse modo, ocorre não só a democratização das estratégias de ação política como também do controle/vigilância. Por isso, as redes informacionais são simultaneamente: redes de comunicação e de controle (SILVEIRA, 2012).

Qual a relação entre ativismo hacker e controle nas redes informacionais? Este artigo recorre a uma análise bibliográfica sobre a cultura hacker para analisar o ativismo político dos artífices da rede na sociedade contemporânea, onde aqueles que dominam a arte

da manipulação dos códigos informacionais detêm uma posição estratégica para influência política, já que essas instruções exercem a mesma função das leis determinando as ações em rede (LESSIG, 1999).

O artigo está dividido do seguinte modo: a próxima seção apresenta as controvérsias presentes no termo hacker. A segunda seção concede especial atenção às atividades desses indivíduos no desenvolvimento de softwares aberto/livre, auxiliando na compreensão das motivações presentes no que pode ser compreendido por ofício hacker. A terceira parte discute a ampliação do controle/vigilância nas redes informacionais. A quarta seção contextualiza as atividades desses indivíduos frente ao controle presente nas redes digitais. Por fim, são trazidas as considerações finais do trabalho.

Hacker é diferente de cracker

De acordo com Silveira (2010) hacker em sua definição original era: "um programador de computador talentoso que poderia resolver qualquer problema, muito rapidamente, de modo inovador e utilizando meios não convencionais" (SILVEIRA, 2010). Essa visão também se encontra presente no glossário de expressões hackers, The Jargon File, que define estes indivíduos como pessoas que gostam de explorar os sistemas programáveis e de expandir as suas capacidades, indo além do instrumental necessário para utilização das ferramentas computacionais. O autor (idem, 2010) acrescenta que esse termo passa a ser fonte de disputas na medida em que as redes informacionais ganham importância econômica e social, disseminando uma visão negativa acerca desses indivíduos. Isso porque as práticas dos hackers pela defesa da liberdade de informações e o compartilhamento de códigos computacionais vão de encontro à lucratividade das corporações privadas, como as indústrias de copyright¹. Uma ilustração do poder dessas indústrias foi o fechamento em 2012, do Megaupload, um dos maiores sites de compartilhamento de arquivos do mundo, sob a alegação da violação de direitos auto-

rais. Outro exemplo ocorreu em 2014, quando a polícia Sueca confiscou servidores e demais equipamentos do The Pirate Bay, o maior site de compartilhamento de arquivos via torrent.

Para Raymond (1998), ícone do movimento Open Source, há práticas que claramente diferenciam os hackers dos crackers. Estes últimos destroem as coisas que os primeiros constroem. Ou seja, a atitude de um hacker, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de softwares de código aberto, consiste na resolução de problemas computacionais complexos e no compartilhamento da inteligência coletiva. Por sua economia ser baseada na reputação, o "título" de hacker não é autoconferido por esta pessoa. Nas palavras dele sobre hackers x crackers:

"Existe uma comunidade, uma cultura compartilhada, de programadores experts e gurus de rede cuja história remonta há décadas atrás, desde os primeiros minicomputadores de tempo compartilhado e os primeiros experimentos na ARPAnet. Os membros dessa cultura deram origem ao termo "hacker". Hackers construíram a Internet. Hackers fizeram do sistema operacional Unix o que ele é hoje. Hackers mantêm a Usenet. Hackers fazem a World Wide Web funcionar. Se você é parte desta cultura, se você contribuiu a ela e outras pessoas o chamam de hacker, você é um hacker." (RAYMOND, 1998).

Já para Castells (2007), os crackers vulnerabilizam os códigos computacionais, mas também são hackers, pois fazem parte de uma subcultura da cultura hacker. Além disso, ele critica a definição de Raymond (1998) sobre esses indivíduos por considerá-la generalista. De fato, os valores dessa cultura são devidamente compreendidos quando analisados sob a perspectiva dos desenvolvedores de software de código aberto (que reflete a característica da própria constituição da Internet). Mas segundo o autor (idem, 2007), há a necessidade de uma maior precisão conceitual que identifique: "os autores da transição entre um meio de inovação acadêmica e institucionalmente constituída e o surgimento de

¹ Empresas detentoras do copyright de bens simbólicos, tais como filmes, músicas, programas etc.

redes auto-organizadas (ibidem, 2007, p.61)”. Desse modo, ele recorre ao famoso estudo de Levy (2010) sobre o tema e compreende por cultura hacker o conjunto de valores e crenças que emergiram na interação online a partir da colaboração nos projetos autodefendidos de programação criativa. Nessa perspectiva, a Internet é originalmente resultante da cultura tecnomeritocrática (científica), mas o seu aperfeiçoamento vem dos inputs (contribuições) trazidos pela cultura hacker que interage na rede.

Desse modo, o hacker pode ser compreendido como o indivíduo que utiliza os seus conhecimentos técnicos para fins políticos ou motivações éticas. Já o cracker os utiliza para causar prejuízos (roubo de senhas de cartão de crédito, uso de botnets para lucro pecuniário, desenvolvimento de vírus computacional etc.) e é enquadrado como cibercriminoso. Essa distinção foi feita justamente por hackers, na década de 1980, em contraposição a representação popularizada pelos mass media, do hacker como sinônimo de criminoso.

Hackeando a jaula de ferro

No livro *A ética dos hackers e o espírito da era da informação*, uma alusão à obra do sociólogo Max Weber, Himanen (2001) evidencia que os hackers combinam o seu trabalho de modo menos rígido com as outras esferas da vida, já que este também é percebido como fonte de diversão para eles. Essa lógica de flexibilização do trabalho é cada vez mais presente na sociedade contemporânea e em diferentes tipos de atividades. Mas o principal fator motivacional, ou o “espírito” do trabalho hacker, não se trata apenas do dinheiro, mas sim, da criação de algo significativo para a comunidade com a qual ele compartilha suas ideias. Os hackers se guiam pela paixão gerada naquilo que fazem e têm uma ética ou “nética”: o compartilhamento de informações é um imperativo moral. Por isso, eles distribuem os resultados de sua criatividade livremente, permitindo que outras pessoas possam – usá-los, testá-los e modificá-los – alimentando o ciclo da cultura livre (idem, 2001).

Similarmente, Torvalds² (2001) evidencia três fatores que impulsionam um hacker: sobrevivência, vida social e diversão. Para ele, o dinheiro compra a sobrevivência, mas dificilmente compra os laços sociais e a diversão. Por isso, o efeito social ocasionado por trabalhar coletivamente foi o que motivou os hackers do sistema operacional Linux a compartilharem suas ideias e a cooperarem voluntariamente. Contaria mais para o trabalho colaborativo o fato de a programação ser uma atividade interessante e desafiadora para os seus praticantes. Essa visão é corroborada por Sennett (2012) quando ele associa o próprio Linux a um tipo de artesanato público que é construído em oficinas online pelos artífices do código. Estes artífices, por sua vez, são definidos como pessoas dedicadas à arte pela arte, isto é, àquelas que se engajam na execução de um bom trabalho como fim em si mesmo; esses artesãos remodelam o código constantemente e este não é um objeto acabado e nem fixo:

“O kernel (núcleo de software) do código Linux está disponível a todos, pode ser utilizado e adaptado por qualquer um; as pessoas oferecem voluntariamente e doam seu tempo para aperfeiçoá-lo. O Linux contrasta com o código utilizado na Microsoft, cujos segredos até recentemente eram entesourados como propriedade intelectual de uma só empresa. Numa das aplicações mais utilizadas do Linux, a Wikipedia, o kernel permite o funcionamento de uma enciclopédia para a qual qualquer usuário pode construir.” (SENNETT, 2012, p. 34-35).

Essa perspectiva deságua naquilo que Raymond (1998), em referência ao desenvolvimento de softwares, define como modelo bazar em oposição ao modelo catedral. Neste último, um grupo fechado de programadores primeiramente elabora o código para depois liberá-lo aos interessados; no primeiro, por sua vez, os usuários são tratados como potenciais desenvolvedores e os códigos são construídos e compartilhados coletivamente, pois: “dados bastantes olhos, todos os erros

² Linus Torvalds é um hacker e projetou o sistema de controle de versão, *Git*, para o desenvolvimento do *kernel* Linux.

são triviais” (idem, 1998, online). Ou seja, a expressiva instantaneidade entre a detecção de bugs (defeitos) e as suas correções, por meio da cooperação direta em rede, fortalece a inovação e a criatividade no modelo aberto de desenvolvimento de softwares.

Mas para Stallman³, fundador da Free Software Foundation⁴, os benefícios técnicos preconizados no modelo Open Source são importantes, porém insuficientes para assegurar a liberdade no ciberespaço. Isso porque um programa pode até ter o seu código fonte aberto, mas isto por si só não o caracteriza como software livre, pois há quatro liberdades básicas que definem este: 0) rodar o programa como quiser para o propósito que desejar; 1) estudar o código fonte do programa e modificá-lo para os seus interesses; 2) fazer, redistribuir ou vender cópias exatas do programa para outras pessoas e 3) modificar o programa e distribuir essas modificações para o benefício da comunidade. Segundo ele, a liberdade plena em rede vem da utilização do código fonte para os propósitos individuais (as duas primeiras liberdades); e para os propósitos coletivos (as duas últimas liberdades). Além disso, ele enfatiza: “software livre é uma questão de liberdade, não de preço. Para entender o conceito, você deve pensar em liberdade de expressão e não em ‘cerveja grátis’ (STALLMAN⁵, online)”. Isso porque o software livre pode ser comercializado ao passo que o software proprietário pode ser distribuído gratuitamente. Consiste, essencialmente, na ideia de que o controle do programa deve ser exercido pelas pessoas (e não o contrário), permitindo a elas não ficarem reféns dos interesses de empresas de software proprietário, conferindo-lhes autonomia. Essas empresas, por razões comerciais ou interesses escusos, podem restringir as funcionalidades do programa, instalar aplicativos maliciosos e rastrear/espionar os usuários sem que estes tomem conhecimento disto.

Nesse sentido, Silveira (2010) percebe uma grande influência liberal no pensamento hacker, evidenciada na defesa de direitos humanos básicos como a liberdade de expressão, o que também justifica a forte oposição

desses indivíduos ao bloqueio do compartilhamento de códigos. Isso condiz com o que o autor (idem, 2010) nomeia de individualismo colaborativo, ou seja, a busca pela autonomia individual por meio do acesso irrestrito às informações compartilhadas coletivamente. Ao se referir as comunidades de FLOSS⁶ ele evidencia:

“Hackers do Floss têm um comportamento extremamente meritocrático. Ao mesmo tempo, seu hiperindividualismo é construído em processos colaborativos. Os desafios encontrados nos códigos e na aplicação dos protocolos devem ser enfrentados, e os resultados de sua superação devem ser informados a todos. O conhecimento deve ser livre para que outros possam contribuir enquanto ganham mais autonomia no processo de aquisição do conhecimento para si.” (SILVEIRA, 2010).

Esse processo resulta na projeção do que Sennett (2006) denomina por cidadão-como-artesão. Ao contrário do cidadão-como-consumidor, o cidadão-como-artesão necessita de esforço para descobrir o funcionamento do mundo ao seu redor. Isso porque os bens simbólicos - numa sociedade em que as tecnologias digitais exercem o protagonismo na intermediação da comunicação - são, metaforicamente, “barris de petróleo virtual”. Como aponta Manovich (2008), assim como a eletricidade e o motor a combustão permitiram a existência da sociedade industrial, o software propiciou a existência da sociedade de informação global. E por isso exerce o comando das ações na medida em que nos comunicamos por dispositivos mediados por softwares. A comunicação na Internet é totalmente dependente de protocolos e de códigos computacionais. Por conseguinte, softwares com o código fechado não permitem a compreensão dos mecanismos de controle e de gerenciamento das ações em rede. Desse modo, um sistema operacional moldado para facilitar a vida dos usuários compromete até mesmo a democracia. Pois tal sistema, por agregar conveniência e praticidade, tem como custo a

3 “Introduction to Free Software and the Liberation of Cyberspace”, TEDx, 2014. Disponível em: <www.fsf.org/blogs/rms/20140407-geneva-tedx-talk-free-software-free-society>. Acessado em 10/12/2014.

4 Para mais informações: <http://www.fsf.org/>.

5 “Richard Stallman: software proprietário é colonização digital”, II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, 2012. Disponível em: <w3.ufsm.br/lince/index.php/noticias/184-richard-stallman-software-proprietario-e-colonizacao-digital>. Acessado em: 10/12/2014.

6 Abreviação de *Free/Libre/Open Source Software* (Software livre e de código aberto).

liberdade dos usuários sobre as suas próprias informações e ações.

Por acreditarem que nem tudo o que é mais prático é melhor, os hackers agem como artífices e buscam como evidencia Machado (2013) dominar a arte de manipulação dos códigos nas redes digitais de comunicação. Em decorrência disso, esses atores são privilegia-

dos no contexto da sociedade informacional.

O controle na sociedade informacional

Lyotard (1986) evidencia os impactos das transformações tecnológicas no saber científico, discutindo como as máquinas informacionais afetaram a produção, o armazenamento



e a transmissão do conhecimento, que passa a ser medido pela possibilidade da sua conversão em linguagem computacional e da sua tradutibilidade em quantidades (bits) de informações. Uma vez que na sociedade contemporânea a fonte da produtividade se encontra nas tecnologias de processamento das informações, as técnicas mais valiosas, portanto, são aquelas utilizadas para a manipulação de dados e voltadas à produção e ao gerenciamento dos conhecimentos (CASTELLS, 2001; SILVEIRA, 2012). Isso condiz com o que Cocco (2012) define por capitalismo cognitivo ou imaterial, no qual o conhecimento é utilizado para produção de outros conhecimentos e o suporte material, por vezes, é apenas a base para algo intangível. Exemplificando, ele cita a empresa norte-americana Nike: "o custo de produção de seus sapatos esportivos é estimado em não mais de 4% do preço de venda total; o resto é remuneração dos ativos imateriais (marca, pesquisa, patentes e o know how da empresa) (idem, 2012, p. 12)".

Em decorrência disso, no chamado capitalismo cognitivo, os bens intangíveis são fundamentais para reprodução do capital, pois seguem a lógica de inovação de que este necessita. Os bens materiais, por um lado, são escassos e destinados a se tornarem obsoletos, os bens imateriais, por outro lado, são abundantes e não se esgotam com seu uso, pois ao contrário, podem ser multiplicados e aprimorados quando da sua apropriação. Nas palavras de Flusser (1983): "é o aspecto mole, impalpável e simbólico o verdadeiro portador de valor no mundo pós-industrial dos aparelhos. Transvalorização de valores; não é o objeto, mas o símbolo que vale (FLUSSER, 1985, p. 17)".

Nessa perspectiva, as redes de comunicação fundamentadas na Internet se tornam um espaço privilegiado para intervenção de órgãos de governos e de corporações privadas que ampliam, com finalidades diversas, as possibilidades de captação da inteligência coletiva presente na rede.

Baseado nisso, Silveira (2012) compreende o controle como a capacidade que algo ou alguém possui de exercer fiscalização, mo-

nitoramento, regulação ou domínio da ação de objetos ou seres vivos. Ele caracteriza os quatro principais tipos de controle exercido na sociedade informacional, seguidos de suas finalidades, a saber: protocolos, que gerenciam a comunicação na rede; formatos, que respondem pela memória e pelo modo de armazenamento dos dados digitais; linguagens de programação, que definem as formas como vemos e organizamos os nossos desejos na rede; rastros de navegação, que são a base das atividades que fazemos no ciberespaço; e acesso, responsável pela permissão ou bloqueio das plataformas informacionais (idem, 2012).

Assim, o aumento da comunicação nas redes digitais vem acompanhado do maior potencial de controle eletrônico em massa. Por isso, independente dos propósitos, esse controle só pode ser exercido através da comunicação e de feedbacks que retroalimentem constantemente as informações do controlado para o controlador. Por esse controle ser distribuído assimetricamente, qualquer um que tenha habilidades, pode tentar observar, rastrear e influenciar o comportamento de outras pessoas no ciberespaço (ibidem, 2012). No entanto, um analista de dados do Google⁷, por exemplo, tem maiores possibilidades de segmentação de anúncios online, quando comparado ao editor de um pequeno blog, que utiliza o Google Adwords para ampliação das receitas de seu site.

Portanto, os rastros deixados pelos usuários nas plataformas digitais são extremamente valiosos. Por meio desses vestígios, empresas criam perfis para análise preditiva e se voltam ao oferecimento de produtos e serviços antes mesmo dos potenciais consumidores saberem se irão querer ou precisar deles. Além disso, essas informações também influenciam no modo como a própria rede é experienciada. No Facebook temos um exemplo disso, o usuário dessa plataforma é justamente o produto que se automodela para publicização na sua vitrine virtual ao passo que fornece métricas das suas ações (curtidas, compartilhamentos, visualizações de páginas e cliques em propagandas) ou nas

7 "Site de maior audiência mundial de acordo com o Alexa Internet Inc., serviço que mede a quantidade de usuários que visitaram um site. Para mais informações: <http://www.alexa.com/>.

palavras de Silveira (2012):

"Inúmeras corporações capitalistas se especializaram em saber como nos comportamos, o que nos agrada ou repele, o que nos alegra e nos entristece. [...] A extração das oscilações de humor, e dos afetos, traz novas possibilidades de rendimentos e torna-se uma das principais atividades das novas formas de reprodução do capital. Se o Estado Chinês pode filtrar o tráfego de dados da Internet e identificar dissidentes de seu regime a partir do escaneamento de e-mails, as empresas de seguros podem utilizar os rastros digitais dos cidadãos para formar um banco de dados que informe as doenças preexistentes de seus clientes. Com tais informações, os convênios podem maximizar seus ganhos e reduzir possíveis perdas indesejadas com tratamentos dispendiosos." (SILVEIRA, 2012, p.115).

Assange et al. (2012), um dos precursores do Movimento Cypherpunk⁸, igualmente evidencia: desde a década de 1990 ocorre o aumento das possibilidades de comunicação em consonância com o aumento da vigilância global. Essa última era mais explícita na época, por ser realizada grosso modo, pelos Estados norte-americanos, britânicos e russos. No entanto, na medida em que se há uma maior pluralidade no controle das ideias - já que as redes de comunicação ampliaram para mais pessoas os espaços de produção dos conteúdos - há, por outro lado também, a pluralidade da vigilância, que se mostra mais difusa e não tão evidente quando comparada aquele período. Nas palavras do fundador do WikiLeaks:

"Quando nos comunicamos por internet ou telefonia celular, [...] nossas comunicações são interceptadas por organizações militares de inteligência. É como ter um tanque de guerra dentro do quarto. [...] Nesse sentido, a internet, que deveria ser um espaço civil, se transformou em um espaço militarizado. Mas ela é um espaço nosso, porque todos nós a utilizamos para nos comunicar uns com os outros, com

nossa família, com o núcleo mais íntimo de nossa vida privada. Então, na prática, nossa vida privada entrou em uma zona militarizada. É como ter um soldado embaixo da cama." (ASSANGE et al, 2012, p.53)

Esse alerta teve uma maior ressonância em 2013, quando Edward Snowden, ex-técnico da Agência de Segurança Nacional (NSA), revelou alguns dos programas de vigilância dos Estados Unidos, que se utilizavam de servidores de empresas como o Google e o Facebook. Os argumentos, em geral, para legitimar a violação da privacidade dos internautas se baseiam na evocação de expressões semânticas de autoridade, tais como a declaração do presidente Barack Obama nessa época: Você não pode ter 100% de segurança, e então 100% de privacidade e zero de inconveniência. Ou no combate, de acordo com Assange et al (2012), dos quatro cavaleiros do apocalipse da informação: pornografia infantil, terrorismo, lavagem de dinheiro e guerra contra as drogas. Desse modo, com a finalidade de garantir a segurança tenta-se legitimar a ampliação dos mecanismos de vigilância, transformando todos os indivíduos em criminosos potenciais.

Como os hackers agem diante do controle?

Frente ao controle distribuído assimetricamente, as estratégias de ação política na Internet também se dispersam, de modo que quanto mais se tente combatê-las mais passam se dissipar no espaço digital.

Nessa perspectiva, o ativismo hacker também denominado hacktivismo desponta como modo de resistência política, pois hackers conseguem embaralhar dados e apagar os seus rastros, gerando prejuízos ao exercício do controle nas redes informacionais (SILVEIRA, 2009). Baseado nisso, Machado (2013) afirma que não se trata de desenvolver táticas por fora da esfera dos protocolos (que determinam padrões técnicos necessários para comunicação em rede), mas de uma forma de engajamento projetada no interior dessa própria esfera, permitindo aos hacktivistas resis-

⁸ Movimento que preconiza pelo uso da criptografia (originária do grego "escrita secreta") como forma de ativismo político. Um dos lemas dos Cypherpunks é a máxima: transparência para os poderosos e privacidade para os fracos (ASSANGE et al, 2012).

tirem, ludibriarem e hipertrofiarem o controle.

Para Samuel (2004) o hacktivismo é a junção entre o ativismo político e o hacking de computador, através do uso não violento e legalmente ambíguo de ferramentas digitais com finalidades políticas. Esse tipo de ativismo se constitui, portanto, em ações de desobediência civil por meio do uso transgressivo de ferramentas digitais, a exemplo de: desfiguração de sites; redirecionamento de páginas; negação de serviço; roubo de informações sigilosas; paródia de sites; manifestações virtuais; sabotagens virtuais e desenvolvimento de softwares. Desse modo, esse tipo de prática se diferencia das ações ciberativistas comuns (petições online; votações online etc), que se encontram nos limites convencionalmente aceitos da atuação política, e das atividades ciberterroristas, que fazem o uso da violência para atingir seus objetivos (idem, 2004).

O hacktivismo tem relação com o controle exercido na sociedade informacional, pois vai de encontro à apropriação da inteligência coletiva na rede já que os hackers se utilizam do anonimato para preservação das suas identidades civis. Por anonimato, Silveira (2009) compreende a condição da comunicação não-identificada sendo exercida por interagentes que não possuem uma identidade explícita ou que a ocultam no espaço virtual (através do uso de ferramentas digitais, por exemplo). Por isso, a capacidade de defesa do não-rastreamento nas redes informacionais, está cada vez mais associada ao próprio controle dos dados pessoais. Isso, por conseguinte, se relaciona a anonimização na rede, já que o controle é avesso ao anônimo, incerto ou nômade (idem, 2009). Desse modo, a Internet, simultaneamente, é a expressão do controle informacional e a portadora das tecnologias do anonimato (SILVEIRA, 2012).

Para Wong e Brown (2013) atores políticos não estatais, como os Anonymous e o Wikileaks, por exemplo, são ativados pela lógica do anonimato na Internet e afetam as formas contemporâneas de se pensar o ativismo transnacional ao se engajarem no que os autores nomeiam de "a política de ninguém".

Isto é, as tecnologias informacionais não são apenas um meio para tomada de decisões políticas, pois reconfiguram o próprio modo como a política se expressa:

"[...] O potencial de anonimato da Internet permite a emergência de diferentes tipos de protestos sociais. Ao contrário dos protestos físicos como uma demonstração de força, ativistas podem se reunir online, às vezes deliberadamente, às vezes acidentalmente, e expressar suas preferências políticas através do vazamento de informações ou atacando servidores." (WONG e BROWN, 2013, p.1024).⁹

Assim, através de protestos virtuais, esses atores fazem exigências sem revelar quem são (o quem importa menos que o como). E impõem custos físicos (sem deixar vestígios no espaço físico) quando, por exemplo, documentos sigilosos de autoridades públicas são vazados. Ainda de acordo com os autores, a classificação dos Anonymous e do Wikileaks como grupos terroristas mostra-se inadequada, pois o terrorismo é definido na literatura por ações de violência (física e/ou psicológica) contra civis, implicando em potenciais danos físicos ou na morte destes.

Desse modo, esses atores, em geral, se envolvem em atividades descoordenadas e questionáveis legalmente, mas agem com fins ideológicos e políticos de mudança. Portanto, eles se distinguem de redes criminosas e/ou terroristas, já que a violência física não faz parte das suas táticas de ação e as suas motivações não operam para o lucro pecuniário (WONG e BROWN, 2013).

Considerações finais

Qual a relação entre ativismo hacker e controle nas redes informacionais? Esse trabalho buscou evidenciar como os dispositivos tecnológicos são onipresentes no nosso cotidiano, afetando a comunicação e consequentemente, permitindo a emergência de novos repertórios de ação política na dimensão virtual, que também é impactada pelo espaço

⁹ Livre tradução de: "[...] The anonymizing potential of the Internet enables different kinds of social protest to emerge. Instead of physical protest as a show of strength, activists can gather online, sometimes advertently, sometimes inadvertently, and express their political preferences through leaking information and attacking servers."

offline (físico). É justamente pela capacidade de anonimização na rede e pela sua natureza descentralizada – com baixa hierarquia para a organização de protestos - que existe “a política de ninguém” cunhada por Wong e Brown (2013).

A análise evidencia que as formas de engajamento estratégicas são aquelas que se utilizam do próprio controle existente nas redes informacionais para reconfigurá-lo, isto é, para extrapolar as regras estabelecidas nos protocolos que governam as nossas ações em rede. Com a ampliação das potencialidades de captação da inteligência coletiva, torna-se cada vez mais difícil (para não dizer improvável) não ser rastreado e ter o nosso tráfego de navegação analisado. Assim, o

tipo de ativismo impulsionado pelos hackers se mostra como uma estratégia de contraposição ao controle presente na sociedade informacional, condizendo com os pilares da ética hacker: não importa quem você é, mas o que você faz. Ou de empréstimo da máxima Cypherpunk: privacidade para os fracos, transparência para os poderosos.

Isso porque atacar alvos poderosos transnacionalmente (através da derrubada de sites ou do vazamento de informações sigilosas), só é possível enquanto as identidades reais dos atores engajados nessas ações (legalmente ambíguas) permanecem desconhecidas. Ou seja, a invisibilidade individual fortalece a visibilidade coletiva quando esta é feita sob o manto do anonimato.

Referências Bibliográficas

- ASSANGE, Julian et al. (2012), *Cypherpunks: a liberdade e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo.
- CASTELLS, Manuel. (2007), *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- _____. (2001), “O informacionalismo e a sociedade em rede”. In: HIMANEM, Pekka. (Org.). *A Ética dos Hackers e o Espírito da Era da Informação*. Rio de Janeiro: Campus.
- COCCO, Giuseppe. (2012), “Trabalho sem Obra, Obra sem autor: a Constituição do Comum”. In: BELISÁRIO, Adriano; TARIN, Bruno (Org.). *Copyfight: Pirataria e Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Azougue.
- FLUSSER, Vilém. (1985), *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Hucitec.
- HIMANEN, Pekka. (2001), *A ética dos hackers e o espírito da era da informação: a importância dos exploradores da era digital*. Rio de Janeiro: Campus.
- LYOTARD, Jean-François. (1986), *O Pós-Moderno*. Rio de Janeiro: Jose Olympio.
- LESSIG, Lawrence. (1999), “Code and Other Laws of Cyberspace”. *New York*: Basic Books.
- LEVY, Steven. (2010), *Hackers: Heroes of the Computer Revolution*. 25th Anniversary Edition. Sebastopol: O’Reilly Media.
- MACHADO, Murilo Bansi. (2013), *Anonymous Brasil - poder e resistência na sociedade de controle*. Bahia: EDUFBA.
- MANOVICH, Lev. (2008), “Software takes command”. Disponível em: <<http://lab.softwarestudies.com/2008/11/softbook.html>>. Acessado em: 15 jul. 2014.
- RAYMOND, Eric. (1998), “A catedral e o bazar”. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tl000001.pdf>>. Acessado em: 15 jun. 2014.
- _____. (1998), “Como se tornar um hacker”. Disponível em: <<https://linux.ime.usp.br/~rcaetano/docs/hacker-howto-pt.html>>. Acessado em: 03 ago. 2014.
- SAMUEL, Alexandra Whitney. (2004), *Hacktivism and the future of political participation*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Governo, Universidade Harvard, Cambridge, Massachusetts.
- SENNETT, Richard. (2012), *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2006), *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. (2009), *Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato*. Comunicação & Sociedade, Ano 30, n. 51, p. 113-134.
- _____. (2010), *Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo*. Revista USP, v. 1, p. 28-39.
- _____. (2012), “Poder e anonimato na sociedade de controle”. In: _____; JOSGRILBERG, Fabio B. (Orgs.). *Tensões em rede: os limites e possibilidades da cidadania na Internet*. São Paulo: Metodista.
- TORVALDS, Linus. (2001), “O informacionalismo e a sociedade em rede”. In: HIMANEM, Pekka. (Org.). *A Ética dos Hackers e o Espírito da Era da Informação*. Rio de Janeiro: Campus.
- WONG H. Wend & BROWN Peter A. (2013), “E-Bandits In: Global Activism: WikiLeaks, Anonymous, and the Politics of No One”. *Perspectives on Politics*, v. 11, p.1015-1033.

Recebido em: 19 de maio de 2015.

Aprovado em: 7 de dezembro de 2015.

Porcos, cães e ovelhas: marxismo no álbum *Animals* – Pink Floyd

RESUMO: Este artigo busca compreender a ideologia do álbum *Animals*, lançado pela banda Pink Floyd em 1977, no Reino Unido, por meio da semiótica e da teoria da personagem de Bakhtin. Poesia e harmonia serão traduzidas nas linguagens marxistas de ontologia e de luta de classes, utilizando-se, principalmente, os escritos do jovem Marx como principal apoio teórico. Conclui-se que *Animals* é uma crítica marxista ao evolucionismo teleológico de Marx e ao princípio hegeliano de fim da história, ambos resultados de um materialismo "ortodoxo" mecanicista.

ABSTRACT: This paper aims to comprehend Pink Floyd's 1977 *Animals* album's ideology through Bakhtin's semiotics and his character theory. Lyrics and harmonics will be both translated into Marxist's ontology and class struggle languages – mainly resorting to young Marx's scripts. Hence, it follows that *Animals* is a Marxist critics of Marx's teleological evolutionism and of the Hegelian principle of end of History, outcomes from an "orthodox" mechanistic materialism.

"Comunismo é a figura (Gestalt) necessária e o princípio dinâmico do futuro próximo, mas comunismo não é, como tal, a meta (Ziel) do desenvolvimento humano – [sua meta é] a figura da sociedade humana." (MARX, Property and Alienation. In: LANG & WILLIAMS, 1972, p. 30, tradução livre).

Preâmbulo

A confusão no carnaval de *Notting Hill* de 1966, que contrapôs polícia e hippies, foi determinante para o movimento de contracultura na Inglaterra. A partir de então, a contracultura, que se restringira a manifestações culturais e evitara ações diretas, colocou-se como uma força de desobediência civil, combativa e aliada das classes trabalhadoras. Piquetes e marchas tornaram-se comuns nos atos públicos até meados da década de 1970, levantando bandeiras típicas do Maio de 68 francês e norte-americano. Em 1976, ano de composição e gravação do álbum *Animals*, a inflação de dois dígitos, o alto desemprego,

as greves sindicais e o empréstimo tomado pelo FMI colocavam em conflito progressistas e conservadores no cenário político inglês. Nesse quadro, o Partido Trabalhista inglês demonstrava evidente desgaste frente à opinião pública.

No quadro musical, a psicodelia e o "progressivismo" do Pink Floyd também vinham sendo alvo de contestação dos jovens, cansados do caráter prolixo e demasiado abstrato da banda, contra o qual o agressivo, simplista e literal Punk Rock erigia-se. Como tréplica, embora sem o abandono do "progressivismo", os vocais em *Animals* são menos melódicos, e as letras, mais cruas. *Animals* foi, nesse sentido, um álbum completamente distinto das obras precedentes da banda. Representante da contracultura, chegou ao segundo lugar nas paradas britânicas e ao terceiro nas estadunidenses (BILLBOARD 200; OFFICIAL CHARTS).

Gustavo Campos

Roedel

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
Contato: gustavcroedel@gmail.com.

Palavras-chave:

Pink Floyd; semiótica; marxismo; materialismo; fim da história.

Keywords:

Pink Floyd; semiotics; Marxism; materialism; end of history.

O álbum e o método

A influência de *A Revolução dos Bichos* (ORWELL, 2007) nas letras é evidente e foi admitida pelo compositor de *Animals*, Roger Waters (SCHAFFNER, 1991, p. 199). Como interpreta Phil Rose (2002), as músicas do álbum conceitual formam um todo único e expressam várias facetas do marxismo através de diferentes perspectivas classistas – a dos Porcos, dos Cães e das Ovelhas, analogamente ao livro de Orwell. Há, entretanto, uma contextualização ideológica e histórica na transposição do livro para o álbum. As críticas ao totalitarismo e à cooptação dos movimentos populares por líderes interesseiros e demagogos, concretizados na fazenda bolchevique de Orwell, foram traduzidas e ressignificadas no contexto da Inglaterra capitalista pós-industrial. Waters, além disso, imprime maior riqueza ao processo da luta de classes, substituindo a estrutura cronológica e factual da história de *A Revolução dos Bichos* (uma representação do materialismo histórico “ortodoxo”) por uma estrutura psicológica e subjetiva (na perspectiva ontológica do jovem Marx).

Alguns conceitos de Mikhail Bakhtin mostrar-se-ão imprescindíveis para uma interpretação concreta e sistemática do álbum e das palavras-signos do enredo musical. A estrutura argumentativa do artigo, que segue diacronicamente a sequência nas músicas, deverá ser compreendida dentro da perspectiva bakhtiniana de dialogismo, isto é, do entendimento dos signos como vazios de sentidos por si sós – o sentido artístico-ideológico para o teórico russo só existe na apreensão significativa do todo da obra e no seu consequente diálogo com a linguagem ideológica do receptor. *Dogs, Pigs (three diferente ones)* e *Sheep* coexistem numa mesma dimensão espacial e temporal, cujos signos só poderão ser compreendidos em sua totalidade conjunta e sincronicamente às músicas de abertura e conclusão, estas últimas temporalmente dependentes das três músicas intermediárias¹.

A teoria da personagem de Bakhtin (2011) também é essencial para que não se confunda

o autor-criador (Waters), dotado de um excedente de visão e conhecimento transgrediente às personagens, com essas próprias personagens (eu lírico) do enredo. Tais personagens são, antes, figuras dispersas e difusas (pois suas manifestações isoladas e particulares reúnem todas as avaliações ético-cognitivas a nós *acessíveis*, dando às suas respectivas personalidades acabamento em um todo concreto-conceitual singular, caricaturesco e semântico), cujas construções se materializam, a partir da posição volitiva-emocional do autor, como consciências totais e externas a ele – e, por isso, independentes.

Deve-se distinguir o autor-criador, *elemento da obra*, do autor-pessoa, *elemento do acontecimento ético e social da vida*, para evitar a incompreensão do conjunto da obra e das personagens. Destarte, a forma estética da *personagem com valor artístico* conjuga-se a seu conteúdo dotado de sentido vital próprio (i.e., ético-cognitivo) a partir da categoria axiológica mediadora do *outro*, e não da própria posição do autor em face das personagens, criando-se efetivamente o “homem integral como valor único” (BAKHTIN, 2011, p. 88). Para constituírem ambos, autor e personagem, elementos do todo artístico, o autor-criador deve colocar suas personagens à margem de si (daí Bakhtin conceitua o termo *distância* ou *exotopia*), torna-se *outro* e não mais *eu* (BAKHTIN, 2011, p. 14-15).

A linguística fenomenológica e materialista de Bakhtin² é igualmente útil para a compreensão metalinguística da relação autor/obra e das situações interacionais entre as personagens do álbum. Nesse sentido, alguns conceitos do interacionismo dramático de Goffman mostrar-se-ão chaves na análise de *Dogs*³. A poesia deve ser apreendida no contexto estético (a *forma* do objeto físico: a letra escrita e as palavras sonoras) e no contexto ideológico (o *conteúdo* significativo: em última instância, o marxismo), já que, a partir do momento em que objeto físico transforma-se em símbolo, já se torna um produto ideológico. Assim, a obra de Roger Waters é compreendida como um signo artístico e, por isso, um produto ideológico com valor semiótico

1 Embora tenhamos nos atido à estruturação diacrônica das canções para permitir a compreensão do enredo do álbum pelo leitor (dada a impossibilidade espacial de publicação das letras em anexo), é importante notar que o estudo do significado deverá ser compreendido dentro da perspectiva sincrônica. Por isso, os signos destacados, muitas vezes, exigirão o conhecimento de partes posteriores do álbum, que serão brevemente explicadas nesses momentos. A interpretação compreensiva é, portanto, infinita: a explicação semiótica da primeira música é inexoravelmente dependente da compreensão das demais músicas posteriores do álbum. O significado está preso à estrutura de signos adjacentes. Ver Lévi-Strauss (2012) e Geertz (1977).

2 Para melhor compreensão dessa curiosa interseção epistemológica entre materialismo marxista e fenomenologia, em Bakhtin (2011), ver Bernard-Donals (1994).

3 Até mesmo Bakhtin, em sua última obra, utiliza uma abordagem interacionista em sua teoria da personagem, lançando mão do conceito de “máscara” (Persona) de Jung: “é aquilo que em essência o homem *não* é mas que ele mesmo e os outros tomam como sendo” (JUNG, 1950 apud BAKHTIN, 2011).

– exteriorizando os significados marxistas, situados fora da letra e do som em si mesmos. Como a ideologia não é algo imanente à consciência individual, os valores ideológicos do álbum são representativos de toda a sociedade inglesa da década de 70 e permitem a concretização do “espírito da época” – ou de, pelo menos, um grupo, a esquerda democrática, dentro do qual se pode inserir Waters⁴. A ideologia é a própria superestrutura e “não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que já adquiriu um valor social” (BAKHTIN, 2014, p. 46).

Pigs on the Wing (part one)

O álbum é aberto com *Pigs on the Wing (part one)*. Uma canção que integra o álbum numa antítese à violência e ao abuso de efeitos eletrônicos das seguintes três músicas⁵ – *Dogs*, *Pigs (three different ones)* e *Sheep*. Não apenas a poesia da abertura difere das demais devido ao seu tom mais ameno, como também é, melódica e harmonicamente, tranquila, pacífica e bucólica. Embora a canção seja uma dedicatória a um amor de Waters à época⁶, sua segunda esposa, Carlyne (ROSE, 2002), a canção não teria sido inserida no álbum caso não dialogasse com as demais músicas, i.e., se não fosse, antes de tudo, um signo político que adquire sentido em contraponto e em horizontalidade às demais canções – na perspectiva bakhtiniana do dialogismo. O autor-criador Waters parece se apossar da personagem num sentido autobiográfico na medida em que não distancia sua dimensão de autor-pessoa do processo criativo (é um caso de exceção dentro da teoria da personagem de Bakhtin, em que autor-criador confunde-se com o autor-pessoa). O eu lírico, todavia, tendo assimilado o reflexo concludente do autor-pessoa, faz dessa assimilação um momento de autovivenciamento e o supera; é uma “personagem inacabada” típica do romantismo, que vive sua “totalidade acabada como uma limitação e lhe contrapõe cada segredo interior que não pode ser examinado” (BAKHTIN, 2011, p. 18).

É em *Pigs on the Wing (part one)* que

podemos primeiro compreender o signo ontológico-marxista de *Animals*. O eu lírico é um indivíduo, particular e distinto, um ser *pensante*; a existência concreta, e ao mesmo tempo subjetiva, da sociedade em sua forma de manifestação humana, vital e total. Reconhecendo isso, o eu lírico aparenta temer o iminente caminho tortuoso do individualismo, que culmina no tédio e na dor; individualismo responsável pela perdição do caminho esperado e natural. A partir daí, o eu lírico fundamenta a importância do cuidado recíproco, sem o qual as relações sociais não se estabelecem plenamente. Esse cuidado embasa não só a felicidade da comunidade, como é causa e consequência da própria *emancipação* da essência humana – essência ao mesmo tempo *social* e *natural* (MARX & ENGELS, 2011). O ser só é humano à medida que ele se enxerga no *outro* e se realiza existencialmente através do *outro*. A associação do indivíduo com os demais é um mecanismo de expressão de suas respectivas essências, na medida em que as sensibilidades e as mentes alheias tornam-se também a mente e a própria sensibilidade do *eu*. A sociedade, resultante desse processo, é a amálgama de ser humano e natureza, a responsável pela concomitante e dialética naturalização do homem e a humanização da natureza (MARX, Property and Alienation. In: LANG & WILLIAMS, 1972). O eu lírico, portanto, dá a entender que, não fosse a consciência da sua existência empírica e histórica, ele estaria fadado ao *distanciamento* da sua própria vida humana, à *alienação* – portanto, fadado ao individualismo.

Com efeito, devido ao uso do tempo verbal subjuntivo, o eu lírico parece confuso e, por isso, levanta dúvidas ontológicas sobre si e sobre seus relacionamentos. É como se sua mente estivesse se remoendo devido a perguntas que colocam em xeque alguns de seus principais axiomas de vida – a importância da interação social. “E se não nos importássemos com os outros?”, parece perguntar o eu lírico. Sua resposta é incerta – utiliza o “iríamos” (*would*), e não o “iremos” (*will*), revelando seu estado de indecisão, embora ainda convencido de seus ideais. Como ficará mais

⁴ Waters foi eleitor do Labour Party (Partido Trabalhista) inglês e ex-integrante da Young Socialists (Juventude Socialista) inglesa.

⁵ WATERS: Foi [*Pigs on the Wing (part one)*] um certo amontoado de... incerteza [...] mas eu achei que era extremamente necessário. De outro modo, aquele álbum teria sido só um... grito, você sabe? De raiva [...] apesar de sua violência, sua velocidade [*tempo*] e... tristeza e até um lampejo de compaixão aqui e ali, é um álbum muito violento [...] elas são canções muito violentas” (1977 *Stories Capitol Radio Interviews*).

⁶ RADIO: A sequência de abertura do álbum, a... a acústica, ela... ela é, para você... de cima a baixo uma canção de amor? WATERS: Sim, isso é verdade. [...] RADIO: Mas é uma canção de amor muito direta, eu digo, para você. WATERS: Sim.” (1977 *Stories Capitol Radio Interviews*).

claro em *Pigs on the Wing (part two)*, é o capital, materializado através da personagem do Porco capitalista, o agente manipulador dessa indagação no eu lírico. A "chuva" (*rain*) é o significante do disfarce do capital. O indivíduo não consegue mais enxergar claramente onde está o Porco, que, até então, flutuava soberba e intransponivelmente sobre os céus – e, uma vez que não mais o enxerga, perde seu referencial: passa a ser influenciado pela ideologia do Porco. Submete-se à divisão do trabalho (tornando-se uma Ovelha), ao desejo de posse pela propriedade (tornando-se um Cão) e, conseqüentemente, à supressão de sua individualidade. Sem a figura aterradora do *Porco voador*, as lembranças de uma antiga história revolucionária falham e não sabe ele "a qual dos vagabundos culpar" (*which of the buggers to blame*) pelo malgrado da revolução.

Dogs

Dogs é uma música de cerca de 17 minutos, bem representativa do que foi o rock progressivo inglês dos anos 1960 e 1970. A síncope é bastante utilizada e está presente desde o início da música, quando o violão acústico caracteriza um ambiente de apreensão, oposto ao bucolismo precedente, através de acordes dissonantes.

O eu lírico dialoga consigo mesmo, com sua própria consciência, que assume a forma de um interlocutor. Desse diálogo psicológico, o eu lírico-interlocutor qualifica-se, logo na primeira estrofe, como um "louco" (*crazy*), alguém que age por motivos desconhecidos. Como um predador, ele deve estar sempre alerta às presas fáceis, movendo-se, instintivamente e do modo mais eficiente possível, para um abate bem-sucedido. O estado animal e o instinto são entendidos como a máxima eficácia, a estrita racionalização das ações em contraposição à humanidade que, por consequência lógica, define-se pela imprevisibilidade, pela superação do instinto sob a potência das volições. O automatismo, portanto, é apenas resultado (também causa?) da animalização do seu interlocutor e da perda

de sua humanidade; – o eu lírico é *natureza*, mas não é *social*, portanto, sequer é *humano*. Nesse sentido, os ataques sincopados do sintetizador em *fade in* compreendem a primeira aparição do eletrônico no álbum, em contraste com o timbre acústico precedente, signo do natural e do humano.

O eu lírico é, portanto, a personagem do Cão, como sugere o título da música. A letra da canção é o próprio subconsciente canino repetindo, à exaustão, os imperativos que lhe foram impostos. As ordens representam o *modus operandi* da ideologia negativa⁷ dentro das (in)consciências individuais: como uma força externa e mnemônica, a ideologia transforma em verdade os imperativos individualistas, competitivos e utilitaristas do modo de vida burguês – é o indivíduo economicista e autômato, alienado de sua existência como ser humano, capaz de apenas reproduzir seu modo de vida competitivo – incapaz de *agir* por conta própria, como homem emancipado (MARX & ENGELS, 2011).

A harmonia sincopada, no início da segunda estrofe, é camuflada por uma cadência mais linear; como se a preocupação inescrupulosa e exclusiva de caçar fosse reduzida em função de um novo artifício: a dissimulação. É uma progressão: após sobreviver ao capitalismo "selvagem", a personagem conquista um lugar mais elevado na hierarquia social, e o vale-tudo do campo aberto é substituído por um jogo sofisticado, porém igualmente feroz, de dissimulações de fachada. Os Cães assumem uma linha⁸ confiante e tentam expressar essa linha através de uma fachada⁹ condizente (valor social agregado da vestimenta formal, do aperto de mão firme, do olhar amigável e do sorriso fácil). Busca-se, assim, obter a confiança de todos os seus superiores, concorrentes ou mesmo inimigos, para, então, tomar-lhes as propriedades assim que a primeira oportunidade surgir. Fica claro, então, o ponto central da teoria da alienação do jovem Marx: a *propriedade privada*, almejada pelo Cão, é a causa do processo de desumanização, de distanciamento, de alienação. A busca do indivíduo por realização existencial através da propriedade leva, ao contrário,

7 A ideologia arbitrária, racionalista e "desejada" pela classe dominante. É diferente da ideologia historicamente orgânica, que serve como suporte para a vida dos indivíduos na comunidade social (BRANDÃO & DIAS, 2007).

8 Padrão de atos verbais e não verbais através dos quais opiniões, autoavaliações e avaliações dos outros são expressas. É inerente a qualquer interação social, independentemente da intenção do ator (GOFFMAN, 2006).

9 Valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. É a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados (GOFFMAN, 2006).

à perda da realidade, na medida em que, na busca imediatista pelo *ter* e pelo *possuir*, é subtraída sua capacidade estética-sensual de percepção do mundo. O sentimento de posse impede ao indivíduo a fruição prazerosa dos objetos (humanos ou inumanos); conclui o homem em sua escravidão frente à propriedade (MARX, Property and Alienation. In: LANG & WILLIAMS, 1972). A propriedade é enxergada, erroneamente, como meio e fim da existência, quando, na verdade, é sua denegação como *possuir* que permite a emancipação humana.

As ameaças, porém, não cessam desde que o Cão supera a selva. Há outros Cães como ele que, encenando amizade e confiança, aguardam, reciprocamente, o momento ideal para tomar-lhe as propriedades. O pequeno-burguês, entretanto, não distingue indivíduos mal-intencionados de outras possíveis amizades. Pensa que todos são, como ele, automáticos gananciosos e ardilosos. *Dogs* logo se revela a materialização da expressão popular de língua inglesa *dog-eat-dog* (cão-come-cão); é a livre concorrência burguesa em sua forma mais brutal e incontrolável. O individualismo é condição *sine qua non* da ascensão social. A racionalidade é tão incontestável para o Cão, que o cinismo pequeno-burguês desafia toda e qualquer moral: é capaz de apunhalar pelas costas qualquer um que se coloque no seu caminho para a escalada na hierarquia social, i.e., para que o Cão se torne um Porco – um capitalista que detém o capital:

"[A burguesia] rasgou todos os complexos e variados laços [...], para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do 'pagamento à vista'. Afo-gou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burgue-

sia colocou uma exploração aberta, direta, despu-dorada e brutal." (MARX & ENGELS, 2010, p. 42).

Admite-se em *Dogs*, entretanto, que os próprios Cães não têm espírito corrompido, isto é, que, originalmente, todos eles carregam uma potência emancipatória comunista¹⁰ em seu cerne. Logo, por mais que os Cães pequeno-burgueses sejam, em potência, comunistas, enquanto essa essência não for despertada, o capitalismo se perpetuará através da propriedade privada. Como consequência da perda do controle da livre concorrência, a autodestruição da ordem burguesa, contextualizada em Marx através das crises comerciais e da superprodução causadoras das guerras entre Estados Nacionais (MARX & ENGELS, 2010, p. 47), é duplamente ressignificada por Waters; primeiro como a *gradual desalienação* do Cão; segundo como o crônico estado de luta entre os Cães ambiciosos.

Na terceira estrofe, o eu lírico deixa claro o início desse processo de "reumanização" do pequeno-burguês à medida que ele envelhece. Há, na reflexão do futuro, o mecanismo da inversão de valores, no qual a cobiça é diminuída em relação à amizade e à felicidade. Nesse contexto, o Cão está arrependido de seu passado. Tragicamente, quando percebe a futilidade de seus antigos valores, ele já está velho, solitário e amargurado; com pouco tempo de vida, não existem meios de se redimir, de expandir sua dimensão afetiva e reprimir seu individualismo – ou seja, não há tempo para que sua consciência de transcendência da propriedade materialize-se em *ação*. Ainda que agisse, tal consciência já não traria a felicidade, pois, sem mais ninguém para amar e se relacionar, sem a experiência estética da objetivação do outro, o ser humano sequer é. Resta ao Cão, portanto, "esconder sua cabeça na areia": significativa da vergonha e da culpa de se ter desperdiçado uma vida inteira na fútil busca pela propriedade privada. O signo metafórico também se constitui na sua analogia à atitude de avestruz, que esconde a cabeça na terra quando teme um ataque – no caso, o Cão também o teme em seu momento

¹⁰ "Comunismo é a transcendência positiva da propriedade privada, sinônimo de autoalienação humana, e por isso é a verdadeira apropriação da essência humana pelo e para o homem; comunismo, portanto, é o completo retorno do homem a si mesmo como um ser social (i.e., humano)" (MARX, Property and Alienation. In: LANG & WILLIAMS, 1972, p. 21, tradução livre).

de fragilidade e inação.

O primeiro solo dessa sequência é símbo-

lo da fraqueza, melancolia e aflita reflexão do

Cão. Ao imaginar e enxergar seu futuro, ele



não se preocupa com a conclusão de que seu potencial comunista seja algo de valor. Ele se atormenta, pois o futuro é inexorável; bom ou mau, ele já estará velho e irá, invariavelmente, morrer desgostoso. O Cão, então, parece finalmente se render: outro triste solo de guitarra de Gilmour que se segue é o significante da profunda melancolia do eu lírico, como também interpreta Rose (2002, p. 64-65). Ao findar do solo, ouvem-se latidos e uivos numa atmosfera mais amena. O Cão observa agora, já recomposto, o cenário que se desenrola ao seu redor: o *dog-eat-dog* permanece como se nada tivesse ocorrido, apenas o eu lírico está consciente daquele contexto e de sua própria dominação. É possível uma analogia com o romance distópico *1984*, de Orwell (2009), talvez uma outra referência de Waters além de *A Revolução dos Bichos*. Assim como Winston, personagem central de *1984* via-se consciente da dominação do *Socing* (Socialismo Inglês) e rodeado de autômatos sem individualidade, o Cão acha-se igualmente deslocado, cercado de Cães autômatos, egoístas e igualmente sem individualidade – note-se que, para o eu lírico, assim como para Marx e Engels (2010, p. 53), o individualismo não gera individualidade.

Da quarta estrofe reitera-se que a consciência pré-emancipatória (comunismo *imaturro*, pois ainda não compreendido na *ação*¹¹), do Cão é dotada de medo, como na metáfora da avestruz. Nesse ponto, Rose (2002) defende a interpretação de que o Cão, um pequeno-burguês, finalmente alcança seu objetivo inicial e torna-se Porco, um capitalista detentor dos meios de produção. Isso explicaria tanto o “peso” (*weight*), literal, que não poderia mais ser “jogado fora”, como também explicaria, simbolicamente, o consequente afogamento do, agora, suíno. *Data venia*, pelo menos dentro da teoria marxista, não há margem para a plausibilidade dessa interpretação, pois, para Marx e Engels (2010, p. 61), a pequena burguesia se vê, com efeito, constantemente precipitada no proletariado, e não ascendendo para a burguesia – embora o desejo de ascensão seja real, tanto para os autores alemães, como para os Cães em geral. Os Porcos, no álbum, além do mais, significam mais

fielmente o *capital*¹² do que, necessariamente, a classe capitalista – embora suas figuras se confundam, como ficará mais claro na análise de *Pigs (three different ones)*. Uma interpretação concreta do álbum sugere que o Cão não se transforma em Porco: o “peso”, agora impossível de ser jogado fora, é o significante, ao contrário, da *culpa*. Se agora o Cão tem de conviver com ela, é porque a reflexão de seu passado, refratada na imagem de seu futuro, trouxe-lhe uma consciência de si que antes lhe faltava. Nesse ínterim, a analogia entre *culpa* e *fardo*, que também existe na língua inglesa, resolve o problema semiológico desse trecho de modo bem mais coerente com o restante de *Animals* e também com a própria teoria marxista. O afogamento é, logo, o significante utilizado pelo eu lírico para conectar o signo do *peso da culpa* com o signo da *morte*. Morre-se de culpa, todavia não – ainda – no sentido literal do termo. A culpa crescente, interminável e impossível de se liquidar pesa o espírito; mata a existência, mas não o corpo. A referência a Winston, de *1984*, é novamente providencial: após trair Júlia, sua namorada, na câmara de tortura, perde o protagonista sua essência, individual e humana; deixa de ser Winston para se tornar outra *coisa* – nem mesmo outra pessoa, torna-se um corpo sem vontades, sem sentido, sem *ser*. Mais uma vez, o Cão é o Winston de *1984*.

O silenciar de grande parte dos instrumentos, somado ao eco mental intermitente de “pedra” (*stone*) no fim da estrofe, possibilitam a sensação do afogamento aqui interpretado. O desespero do Cão tentando atingir a superfície, sua impotência frente ao afundamento lento, mas indefectível; a isso se conjugam a impiedosa contagem do tempo no chimbau, o grave do bumbo a cada compasso, a transformação gradual do eco em um som eletrônico. A mecanização e a sintetização são novamente os significantes da desumanização, que, agora, por sua vez, é significante da morte. Acompanhando o sentido dessa dupla simbolização, os latidos naturais vão se tornando cada vez mais metálicos, e o sintetizador torna-se o fio condutor da melodia, reforçando a noção do par antitético humano-eletrônico.

11 “O comunismo ainda imaturo procura para si uma prova histórica – uma prova no reino do que já existe – entre fenômenos históricos desconexos opostos à propriedade privada” (MARX, *Property and Alienation*. In: LANG & WILLIAMS, 1972, p. 22, tradução livre).

12 “Para Marx e Engels, ‘capital’ é, no sentido estrito, o nome de um *processo social coletivo*; não é uma coisa, mas sim (através das coisas) uma relação socialmente mediada entre pessoas” (LANG & WILLIAMS, 1972, p. 7, tradução livre).

Durante o solo do sintetizador, podem-se ouvir claramente assobios na trilha de fundo, como os assobios de um dono atencioso chamando por seu cãozinho. Não é difícil significá-los como a lembrança do Cão de seu adestramento pelo capitalismo. Analogamente à obra *A Revolução dos Bichos*, os Cães são treinados pelos Porcos. Se, antes, nossa personagem sentia-se impotente diante da figura mental de seu destino ("câncer", velhice e isolamento) – letargia essa multiplicada pelo sentimento de culpa –, agora, porém, há uma centelha, como se uma lâmpada iluminasse, ainda que difusamente, a consciência do Cão: o assobio vincula-se confusamente à noção de adestramento. A suspeita de que ele vinha sendo manipulado pelo capital é levantada, e o processo de *desalienação* é levado a cabo mais uma vez. Os atos cobiçosos e despidorados do passado do Cão não seriam, dentro da hipótese levantada, consequência das ações da própria personagem. Sua condição de *escravo* da propriedade redimiria seu ser da culpa intransponível de suas falhas, pois, à medida que o *ser* depende das condições materiais de sua produção, "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (MARX & ENGELS, 2011, p. 94).

A harmonia acústica sincopada do início da música ressurgiu, agora significando o retorno a si do eu lírico, o fim do pesadelo do afogamento – cuja origem situou-se na imaginação de seu futuro solitário, na terceira estrofe. "Preciso ficar acordado", diz a personagem para si mesma, como se sua robótica estivesse defeituosa e um pequeno curto-circuito de *consciência* estivesse prestes a *desalienar* definitivamente o Cão – o comunismo é a negação (conscientização) da negação (desumanização). É o ápice do processo de *emancipação* do Cão, e é, por conseguinte, a primeira estrofe de *Dogs* cantada na primeira pessoa. O eu lírico fala agora como se tivesse solucionado a contradição entre mente e corpo, entre *consciência* e *ação* – já é *um*, e não mais *dois*. A estrofe que se desenrola, portanto, marca a resposta do Cão ao capital. Reconhece a personagem que, sem estabilidade mental, sem autodeterminação para *criar* sua própria vida,

não há como sair do "labirinto", nem eliminar seu "mal-estar crônico". Logo:

"esse início [de ser consciente] é vida tão animal como social nesse estágio. É mera consciência-de-rebanho [com a ressalva de ser apenas um Cão] e, nesse ponto, o homem só é distinto da ovelha pelo fato de que, com ele, a consciência toma o lugar do instinto, ou que o instinto é consciente" (MARX & ENGELS, *Real Man and Human Ideas*. In: LANG & WILLIAMS, 1972, p. 41).

Se o Cão perder "*seu próprio chão*", i.e., perder sua fachada de quem acredita na ideologia capitalista, tornar-se-á alvo de represália – será perseguido em nome da manutenção do capital no contexto social; capital que não admite sofrer qualquer resistência, em *Animals*, assim como o *Socing* (Socialismo Inglês) de Orwell não a admitia¹³. A indagação do eu lírico sobre pisar em "*seu próprio chão*", voltando ao exercício de análise semiótica através da ontologia marxista – utilizando-se das exatas palavras "*seu próprio chão*" –, não é casuística. A existência do ser humano, como tal, só se verifica através da autodeterminação do ser no processo de *criação* da sua própria vida. Não para formar o ser o seu *todo* a partir de si mesmo, mas sim para formar esse *todo* a partir do *outro* de forma livre, contrariamente à superestrutura (embora condicionado pela infraestrutura): "Um ser se considera primeiramente como independente tão logo se sustente sobre os próprios pés, e só se sustenta primeiramente sobre os próprios pés tão logo deva a sua existência a si mesmo" (MARX, 2004, p. 113, grifo nosso).

O reforço à perspectiva estética de Marx como fundadora tanto da existência do ser, como da intersubjetividade social, reafirma-se na penúltima estrofe, pois são *surdez*, *mudez* e *cegueira* diretamente relacionadas às deturpadas percepções sensuais e significativas da realidade. O processo de *desalienação* parece, afinal, intransponível para o Cão, apesar de todos os esforços. A personagem continua a rotular, sem hesitação, o *outro* como inimigo, alvo de sua cobiça por propriedades,

¹³ Nesse ponto do enredo, o Cão ainda apenas suspeita da dominação externa a si do capital.

e não como *ser* através do qual sua própria existência se realiza. Como anteriormente (alguns parágrafos acima), não há dúvidas para a personagem de que todos são como ele, utilitaristas. Logo, o eu lírico reinicia o diálogo consigo mesmo, retornando à segunda pessoa: *Dogs* é uma tragédia em que o Cão, apesar de todo seu sofrimento e esforço para se emancipar da ideologia negativa, vê-se, no fim, submetido, irrefutavelmente, ao capital.

É fundamental perceber que o papel político dos Cães em *A Revolução dos Bichos*, a polícia soviética, é profundamente alterado em *Dogs*. Enquanto os Cães da fazenda de Orwell alegorizam o mecanismo de repressão em nome da revolução cooptada pelos Porcos, aqui, assim como também interpreta Rose (2002), são eles próprios – os Cães – os agentes da competição em nome do capital. Há, portanto, a inversão da crítica orwelliana ao stalinismo para uma crítica direta ao capitalismo inglês. Orwell denunciava a experiência bolchevique pela cooptação do movimento popular por um líder revolucionário traidor (Napoleão), que acabaria por reproduzir a exploração capitalista de maneira ainda mais brutal: a confiança na revolução *realienara* os animais trabalhadores da fazenda, instigando-os trabalhar ainda mais – embora continuassem sustentando a mais-valia dos patrões, agora os Porcos, no lugar do fazendeiro. Waters, inversamente (porém, não paradoxalmente), expõe acidamente o regime capitalista, atacando, em *Dogs*, a própria burguesia, seu fetichismo pela propriedade e, em última instância, a supremacia do capital, que submete a todos, até mesmo os burgueses, à sua onipotência.

Nesse sentido, Waters traz a questão da dominação ideológica numa abordagem capaz de ser, embora não derrotável, ao menos combatível no nível individual (mesmo que socialmente a ideologia tragicamente se perpetue como um fato insolúvel). Orwell não levanta essa possibilidade: pelo contrário, dá a entender que, enquanto alguns têm essência comunista, como as galinhas e, especialmente, Sansão, o cavalo, outros têm alma predominantemente individualista, como os Porcos.

Nada fará, por isso, os Porcos orwellianos, um dia, se arrependerem de sua contrarrevolução, como se arrepende o Cão pink floydiano do utilitarismo.

Como observa Nicholas Schaffner (1991, p. 200 apud ROSE, 2002, p. 67), a última estrofe parece aludir ao poema *Howl* (1956), de Allen Ginsberg, "iniciando todo verso não rimado com a palavra 'who'". Desse modo, a canção *Dogs*, assim como *Howl*, é "uma coruja [*howl*] contra tudo em nossa civilização mecanizada que mata o espírito" (MILES, 1986, p. 155 apud ROSE, 2002, p. 67). Nessa estrofe, uma perspectiva psicossociológica do Cão pequeno-burguês é mais bem-trabalhada pelo eu lírico, que busca entender as causas do fracasso de sua própria desalienação. É também um resumo de sua vida, como se um pequeno filme passasse diante de seus olhos no momento de sua morte – agora real, e não mais um pesadelo como outrora. Se todos têm uma potência emancipadora, as causas da vitória do individualismo foram um ambiente familiar infeliz, violento e excessivamente regrado. A opressão retira da criança a capacidade de autodeterminação e da plena experimentação estética do *outro*; devido à relação autoritária e hierárquica entre pais e filhos, perpetua-se o medo como ferramenta de aprendizado. Nessa conjuntura familiar opressora, a criança não é vista como um indivíduo total; ao contrário, é enxergada como um protótipo de um adulto, uma pessoa em potencial –, e, portanto, sem autodeterminação –, que deve adequar-se ao padrão ideológico capitalista predeterminado (*possuir* da propriedade, individualismo, competição). Seu adestramento no capitalismo por "pessoal treinado" (todos aqueles que já convivem dentro do capitalismo) a "corrompeu": vestiram-lhe "coleira" e "algemas", sinônimos significantes desse adestramento e da ausência do livre-arbítrio. Já bem-condicionado a esse ambiente corrupto, o Cão foi ainda mais estimulado com "tapinhas nas costas" – cuja expressão original em inglês substitui, com grande valor semiótico, "tapinha" por "patada" (*pat on the back*). Tornou-se um "estranho em casa", pois não poupava sequer seus familiares da descon-

fiança competitiva e utilitarista. Afinal, o Cão, que estava iniciando um processo de emancipação “fugindo da matilha”, foi nocauteado e encontrado “morto no telefone” – não apenas no sentido usual, pois o telefone também estava morto (o Cão não tinha ninguém com quem conversar). Morre o Cão agora, literalmente, de culpa.

Pigs (three different ones)

Após a trágica *Dogs*, os Porcos, outra classe de *A Revolução dos Bichos*, ganham o protagonismo na música seguinte *Pigs (three different ones)*. Assim como na sátira orwelliana, os Porcos encenam a exploração, porém, em *Animals*, eles não mais representam os líderes revolucionários traidores. Paralelamente à figura do fazendeiro, que, em Orwell, é o Estado e a burguesia – amalgamados num todo único e inseparável –, em *Animals*, os Porcos são o capital em forma de burguesia. As figuras dos três porcos (Major, Bola-de-Neve e Napoleão – representações de Lênin, Trotsky e Stálin, respectivamente) são, em *Pigs (three different ones)*, recaricadas, ao longo das estrofes, nas figuras de outros três Porcos – há quem o diga que são eles James Callaghan, Margaret Thatcher e Mary Whitehouse¹⁴. Segundo uma entrevista de Waters, no entanto, o suposto deboche (*old hag*) direcionado ao segundo Porco, Margaret Thatcher, na verdade, direciona-se a Mary Whitehouse (1977 *Stories Capitol Radio Interviews*). Por isso, admitimos aqui, embasados na semiótica bakhtiniana, que Whitehouse, como indivíduo de existência concreta (no sentido semiótico de *forma* significativa), foi compartimentada em dois significados diferentes (no sentido semiótico de *conteúdo*).

O que se entende, portanto, é que existem, dialogicamente, três Porcos – por mais que, objetivamente, dois deles correspondam a um mesmo objeto físico (a censora Whitehouse). O primeiro Porco, descrito na primeira estrofe, é o significante do *capitalista*, da classe dominante (*big man, pig man*) caricaturalmente gorda (*fat*), rica (*big weel, well heeled*), dissimulada (*hand on the heart*) e

autoritária (*saying “keep on digging”*). Como observa Rose (2002, p. 69), este Porco da primeira estrofe é a única das três personagens da canção a ser referida pela própria alcunha de “porco”, de onde o autor conclui que é ele a tipificação mais representativa da classe dos Porcos em geral. Segundo o mesmo autor, a “mancha de porco no seu queixo gordo” é significante de sua fome – por lucro, acrescentamos – gananciosa e sem-fim. São os “proprietários dos meios de produção [o “chiqueiro” e a “mina”] que empregam o trabalho assalariado [as Ovelhas]” (MARX & ENGELS, 2010, p. 40). É, afinal, uma figura desprezível, que seria cômica se não fosse trágica (*you’re nearly a laugh, but you’re really a cry*).

O segundo Porco simboliza o *tradicionalista* através do alfinete de chapéu (*hat pin*) e do revólver (*handgun*), representativos dos valores nobiliários – o chapéu da cortesã e a arma de caça. Paradoxalmente, além de demonstrar uma faceta reacionária, parece estar este Porco no extremo oposto ao Porco capitalista dentro da pirâmide socioeconômica, tão miserável a ponto de ser associado a um saco de rato (*rat bag*). O eu lírico parece relacionar, portanto, a ilegitimidade dos valores tradicionais com a miséria sensual que caracteriza a riqueza material, ou útil, por si mesma (MARX, *Property and Alienation*. In: LANG & WILLIAMS, 1972).

E, por último, o terceiro Porco simboliza o *asceta*, aquele que adentra na imposição da moral religiosa (*tight lips; steam the evil tide*). Ao mesmo tempo, como também observa Rose (2002, p. 70), esse terceiro Porco mostra-se novamente contraditório, na medida em que o asceta fiscaliza o comportamento alheio para esconder suas próprias qualidades imorais (*trying to keep your feelings off the street*).

O quadro geral dos Porcos fornecido pelo eu lírico, por conseguinte, é a composição de um grupo baseado em forças heterogêneas, porém sob a inquestionável tutela do Porco capitalista – “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX & ENGELS, 2010, p. 42). Isso se dá, porque

¹⁴ Poder-se-ia identificar Callaghan pela referência recorrente ao seu sobrenome e pela citação da mina dos porcos (*pig mine*). O Primeiro-Ministro do Labour Party enfrentara, à época, um grande impasse com grevistas das minas de carvão – justificando também o “continue cavando” (“*keep on digging*”). Thatcher poderia ser identificada através das referências à velha bruxa (*old hag*) – ela era odiada pelos progressistas –, ao aço (*steel*) – Dama de Ferro – e, enfim, ao alfinete no chapéu (*hat pin*) – acessório muito utilizado pela, até então, líder opositora. Por último, Mary Whitehouse é explicitamente atacada, sem uso de qualquer metáfora ou referência implícita.

tanto tradicionalismo como religião funcionam como *mecanismos mantenedores da ordem do capital*, instrumentos ideológicos (superestrutura) da “exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas” (idem), que auxiliam a justificação da infraestrutura capitalista e pacificação das massas. O Estado define-se, portanto, e em última instância, em sua determinação pelo *capital*, ainda que seu embasamento tenha caracteres reacionários (tradição e religião).

O par de oposição humano-eletrônico reaparece aqui através da sintetização dos roncões dos Porcos, precedendo imediatamente ao primeiro solo de guitarra: inicialmente naturais, vão gradualmente metalizando-se e tornando-se irreconhecíveis como roncões – de forma similar aos latidos em *Dogs*. Aqui, porém, parece haver uma camada de significação a mais, pois os Porcos mostram-se incapazes de articular a enunciação (tanto que não é o próprio Porco a nos narrar sua alienação, como o faz o Cão, mas sim um eu lírico narrador). Falham continuamente em suas tentativas de afirmar sua humanidade.

Evidentemente, não há nenhuma pretensão do eu lírico em substituir identicamente os Porcos orwellianos pelos Porcos pink floydianos – assim como houve, em *Dogs*, a ressignificação semiótica que traduziu os Cães de Orwell no contexto capitalista britânico da década de 1970. Os papéis do velho Major (Lênin), líder sábio, carismático e idealista; Bola-de-Neve (Trotsky), líder bem-intencionado e incorruptível, injustamente perseguido; e Napoleão (Stálin), líder ambicioso, ardiloso e ditatorial¹⁵, são substituídos pelas caricaturas da burguesia, do tradicionalismo e da religião. O tratamento irônico e de desprezo do eu lírico reservado aos três revela a falta de representatividade e de legitimidade do *establishment* capitalista. Os interesses dominantes provam-se particulares de uma elite exploradora, estabelecendo-se, assim, as bases argumentativas sobre as quais os subjugados podem reclamar pela aniquilação da ordem burguesa. Esse contexto opressor é a deixa para que Marx e Engels preludiem *Sheep*, a próxima música do álbum, “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-

-VOS!” (MARX & ENGELS, 2010, p. 69).

Sheep

O início bucólico de *Sheep* contrasta com a conclusão profética de *Pigs (three different ones)*. Mas os balidos, assobios dos pássaros e o órgão aveludado não duram e são logo substituídos por um ritmo de marcha, ao qual acompanham harmonia e melodia. O eu lírico conota a imagem de uma Ovelha, que, inocente e alienadamente, vai tocando sua vida no pasto. Está completamente inerte, dominada pelo fisiologismo do seu meio social e material. Muito embora se sinta vagamente incomodada, a falta de questionamento condiciona-se pelo temor à força repressiva do Estado, o Cão. Nota-se, aqui, que a figura do Cão retoma o papel da polícia orwelliana, abandonando dialogicamente o próprio conceito desenvolvido por Waters anteriormente, do pequeno-burguês.

Semelhantemente ao Cão de *Dogs*, uma das Ovelhas parece já ter desenvolvido o processo de *conscientização* do estado coletivo de alienação – a diferença é que ela, imediatamente, transmite sua desconfiança às demais de sua classe. A enunciação ovina nessa estrofe é, de fato, a sua externalização para o resto do rebanho (BAKHTIN, 2014) – e não mais apenas um diálogo interno intermitente e insolúvel como em *Dogs*. Ao contrário dos Cães e dos Porcos (quimeras da caricatura humana afônica e, por isso, associal), as Ovelhas têm capacidade de se comunicar, o que prova sua natureza social¹⁶. Dialogicamente, embora sejam as Ovelhas a classe mais privada da *sensação* – e, por isso, seriam *animais*, na medida em que ainda têm resquícios de necessidades meramente biológicas –, é a única classe em *Animals* portadora do dom da fala – humana, contraposta à aфонia animalesca, pois sua pobreza material a faz experimentar a maior riqueza existente no mundo, o outro ser humano (MARX, Property and Alienation. In: LANG & WILLIAMS, 1972).

A travessia do Rio Jordão é a alegoria – como ainda não alcançaram a plena emancipação, as Ovelhas parecem ser capazes de se

15 Fica clara, em *A Revolução dos Bichos*, a simpatia de George Orwell por Leon Trotsky. Na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o autor combatera ao lado das milícias trotskistas do POUM a favor da anarco-sindicalista CNT-AIT e contra os exércitos franquistas (ORWELL, 2006).

16 “O próprio elemento do pensamento – a expressão viva do elemento de pensamento – a linguagem – é de natureza sensual” (MARX, Property and Alienation. In: LANG & WILLIAMS, 1972, p. 28, tradução livre).

expressar apenas através de alegorias – da *consciência* da opressão capitalista. Existe correlação desse signo com a Bíblia (Números) quando os espiões do povo judeu, que fugia do Egito, contam que Canaã, a Terra Prometida, embora fosse realmente muito rica – de onde brotavam mel e leite –, era habitada por povos demasiado poderosos para serem derrotados pelos maltrapilhos judeus. A Ovelha, que cruza o Jordão, confirma o seu desconforto: sua classe está sendo explorada pelo capital.

Curiosamente, na segunda estrofe, a Ovelha tenta convencer as demais descrevendo uma cena bastante semelhante ao épico longa-metragem de Fritz Lang, *Metropolis* (1927)¹⁷. No longa as Profundezas são o “vale de aço” (*valley of steel*), ambiente sombrio e opressor abaixo da magnífica cidade de Metropolis, onde trabalhadores autômatos e escravizados regulam as máquinas de modo fordista e com cargas horárias letais de dez horas. Freder Fredersen, protagonista do enredo, em sua primeira visita àquele submundo, olha estarecido e surpreso – “choque terminal de realidade” (*a look of terminal shock*) – aquele lugar que sustenta toda a beleza de Metropolis. Além do mais, persiste o diálogo entre as obras na medida em que a jornada dos operários, já exaltados e seguindo o clone da líder religiosa Maria, percorre os mesmos “corredores lotados” (*well trodden corridors*) até as Máquinas – operários que, por também buscarem redenção na religião, acabam igualmente enganados. Assim mesmo seria o contexto inglês, aparentemente Metrópolis, mas verdadeiramente Profundezas.

O som de estilhaço logo em seguida complementa o significado do choque terminal, a partir do qual as Ovelhas experimentam o mundo real, tal como ele é. O solo expressa o desespero das Ovelhas diante da crueldade desvelada, muito bem-ilustrável pela reação estonteante e delirante de Freder Fredersen à sua primeira impressão do submundo de Metropolis. O fim do solo dá lugar a um ambiente misterioso, significante de uma noite silenciosa na qual os planos da revolução são discutidos. Podem-se ouvir diversos balidos

ao fundo; declama-se a passagem bíblica de Salmos 23 numa voz sussurrante metálica, porém quase humana. Agora que todas as Ovelhas experimentaram a independência sensual, o real significado da passagem lhes é desvelado: toda a linguagem religiosa aproxima, com efeito, a ideia de fé à ideia de imolação. O pastor não é mais Deus, mas sim o próprio capital, axiomáticamente explorador. Há a dupla denúncia da exploração capitalista e da exploração religiosa, esta última com as vastas proibições, exigências e dogmas a serem seguidos submissa e obedientemente – privando os fiéis da autodeterminação e da individualidade, em nome da entidade suprema do capital transvestido na figura do Porco-Deus. As Ovelhas tomam consciência da malignidade da religião: “a religião é o ópio do povo” (MARX & ENGELS, 2013).

Nessa mesma voz sussurrante e metálica, as Ovelhas parecem declamar que elas, por conta própria, levantar-se-ão contra a opressão do “vagabundo” (*bugger*), o Porco capitalista. Existe, portanto, nas Ovelhas de *Animals*, um potencial de autorreflexão (*consciência*) e de *agência* que faltou àquelas de Orwell – demolindo aqui a *consciência-de-manada* do comunismo imaturo (ver *Dogs*). A travessia do Jordão pode ser novamente utilizada para simbolizar a união popular em torno da reciprocidade: pela leitura bíblica, compreende-se que sua travessia significa o abandono da individualidade para o abraço da coletividade (VELEMA, 2007). A luta de classes é engendrada, destarte, pela organização autogestionada do proletariado já consciente.

Quando a Ovelha líder parte para cima dos Cães pastoreios, na penúltima estrofe, ela demonstra uma atitude aparentemente bem mais característica dos próprios pequeno-burgueses. Contrariamente à passividade ovina, ela “xinga e espuma”, enterrando os dentes no pescoço de um Cão. São diversas ondas de ataques das Ovelhas, que, marchando em êxtase – o que justifica o ritmo da música –, exigem vingança. Os Cães estão, afinal, mortos; basta aniquilar os fragilizados Porcos para que o proletariado:

“se convert[*a*] em classe dominan-

¹⁷ A crítica de *Animals* da revista norte-americana Rolling Stone, em 1977, confirma a influência do longa-metragem alemão no álbum precedente, *Dark Side of the Moon*. De qualquer modo, “a influência de grandes obras do passado exercem influência [sic] particularmente potente em obras de arte” (BARARO, *Materialism and Art*. In: LANG & WILLIAMS, p. 166, tradução livre).

te e como classe dominante destr[ua] violentamente as antigas relações de produção, destr[ua], juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destr[ua] as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe” (MARX & ENGELS, 2010, p. 59).

Porém, essa tarefa nunca é realizada. Após a árdua tarefa de derrotar os ferozes e predadores Cães, as Ovelhas, inconcebivelmente, abandonam o *front* contra o capital. Elas recuam, pois parecem enxergar um perigo letal e iminente a bombordo – por isso, recomendam a si mesmas desviar da “estrada” (*road*) revolucionária. Waters não está simbolizando a irracionalidade das Ovelhas, sua covardia ou qualquer outra matéria do gênero; ele omite, propositalmente, esse motivo último do desejo de viver, pois não há porque haver qualquer motivo último.

Waters acredita que a luta de classes é eterna: para ele, revoltas já aconteceram antes, continuam acontecendo e sempre ocorrerão (DALLAS, 1987 apud ROSE, 2002, p. 78). Portanto, o recuo das Ovelhas, em sua condição mais inexplicável, foi a situação encontrada por Waters que melhor lhe permitiria expor sua crítica, que foge totalmente à raia do marxismo hegeliano: *não há fim da história*. Caso as Ovelhas efetivamente se tornassem classe dominante, exterminariam as classes, e, exterminadas as classes, extermina-se o mecanismo responsável pelo movimento da história. O desejo de viver não está sendo ameaçado pela morte banal, mas sim pela iminente impossibilidade da vida fora do tempo histórico.

Pigs on the Wing (part two)

Caso *Animals* fosse consumado em *Sheep*, o álbum certamente poderia ser rotulado de pessimista e conservador pela ótica marxista. Afinal, a luta pela emancipação humana, através do fim das classes, estaria, invariavelmente, predeterminada ao fracasso. Porém, *Pigs on the Wing (part two)* parece dotar o

álbum de um sentido menos distópico, pois, ao passo que aqui o revolucionário dissocia-se da coletividade, ele não retorna ao estado de alienação. Dialeticamente, à tese individualista e associal dos Cães e dos Porcos é contraposta a antítese coletivista e social da Ovelha revolucionária para gerar uma síntese, que não se encontra apenas no meio termo de ambos, como um indivíduo social, mas também se reveste de um novo significado, ausente em ambos os estágios dialéticos precedentes, na medida em que o indivíduo social toma consciência do valor de sua vida.

Por certo, o Cão reconheceu, por hora, que a riqueza do *eu* dependia da riqueza do *outro*, mas o que faltou à sua plena desalienação foi o detalhe de que é a *consciência* da riqueza do *eu* que depende da *consciência* da riqueza do *outro*. Para que a emancipação do Cão, como ser humano, ocorresse – e ocorresse de forma concreta e real –, deveria sua consciência, *comunismo imaturo*, produzir a consciência no *outro* através da *ação* revolucionária. O Cão não poderia construir sua autodeterminação de forma associal – apenas por meio do diálogo interno –, e essa foi sua incapacidade mais cabal. Desse modo, o relance que ele obteve do valor de sua vida foi falho: fundou-se no medo utilitarista do isolamento social, e não na *paixão* da catarse sensual¹⁸; i.e., quis buscar o *outro* para a realização do *eu*, porém impossibilitou o acesso do *outro* ao seu próprio *eu*. Essa questão, completamente ausente na Ovelha revolucionária, é, no indivíduo social de *Pigs on the Wing (part two)*, desenvolvida de forma plena: todos os diversos *eus* constroem-se na real interdependência do *eu* ao *outro* e do *outro* ao *eu*, uma vez que as *consciências* já foram desenvolvidas por todos os revolucionários durante o processo histórico de *ação* da luta de classes. Por isso, como diz Marx em nossa epígrafe, a meta das sociedades humanas não deve ser o estágio histórico do comunismo, mas sim a *plena emancipação da estrutura entre indivíduos humanos* frente à infraestrutura e à superestrutura capitalistas¹⁹. É o indivíduo social o *indivíduo total* do jovem Marx (2004) por excelência.

Portanto, a vida pós-revolução adquire

18 “O domínio do ser objetivo em mim, a explosão sensual de minha atividade vital, é a *paixão*, que então se torna aqui a *atividade* do meu ser” (MARX, Property and Alienation. In: LANG & WILLIAMS, 1972, p. 28, tradução livre).

19 Muito embora o comunismo como estágio histórico sucessor do capitalismo fosse, para ele, etapa necessária do futuro próximo. Esse comunismo seria apenas o resultado prático da emancipação ativa dos indivíduos.

valor e sentido por si mesma, da qual o cuidado recíproco é causa e consequência mais evidente. Nesse momento, transcende-se o materialismo mecanicista em nome do materialismo dialético, como também propõem Bakhtin (2014) e Umberto Barbaro (Materialism and Art. In: LANG & WILLIAMS, 1972), visto que, nesse momento, a vida parece determinar a consciência assim como a consciência da vida parece determinar a própria vida. A mediação entre mãos (operários) e cabeça (patrão; capital) através do coração (amor), do longa-metragem Metropolis, não mais reproduz o corporativismo do aperto de mãos entre Jon Ferdersen, dono de Metropolis, e o líder operário rebelde, por meio de Freder Fredersen, porém é ressignificada no indivíduo social, i.e., no revolucionário que, por mais que seja coletivamente derrotado pelo capital, obtém a vitoriosa emancipação, a fruição sensual, através do domínio objetivo do ser. Os Porcos certamente voltarão ao poder, mas não por hora. As Ovelhas não mais “seguem o líder”, como observara a Ovelha de *Sheep*: procuram, ao contrário, “abrigo” (*shelter*) contra o capital. Sabe-se que os Porcos, como classe inimiga, farão de tudo para lançar a dúvida e o medo nos indivíduos sociais (e, uma hora, serão vitoriosos, como demonstra *Pigs on the Wing (part one)*). Mas, enquanto isso vive-se de forma emancipada, sem se sujeitar à exploração do capital através da divisão do trabalho ou através do desejo de posse da propriedade. Isso explica a observação de Waters quanto ao significado do “Porco voador” (*flying pig*) da capa de *Animals*, símbolo de *esperança*²⁰: o ambiente desumano da fábrica com suas torres fálicas, as distâncias intransponíveis entre observador e Porco e as cercas de arame farpado ao redor são sintomáticos da consciência dos indivíduos sociais frente à natureza associal e inatingível do Porco-Deus, consciência fundada na impossibilidade do fim da história.

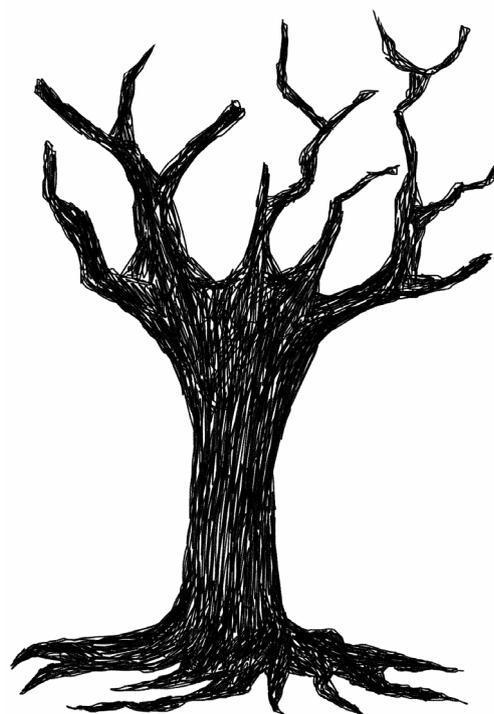
Isso confere ao álbum o caráter cíclico, à semelhança de como Waters pensa a história e como elaborou o álbum imediatamente posterior, *The Wall* (1979). Ao final de *Pigs on the Wing (part two)*, portanto, segue-se

Pigs on the Wing (part one), quando tudo se repetirá novamente. O eu lírico é, desse modo, a mesma personagem autobiográfica da primeira parte. Alcinchado como um Cão, o eu lírico, desta vez, não mais se refere ao Cão de *Dogs*, nem ao Cão pastoreio, mas sim ao Cão que seria o próprio eu lírico e, logo, o próprio Roger Waters. Ironicamente, como filho de pais comunistas e ex-integrante da Juventude Socialista inglesa (*Young Socialists*), Waters enxerga em si mesmo a figura da personagem do pequeno-burguês, o Cão: é, afinal, um músico financeiramente bem-sucedido e, por isso, sente o peso da culpa, assim como o Cão de *Dogs*. Como tal, entretanto, coloca-se, ao mesmo tempo, como um indivíduo social, ao lado dos revolucionários – o amor de Waters por Carolyne, significado de casa (*home*) – seria prova de sua emancipação sensual e final.

Considerações finais

Ao longo do álbum, puderam ser percebidos inúmeros pares antitéticos, que foram criados e problematizados ora pelas próprias personagens, ora por um eu lírico-narrador. Dentre eles, alguns estão em relação binária de transição do primeiro termo para o segundo – possuir/fruir, utilidade/vontade, afonia/

20 “WATERS: Eu tenho compreendido que existem alguns simbolismos bem crus (*crude*) em *Battersea Power Station*, de qualquer jeito. As quatro torres fálicas e... a ideia de caos. Eu achei bem repelente... de um jeito estranho. O porco entre as... chaminés. Isso me veio por causa da... você sabe... é o chão e... o porco. O porco voador. Eu não sei, nunca tentei colocar isso em palavras, sinceramente. O porco voador que é... símbolo de esperança (*hope*)” (1977 *Stories Capitol Radio Interviews*, tradução livre).



Maressa Sousa

enunciação, eletrônico/humano, etc. –, enquanto outros dois principais pares estão em relação dialética de superação dos termos – eu/outro e consciência/ação. Nesse sentido, a superação dos pares dialéticos é determinadamente dependente da evolução dos termos binários. O indivíduo social, síntese de eu/outro e consciência/ação por meio da consciência ativa do valor social da vida, só é possível quando a posse é substituída pela fruição; a utilidade, pela vontade; a afonia, pela enunciação; e o eletrônico, pelo humano. A esse processo de síntese é atribuído o nome de desalienação, ou emancipação sensual.

A releitura marxista de Waters, contrária

ao princípio hegeliano de fim da história utilizado, embora esporadicamente, por Marx – uma vez observadas as implicações do indivíduo social –, impede a tipificação de Waters no campo do pessimismo barato, como se fosse ele um oráculo da história que prevê a distopia do dia na próxima esquina. *Animals* deve, nesse sentido, ser encarada não como a aplicação real, i.e., material, da história dentro da abstração poético-musical, mas sim como a abstração poético-musical, que, enraizada na história real do contexto inglês, dialoga criticamente com outra abstração real, o marxismo.



Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. (2011), *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- (2014), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec.
- BERNARD-DONALS, Michael. (1994), "Mikhail Bakhtin: Between Phenomenology and Marxism". *College English*, Urbana, v. 56, n. 2, p. 170-188, fev. 1994.
- BRANDÃO, Nágela & DIAS, Edmundo. (2007) "A questão da ideologia em Antonio Gramsci". <www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/877/769>. Acesso em Maio de 2015.
- COHEN, Gerald. (2013), *A teoria da história de Karl Marx: Uma defesa*. Campinas: Editora Unicamp.
- GEERTZ, Clifford. (1977), *The Interpretation of Cultures*: Nova Iorque: Basic Books.
- GOFFMAN, Erving. (2006), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. São Paulo: Editora Vozes.
- LANG, Berel & WILLIAMS, Forrest (Org.). (1972), *Marxism and Art: Writings in Aesthetics and Criticism*. Nova Iorque: David McKay Company.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (2012), *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify.
- MARX, Karl. (2004), *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (2010), *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- (2011), *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- ORWELL, George. (2006), *Lutando na Espanha*. São Paulo: Editora Globo.
- (2007), *A Revolução dos Bichos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (2009), *1984*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROSE, Phil. (2002), *Which One's Pink?*. Ontario: Collector's Guide Publishing.
- SCHAFFNER, Nicholas. (1991), *Saucerful of Secrets: The Pink Floyd Odyssey*. Nova Iorque: Harmony Books.
- VELEMA, Roel. (2007), "The Typical Meaning of the Jordan River". <http://bibleone.net/print_tbs138.html>. Acesso em Novembro de 2014.

Sítios virtuais:

- BÍBLIA. <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/nm>>. Acesso em Novembro de 2015.
- BILLBOARD 200. "Pink Floyd". <<http://www.billboard.com/artist/338856/pink-floyd/chart?f=305>>. Acesso em Novembro de 2014.
- OFFICIAL CHARTS. "Animals". <http://www.officialcharts.com/artist/_/pink%20floyd/>. Acesso em Novembro de 2014.
- ROLLINGSTONE. (1977), "Animals". <<http://www.rollingstone.com/music/albumreviews/animals-19770324>>. Acesso em Novembro de 2014.
- WATERS, Roger. (2004), "In the Flash: A Mojo Magazine Interview with Roger Waters". REG: The International Roger Waters Fan Club. <<http://www.rogerwaters.org/40/mojoint.html>>. Acesso em Novembro de 2014.
- (2013), "1977 Stories Capitol Radio Interviews". YOUTUBE, <http://www.youtube.com/watch?v=wJgXGEnpd_g>. Acesso em Novembro de 2014.

Recebido em: 15 de dezembro de 2014.

Aprovado em: 4 de setembro de 2015.

ILUSTRADORES

Adriana Santana

Vive e trabalha em Belo Horizonte.

Professora, ilustradora e artista visual.

Possui Licenciatura em Artes Visuais pela UFMG e realiza pesquisas sobre a temática afro-brasileira e africana no ensino de Arte.

Atualmente cursa Artes Gráficas também pela UFMG.

Gilmara Oliveira

Artista visual, graduada em Escultura pela EBA-UFMG (1998). Trabalha como performer desde 2012 e a violência dentro do universo feminino e sua banalização é a linha de pesquisa artística que investiga. Seus desenhos, geralmente, são fruto de performances realizadas no ambiente urbano, por ela mesma.

[<https://www.facebook.com/AtelierGilmaraOliveira/?ref=hl>]

Heitor Vilela

Estudante de Jornalismo pela UFG.

Poesias ilustradas, ilustrações rabiscadas, aquarelas psicodelicamente pintadas, o traço que contempla o pensamento. Arte feita pelo jornalista, chargista, radialista, desiludido de chapéu e desenhista de parque Heitor Vilela. Pela luta, pela arte, pelo vandalismo estético, contra moralistas e fundamentalista. A favor do prazer e da liberdade.

Josi Tainá

Meu nome é Josi Tainá, sou estudante de Artes Visuais na EBA-UFMG. No meu trabalho sinto ligada as questões acerca do feminino e de ancestralidade. A concepção do desenho se dá muito pela cor e o contorno forte. Entro numa investigação e apropriação do corpo, tanto meu quanto o outro. Essas figuras na sua grande maioria mulheres...corpos que reclamam um lugar no mundo.

Maressa de Sousa

Graduanda em Ciências Sociais pela UFMG. Baiana de nascimento, mineira por força do hábito.

Blogueira no site Cacheia, ilustradora nas horas vagas.

Portfólio: <http://kawek.net/mailustra>

Nancy Mora

Nasceu em 1985 na cidade de San José, Costa Rica. Formada em Publicidade pela Universidad Latina de Costa Rica e em Artes Visuais com habilitação em Cinema de Animação pela UFMG, possui um trabalho que transita entre as artes gráficas, a ilustração e a fotografia. Suas obras trazem a tona temas como o feminino, o corpo, a natureza e a memória.

Vive em Belo Horizonte desde 2008, onde além dos diversos trabalhos desenvolvidos na cidade, é membro fundador do espaço cultural Casa Camelo. Hoje além de artista também desenvolve projeto relacionados à arte educação.

NOMINATA

Agradecemos àqueles que atuaram como pareceristas na edição 10.2, por sua criteriosa dedicação e sempre gentil avaliação dos artigos.

Alexandre Cardoso (UFMG)
Alexandre Gouvêa Ladeira (FCSL/SP)
Ana Lúcia Modesto (UFMG)
Ana Maria Colling (UFGD)
Antônio Cardoso (UFMG)
Bruno Bolognesi (UFSCar)
Bruno Puccinelli (UNICAMP)
Carlos Eduardo Santos Maia (UFJF)
Carlos Machado Dias (UFAM)
Danila Cal (UNAMA)
Débora Breder (UFMG)
Dimitri Fernandes (UFJF)
Eduardo Lopes (UFSM)
Elizabeth Concelli (USP)
Ester Vaisman (UFMG)
Fernanda Faria Silva (UFMG)
Francis Moraes (UFSM)
Francisco Luiz Corsi (UNESP)
Frederico Machado de Barros (USP)
Gabriel Bonaggio (UFRJ)
Gabriel Faria (OEA/CIDH)
Geraldo Caliman (PUC/DF)
Glauber Loures de Assis (UFMG)
Guilherme Gomes Ferreira (PUC/RS)
Guilherme Sarmiento (UFRB)
Halloysio Miguel (UFES)
Henrique de Oliveira Lee (UFMT)
Isabel de Rose (UFMG)
Ivair Júnior Reinaldim (IUPERJ)
Juarez Dayrell (UFMG)
Laís Norberta (UFPI)
Lilian Sampaio (USP)
Luciana Panke (UFPR)
Marcelo Lira (UNESP)
Márcia Soares (UFMG)
Marion Teodósio de Quadros (UFPE)
Mário Fuks (UFMG)
Natália Navarro (FGV/SP)
Nelson Eugênio Pinheiro Montenegro (UFRB)
Patrícia Cristina Vasques de Souza Gorisch (UNIP)
Patrícia Duarte Rangel (UFJF)
Rachel Rua Baptista Bakke (USP)
Rayza Sarmiento (UFMG)
Rafael Antunes Almeida (UnB)
Rafael Câmara de Melo (UFMG)
Rafael Sampaio (UFBA)
Renata Cerqueira Barbosa (UEL)
Renato Francisco dos Santos Paula (PUC/SP)
Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho (PUC/RJ)
Ricardo Serra Borsatto (UNICAMP)
Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)
Rita de Cássia Marques (UMC/SP)
Rogério Lopes Azize (UERJ)
Selma Baptista (UFPR)
Sérgio Wulff Gobetti (UnB)
Tiago Daher Padovezi Borges (USP)
Valéria Medonça de Macedo (Unifesp)
Vânia Leal Cintra (PUC/SP)
Waldir José de Quadros (FACAMP/SP)
Yara de Cássia Alves (USP)

NOMINATA

Agradecemos àqueles que atuaram como pareceristas na edição 11.1, por sua criteriosa dedicação e sempre gentil avaliação dos artigos.

Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP)
Ana Cristina de Vasconcelos Lima (USP)
Ana Elizabeth Santos Alves (UESB)
Ana Fernanda Inocente Oliveira (UFES)
André Pires (PUC/Campinas)
Angela Lazagna (UNICAMP)
Ari José Sartori (UFFS)
Carlos Eduardo Marques (UFMG)
Carmelita Veneroso (UFMG)
Cristiano Bodart (USP)
Daniel Francisco de Bem (UFFS)
Diogo Bonadiman Goltara (UFT)
Edgar Rodrigues Barbosa Neto (PUC/RS)
Elena Shcuck (UFRGS)
Emerson Tadeu Cotrim Assunção (UNEB)
Fabiano Bachelany (UnB)
Flávio Passos (Secretaria da Educação do Estado da Bahia)
Guilherme Neto (Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/RJ)
Isabel de Rose (UFMG)
Jacqueline Monteiro Pereira (UFRJ)
Joelton Nascimento (UFMT)

Juliana Anacleto (UFMG)
Jussara Reis Prá (USP)
Leonardo Barros (UFMG)
Luciane Soares Silva (UENF)
Marcelo Moraes (UERJ)
Marco Aurélio Cepik (UFRGS)
Mareli Eliane Graupe (UNIPLAC/SC)
Maria Alice Silveira (UFMG)
Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)
Marina Fernandes Bueno (UERJ/UFRJ)
Matheus Almeida (UFMG)
Newman Di Carlo Caldeira (UFU)
Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)
Paula Siqueira Lopes (UFRJ/Museu Nacional)
Rafael Balseiro Zin (PUC/SP)
Rebeca Feltrin (UNICAMP)
Renato Nogueira (UFRRJ)
Rogério Duarte do Pateo (UFMG)
Silvana Aparecida Mariano (UEL)
Teresa Kleba (UFSC)
Thiago Angelin Lemos Bianchetti (IFAL)
Zuleica Dantas Pereira Campos (UNICAMP)

INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES PARA COLABORADORES

A Revista Três [...] Pontos - revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) publica desde 2004 somente trabalhos inéditos de graduandos e recém-graduados das Ciências Humanas e Sociais.

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos abaixo.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamentos de Antropologia e Arqueologia, de Ciência Política e de Sociologia, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das ideias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS ... PONTOS:

1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A Revista Três [...] Pontos recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios, ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

S Contato: revistatrespontos@gmail.com

1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".

1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 4 mil palavras e no máximo 8 mil, incluindo as referências. Devem ser **inéditos**, e possuírem resumos em português e inglês.

- 1.4. As Resenhas não devem ultrapassar 3 mil palavras.
- 1.5. Os livros resenhados deverão ser obras relevantes para a área de Ciências Sociais. Em poucas palavras, recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados.
- 1.6. Os ensaios devem ter de 2 mil a 10 mil palavras.
- 1.7. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.
- 1.8. O autor/a deve estar matriculado/a em algum curso de graduação ou ser formado/a há, no máximo, seis meses. Ao enviar o trabalho, deve fornecer também imagem de documento que ateste seu vínculo no ensino superior, como comprovante de matrícula ou diploma.

Normas e orientação para formatação de artigos

1. Formatação do documento: os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

1.1. Entre linhas: um e meio (1,5).

1.2. Margens (todas): 2,5 cm.

1.3. Alinhamento: justificado.

1.4. Fonte: Times New Roman, tamanho 12.

1.5. Grifos:

1.5.1. Aspas (" "): apenas para metáforas, transcrições e citações.

1.5.2. Negrito: somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.

1.5.3. Sublinhado: jamais é utilizado.

1.5.4. Itálico: palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

2. Estrutura do artigo: o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave

2.1. O artigo ainda deve conter as seguintes informações: o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), curso de graduação, o nome da universidade seguido da sigla (Exemplo: Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: moraes@hotmail.com.). Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. Excetuado-se o nome completo na margem superior a direita, as demais informações devem constar como nota de rodapé.

2.2. Os resumos: devem ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter até 100 palavras. Seguido de palavras-chave, sendo até 5. No caso dos resumos em inglês (Abstract), a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, bem como as palavras-chave (Key Words), caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.

2.3. Notas de rodapé: as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a sequência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).

2.4. Figuras: são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos

títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.

2.5. Quadros: denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.

2.6. Tabelas: Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

1. Citação de autores no texto:

1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

1.3. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

1.4. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

1.5. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "et al." em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL et al. (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL et al., 1965)";

1.6. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica: Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

1.7. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

1.8. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.9. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina apud

significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva apud Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA apud PESSOA, 1980)";

1.10. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

2. Transcrição textual de parte da obra:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação. Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de formação ideológica[...]".

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB - estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes []

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade linguística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. Ênfase em trechos da citação: indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.

2.4. Citação em língua estrangeira: Quando houver uma citação em idioma estrangeiro, (original), faz-se uma citação direta. Nesse caso indica-se a tradução em nota de rodapé. Sugerimos minimizar esse uso, e optar, quando existir, por referências em português

2.5. Tradução: Quando a citação incluir texto traduzido pelo autor, deve-se incluir após a chamada da citação, a expressão: tradução nossa, entre parênteses.

Exemplo: (BELKIN, 1982, tradução nossa).

2.6. Notas de rodapé: as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a sequência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.

2.7. Referências bibliográficas: para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da Revista Três [...] Pontos. As regras gerais são as seguintes:

2.7.1. Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa)/PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separá-los com "&". No caso de três ou mais autores, separá-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.7.2. Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25,3:275-96.

2.7.3. Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico / VÍRGULA/ local da publicação/VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica:1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

2.7.4. Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores)/VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.7.5. Sites: NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso / PONTO.

Exemplo: C MARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2015.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.

Comissão Editorial – **Revista Três [...] Pontos** – FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, Janeiro de 2016

